UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de
Letras Modernas
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

Daniella Avelaneda Origuela

Interpretação Comunitária e Migração no Brasil

Orientador: John Milton

São Paulo
2020

Daniella Avelaneda Origuela

Interpretação Comunitária e Migração no Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção de título de Doutora em Estudos da Tradução.

Orientador: Prof. Dr. John Milton

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O63i Origuela, Daniella
 Interpretação Comunitária e Migração no Brasil /
Daniella Origuela ; orientador John Milton. - São
Paulo, 2020.
 248 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Estudos da Tradução.

1. Interpretação Comunitária. 2. Migração. 3.
Tradução. 4. Serviços Públicos. 5. Políticas Públicas.
I. Milton, John, orient. II. Título.

ORIGUELA, Daniella Avelaneda. **Interpretação Comunitária e Migração no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção de título de Doutora em Estudos da Tradução.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Faleiros (presidente)

Profa. Dra. Sabine Gorovitz (externa)

Profa. Dr. Marcus Vinicius Batista Nascimento (externo)

Prof. Dra. Patricia Cristina Andrade Pereira (externo)

no one leaves home unless
home is the mouth of a shark
you only run for the border
when you see the whole city running as well

your neighbors running faster than you
breath bloody in their throats
the boy you went to school with
who kissed you dizzy behind the old tin factory
is holding a gun bigger than his body
you only leave home
when home won't let you stay.

no one leaves home unless home chases you
fire under feet
hot blood in your belly
it's not something you ever thought of doing
until the blade burnt threats into
your neck
and even then you carried the anthem under
your breath
only tearing up your passport in an airport toilet
sobbing as each mouthful of paper
made it clear that you wouldn't be going back.

you have to understand,
that no one puts their children in a boat
unless the water is safer than the land
no one burns their palms
under trains
beneath carriages
no one spends days and nights in the stomach of a truck
feeding on newspaper unless the miles travelled
means something more than journey.
no one crawls under fences
no one wants to be beaten
pitied

no one chooses refugee camps
or strip searches where your
body is left aching
or prison,
because prison is safer
than a city of fire
and one prison guard
in the night
is better than a truckload
of men who look like your father
no one could take it
no one could stomach it
no one skin would be tough enough

the
go home blacks
refugees
dirty immigrants

asylum seekers
sucking our country dry
niggers with their hands out
they smell strange
savage
messed up their country and now they want
to mess ours up
how do the words
the dirty looks
roll off your backs
maybe because the blow is softer
than a limb torn off

or the words are more tender
than fourteen men between
your legs
or the insults are easier
to swallow
than rubble
than bone
than your child body
in pieces.
i want to go home,
but home is the mouth of a shark
home is the barrel of the gun
and no one would leave home
unless home chased you to the shore
unless home told you
to quicken your legs
leave your clothes behind
crawl through the desert
wade through the oceans
drown
save
be hunger
beg
forget pride
your survival is more important

no one leaves home until home is a sweaty voice in your ear
saying-
leave,
run away from me now
i dont know what i've become
but i know that anywhere
is safer than here

Home - Warsan Shire

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada a todas e todos que participaram de alguma forma nesse tese.
Vocês sabem quem são. Mas as/os nomeio:

Mamãe e papai e vó Manoelinha, meu maiores amores.

Minha irmã Milena, uma inspiração para estudar.

Fernanda, a melhor amiga e conselheira.

Patricia, pelo companheirismo, apoio e incentivo desde o começo.

Hailey, pelas traduções e apoio moral.

Vera, pela revisão cuidadosa.

Talita e Laura, pelas transcrições.

Todas as alunas e alunos apoiadores.

Todas as amigas que conheci no Sesc e duram para a vida.

Murilo, Elton, Rita e Yuri, amigos que mais confiam em minhas capacidades.

Benito e Guadalupe, companheiros fiéis.

Todos e todas que concederam entrevistas para essa tese.

Toda a comunidade migrante no Brasil.

Todas as pessoas queridas que estiveram perto e que confiam em mim e em meu trabalho.

Pela bolsa concedida pela CAPES.

RESUMO

Na confluência dos campos de Migração e Estudos da Interpretação, esta pesquisa teve o objetivo de trazer à luz um campo emergente da Interpretação: a Interpretação Comunitária, também conhecida como Interpretação nos Serviços Públicos ou Mediação Intercultural, entre outros nomes. A tese contou com um apanhado teórico sobre a área, inédita em português no Brasil, questões éticas e de coordenação de trabalho do intérprete comunitário e seu papel, além de tópicos sobre o ensino de Interpretação Comunitária. A Interpretação Comunitária é o tipo de mediação linguístico-cultural que se dá, geralmente, em contextos jurídicos (delegacias, prisões, tribunais, escritórios de advocacia, entrevistas migratórias etc.) e em contextos médicos (hospitais, clínicas médicas, emergências etc.), além dos contextos educacionais. A área de interpretação de linguagem de sinais, muitas vezes também é considerada como Interpretação Comunitária. A importância do estudo da área se dá pelas novas ondas migratórias que chegam ao Brasil e pela necessidade de o Estado fornecer serviços linguísticos adequados para os que não falam português, os recém-chegados ou mesmo os povos nativos que não falam português, a fim de que possam acessar os serviços públicos, e assim se comunicar com os prestadores de serviços. A pesquisa demonstrou que a maioria dos serviços de mediação linguística são fornecidos por ONGs e instituições religiosas, porém, na maioria das vezes, tais serviços são realizados por pessoas que não receberam treinamento adequado ou qualquer tipo de treinamento, são os intérpretes não-profissionais ou *ad hoc*. A partir de algumas experiências práticas no ensino de Interpretação Comunitária, pudemos propor o que abordar e como treinar alunos para a atuação profissional na área. Também propomos que devem existir políticas públicas adequadas para os grupos migrantes que visem a inclusão em uma perspectiva linguística de acesso a serviços e direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Tradução. Interpretação. Imigrante. Migrante. Refugiado. Intérprete. Interpretação Comunitária. Serviços Públicos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In the intersection of Migration and Interpreting Studies, this research had the objective of bringing to light an emerging field of interpreting: Community Interpreting, also known as Public Service Interpreting or Intercultural Mediation, among other names. The doctoral thesis used some theories in the area, unprecedented in Brazil, about ethical issues and work coordination, interpreter's role, furthermore, issues on Community Interpreting training. Community Interpreting is a type of cultural-linguistic mediation that usually occurs in legal contexts (police stations, courts, lawyer's office, migration offices, etc.) and in medical contexts (hospitals, doctor's office, emergency rooms, etc.), also in educational contexts. The field of Signed Language Interpreting many times is also considered as being part of Community Interpreting. The importance of studying this area is justified by the new migration waves coming to Brazil, and the need for the State to provide adequate linguistic services to those who do not speak Portuguese, the recent migrants or even native people who do not speak Portuguese, so that they can use public services and communicate with service providers. The research showed that most of the linguistic services are actually provided by NGOs and religious institutions, however, most of the times, these services are provided by people who have not received appropriate training or no training at all; they are known as non-professional interpreters or ad hoc. From practical training experiences in the field of Community Interpreting, we propose what to approach and how to train students for professional performance in the area. We also strongly suggest that there should be adequate public policies to migrants which aim the inclusion in a linguistic perspective of access to services and rights.

KEYWORDS: Migration. Translation. Interpreting. Immigrant. Migrant. Refugee. Interpreter. Community Interpreting. Public Services. Public Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 MIGRAÇÃO E INTERPRETAÇÃO NO BRASIL	18
1.1 Migração no Brasil: Leis, Direitos e Ondas Migratórias	18
1.2 Serviços Públicos, ONGs e Instituições Religiosas	36
2 INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INCLUSÃO	51
2.1 As Teorias da Tradução para a Interpretação	51
2.2 (In)visibilidade do Intérprete, seu Papel e a Ética	54
2.3 Atuação não-profissional	75
3 REVISÃO CRÍTICA DA INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA	88
3.1 Definições e Nomenclatura	88
3.2 Modalidades de Interpretação, Coordenação e Parâmetros	101
3.3 CONTEXTOS DE INTERPRETAÇÃO	126
3.3.1 Contexto Médico	126
3.3.2 Contexto Jurídico	144
4 PESQUISA DE CAMPO	155
4.1 Metodologia	155
4.2 Análise e Resultados	160
5 CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO	174
5.1 TREINAMENTO E ENSINO	174
5.1.1 Curso de Inverno	182
5.1.2 Disciplina na Graduação	184
5.2 ORGANIZAÇÕES DE INTÉRPRETES E CERTIFICAÇÕES	185
5.3 Políticas Públicas e Pesquisa	187
CONCLUSÕES	191
REFERÊNCIAS	194
ANEXOS	199

INTRODUÇÃO

“A teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém. Escrevemos de lugares diferentes. [...] Escrevo da periferia, não do centro.” (KILOMBA, 2019, p. 58-59) Concordamos Grada Kilomba quando diz que é sempre importante deixar claro de onde falamos, de que tempo histórico e político falamos. Esta tese foi escrita no Brasil, começando num momento político terminando em outro, devido a mudanças de governo, e sob a perspectiva de uma pesquisadora que procurou escrever com a “neutralidade” possível dentro da área das Ciências Humanas.

As motivações de escrever uma tese de doutorado sobre um tema não escrito nem pesquisado anteriormente no Brasil, de pouco prestígio, se constituiu tarefa difícil desde o começo, uma vez que dar voz àqueles a quem não se quer dar voz, num país racista e que ainda preza suas origens colonialistas, não é tarefa fácil. E mais... Falar de direitos sociais em um momento histórico e político que corta direitos dos cidadãos mais pobres, dos idosos, que mata jovens negros na periferia. Falar sobre criação de políticas públicas para um novo grupo de imigrantes, vindos de países pobres, de pessoas negras, de mulheres, de pessoas que quase sempre não são do grupo de imigrantes “desejáveis” no Brasil. Ainda assim falar e escrever. O desejo de abordar assuntos tão frágeis, polêmicos e desafiadores surgiu quando, em uma cidade como São Paulo, pudemos ver em 2014 projetos sociais e políticas públicas reais vindas do poder municipal. Diferentes comunidades migrantes se organizando e demandando mais do Estado. A tese, iniciada em 2015 parecia promissora no sentido de concretização de mais serviços para imigrantes em São Paulo. No entanto, a gestão seguinte propôs muitas mudanças prejudiciais à comunidade migrante e especialmente com um discurso anti-imigração. Finalmente, 2019 chegou com um governo e seu projeto de desmantelamento do pouco de políticas sociais existentes. Atingiu os cidadãos mais dependentes das políticas sociais, atingiu migrantes com discursos xenófobos copiados dos Estados Unidos, ameaçou mulheres, negros, LGBTQI+, atingiu os professores e suas pesquisas, os pesquisadores e suas bolsas de estudos e as perspectivas de trabalho e pesquisas futuras, especialmente na área das Ciências Humanas. Como continuar pensando na construção de conhecimento no meio da destruição? Como continuar escrevendo sobre quem querem calar?

Apesar disso, das perspectivas ruins, de caminhos tortuosos, esta tese se fez. E se faz ainda mais necessária diante do cenário atual. Pesquisadores continuam colocando o conhecimento acadêmico em prol da comunidade, do país, dos brasileiros. O tema da migração com a possibilidade de uma pesquisa em Interpretação Comunitária, uma área essencialmente social da interpretação, se concretizou em 2020.

A interpretação é uma forma de mediação pelas barreiras linguísticas e culturais e um instrumento na comunicação humana desde tempos longínquos, porém o reconhecimento de algo a ser estudado e observado é relativamente recente. A interpretação é diversa e complexa (Pöchhacker e Shlesinger 2002).

O que de fato é verdade é que uma definição mais abrangente de interpretação não pode estar confinada às suas formas profissionalizadas, assim como não pode excluir outros modos ou contextos em que ela é praticada. A interpretação normalmente no modo simultâneo acontece em conferências e simpósios internacionais; porém também acontece mais constantemente na forma *ad hoc*, por filhos de imigrantes, por faxineiros de hospitais, por intérpretes de língua de sinais treinados e sem treinamento, por guias de turismo e por outras incontáveis pessoas com níveis de idioma e de habilidades comunicativas bastante variados. Assim, a interpretação pode ser definida de maneira mais ampla como uma mediação interlingual, intercultural, oral ou por meio de língua de sinais, que permite a comunicação entre indivíduos ou grupos que não compartilham ou não escolhem usar a mesma língua.¹ (Pöchhacker e Shlesinger 2002, p. 3).

As ondas migratórias que estão afetando vários países, com a presença de diferentes comunidades linguísticas têm causado uma enorme demanda por serviços linguísticos. Cada país tem lidado com a necessidade de tais serviços de maneira diferente. Sobre os serviços oferecidos e sua variedade, Ozilins (2000:21 apud ANTONINI et al. 2019) afirma que as respostas dos países a essas demandas variam desde a

¹ It follows that a comprehensive definition of interpreting cannot be confined to its later professionalized forms, just as it cannot exclude any of the modes or settings in which it is practiced. Interpreting, usually in the simultaneous mode, is carried out at international conferences and symposia; it is also carried out, however, more often than not on an *ad hoc* basis, by the children of immigrants, by hospital cleaners, by trained and untrained signed-language interpreters, by tour guides and by countless others with widely varying levels of language and communication skills. Interpreting then can be defined most broadly as interlingual, intercultural, oral or signed mediation, enabling communication between individuals or groups who do not share, or do not choose to use, the same language (s).

negação das comunidades multilíngues, passando pelo uso de intérpretes *ad hoc* até o fornecimento de serviços de interpretação profissional.

Países como Austrália, Suécia e Reino Unido lidaram com as ondas de migrantes e, para tanto, buscaram facilitar o acesso dos migrantes aos serviços públicos e implementaram políticas de integração em vários idiomas, por meio da interpretação comunitária. Porém alguns países acreditam que a onda migratória é passageira e que os problemas relacionados a ela devem diminuir até cessar, e que ela pode ser resolvida com aquisição da língua local por parte dos imigrantes. Dessa forma, tais países não oferecem serviços linguísticos e inviabilizam o acesso dos estrangeiros aos serviços necessários. (ANTONINI et al. 2019)

A Interpretação Comunitária como mediação linguística já foi enfatizada diversas vezes por Pöchhacker (2008); contudo, no Brasil, tal área ainda é motivo de polêmica entre os pesquisadores, que discutem sobre sua real importância e pertinência. Diferente de países com políticas migratórias consistentes, como Austrália e Suécia, onde a disciplina se desenvolveu muito, temos o caso do Brasil, que lida com uma nova onda migratória em um momento de crise política e econômica.

O Intérprete Comunitário tem funções diferentes do intérprete de conferências. Carr (1995) afirma que esse profissional vai auxiliar imigrantes e refugiados, que não falam a língua local, a conseguir acessar os serviços públicos. Percebemos, então, a importância desse profissional e de sua tarefa.

Há muita complexidade na profissão, dada as realidades políticas, contextos culturais e históricos que influenciam as visões que os intérpretes e a sociedade têm de seu papel. Todos os dias os intérpretes comunitários enfrentam a complexidade das línguas e as diferenças significativas entre culturas e valores. Treinar futuros intérpretes também se coloca como desafio. A complexidade é intrínseca no papel do intérprete como intermediário. Os intérpretes são testemunhas de incontáveis dramas humanos, injustiças e poderes diferentes nas relações. (HEMLIN, CLARKE, 2003)

Existe quase que total desconhecimento por parte das pessoas comuns sobre a existência de um profissional que poderia fazer a mediação linguística nos serviços públicos: o intérprete comunitário. Essa é a situação no Brasil. Além da inexistência de associações e cursos específicos na área, a própria função de intérprete é quase

totalmente desconhecida. A existência da graduação de Tradutor-Intérprete causa estranheza para a maioria das pessoas, que pensa não haver a necessidade de graduação para atuar nessa área. Muitas pessoas relacionam a palavra “intérprete” com interpretação de textos ou a performance teatral. Quando se tenta explicar a real função do intérprete, o mais próximo que se ouve é: “ah, como no Oscar, o tradutor simultâneo, né?” Isso mostra o nível de invisibilidade da função de alguns tipos de interpretação e, em outros casos, a imediata associação com a tradução escrita.

Chesterman (2002) afirma que a pesquisa em Estudos da Tradução tem natureza interdisciplinar. A área de Interpretação Comunitária inclui outras áreas como Migração, Direitos Humanos, Direito Internacional, Serviço Social e Políticas Públicas. Urpi (2012) enfatiza que a disciplina de Interpretação Comunitária é relativamente nova, mas que as contribuições para tal têm caráter interdisciplinar, provenientes das mais diferentes disciplinas como: Linguística Aplicada, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Comunicação.

Pym (2006) afirma que este campo de estudo tem adquirido uma abordagem sociocultural e tem olhado para a interpretação como uma prática social, com o foco em mediação em vez de tradução. De acordo com Origuela (2014), estudiosos da Interpretação, como Pöllabauer (2006) e Pöchhacker (2006), afirmam que a Interpretação Comunitária ainda é negligenciada pelos pesquisadores. Provavelmente porque ela acontece em ambientes íntimos, nos quais aspectos particulares e delicados da vida de alguém têm de ser compartilhados por meio de um intérprete. Por não contemplar grandes reuniões e negócios milionários, nem grandes descobertas científicas, esse tipo de interpretação não é considerado de muita importância por alguns. Podemos atribuir tal negligência a motivos de status e remuneração.

Hale (2007) acredita que a Interpretação Comunitária tem relação com questões humanitárias, portanto não necessariamente ligada às questões propriamente da interpretação. Pöchhacker (2006) considera uma novidade na área a descoberta de que interpretação não se trata apenas da prestigiada Interpretação de Conferência. Novamente destaca-se a questão do status e da visibilidade do intérprete.

A disciplina multidisciplinar, análises interativas de suas intervenções e visibilidade em uma variedade de áreas têm ajudado a melhorar o treinamento – a chave

para o reconhecimento futuro e excelência para os intérpretes comunitários. Mas de uma perspectiva organizacional, falta muito para ser feito na interpretação comunitária. O respeito pelos direitos humanos em nossas comunidades exige um tratamento justo das línguas minoritárias, língua de sinais e línguas aborígenes. O respeito pelos profissionais pode ser promovido por meio da acreditação. Olhando para o futuro promissor, esperamos que condições de trabalho justas e o aumento da consciência de gestores e governos sejam o foco principal das iniciativas coletivas dos intérpretes comunitários. Construir uma rede sólida profissional também será vital para melhorar a eficiência dos serviços. A importância da pesquisa, e uma análise de questões éticas, além de total participação dos intérpretes como atores sociais na sociedade (Pöchhacker 2006).

Outra questão importante para o desenvolvimento da área é a profissionalização. Urpi (2012) cita quatro estágios pelos quais a disciplina passa em um determinado país até que atinja a profissionalização. São eles:

1. Ausência total do serviço: primeiro estágio quando a assistência linguística não existe ou é negada;
2. serviços *ad hoc*²: solução provisória, normalmente oferecida pela instituição (ongs e igrejas têm voluntários bilíngues) e não pelo governo;
3. língua genérica: o governo, ongs e provedores de serviços tentam dar conta da demanda crescente por interpretação por meio de serviços linguísticos não especializados (muitas vezes nas línguas mais comuns e não na língua materna do imigrante)
4. existência e profissionalização: é o último estágio com uma solução de serviços de Interpretação Comunitária com treinamento de intérpretes (cursos) e certificações específicas de Interpretação Comunitária em cada área (por exemplo: legal ou médica), além de supervisão das certificações em todas as línguas faladas em um dado país e a criação de associações com código de ética próprio.

Acreditamos que o caso do Brasil é difícil de ser identificado devido à sua grande dimensão e deve variar, dependendo da cidade, entre o estágio 1 e 3. Entendemos dessa forma, pois hoje em dia não existe, de forma organizada, a Interpretação Comunitária

² O intérprete *ad hoc* é uma pessoa bilíngue, porém sem treinamento em interpretação, muitas vezes é um membro da família, amigo, profissional da equipe médica. O intérprete *ad hoc* se voluntaria como tal e não recebe por isso.

no Brasil. A existência de associações de intérpretes comunitários ao redor do mundo e mesmo na América Latina não reflete a mesma situação no Brasil por enquanto. Intérpretes profissionais brasileiros que fazem parte de associações como APIC e AIIC tampouco participam de forma organizada na prática de Interpretação Comunitária. Temos uma questão prática que é a falta de pagamento que pode impedir profissionais de tomar parte nesse trabalho.

São muitos os conhecimentos que precisam ser mobilizados para a atuação tão próxima do intérprete comunitário. Por isso a necessidade de treinamento distinto dos intérpretes de conferência. Assim, a partir do desenvolvimento de material didático apropriado e treinamento de alunos de interpretação, agentes públicos e membros das comunidades migrantes para atuarem como intérpretes comunitários, acreditamos poder oferecer às comunidades estrangeiras recém-chegadas ao Brasil o serviço de interpretação para que possam obter ajuda nas suas necessidades básicas de comunicação.

Esta tese, que tem o objetivo de aprofundar os conhecimentos na área, começa, no Capítulo 1, por justificar a necessidade de interpretação para imigrantes a partir dos dados de migração no Brasil. Não contempla a perspectiva de crise migratória, mas a visão de interpretação comunitária como direito humano para migrantes. Posteriormente, no mesmo capítulo, abordamos alguns dos serviços públicos e privados que fornecem atendimento aos migrantes na cidade de São Paulo e como lidam com as questões de comunicação. No segundo capítulo, abordamos a visão, a partir das teorias funcionalistas da tradução, de como a interpretação comunitária, tendo resultados imediatos e promovendo a comunicação entre as partes, se coloca como ato de tradução inclusivo. O capítulo continua com questões sobre o papel do intérprete e a ética. E finalizamos com a atuação não-profissional exercida por crianças, por outros imigrantes ou por pessoas com nenhuma ou pouca formação, situação que merece ser estudada, pois apesar de indesejável, salva vidas e resolve problemas quando não há intérpretes profissionais disponíveis. O capítulo 3 propõe uma revisão bibliográfica do campo a partir da perspectiva de alguns pesquisadores, especialmente de Pöchhacker, Hale e Rudvin e Tomassini, além de outros. Entendemos que os quatro citados se mostram como os mais profícuos e trazem questões práticas e para reflexão que podem

ser aplicadas pensando no contexto brasileiro. As diferentes definições de interpretação comunitária são discutidas, além de outras nomenclaturas que ela pode receber. A partir disso, abordamos os contextos médico e legal, juntamente com as modalidades, a coordenação no ambiente de trabalho e parâmetros específicos da área. No capítulo 4, apresentamos a pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas com prestadores de serviços, usuários e intérpretes para entender melhor problemas, necessidades e propostas de melhorias. E finalmente no capítulo 5, fazemos propostas de ensino e treinamento de intérpretes comunitários dentro do contexto brasileiro, apresentamos duas iniciativas promissoras de cursos e abordamos a necessidade de mais pesquisas, *advocacy*, desenvolvimento de materiais e políticas públicas para crescimento e consolidação da área.

1 MIGRAÇÃO E INTERPRETAÇÃO NO BRASIL

1.1 MIGRAÇÃO NO BRASIL: LEIS, DIREITOS E ONDAS MIGRATÓRIAS

A diversidade é um desafio. Os brasileiros vangloriam-se de sua migração interna e de ser um país de imigrantes. Como novo mundo, nós brasileiros recebemos fluxos de migração européia, asiática e de africanos escravizados. Há, na atualidade, uma nova onda de migração que é recebida e vista de maneira muito diferente das migrações históricas. Todos concordam que a migração faz parte da história da humanidade, apesar disso, há migrações desejáveis e as indesejáveis, portanto, seletivas. No caso do Brasil, as políticas de branqueamento (SWARTCHZ, 2007³) priorizaram a chegada de imigrantes europeus e “brancos”, e visavam a um projeto de nação que, por meio da miscigenação com europeus, pudesse “branquear” o novo povo brasileiro. Essa política de clareamento, juntamente com o racismo à brasileira (TELLES, 2003) afetou profundamente a maneira com que o Brasil e os brasileiros enxergam determinados tipos de migração.

O crescimento de migrantes e refugiados de 2010 a 2015 pode ser explicado pelo momento econômico brasileiro da época. O Brasil foi mostrado na mídia internacional como um país promissor, fonte de novos negócios e oportunidades de vida e trabalho.

A “crise” na Europa faz com que as portas para os imigrantes se fechem cada vez mais. O Brasil, por sua vez, deve continuar sendo o destino de muitos imigrantes, especialmente com o agravamento de conflitos sociais, éticos e políticos em países da África e do Oriente Médio. O fluxo de imigrantes transitando pelo mundo, tentando chegar a outros locais, deve aumentar em níveis sem precedentes.

Sobre a mobilidade humana, Ventura e Yujra (2019) contestam o paradigma norte-americano e europeu de que há uma crise, um problema, uma ameaça relacionada à migração mundial. A visão do Sul global⁴ é de que as migrações

³ Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2007/04/01/quase-pretos-quase-brancos/>>.

⁴ Os termos Sul e Norte global são usados pelos estudos transnacionais e pós-coloniais (desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos) em substituição a países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo o Sul global de países pobres e periféricos (o antigo Terceiro Mundo) e o Norte Global composto pelos países mais ricos.

internacionais e refúgio são desafios que precisam ser enfrentados de forma solidária e com a proteção de direitos. A promessa da globalização dos anos 90 não deu real liberdade de circulação internacional a todas as pessoas. Não é verdade que o Norte global está sendo invadido, mesmo com a maioria dos refugiados, ou mediate dela, indo para países em desenvolvimento.

A ONU estimou, em 2017, que o número de migrantes internacionais corresponde a 3,4% da população mundial, o que equivale a 258 milhões de migrantes. Assim, a ideia de invasão descontrolada e uma crise migratória serve apenas para que alguns países justifiquem políticas migratórias restritivas e excludentes que restringem a entrada e/ou permanência no país. 146 milhões de migrantes, segundo a ONU, vivem no Norte global, enquanto que 112 milhões estão no Sul global, nos países em desenvolvimento (Ventura e Yujra 2019).

A crise econômica de 2008 fez com que a austeridade e cortes nos serviços públicos atingissem as políticas sociais dos países do Norte global, incluindo direitos trabalhistas, benefícios aos desempregados, habitação e serviços públicos de saúde e educação. Nesse contexto, alguns defendem que apenas os cidadãos nativos do país devem fazer uso dos benefícios e serviços públicos, ou que os imigrantes poderiam ter acesso a benefícios e serviços públicos apenas após os nacionais terem seus direitos contemplados. Mas é necessário lembrar que os imigrantes também contribuem com a economia do país pagando impostos.

Na Europa, a crise econômica foi pretexto para que alguns países adotassem cortes orçamentários que implicaram a restrição do acesso de migrantes aos sistemas nacionais de saúde, em especial daqueles cuja situação migratória não é considerada regular, como foi o caso da Espanha. No campo da saúde pública, esse é um dos maiores equívocos que um governo pode cometer. Privar migrantes e refugiados do acesso aos serviços de saúde não somente viola os seus direitos humanos, como põe em risco sanitário toda a população que compartilha seu cotidiano com os excluídos. Outro equívoco comum é supor que o aumento de migrantes e refugiados representaria, por si só, o aumento das dificuldades de acolhê-los. Políticas públicas de acolhida adaptadas aos contingentes recebidos podem fazer com que grandes fluxos migratórios se convertam em experiências de crescimento econômico e inclusão social. Em compensação, a ausência dessas políticas e/ou a presença de políticas de segregação podem transformar pequenos fluxos migratórios em experiências marcadas pela violência e exclusão social (Ventura e Yujra 2019, p. 31)

Dependendo da agenda política, governos e grupos políticos responsabilizam migrantes pelas crises econômicas, problemas de insegurança e violência e por outros problemas do país. Por isso, Ventura e Yujra perguntam: se não há uma “invasão” no Norte global, “como o discurso contra as migrações internacionais tem conseguido se fortalecer nos países mais ricos?” (2019, p. 19).

Quando se fala de deslocamentos forçados, a Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) considera o número de 25,4 milhões, em 2017, sendo que mais que 57% do total de refugiados vêm da Síria, Afeganistão e Sudão do Sul. Os países que mais recebem refugiados, de acordo com a Acnur (2018), que acolhem 85% deles são Turquia (3,5 milhões), Paquistão (1,4 milhões) e Uganda (1,4 milhões). Apenas a Alemanha no Norte global entra como país com números significativos de refugiados. De fato há impacto na chegada de refugiados nos países do Sul global, pois possuem serviços limitados quanto aos direitos e bem-estar para seus próprios cidadãos. No entanto, os imigrantes estão fugindo de seus países que passam por crises políticas, sociais e econômicas e são atingidos por violência, instabilidade, guerras civis e até atentados. Tais estados já sofrem (pelo menos economicamente) com os fluxos de refugiados por anos (por exemplo, o Líbano, que tem campos de refugiados com a quarta geração de palestinos). Em 2015, apenas 6% dos refugiados estavam em países europeus. Os dados apresentados por Ventura e Yujra (2019) provam que não há crise ou uma entrada desenfreada de migrantes nas Europa. Há uma repercussão midiática exagerada e desproporcional quanto à realidade, que gera a ideia – falaciosa – que a migração é uma ameaça que atinge o Norte global. Isso foi demonstrado especialmente nos Estados Unidos, que acolheram 85 mil refugiados em 2016, mesmo ano em que Donald Trump foi eleito como presidente, e suspendeu a acolhida, além de fazer um intenso combate (no discurso e nas ações) contra os imigrantes, incluindo a separação de crianças de seus pais e de crianças indo sozinhas para julgamentos⁵. O livro “Migrações Sul-Sul” (2019) atesta fortemente a tendência no contexto do Sul global.

⁵ Children Are Being Forced to Represent Themselves in Immigration Courts

Disponível

em:

<https://www.youtube.com/watch?v=34Jf8YvmamU&fbclid=IwAR3N1MyMsXbUukCDXdQ4jOLz8drLzoFIJYNytSGh4naxUIStgqb5UXDtB3g>.

Baeninger (2018⁶) reforça o fato de o deslocamento atual se dar para o Sul global:

[...] a migração refugiada para o Brasil e, em particular, para São Paulo se apresenta como questão demográfica e como modalidade migratória no século XXI. Esta perspectiva da migração refugiada considera elementos que se interconectam: o aumento do deslocamento de refugiados no mundo; o debate acerca do nacionalismo metodológico; a imigração de países periféricos para a periferia do capital; e, no caso brasileiro, sua inserção na rota migratória do refúgio. Uma das marcas dessa população refugiada no Brasil é a diversificação de nacionalidades, em função das políticas restritivas à imigração nos países centrais (p. 11)

Embora reconheçamos que ao longo da história o deslocamento de pessoas sempre ocorreu, é notório o recente aumento dos deslocamentos populacionais forçados, motivados por guerras, conflitos e desastres naturais ou pela reorganização geopolítica. Assim, torna-se fundamental desenvolver e ampliar o debate sobre os temas das migrações e dos refugiados, buscando conhecer as realidades e as potencialidades para a sua inserção cidadã no contexto da sociedade brasileira.

Os migrantes internacionais trazem uma contribuição significativa ao desenvolvimento econômico dos países onde se radicam, com frequência atendendo a necessidades específicas do mercado de trabalho e suprimindo taxas de natalidade decrescentes em certos países. Invariavelmente, os migrantes pagam impostos, movimentam economias locais e difundem suas respectivas culturas nas sociedades que são abertas à diversidade. (Ventura e Yujra, 2019, p. 18)

Os dados sobre migrantes e refugiados no Brasil carecem de consistência e confiabilidade, são de difícil compreensão, partem de fontes antigas, como o último IBGE de 2010, e não incluem os que estão no país de forma irregular. Apesar disso, os dados que temos desmentem a ideia de invasão de migrantes e refugiados no Brasil, como às vezes propagado pela mídia. Há sim um fluxo contínuo com mais variação de origem, que muda dependendo das condições econômicas e políticas de países do mundo.

O Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) é o órgão responsável por analisar as solicitações de refúgio e reconhecer se uma pessoa se enquadra ou não nesta

⁶ A publicação “Atlas Temático – Observatório das Migrações em São Paulo” 2018/Unicamp traz contribuições profundas sobre a migração refugiada, traçando um perfil detalhado dessa população, subsidiando políticas públicas e promovendo os direitos dos migrantes.

categoria. De fato houve um aumento nos pedidos e nos reconhecimentos de refugiados no Brasil nos últimos 10 anos. Os venezuelanos correspondem a 17.865 dos pedidos de refúgios realizados em 2017. Apesar disso, comparativamente com outros países menores e mais pobres, o Brasil recebeu bem menos refugiados. Foram 2% dos venezuelanos entre 2015-2018 ou 50 mil, muitos encontram-se em trânsito, mas o Peru recebeu 354 mil, o Chile recebeu 105 mil e a Argentina recebeu 95 mil venezuelanos, a Colômbia foi o principal destino com 900 mil, além de altas concentrações nos Estados Unidos e Espanha. (Ventura e Yujra 2019)

O número de imigrantes e refugiados no Brasil, apesar do aumento significativo, é ínfimo comparado aos países que fazem fronteira com os Estados em conflito e a Europa, além dos EUA, que têm o maior número de imigrantes do mundo. Wagner Oliveira⁷, em entrevista a João Paulo Charleaux (2017), compara os números brasileiros a de outros países. Em uma população de 200 milhões de pessoas, são 700 mil estrangeiros. A média de imigrantes em países desenvolvidos é de 1,7%. Os Estados Unidos têm o maior volume de migrantes com 14,6%. Canadá e Austrália, países que têm política de atração de imigrantes, têm 21,8% e 28,4%, respectivamente. Na América Latina, o Brasil lidera apenas na recepção aos sírios, cerca de três mil deles estão no país.

Abaixo podemos ver algumas tabelas de solicitações de refúgios no Brasil de 2010 a 2017(1), reconhecimento de refugiados e refugiadas de 2010 a 2017 (2), assim como tabelas de imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados no Brasil, entre 2000-2015, segundo principais países de nascimento e regiões do mundo (3), de acordo com dados recentes de Baeninger (20018).

⁷ Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/08/26/Qual-o-retrato-da-migra%C3%A7%C3%A3o-estrangeira-hoje-no-Brasil-segundo-este-especialista>>.

Tabela 1

Asylum-seek in Brazil, 2010-2017

Solicitação de refúgio no Brasil, 2000-2017

Year Ano	Haiti	Venezuela	Other Outros	Total
2010	442	4	520	966
2011	2549	4	667	3220
2012	3310	1	711	4022
2013	11690	43	5898	17631
2014	16779	201	11405	28385
2015	14465	822	13383	28670
2016	646	3375	6287	10308
2017	2362	17865	13639	33866
2010-2017	52243	22315	52510	127068

Asylum-seek by nationalities: 2017

Solicitação de refúgio segundo nacionalidades: 2017

Country	País	Records Registros
Venezuela	Venezuela	17865
Cuba	Cuba	2373
Haiti	Haiti	2362
Angola	Angola	2036
China	China	1462
Other	Outros	7768
Total		33866

Asylum-seekers in Brazil: principal nationalities

Solicitantes de refúgio no Brasil: principais nacionalidades

Source: National Committee for Refugees (CONARE), Brazilian Ministry of Justice, 2017.
Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), Ministério da Justiça do Brasil, 2017.

(BAENINGER, 2018, p. 26)

Tabela 2

Refugee status recognition: 2010-2017

Reconhecimento de refugiados e refugiadas: 2010-2017

Year Ano	Total per year Total por ano	Stock Estoque	Refugee Resettlement per year Reassentamento por ano	Stock Estoque
2010	126	3904	28	488
2011	124	4035	26	514
2012	199	4284	44	558
2013	691	4975	66	624
2014	2288	7262	43	667
2015	1231	8493	15	682
2016	886	9552	31	713
2017	587	10145	6	719
2010-2017	5246		259	

Source: National Committee for Refugees (CONARE), Brazilian Ministry of Justice, 2017.
Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), Ministério da Justiça do Brasil, 2017.

Refugees: stock 2010-2017

Refugiados: estoque 2010-2017

(BAENINGER, 2018, p. 27)

Tabela 3

International immigrants with refugee status registered (National Registry of Foreigners - RNE) in Brazil, between 2000-2015, by principal countries of birth and regions of the world

Imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) no Brasil, entre 2000-2015, segundo principais países de nascimento e regiões do mundo

Country of Birth	Países de Nascimento	Records Registros	Country of Birth	Países de Nascimento	Records Registros
Latin America and the Caribbean	América Latina e Caribe	962	Republic of Congo	República do Congo	142
Bolivia	Bolívia	70	Federal Republic of Somalia	República Federal da Somália	19
Colombia	Colômbia	771	Sierra Leone	Serra Leoa	71
Cuba	Cuba	33	Sudan	Sudão	30
Ecuador	Equador	34	Togo	Togo	11
Peru	Peru	9	Other Africans	Outros africanos	48
Republic of Haiti	República do Haiti	10	Asia	Ásia	1809
Venezuela	Venezuela	15	Afghanistan	Afganistão	43
Mexico	México	5	Saudi Arabia	Arábia Saudita	12
Other Latin American and Caribbean	Outros Latino-Americanos e Caribenhos	15	Bhutan	Butão	26
North America	América do Norte	4	Iran	Irã	18
United States of America	Estados Unidos da América	4	Iraq	Iraque	124
Africa	África	1520	Lebanon	Líbano	210
Angola	Angola	372	Palestine	Palestina	32
Burundi	Burundi	25	Pakistan	Paquistão	67
Cameroon	Camarões	15	Syria	Síria	1230
Côte d'Ivoire	Costa do Marfim	28	Sri-Lanka	Sri-Lanka	10
Eritrea	Eritreia	18	Other Asian	Outros asiáticos	37
Guinea	Guiné	20	Europe	Europa	23
Liberia	Libéria	33	Germany	Alemanha	2
Libya	Líbia	12	Spain	Espanha	2
Mali	Mali	97	Georgia	Geórgia	2
Nigeria	Nigéria	47	Serbia	Sérvia	2
Democratic Republic of the Congo	República Democrática do Congo	521	Serbia and Montenegro	Sérvia e Montenegro	7
Arab Republic of Egypt	República Árabe do Egito	11	Turkey	Turquia	2
			Other Europeans	Outros europeus	6
			Total		4318

Continue/Continua

Note: Information referring to January/2000 to November/2015.

Nota: Informações referentes a janeiro/2000 a novembro/2015.

Source: National Registration System for Foreigners/ Federal Police - Brazilian Ministry of Justice/ Project MT Brazil/ICMPD/PUCMinas/ Observatory of Migration in São Paulo – NEPO/UNICAMP-Fapesp/CNPq.

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRe)/Polícia Federal-Ministério da Justiça/Projeto MT Brasil/ICMPD/PUCMinas / Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-Fapesp/CNPq.

(BAENINGER, 2018, p. 37)

Assim, a imagem difundida do Brasil no exterior como país aberto e acolhedor para com os refugiados, e internamente com uma suposta abertura a estrangeiros não tem correspondência na realidade e é atestada pelos números acima.

O IBGE de 2010 mostra que o total da população estrangeira que adquiriu nacionalidade brasileira correspondia a apenas 0,3% da população brasileira à época. Já o Sincere (Sistema Nacional de Cadastro e Registro Nacional de Estrangeiros) atesta que o número de migrantes corresponde a 0,6% da população, porém não estão incluídos aqueles em situação irregular. (Ventura e Yujra 2019)

Segundo o Sincere, 32% dos migrantes internacionais estão na cidade de São Paulo, que se tornou um lugar ora de passagem, ora de permanência de milhares de imigrantes nos últimos anos. É possível verificar o aumento de estrangeiros ao caminharmos pelo centro da cidade de São Paulo⁸ e pelos eventos promovidos por suas comunidades. Vemos grupos com roupas típicas, línguas diversas sendo faladas, produtos e comidas desconhecidas por brasileiros como, por exemplo, na Rua do Glicério, região central, onde se localiza um dos principais redutos de abrigo para refugiados, a Missão Paz (igreja e ONG com abrigo para imigrantes). Nesta rua e em seus arredores, vemos uma grande concentração de africanos vindos das mais diferentes regiões da África, usando roupas típicas, falando outros idiomas. Lojas que oferecem internet, venda de chips de celular e ligações para outros países proliferam na região, além da venda de ingredientes típicos para cozinhar. Por cinco anos consecutivos (2015-2019) foi realizado, com apoio da ACNUR, a copa dos refugiados com times de Gana, Nigéria, Mali, Marrocos e muitos outros. Há também eventos culturais como o “Jantar dos Refugiados”, realizado no bar Fatiado Discos, na região oeste da cidade. Restaurantes africanos, peruanos, bolivianos, sírios viraram moda na cidade. Festa como a Alasitas, da comunidade boliviana, junta milhares de pessoas e já faz parte do calendário cultural de São Paulo. A feira Kantuta, na região norte, acontece todos os domingos e promove a cultura boliviana. Comunidades do Mali, Angola e Peru também promovem festas de comemoração de independência de seus países com música, dança e comidas típicas. A maneira como o país receberá e fará sua política migratória afetará como os grupos migrantes se integrarão ou não no país.

⁸ Disponível em: <<http://saopaulosao.com.br/nossas-pessoas/481-o-grande-n%C3%BAmero-de-refugiados-tem-mudado-a-cara-da-cidade.html#>>>.

Abaixo, mais um tabela (4 a e b) de Baeninger (2018), com informações acerca de Imigrantes internacionais com a condição de refugio registrados no Brasil, entre 2000-2015, por Unidade da Federação de entrada (a) e de residência (b).

Tabela 4 (a)

(b)

<p><i>International immigrants with refugee status registered (National Registry of Foreigners - RNE) in Brazil, between 2000-2015, by State of entry in the country</i></p> <p>Imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) no Brasil, entre 2000-2015, por Unidade da Federação de entrada</p>		<p><i>International immigrants with refugee status registered (National Registry of Foreigners - RNE) in Brazil, between 2000-2015, by State of residence in the country</i></p> <p>Imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) no Brasil, entre 2000-2015, por Unidade da Federação de residência</p>	
State Unidade da Federação	Records Registros	State Unidade da Federação	Records Registros
São Paulo	2789	São Paulo	2097
Rio de Janeiro	739	Rio de Janeiro	828
Paraná	199	Paraná	377
Amazonas	154	Rio Grande do Sul	270
Rio Grande do Sul	127	Distrito Federal	165
Acre	99	Amazonas	120
Mato Grosso do Sul	74	Santa Catarina	76
Distrito Federal	35	Minas Gerais	73
Roraima	29	Goiás	59
Ceará	25	Rio Grande do Norte	50
Pará	7	Acre	47
Mato Grosso	7	Mato Grosso do Sul	41
Bahia	6	Maranhão	35
Espírito Santo	5	Roraima	17
Maranhão	4	Mato Grosso	16
Rio Grande do Norte	4	Ceará	14
Pernambuco	4	Bahia	11
Amapá	2	Pernambuco	7
Paraíba	2	Espírito Santo	7
Alagoas	2	Rondônia	3
Minas Gerais	2	Pará	3
Rondônia	1	Amapá	1
Sergipe	1	Alagoas	1
Santa Catarina	1		
Total	4318	Total	4318

Note: Information referring to January/2000 to November/2015.
 Nota: Informações referentes a janeiro/2000 a novembro/2015.
 Source: National Registration System for Foreigners/ Federal Police - Brazilian Ministry of Justice/ Project MT Brazil/ICMPD/PUCMinas/ Observatory of Migration in São Paulo – NEPO/UNICAMP-Fapesp/CNPq.
 Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE)/Polícia Federal-Ministério da Justiça/Projeto MT Brasil/ICMPD/PUCMinas /Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-Fapesp/CNPq.

(BAENINGER, 2018, p. 39)

Abaixo, alguns gráficos a respeito dos locais de residência dos refugiados em São Paulo, retirados da Folha Uol on-line.

Onde vivem os refugiados em São Paulo

Amostra:

5.643 pessoas atendidas pela Caritas em 2018

84 nacionalidades:

Onde vivem

90,2% em São Paulo
9,8% na região metropolitana

Por regiões

55% Leste
26% Centro
9,5% Sul
6,5% Norte
3% Oeste

Principais distritos

Principais distritos, por nacionalidade

Venezuelanos

- > São Mateus
- > Sé
- > Raposo Tavares
- > República
- > Pari

Congolese

- > Artur Alvim
- > Itaquera
- > Sé
- > Sapopemba
- > José Bonifácio

Angolanos

- > República
- > Itaquera
- > Sé
- > Pari
- > Santana

Sírios

- > Brás
- > Belém
- > Pari
- > Sé
- > Mooca

Fontes: Caritas e ACNUR

9

A diferença entre (i)migrantes e refugiados é fruto de confusão e disputa política que se justifica pela necessidade de diferenciar as normas vigentes. Para Ventura e Yujra (2019), tal separação entre migrante e refugiado, e também migração econômica e migração forçada, pode resultar em desproteção de direitos dos imigrantes. Para as autoras, a principal defesa é pelo direito de migrar e ter direito à saúde. As autoras preferem assim usar a expressão “mobilidade humana”, e evitam usar a palavra “estrangeiro”, que tem sentido jurídico preciso, porém com conotação pejorativa, pois traz a ideia de estranho.

Tatiana Waisberg (2015) explica o conceito de refúgio:

No Direito Brasileiro, a Lei 9474/97, o Estatuto dos Refugiados, disciplina a matéria no direito doméstico. O conceito de refugiado é amplo e inclui ao menos três categorias: a) indivíduos que são vítimas de perseguição por motivos políticos, raciais, religiosos, ou nacionais; b) apátridas ou sem residência permanente; e c) vítimas de grave e generalizada violação de direitos humanos. Todas as categorias referem-se a situações em que o indivíduo encontra-se fora de seus pais de origem e não pode retornar, buscando refúgio no território de outros Estados.¹⁰

Apesar de os refugiados estarem amparados e enquadrados de maneira muito específica na lei brasileira, não significa que os imigrantes, que não se enquadram na

⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/mapa-mostra-onde-vivem-refugiados-em-sao-paulo.shtml>>.

¹⁰ Tatiana Waisberg, 2015. Refugiados ambientais no Brasil: o caso dos Haitianos. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40015/refugiados-ambientais-no-brasil-o-caso-dos-haitianos>>.

condição de refúgio, tenham a vida e entrada no país facilitada. Na verdade, os problemas que ambos imigrantes e refugiados têm de lidar são bastante parecidos quando estão em situação de vulnerabilidade social, de gênero, classe e cor.

Dada a crise econômica e política no Brasil, o número de imigrantes e refugiados tem diminuído. Até 2016, 94 mil estrangeiros entraram no Brasil. O número é 23% menor do que em 2014, auge das migrações, naquele momento a entrada foi de 122 mil pessoas. Enquanto nos anos de 2010 a 2014, houve um *boom* nas migrações, conforme descrito nos parágrafos anteriores, o momento político e econômico delicado, que o Brasil enfrenta, refreou as migrações.

A onda migratória no Brasil repete uma característica mundial de predominância masculina, ou seja, 66,7% de homens, o equivalente em termos numéricos a 446 mil. Quanto às mulheres, as chinesas no país representam 51,2%, uma exceção com 9,3 mil mulheres e 8,8 mil homens. Sul e sudeste são as regiões que mais recebem imigrantes com o estado de São Paulo recebendo 45,2% do total.

Apesar da crise brasileira, alguns apontam a diminuição da imigração econômica, mas um aumento de pedidos de refúgio de um grupo específico – os venezuelanos. Anteriormente, houve uma onda de vinda de haitianos que entraram no Brasil como refugiados ambientais. Com a crise político-econômica na Venezuela, a nova onda de refugiados vem da Venezuela.

Algumas particularidades do perfil dos imigrantes influencia a maneira como são recebidos. Por exemplo, a comunidade boliviana e peruana é formada por famílias e por muitas mulheres (quando comparada à migração africana e caribenha que tem alta predominância de homens). A comunidade boliviana tem a estimativa não-oficial de ser mais de 500 mil¹¹. Dessa forma eles conseguem se organizar dentro de sua própria comunidade. Como há muitas crianças nessa comunidade, elas entram no sistema de ensino, o que gera conflitos múltiplos. Nota-se concentração dessa imigração em São Paulo. Em 2000, este município era o lugar de residência de 38% do total dos imigrantes bolivianos residentes no Brasil e 44% se considerarmos a Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com Souchaud (2008). Muitas mulheres que usam o SUS (sistema único

¹¹ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/grande-sao-paulo-pode-ter-ate-500-mil-bolivianos-es0z58td2egmx78zzz8mk5npg>>.

de saúde) também geram conflito de hábitos ginecológicos, nascimento e cuidados com os bebês. Os bolivianos estão em segundo lugar na quantidade de imigrantes no Brasil, em 2016, foram 60,8 mil pessoas entrando no país. A pesquisa de Martes e Faleiros (2013) atesta as dificuldades e particularidades do acesso aos serviços de saúde por parte dos bolivianos.

Os bolivianos estão em segundo lugar na quantidade de imigrantes no Brasil, sendo que em 2016, 60,8 mil deles entraram no país. No entanto, a comunidade boliviana tem a estimativa não-oficial de ser mais de 500 mil pessoas¹², que conseguem se organizar dentro de sua própria comunidade. Nota-se a concentração dessa imigração em São Paulo. Em 2000, este município era o lugar de residência de 38% do total dos imigrantes bolivianos no Brasil e 44% se considerarmos a Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com Souchaud (2008). A pesquisa de Martes e Faleiros (2013) atesta as dificuldades e particularidades do acesso aos serviços de saúde por parte dos bolivianos. Eles enfrentam diversos problemas, podemos citar entre eles a geração de conflitos múltiplos na entrada de suas crianças no sistema de ensino (diferença entre os idiomas, por exemplo), e conflitos causados por diferentes hábitos ginecológicos, de nascimento e cuidados com os bebês, quando as mulheres bolivianas usam o SUS (Sistema Único de Saúde).

Os refugiados sírios, por seu turno, possuem boa formação profissional. Um estudo realizado pela ACNUR mostrou que 74% dos sírios que chegaram à Grécia possuem ensino médio ou ensino superior¹³. Muitos falam inglês, e assim, conseguem se recolocar no mercado de trabalho, abrir negócios e parecem receber um olhar mais favorável por serem considerados brancos no Brasil. Embora fuja do escopo desta pesquisa tratar da questão racial e do racismo, não há como abordar a questão migratória no Brasil sem falar brevemente do racismo, o que chamamos de “racismo à brasileira¹⁴”. No Brasil, falar sobre racismo parece ser um grande tabu, já que se evita o

¹² Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/grande-sao-paulo-pode-ter-ate-500-mil-bolivianos-es0z58td2egmx78zzz8mk5npq>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/estudo-do-acnur-revela-perfil-motivacao-e-necessidades-de-refugiados-sirios-e-afegaos-que-chegaram-a-grecia-em-2016/>>.

¹⁴ Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n24_p405.pdf>.
Disponível em: <http://www.geledes.org.br/racismo-a-brasileira-roberto-da-matta/?gclid=Cj0KEQIA_KvEBRCtzNil4-KR-LIBEiQAmgekFy4CJAbHZ0wlj0QvYKDzmhnhNP2sgGseCv7ZCWgodNgaApl8P8HAQ#gs.3QZLGoY>.

tema, e divulga-se que somos um povo miscigenado e vivemos uma democracia racial, portanto, não podemos ser racistas. No entanto, a discriminação entre brancos e negros é evidente, como no exemplo entre tantos a seguir: O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostrou que os trabalhadores negros ganharam, em média, 59,2% do rendimento dos brancos em 2015¹⁵. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil¹⁶. O assassinato de jovens negros na periferia das cidades expõe o racismo e a violência da sociedade brasileira¹⁷. Algo similar tem acontecido com os refugiados e imigrantes de pele negra. Em 2015, seis haitianos foram baleados na Rua do Glicério¹⁸, no centro de São Paulo. Tudo indica ser um caso de xenofobia e racismo. Situações semelhantes, em geral, com os negros, se repetem por todo o país.

O descumprimento das normas vigentes sobre refúgio e a existência de normas ainda pouco protetivas dos direitos dos migrantes são consequências de uma realidade em que proliferam, mundo afora, equívocos e mitos sobre migrações e refúgio, profundamente ancorados no mundo desenvolvidos, que alimentam as rivalidades entre os povos e se prestam facilmente à manipulação política. A discriminação racial e a discriminação religiosa constituem atualmente partes importantes do discurso xenófobo, também ancorado na construção social da abordagem do tema da mobilidade humana como questão de segurança. (Ventura e Yujra, 2019, p. 26)

No Brasil, temos o Estatuto dos Refugiados, fruto da II Guerra Mundial. O país é signatário, além de países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, da convenção que foi ratificada por 145 Estados, porém, alguns desses países têm adotado políticas migratórias restritivas. O aspecto mais importante da convenção é o *non-refoulement* (não devolução), quando o refugiado chega a um território signatário não poderá ser devolvido ao seu país de origem (Ventura e Yujra 2019 p. 24). Em muitas publicações de Estudos de Tradução e Interpretação chamam a Interpretação Comunitária de “primo

¹⁵ Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/01/28/diferenca-cai-em-2015-mas-negro-ganha-cerca-de-59-do-salario-do-branco.htm>>.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/assassinatos-de-jovens-negros-no-brasil-aumentam-429-em-20-anos/>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1666408-haitianos-sao-baleados-em-ataque-no-centro-de-sp.shtml>>.

pobre” da Interpretação de Conferências. Interessante notar que o mesmo se dá com o direito de migrar que é apontado por Yujra e Ventura como sendo o “parente pobre” dos direitos humanos, porque nem todos os Estados reconhecem tal direito. Vemos então como as áreas de Migração e de Interpretação Comunitária, menos exploradas e com menos expansão acabam recebendo menos atenção, estudos e pesquisas. Mesmo no que são considerados as grandes democracias ocidentais, o direito de entrada é negado. Os países têm soberania para decidir suas próprias políticas migratórias, podendo optar por, por exemplo, limitar os direitos, inclusive políticos dos estrangeiros.

Nos países em desenvolvimento, em geral, há menor restrição no território nacional, mas a ausência de políticas migratórias produz efeitos equivalentes aos das políticas restritivas. A relativa facilidade de cruzar fronteiras porosas é sucedida por uma grande dificuldade de obter a regularização migratória. A situação migratória irregular torna a pessoa vulnerável à precarização das condições de trabalho, aumentando o risco de degradação de sua saúde, e dificultando, assim, a inclusão social e econômica dos migrantes, como ocorre, nos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). (Ventura e Yujra 2019, p. 26)

Por fim, lembramos que segundo o Observatório das Migrações Internacionais e outros institutos, contabilizar o número exato de imigrantes é difícil já que o fluxo de pessoas é dinâmico. As circunstâncias de entrada de pessoas no Brasil, que pode se dar por fronteiras abertas e sem controle, entrada no país como turista e passagem temporária (quando a pessoa usa o país apenas para imigrar para outro) dificultam a contabilização. Outro obstáculo é a limitação de pessoal e dinheiro para realização de pesquisas quantitativas por amostra.

Em 2017, a nova lei de migração (nº 13.445/17) foi sancionada e é considerada um avanço do Estatuto do Estrangeiro da década de 80, que era criticado por ter viés de segurança pública, já que foi elaborado na época da ditadura. De acordo com especialistas, a nova lei traz vantagens aos estrangeiros e equipara imigrantes, apátridas e refugiados, o que pode gerar problemas ao colocar todos os tipos de imigrantes no mesmo patamar. Com prós e contras, a nova lei assegura direito à educação, à justiça e à moradia, bem como acesso igualitário e livre a serviços, programas e benefícios sociais. Com nova lei, os migrantes têm praticamente os mesmos direitos que os brasileiros, e

devem contar com políticas públicas específicas que lhes garantam inclusão social, laboral e produtiva, não podem, porém, participar de concursos públicos.

Até 2017, as leis migratória utilizavam o Estatuto do Estrangeiro, criado durante a ditadura, incompatíveis com os direitos humanos e pautadas pela segurança nacional. O estatuto da migração continha várias proibições como organizar passeatas, comícios, reuniões e expulsão do estrangeiro se este fosse considerado em ação contra a segurança nacional, a ordem e a tranquilidade, entre muitas outras. No fim de 2017, a Nova lei de Migração foi promulgada, com muitos vetos e permanece com muitas críticas. Foi o resultado de lutas das comunidades migrantes, associações e entidades sociais ligadas à causa migrante, mas já é um avanço se comparada ao antigo Estatuto do Estrangeiro, pois a lei já assegura direitos aos migrantes e os colocam em condição de igualdade com os brasileiros independentemente de sua situação migratória estar regularizada ou não. A lei garante ao migrante acesso aos serviços públicos de saúde, assistência social, previdência social, educação etc.

Quanto à regularização migratória, é a Polícia Federal que está encarregada de processar os pedidos. Entretanto, há necessidade de uma autoridade migratória civil demonstrada pelo despreparo da Polícia Federal no atendimento dos migrantes, visto que alguns setores são terceirizados e de má qualidade, recolhendo taxas consideradas altas, além de não contar com funcionários multilíngues e muito menos intérpretes. Muitos migrantes acabam não regularizando sua documentação com medo de detenção e deportação. A tarefa deveria ser executada por pessoal qualificado em políticas migratórias, multilíngues e que zelassem pela proteção dos direitos humanos (Ventura e Yujra 2019, p. 54, 55).

Abaixo uma tabela (5) sobre as dez nacionalidades que mais vieram para São Paulo, no século XXI, retirada do Estado de São Paulo on-line.

Tabela 5

Os recém-chegados

As dez nacionalidades que mais vieram para São Paulo no século 21

ENTRE 2001 E 2017*

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º

Bolívia	China	Haiti	Peru	EUA	Argentina	Colômbia	Paraguai	Japão	França
83.497	20.819	14.000	13.151	13.008	10.590	8.981	8.826	8.607	8.106

*Até primeiro semestre de 2017 (último período consolidado pela PF)

ESTADÃO

19

São os recém-chegados, independentemente de serem refugiados ou imigrantes, que terão mais dificuldades quanto à necessidade de utilizar os serviços públicos, sendo a língua a primeira barreira. Ventura e Yujra (2019) afirmam que a saúde do imigrante é um direito humano, por isso é importante que o encontro médico com imigrante seja desempenhado por um profissional da saúde que entenda o contexto migratório e tenha a capacidade de colocar-se no lugar do outro.

[...] a inadequação dos sistemas de acesso e informação em saúde; a barreira linguística no acolhimento e atendimento; as diferenças culturais nos conceitos de saúde e de doença e seus reflexos na intervenção clínica, com especial atenção à luta de mulheres migrantes e refugiadas pelo parto normal; uma breve resenha sobre saúde mental das comunidades refugiadas; e, finalmente, a necessidade de novas ferramentas de educação permanente para os trabalhadores, bem como de novos atores e equipamentos para a atuação intersetorial na atenção dessas comunidades e na promoção de saúde em ambientes de condições de trabalho não dignos. (Ventura e Yujra 2019, p. 12)

Diante do quadro exposto, resumidamente, podemos perceber que não há uma invasão de refugiados e imigrantes no Brasil, porém, a percepção pode ser diferente, especialmente nos países do Sul global, com dificuldades econômicas e crises políticas, onde os serviços públicos não chegam a toda a população, fazendo com que a chegada de alguns estrangeiros pode causar sentimentos xenófobos e a sensação, por parte dos

¹⁹ Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-nova-face-da-imigracao-nos-464-anos-de-sao-paulo,70002158825>>.

cidadãos, que seus direitos estão sendo retirados para que estrangeiros sejam “privilegiados”. A recente saída do Brasil do Pacto Global para a Migração da ONU, em 2019, deve gerar mais sentimentos de xenofobia entre uma população que dá mostras de caminhar para o conservadorismo. Mesmo com quantidades de imigrantes não tão grandes, especialmente se comparadas a outros países, é necessário que lidemos com as questões dos imigrantes no Brasil. O perfil de idade, gênero, nacionalidade (e consequentemente idiomas) e os bairros onde estão localizados, as comunidades migrantes devem indicar para quem (quais os grupos étnicos, gênero, idade), onde (bairros na cidade, unidade de saúde, escolas etc) e como criar políticas públicas que atendam as necessidades desses grupos.

1.2 SERVIÇOS PÚBLICOS, ONGS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Ao pensar na grande quantidade de imigrantes, ou naqueles que pedem asilo político ao Brasil, faz-se necessário pensar em uma política de assistência linguística a essas pessoas visando facilitar a comunicação no acesso aos serviços públicos. Para tanto, acreditamos ser uma necessidade iminente o treinamento de futuros intérpretes comunitários no país para termos profissionais habilitados.

Uma pessoa recém-chegada a um novo país irá se confrontar com muitos problemas, como o preconceito contra o diferente, o racismo, o novo clima e a cultura, que inclui alimentação e costumes. Quase sempre essa pessoa irá enfrentar os mesmos problemas que as pessoas de baixa renda enfrentam: violência, alto custo de vida, dificuldade de encontrar trabalho, dificuldade em acessar os sistemas de saúde e educação. Porém, os imigrantes enfrentam outro obstáculo: a barreira linguística. Por não falarem a língua local, têm dificuldades de comunicação que atrapalham ou até mesmo impedem que acessem os serviços públicos básicos.

Muitos imigrantes são bilíngues ou até trilingues. No geral, embora não seja regra, as pessoas que estão vivendo há mais tempo no país falarão melhor a língua nacional, mas isso nem sempre é verdade: existem algumas comunidades (principalmente as de mulheres) que preferem limitar o contato com a comunidade receptora e, mesmo

após muitos anos, sua proficiência na língua receptora é fraca; por isso, julgar a competência linguística fundamentando-se nas datas das ondas migratórias nem sempre produz dados confiáveis. A velocidade na qual uma comunidade migrante aprende a língua nacional também depende de uma série de variáveis imprevisíveis, senão aleatórias. (Por exemplo, a comunidade albanesa ou romena pode se integrar linguisticamente de forma mais rápida à sociedade italiana que a comunidade chinesa, já que elas ouvem a língua italiana em seus países de origem e/ou existe uma afinidade entre as línguas [romena e italiana]. O nível de integração pessoal também varia muito dependendo, sem dúvida, da personalidade, classe, educação etc. Outros grupos nacionais podem ter uma forte rede de apoio comunitário composta pela família ou amigos os quais funcionam como intérpretes *de facto* ou unidades de mediação – o que limita, ou pode-se dizer que solapa – o uso de intérpretes e/ou mediadores profissionais.²⁰ (RUDVIN e TOMASSINI, 2011 p. 84).

Nem sempre o tempo que o imigrante está em novo país o leva a aprender o idioma local (há muitas razões para isso: passagem pelo país sem que ele tenha planos de se estabelecer; condições emocionais, temporais e financeiras de se locomover para aprender o idioma; impossibilidade devido à idade ou ao gênero, que pode limitar à interação com outras pessoas; interação limitada com locais; questões religiosas; pertencer a uma comunidade que deseja preservar sua língua e cultural etc).

A questão de similaridade linguística, que é o caso dos falantes de espanhol, faz com que ambos os lados, os imigrantes e os locais, encontrem uma maneira de se comunicarem, além de certa facilidade na aprendizagem do português pela semelhança linguística, conforme atestado acima por Rudvin e Tomassini. Nesses casos, pode ser que a mediação linguística simplesmente pareça ser desnecessária. Porém, sabemos como problemas de comunicação podem surgir mesmo entre idiomas semelhantes.

²⁰ Many immigrants are bilingual if not trilingual. Generally, but not always, those people who have lived in the country longer will speak the national language better, but this is not always true: there are some communities (especially the women) who prefer to limit contact with the host community and even after many years their mastery of the host language is poor; therefore judging language competence on the basis on the dates of immigration waves does not always yield reliable data. The speed with which a particular immigrant community learns the national language also depends on a number of unpredictable, if not random, variables. (For example, the Albanian or the Romanian community might integrate linguistically more quickly into Italian society than the Chinese community because they hear Italian in their home countries and/or there is affinity between the [Romanian and Italian] languages. The degree of individual integration also varies enormously of course depending on personality, class, education, etc. Other national groups may have a strong community support network of family or friends who function as *de facto* interpreters and liaison units, which limits, one might say undermines, the use of professional interpreters and/or mediators. (RUDVIN e TOMASSINI, 2011, p. 84)

A principal base para defesa da interpretação comunitária está na Declaração Universal de Direitos Humanos. De acordo com a declaração, todos os indivíduos devem ter acesso igualitário a serviços legais, sociais e de saúde. Outros direitos residem no Juramento de Hipócrates, no qual os profissionais da saúde juram em atender os pacientes. Ainda há o direito de comércio e de busca de contatos internacionais como um direito civil básico. É óbvia a necessidade de comunicação em diferentes idiomas nas relações do dia a dia e para estabelecer contatos comerciais, na educação etc. A tendência então é que algumas instituições – aquelas que têm consciência da importância de fornecer serviços linguísticos – especifiquem o tipo de interpretação – médica, jurídica – em vez de usar o termo mais geral como interpretação comunitária ou interpretação nos serviços públicos.

A pesquisa realizada por Jubilut (2015) indica que a comunicação é o maior entrave que os imigrantes encontram ao acessarem os serviços públicos no Brasil. Comunicação envolve não ter informação sobre direitos e deveres (usuários e prestadores de serviços) e comunicação linguística entre as duas partes. Sem a comunicação, o serviço não se concretiza ou é realizado de maneira pouco produtiva, com lacunas e mal-entendidos. Quando há interpretação, ela se dá com o intérprete *ad hoc*. Filhos dos usuários ou pessoas da própria comunidade que não compreendem o código de ética da interpretação. O intérprete *ad hoc* tem o seu valor, mas também pode causar problemas e constrangimentos. Entendemos, então, que a questão da comunicação deve ser enfrentada por meio de reflexões, estudos e discussões.

Uma visão interessante trazida por Rudvin e Tomassini, que poderia impactar os serviços públicos se posta em prática, seria a percepção da relação assimétrica entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento quanto aos serviços públicos e sociais. Uma das perspectivas supõe o fenômeno migratório para países em desenvolvimento “recebendo” (*takers*), enquanto os países desenvolvidos estariam “dando” (*givers*). Assim, os migrantes nos países em desenvolvimento estariam em dívida com os países desenvolvidos por estarem recebendo moradia, emprego, educação, serviços de saúde, proteção legal, transporte e acesso a produtos. Apesar de essa visão ser um tanto distorcida e superficial, o resultado dela é um discurso de assimetria entre país anfitrião e as comunidades migrantes. Tal visão afeta a área da interpretação comunitária.

Primeiro, pela percepção da necessidade de comunicação entre as diversas línguas dos migrantes e as línguas do país anfitrião. Há muitas interfaces de comunicação entre tais comunidades e o país nas esferas privadas e públicas, desde a relação entre vizinhos e colegas de escola, até a comunicação em hospitais e serviços de empregabilidade (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 14-15).

Como então organizar os serviços linguísticos que são essenciais para o acesso aos serviços públicos? Quanto à esfera privada, não há como coordenar e organizar a comunicação. Porém na esfera pública, a comunicação é “problema de todos”, uma vez que para uma grande parte da comunidade funcionar bem, governança e vida institucional têm de funcionar de forma efetiva. E a comunicação efetiva é essencial para que tais serviços funcionem. Mas como a sociedade está envolvida nessas decisões?

Para a comunidade como um todo, há muito em jogo no que diz respeito ao gerenciamento dos assuntos públicos, principalmente na esfera econômica. A governança local e nacional é feita não só por meio do dinheiro do contribuinte, mas também pelo voto eleitoral. Por isso, os cidadãos naturalmente sentem que deveriam ter voz acerca da gerência dos assuntos do estado²¹ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 15).

Assim, o papel do intérprete e a maneira em que estão organizados os vários setores variam grandemente, justamente porque refletem a percepção do país quanto ao fenômeno da migração e da experiência de convivência com as novas comunidades. Há, por exemplo, a percepção de um “endividamento” por parte dos imigrantes com o país hospedeiro, que vai afetar como os serviços serão implementados e organizados, incluindo os serviços de comunicação, o orçamento investido e os recursos alocados para tais serviços. Infelizmente, a percepção geral quanto aos serviços de comunicação linguística é bastante generalista e simplista, pois tal serviço é entendido como um processo mecânico. Sendo mecânico, aprendizagem e tradução seriam questões simples, resolvidas com um conhecimento básico de vocabulário e gramática e um glossário. Tal percepção errônea leva a uma enorme desvalorização das complexidades que envolvem a língua, como artefato cultural, e também da tradução, como um

²¹ There is a great deal at stake for the community as a whole in the management of public affairs, not least in the economic sphere. Local and national governance is achieved through the tax-payer's money but also through the citizen's electoral vote, so citizens naturally feel they should have a say in how affairs of the state are run (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 15).

processo cognitivo e cultural bastante complexo. Sem o entendimento real do que envolve o trabalho de comunicação linguística, a população não fará pressão para que o governo lide com essas questões e os serviços de comunicação nunca serão desenvolvidos (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p.15)

Qualquer forma de comunicação institucional será afetada pelas normas e hierarquias institucionais, porém, especialmente na relação que pertence ao receptor e migrante, para ambos politicamente, há razões relacionadas à cultura e à língua, em um evento comunicativo institucional que estará carregado de dificuldades e desafios – no nível micro-linguístico – que são vistos como responsabilidade do tradutor/intérprete²² (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 16).

Toda a dificuldade e desafio de comunicação recaí sob o intérprete. Tal responsabilidade deve ser compartilhada com a instituição que ao mesmo tempo respeita os desafios inerentes da transferência cultural/linguística. Isso só será possível se, durante o ensino/treinamento de intérpretes comunitários, aspectos supra linguísticos relacionados tanto ao país hospedeiro quanto às culturas dos migrantes, além da história da migração do próprio país forem abordados. Outro aspecto é a consciência de que há o papel da assimetria entre país hospedeiro e migrante, não apenas nas instituições, mas também nas estratégias discursivas, utilizadas entre hospedeiro e migrante. É importante e urgente que as instituições públicas entendam os migrantes, e que estes sejam entendidos por elas, para que suas necessidades sejam atendidas de maneira eficiente e realista, dentro das limitações econômicas e organizacionais das instituições (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 16).

Um dos mitos em relação aos migrantes é que eles iriam para países que oferecem serviços públicos, a partir do pressuposto falso de que todo migrante e refugiado é pobre, vulnerável e carente de assistência. Os migrantes e refugiados mais pobres continuam em seus países, pois não possuem recursos financeiros para o deslocamento. Assim, é bastante grande o número de migrantes e refugiados com formação superior, com apoio familiar e financeiro. Segundo Ventura e Yujra (2019), os fluxos migratórios

²² Any form of institutional communication will be affected by institutional norms and hierarchies, but the particular relationship that pertains to host and migrant, for both 'political', but also culture-related and language-related reasons, in an institutional communicative event will be fraught with difficulties and challenges – also at the micro-linguistic level – that are seen as the responsibility of the translator/interpreter. (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 16)

não dependem de o país, para o qual os migrantes vão, possuir redes públicas de assistência. Outro dado a ser considerado é a confusão da necessidade de assistência aos migrantes/refugiados recém-chegados e aos migrantes em geral. Como é impossível prever de onde virá a próxima epidemia, argumentar que a aceitação da entrada de refugiados e imigrantes traria doenças se baseia em preconceitos contra estrangeiros. Um grande perigo quando se rechaça pessoas vindas de determinado país, com medo que elas tenham determinadas doenças, é levá-las a não buscar tratamento, com medo de que sejam afetadas pela sua situação migratória, porém a falta de tratamento dessa população pode ser uma ameaça à saúde pública.

O idioma é uma das principais barreiras a ser identificada tanto pelo usuário quanto pelo trabalhador durante um atendimento intercultural. A comunicação, quando o usuário ainda não domina o idioma local e quando o trabalhador desconhece totalmente outros idiomas, dificulta e limita um atendimento de saúde, seja este programado e de acompanhamento, seja pontual, como é o caso de um acolhimento ou atendimento emergencial. Entretanto, em nenhuma circunstância esta barreira pode se tornar um impedimento do fazer saúde. Partindo desse princípio, e considerando que não seria possível ter todos os trabalhadores bilíngues no campo de práticas, tampouco que todos os idiomas existentes fossem contemplados, torna-se necessário discutir de que maneira é possível realizar um atendimento à saúde ultrapassando a barreira de uma comunicação não fluida. (Ventura e Yujra 2019, p. 67)

As autoras tratam do estranhamento inicial do idioma, mas que com o passar do tempo surgiriam outras formas de comunicação que formariam um vínculo por meio de uma “forma universal de diálogo, como o olhar, o toque e a empatia.” (p. 67), para se construir uma relação usuário e prestador de serviços, que é sempre bilateral. Mas será mesmo que existiria tal forma “universal” de comunicação que estaria à parte da cultura? Há questões importantes de polidez cultural que impedem, por exemplo, o toque entre desconhecidos e entre pessoas de gêneros diferentes. De fato, a linguagem não-verbal constitui parte importante da comunicação e todos os envolvidos em um ato comunicacional devem fazer uso dela, porém acreditar que haveria um diálogo universal seria acreditar que não há necessidade de uma mediação linguística e cultural.

Contudo, acreditamos que a grande contribuição das pesquisadoras Ventura e Yujara (2019), além da sugestão do uso de intérpretes comunitários na área da saúde,

está em “difundir uma cultura de percepção da acolhida aos migrantes e refugiados não como um problema, mas como um fator de enriquecimento de uma sociedade” (p. 13).

Parece haver uma relação entre os países colonizadores no passado e a maneira com que os “países em desenvolvimento” se relacionam com a migração. Os países com menor tradição de colonizador, como a Itália, por exemplo, têm a tendência de ter menos infraestrutura cultural e material para acomodar grandes quantidades de imigrantes. Alguns países tendem a receber mais imigrantes, dado seu passado de colonizador e as relações estabelecidas com as ex-colônias, como a França e o Reino Unido. Outros países que, como a Austrália, por exemplo, não possuem um passado imperialista, mas foram colonizados, lidam de maneira mais positiva com a migração. Já outros, sem passado imperialista, mas com forte tradição democrática, os países escandinavos, por exemplo, também têm lidado com o assunto de melhor maneira (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p.13). Dessa forma, vemos que a maneira como os países lidam com as questões migratórias variam. Assim, a maneira de abordar tal questão deve ser adequada à situação local. Uma maneira de entender as relações entre os locais e as novas comunidades migrantes é ver o que a mídia fala sobre isso.

Aos poucos, há um aumento da consciência de se organizar serviços linguísticos de maneira sistemática. Os lugares que percebem a importância da comunicação têm levado muitas instituições a investir em treinamento e/ou a contratar profissionais que ofereçam serviços linguísticos. Muitas instituições públicas no passado contavam com intérpretes “informais” ou *ad hoc*, às vezes o trabalho de interpretação era desempenhado por parentes dos usuários, crianças, amigos ou até mesmo funcionários bilíngues. Parece evidente que eles não estavam habilitados a fazer interpretação em hospitais, clínicas, escolas, delegacias, presídios, centrais de emprego, escritórios de migração e instituições de serviços sociais, assim como não estarão hoje se o fizerem. Algo positivo a ser mencionado é o aumento de pesquisas acadêmicas na área dos Estudos da Tradução e Interpretação, além da linguagem de sinal, assim como muitos congressos na área têm acontecido pelo mundo, as discussões trazidas por essas pesquisas e congressos certamente ajudarão na profissionalização dessas áreas. Sabemos que os países pioneiros a estabelecer serviços públicos e interpretação comunitária foram a Austrália, Canadá, Suécia e Países Baixos, além de Estados Unidos

e Reino Unido. O estabelecimento da interpretação nas instituições públicas levou a emergência da área como disciplina independente com pesquisas empíricas e teóricas sobre técnicas, terminologia, aspectos legais, institucionais e culturais, além de uma variedade de metodologias (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 3- 4)

Voltando ao caso do Brasil, São Paulo (é a cidade que mais recebe imigrante refugiados, que aqui ficam ou se locomovem para outras cidades e estados a partir daqui) é um exemplo de empenho e interesse na questão migratória e acolhida. A gestão do prefeito Fernando Haddad (terminada em 2016) criou a CPMING (Coordenação de Políticas para Migrantes) e a Política Municipal para a População Imigrante²³, leis que visam garantir que haja serviços públicos e políticas sociais para imigrantes em outras gestões.

Isso posto, vamos explorar como funcionam algumas das principais instituições que fornecem serviços aos imigrantes e refugiados.

Em 2014 foi criado o CRAI (Centro de Referência e Atendimento para Imigrante) especializado no atendimento multilíngue para imigrantes e refugiados. O CRAI é uma parceria realizada entre a prefeitura de São Paulo, estando vinculado ao CPMING e sendo gerenciado pela ONG Sefras (Serviço Franciscano de Solidariedade), que também administra outro aparelho, o Centro de Acolhimento da Bela Vista. Em 2016 um novo CRAI foi aberto em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em uma parceria entre prefeitura e estado com os mesmo objetivos do CRAI São Paulo:

A implantação do Centro objetiva oferecer espaço adequado para abrigar, emergencialmente, refugiados, imigrantes e solicitantes de refúgio, além de promover a integração social e garantir direito à alimentação, acesso à saúde, proteção social, intermediação para o trabalho e capacitação profissional, ensino de língua portuguesa, orientação jurídica sobre direitos e obrigações no país, entre outras ações.²⁴

²³ No dia 7 de julho de 2016 foi sancionada a Lei Municipal nº 16.478 que institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. A Lei é a primeira do país a instituir diretrizes para a política de imigrantes em âmbito municipal. Ela institucionaliza o conjunto de políticas públicas que vem sendo implementado em São Paulo.

Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/programas_e_projetos/index.php?p=205909.

²⁴ Disponível em: <http://www.fgtas.rs.gov.br/centro-de-referencia-e-acolhida-aos-imigrantes-e-refugiados-sera-implantado-no-vida-centro-humanistico>.

Desde que foi criado até hoje, o CRAI passou por muitas mudanças. Atualmente a equipe é formada por quinze pessoas, treze técnicos e dois operacionais, se preocupando com a representatividade migrante, eles contam com sete pessoas da equipe que são imigrantes contratados. Dos cinco eixos, o mais visível certamente é o eixo de atendimento (na sede e itinerante) que consiste em orientação de documentação e regularização migratória. Esse setor é composto apenas por imigrantes por uma questão de comunicação e como forma de causar identificação nos atendidos. Sendo este o setor de primeira acolhida, ser atendido por um imigrante, que já passou por situações semelhantes, pode ser importante como representatividade e vínculo com as comunidades migrantes.

O CRAI faz cerca de 800 atendimentos ao mês. Outro eixo de alta demanda é o serviço social que fornece informações de como acessar os serviços públicos, como assistência à saúde, educação, acolhimento (moradia). Outro eixo é o de empregabilidade (o encaminhamento para vagas é realizado pelo CAT – Centro de Atendimento ao Trabalhador), o CRAI então prepara o imigrante para acessar o mercado de trabalho por meio de encaminhamentos de cursos de português, cursos profissionalizantes e orientação de documentação e leis trabalhistas (inclusive recebendo denúncias e auxiliando nas denúncias de trabalho escravo de empregadores graças às informações oferecidas pelo CRAI). Outro eixo é o da educação, que orienta sobre o acesso ao ensino superior, revalidação de diploma, Celpe-Bras, e outras demandas, como vestibular e cursinhos universitários, além de como acessar a rede de ensino municipal e estadual.

O CRAI, assim como outras instituições, faz parcerias com órgãos públicos e ONGs. A Defensoria Pública da União faz orientação jurídica para população imigrante uma vez por semana, assim como o Veredas - grupo de extensão da USP de psicólogos e psicanalistas, que oferecem acompanhamento psicológico. A Cruz Vermelha oferece o serviço de restabelecimento de vínculos familiares, fazendo contato entre os imigrantes que estão no Brasil e seus familiares. O último eixo é o de articulação, que envolve o contato com organizações, universidades e outros serviços públicos através da formação de servidores. A articulação também envolve o trabalho de *advocacy* que discute a temática migratória e, por estar presente em locais onde é feita essa discussão,

participa do Conselho Municipal de Imigrantes, como suplente da Coordenação de Políticas para Imigrantes e o Comitê de Erradicação de Trabalho Escravo.

Em uma análise²⁵ do perfil de atendimento, o gênero principal atendido é masculino, 77%; a faixa etária está entre 18 a 39 anos; o país de origem com maiores números de atendimentos atualmente é a Venezuela. O perfil anterior de maior atendimento do CRAI era de haitianos, congoleses, o que mostra a mudança das ondas migratórias no Brasil nos últimos cinco anos. O CRAI percebeu a necessidade de atendimento em outras línguas e fez a contratação de refugiados para que o atendimento acontecesse em crioulo haitiano, espanhol, francês, inglês, lingala e português.

O Centro de Integração da Cidadania, o **CIC**, possui uma unidade especial na Barra Funda (inaugurado em 2016), dedicada ao atendimento de migrantes. O CIC está vinculado à Secretaria da Justiça e tem como objetivos o acesso à justiça, à prestação de serviços públicos para população vulnerável, e aproximação do cidadão carente ao estado. Há 28 serviços específicos para imigrantes, entre eles o atendimento da defensoria pública, orientação jurídica em parceria com o ProMigra, orientação migratória, cursos de qualificação profissional do fundo social, curso de gastronomia, moda, beleza, estampa, cursos de português, cursos preparatórios para o ENEM. O CIC do Imigrante em 2019 fez mais de 10 mil atendimentos. O CIC, além de ser um órgão de prestação de serviços, faz a articulação de parcerias para fortalecimento da rede por meio de parceiros para fazer ações conjuntas, oferecendo palestras e conversas com os imigrantes fim de empoderá-los com informações sobre direitos humanos.

O Núcleo de Imigração (Coletivo de Estudos Migratórios) é um coletivo que faz estudos sobre migrações e situa-se dentro do CIC dos Imigrantes, é esta associação que fornece os cursos de línguas e profissionalizantes além das atividades culturais dentro do CIC. Há trabalhadores terceirizados e servidores públicos que ali fazem o atendimento. Alguns dos atendentes falam outras línguas, além do português ou utilizam “parcerias”, que na verdade são pessoas de outras instituições que fazem a

²⁵ O relatório de 2104/2015, disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Relatorio%20Anual%20CRAI.pdf>. Porém, os dados atualizados do último semestre de 2019 foram divulgados no Fórum de Direito ProMigra, realizado em novembro de 2019, com informações divulgadas pela diretora atual do Crai – Sáva Cordeiro.

tradução quando o usuário não fala português, além disso, muitos levam seu próprio intérprete *ad hoc*.

Apesar de alguns progressos, é bastante evidente que o Estado brasileiro não consegue suprir a necessidade de serviços direcionados a imigrantes e refugiados, especialmente no que tange à aprendizagem da língua portuguesa e ao acesso aos serviços públicos. Por isso, ONGs, igrejas e mesquitas têm oferecido diversos serviços. Todos ocorrem na base do voluntariado, pelo interesse das pessoas em direitos humanos ou causa humanitária ou de migração. Ainda assim há falta de infraestrutura e conhecimento para lidar com a situação migrante.

Uma das ONGs que podemos destacar, que atua em São Paulo, é o **CDHIC**²⁶ (**Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante**). A ONG conta com atendimento multilíngue e material traduzido:

é uma organização da sociedade civil que tem como objetivo promover, organizar, realizar e articular ações que visem à construção de uma política migratória que respeite os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais dos imigrantes e suas famílias no Brasil. Atua por meio de ações diretas na assessoria para a regularização migratória, bem como através de atividades de formação política e informativas visando a sustentabilidade dos empreendimentos dos imigrantes e a garantia de condições dignas de trabalho a todos.²⁷

O CDHIC possui 4 eixos de atuação com ações que têm o objetivo de construir uma política migratória que respeite os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais dos imigrantes no Brasil. O primeiro eixo é o de defesa e promoção de direitos das pessoas imigrantes e em situação de refúgio (ações que visam à emancipação através do acesso aos direitos sociais, à cidadania, à informação, atendimento para regularização migratória e orientação e assessoramento jurídico e social, orientação sobre direitos trabalhistas e sindicais, cursos de português, rodas de conversas, projetos com coletivos de migrantes e atividades de intercâmbio cultural. Todas essas ações são realizadas no Espaço Migrantes.); o segundo eixo é o de incidência e *advocacy* nos espaços de decisão (Participação nas discussões para a elaboração de

²⁶ Detalhes sobre atendimentos por nacionalidade, gênero, faixa etárias, além das atividades promovidas podem ser acessadas em: <<https://www.cdhic.org.br/relatoriodeatividades>>.

²⁷ Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/>>.

políticas migratórias em âmbito local, nacional, regional e internacional); o terceiro eixo é o de promoção dos direitos das crianças e adolescentes imigrantes e em situação de refúgio (promover os direitos e as necessidades das crianças por meio de atividades de visibilidade e valorização cultural realizadas nas Tendas Culturais e em espaços públicos.); por fim, a mobilização e articulação (atividades de intercâmbio de conhecimento e organização coletiva, envolvendo as principais forças sociais: comunidades e associações de imigrantes e pessoas em situação de refúgio, sindicatos, pastorais sociais, organizações internacionais, parlamentares e órgãos públicos que atuam na defesa e na promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos, em especial os direitos sindicais e trabalhistas.) Há funcionários e voluntários, sendo que alguns deles falam outras línguas, além de fazerem uso de tradutor automático e as “parcerias” (por telefone) com funcionários de outras instituições para auxiliarem no atendimento quando este não pode ser realizado por motivos linguísticos.

Há diversos grupos focados nas questões dos direitos de imigrantes refugiados que prestam assistência jurídica. O mais proeminente e organizado talvez seja o **ProMigra**, grupo que surgiu dentro da Faculdade de Direito da USP (Largo São Francisco), em 2015. Há uma maioria de estudantes de direito, porém o ProMigra aceita voluntários de fora da área e da universidade. A seleção para ser tornar um voluntário é concorrida, falar outros idiomas é um dos requisitos necessários, embora não falem diretamente sobre interpretação e políticas linguísticas, está implícito que os atendimentos serão realizados pelos voluntários que são multilíngues. Eles têm parcerias com o CIC do Imigrante, fornecendo plantões de atendimento e outros atendimentos itinerantes.

Missão Paz é a instituição filantrópica que virou o símbolo das imagens de migração e refúgio na cidade de São Paulo. Quando ondas migratórias desorganizadas (inclusive aquelas que foram de certa forma causadas por governos de outros Estados e municípios²⁸) chegaram à cidade de São Paulo, a mídia escrita e televisiva chamou bastante atenção de um suposto caos que estava havendo em São Paulo, usando

²⁸ Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/acre-envia-haitianos-para-sao-paulo-sem-avisar/>>.

imagens de filas enormes com imigrantes que clamavam por ajuda humanitária, trabalho e alojamento (especialmente em 2015 com o fluxo haitiano e em 2018 com o fluxo venezuelano²⁹).

A Missão Paz é uma instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Pertencente aos missionários Scalabrinianos, ela atua em favor do público migrante desde os anos trinta do século XX. Ao longo de sua história, ela recebeu italianos, vietnamitas, coreanos, chilenos, bolivianos, paraguaios, peruanos, congoleses, angolanos, nigerianos, colombianos, haitianos, venezuelanos, entre tantos outros povos do mundo. Atualmente, a instituição atende indivíduos de mais de 70 nacionalidades.³⁰

A estrutura da Missão Paz é composta por quatro eixos: Casa do Migrante (abrigo com capacidade para 110 pessoas, oferece refeições, vestuário, material para higiene aulas de português, acompanhamento de assistentes sociais e apoio psicológico); Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM) (eixo de atendimento e serviços para imigrantes, servindo nos seguintes eixos: documentação e jurídico; trabalho, capacitação e cidadania; saúde; serviço social; família e comunidade); Centro de Estudos Migratórios (CEM) (espaço de estudos e pesquisas com biblioteca especializada em migração); **Igreja Nossa Senhora da Paz** (compreende três paróquias - Glicério, a dos italianos e dos hispano-americanos.) A grande estrutura do complexo da Missão Paz fez com que ela pudesse atender quase sete mil pessoas em 2016, 60% dos recursos vêm da associação internacional dos Scalabrinianos e os demais valores são apoiados pela sociedade civil, por meio de doações de empresas e indivíduos. Atualmente a equipe conta com cerca de 40 funcionários distribuídos nos vários eixos além de cerca de 50 voluntários. Sobre o voluntariado, também há o pedido por pessoas que falem outras línguas e possam atuar como tradutores/intérpretes e possuam formação acadêmica em qualquer área. No formulário de voluntariado, por exemplo, fala-se em possuir os idiomas mediadores como francês, inglês, espanhol ou árabe.

²⁹ Os links a seguir são artigos sobre os eventos ocorridos na Missão Paz em 2015 e 2018. Disponível em: <<https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/parouquia-nossa-senhora-da-paz-acolhe-haitianos-em-sp-editando-falta-entrevista>>.

Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/haitianos-dramas-rotinas-glicerio-sao-paulo/>>.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/missao-paz-recebe-familias-de-venezuelanos-em-sp.ghtml>>.

³⁰ Disponível em: <<http://www.missaospaz.org/menu/quem-somos>>.

A **Cáritas** Brasileira (faz parte da rede Cáritas Internacional, organismo da CNBB – Condecação Nacional de Bispos do Brasil, portanto ligada à Igreja Católica Apostólica Romana), fundada em 12 de novembro de 1956. Entre os vários eixos nos quais trabalham, há o de Migração, Refúgio e Apátridas, junto com as importantes parcerias com a ACNUR³¹ e o CONARE³², recebendo apoio financeiro da ONU e do Ministério da Justiça, além de empresas e doações. A Cáritas produz muito material informativo sobre migração e direitos em diversos idiomas. No Centro de Referência para Refugiados, há os seguintes eixos: assistência, integração, proteção, saúde mental, atendimento do CONARE, CER, atuação junto à Rede Interinstitucional em prol de Imigrantes e Refugiados e Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Centro de Referência para Refugiados é um projeto da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, realizado na sede da Cáritas, no centro de São Paulo, que tem como objetivo o apoio na integração e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados na cidade de São Paulo.

Nenhum desses órgãos, grupos, ONGs falam claramente a respeito da necessidade de interpretação. Alguns possuem departamentos de tradução de documentos e fazem o recrutamento de voluntários bilíngues/multilíngues, porque percebem naturalmente a necessidade de se comunicarem nas línguas dos imigrantes. Raramente fala-se de intérpretes e quando isso é feito, trata-se de intérpretes *ad hoc*. Mesmo quando citam a vaga de intérprete (sempre atrelada à função de tradutor), não podemos garantir que os recrutadores de fato saibam do que se trata e quais as qualificações que tal intérprete precisa ter. Em geral, espera-se que os voluntários possam desempenhar algum trabalho de tradução e interpretação por serem bilíngues.

³¹ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, com a sigla ACNUR em português e UNHCR em inglês, é um órgão das Nações Unidas. Criado pela Resolução n.º 428 da Assembleia das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1950, tem como missão dar apoio e proteção a refugiados de todo o mundo.

³² O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é formado pelo Ministério da Justiça (que preside o comitê), junto com os ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, do Trabalho, da Educação e a Polícia Federal, e um representante da sociedade civil organizada (cadeira que é alternada entre a Caritas Arquidiocesana de São Paulo e a Caritas Rio de Janeiro), além do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que possui voz mas não pode votar. O Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que é uma organização da sociedade civil organizada, também pode acompanhar as plenárias. O CONARE é considerado um órgão tripartite, ou seja, possui representantes do governo, da sociedade civil e da ONU.

Muitas instituições³³ na cidade de São Paulo, especialmente ONGs e as religiosas, fornecem algum tipo de assistência/serviço para imigrantes e refugiados, nos concentramos nas consideradas mais proeminentes em seus serviços e com maior pertinência no debate migratório - lista corroborada pelo Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo (2018)³⁴. Infelizmente, muitas dessas instituições têm uma visão limitada dos contextos migratórios e da vasta cultura trazida pelas comunidades migrantes, e possuem um foco exagerado na “integração”, que muitas vezes parte da ideia errônea de adequação aos costumes brasileiros, passando especialmente pela aprendizagem da língua portuguesa, sem perceberem que há outras necessidades prementes. Além disso, o Brasil não possui um histórico de trabalho voluntário qualificado. A predominância das instituições religiosas nos serviços de assistência ao migrante acaba por atrair pessoas com ideias assistencialistas e de caridade, o que pode resultar em baixa qualidade dos serviços e falta de qualificações dos voluntários. Não pode ser negado o importante papel que tais instituições cumprem, ao mesmo tempo, é necessário que elas reconheçam o papel do intérprete comunitário para que mais imigrantes e refugiados possam acessar os serviços públicos e os serviços oferecidos por elas, de maneira mais plena.

³³ Lista das principais instituições que oferecem serviços para refugiados e imigrantes em São Paulo: Disponível em: <<https://www.migramundo.com/conheca-ongs-que-apoiam-migrantes-e-refugiados-no-brasil-e-aceitam-voluntarios/>>.

³⁴ Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/atlasmigrefugiada.html>>.

2 INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INCLUSÃO

2.1 AS TEORIAS DA TRADUÇÃO PARA A INTERPRETAÇÃO

Nos anos 1970 e 1980, vimos uma mudança de abordagem da tradução, de uma perspectiva linguística para uma abordagem funcionalista e comunicativa da tradução. Entre os principais teóricos funcionalistas estão Reiss, Manttari, Vermeer, Nord. (MUNDAY, 2008)

Katharina Reiss, por exemplo, aborda a equivalência na tradução no nível do texto e não da sentença ou palavra. Para ela, a equivalência deve ser buscada para atingir a comunicação. Podemos fazer um paralelo claro com a interpretação, já que a interpretação, especialmente a comunitária, visa a facilitar a comunicação entre duas pessoas, portanto, a equivalência seria atingida quando o ato de comunicação se realiza de forma efetiva.

Mas, provavelmente, a teoria funcionalista que mais se aproxima não só da interpretação, mas da interpretação comunitária é a de Holz-Mänttari, conhecida como Modelo de Ação Translatorial (Translatorisches Handeln: Theorie und Methode).

A ação translatorial encara a tradução como uma interação humana motivada por um objetivo e orientada por resultados e se concentra no processo de tradução enquanto combinações de mensagens-transmissores (Botschaftsträger im Verbund) que envolvem transferência intercultural: [Isso] não diz respeito à tradução de palavras, sentenças ou textos, mas sim, em todos os casos, a conduzir a cooperação pretendida por barreiras culturais, permitindo a comunicação funcionalmente orientada.³⁵ (Holz-Mänttari 1984: 7-8; traduzido apud MUNDAY, 2008 p. 77-78)

Podemos resumir a passagem acima nos seguintes termos: o modelo de ação translatorial diz respeito à tradução orientada para a interação humana e é focado no transmissor e receptor, o que de fato deve ser o objetivo da interpretação comunitária. As ideias de cooperação e transposição de barreiras culturais, antes e além das linguísticas, devem ter por objetivo primeiro prover comunicação, o que nos lembra o

³⁵ Translatorial action views translation as purpose-driven, outcome-oriented human interaction and focuses on the process of translation as message-transmitter compounds (Botschaftsträger im Verbund) involving intercultural transfer: [It] is not about translating words, sentences or texts but is in every case about guiding the intended co-operation over cultural barriers enabling functionally oriented communication.

que acontece na interpretação comunitária. Assim, a teoria de Holz-Mänttari foca na produção de um texto-alvo que seja comunicativo para o receptor, mesmo que seja necessário que forma e gênero textual sejam guiados, para que tal texto seja apropriado funcionalmente na cultura de chegada.

Hatim e Mason (1997), por exemplo, falam do tradutor como comunicador. Tal abordagem é interessante, pois considera todos os atos de tradução como essencialmente atos de comunicação. Em vez de diferenciar tradução literária e não-literária, intérprete e tradutor, mesmo tendo em conta que tais diferenças existam, os autores focam na comunicação como algo flexível. (MASON, HATIM, 1997, p.vii, viii)

Munday (2007), por sua vez, edita um compêndio chamado *Translation as Intervention*, cujos preceitos dialogam com um ponto que queremos levantar: a tradução como intervenção nos seus diversos aspectos, ou seja, a tradução e talvez principalmente a interpretação intervêm no mundo, nas culturas e na vida das pessoas. Ainda na esteira desse pensamento, especialmente no primeiro capítulo de Carol Maier (2007), o tradutor aparece como ser interveniente. Maier menciona eventos óbvios de intervenção do intérprete, como aqueles de interrogatórios no Iraque ou em Guantánamo. Nessas ocasiões, não só os que necessitam dos serviços do intérprete sentem imediatamente a intervenção deste, como o próprio intérprete sente as consequências de sua intervenção. Mesmos os intérpretes que trabalham em situações menos tensas estão o tempo todo intervindo, participando, afetando e sendo afetados, física e mentalmente, pelos seus atos. (MUNDAY 2007, xi, xii)

Maier³⁶ relembra a proposta de Venuti (1986) de transformar o tradutor em um ser mais visível, tanto na sua produção, quanto no local de trabalho. Para a autora, há cada vez mais interesse no profissional e mais reconhecimento de sua influência, mas também do perigo. Portanto, o papel desse profissional é sempre conflituoso.

Os acadêmicos da tradução que trabalham em diversas áreas dos estudos da tradução também começaram a examinar tanto o efeito complexo que a tradução pode ter em tradutores individualmente,

³⁶ Maier, em nota de rodapé em seu artigo, afirma usar a palavra “tradutor” para se referir tanto a tradutores quanto a intérpretes.

quanto o papel que os tradutores podem ter – e têm – coletivamente na sociedade como um todo.³⁷ (MAIER, 2007, p.1)

Podemos notar na passagem acima que Maier salienta a potência na ação do tradutor na sociedade. Quando falamos de intérpretes comunitários que por sua ação tradutória irão impactar decisão de juízes, policiais federais e diagnóstico médico, para citar apenas alguns contextos de atuação, fica mais que claro que o efeito provocado em uma interpretação irá impactar a sociedade. Podemos nos perguntar se os profissionais que atuam na área comunitária possuem agência sobre seu papel e seu “poder” de intervenção na realidade.

Em geral, a ideia de um agente interveniente parece mais negativa do que positiva, especialmente se pensarmos nas questões emocionais que envolvem a interpretação. Quando há envolvimento (demais) por parte do intérprete, ele sente perder em qualidade tradutória. Maier afirma que isso se dá porque, vez por outra, encontramos descrições “envenenadas” do papel do tradutor. A autora cita Sandra Hale (2005, p. 15) que, por sua vez, aponta uma crise de identidade do intérprete causada por um tipo de ambivalência quanto ao seu papel, além de sua própria insegurança e a tendência existente de se subestimar as tarefas do intérprete. É consenso que intérpretes são os que mais sofrem com críticas do tipo “o que deveria ter sido feito” ou “como deveria ter agido” em determinadas situações. Maier cita também María Carmen África Vidal Claramonte (apud HALE 2007), cujo estudo discute o desconforto dos intérpretes na área legal que sentem que seu valor parece estar mais próximo dos réus do que das autoridades legais. Situação similar é relatada por Moira Inghilleri (2003 apud Munday, 2007) em relação aos intérpretes nos campos de refugiados (nas entrevistas para a entrada no país), que se encontram no meio de duas agendas. (MAIER, 2007)

É interessante notar que após o 11 de setembro e a invasão do Iraque, houve um crescente interesse, tanto da academia, quanto da mídia e do público leigo, no papel e agentes que fazem tradução e interpretação. O interesse vem sempre mesclado à polêmica e desconfiança, em especial em relação aos intérpretes, quando são

³⁷ Translator scholars working in various areas of translation studies have also begun to explore both the complex effect that translation can have on individual translators and the role that translators can – and do – play collectively in society as a whole.

retratados pela mídia ocidental. Uma vez que seus corpos estão visíveis, suas vozes são audíveis e dependemos deles, podemos nos perguntar sobre a visibilidade do intérprete. Visibilidade esta que está sujeita, assim, a críticas e desconfiança.

2.2 (IN)VISIBILIDADE DO INTÉRPRETE, SEU PAPEL E A ÉTICA

O intérprete comunitário não sofre de invisibilidade, pelo contrário, ele intervém o tempo todo em sua prática. Apesar disso, falta visibilidade ao profissional quanto ao seu papel e status. Apesar de ter visibilidade em sua prática de intérprete, o intérprete comunitário não é visto como profissional, o que pode ser demonstrado pela revisão midiática e como ela se refere (quando se refere) ao intérprete.

Quando em situação de emergência, ao se deparar com uma grande quantidade de imigrantes, a mídia divulga a chamada por “tradutores” emergenciais, convocados pelas igrejas ou instituições públicas, pois são eles que fazem o primeiro contato com o grupo de imigrantes. No entanto, ao perceberem a dificuldade de comunicação, pedem por ajuda voluntária de pessoas que falem outros idiomas. Em nenhum momento (ou raramente) a profissão de intérprete é mencionada. Especialmente porque a única associação feita por leigos é a do “tradutor” simultâneo, na cabine, em grandes eventos, mas tal profissional parece não “caber” no contexto migratório.

Angelelli (2004) revisita o papel de diferentes tipos de intérpretes. Sobre os intérpretes comunitários, citando pesquisas empíricas realizadas por vários pesquisadores, diz:

A maioria delas tem sido de natureza qualitativa, estudado diferentes grupos étnicos e diversificado tanto nos tipos de perguntas feitas, quanto no número de encontros analisados, mas cada uma delas tem proporcionado evidências robustas acerca do papel participativo (ou visível) do intérprete.³⁸ (Angelelli, 2004 p. 17)

Fica evidente, de acordo com a autora, o papel visível exercido pelos intérpretes comunitários. A suposta invisibilidade será, na verdade, a falta de consciência, por parte

³⁸ Most of these have been qualitative in nature, have studied different ethnic groups, and have varied both in the types of questions they have asked and the number of encounters analyzed, but each of them has provided solid evidence of the participatory (or visible) role of the interpreter.

dos envolvidos na interpretação, dos papéis do intérprete, e claro, do status deste comparado a outros tipos de intérpretes. Para a autora, os intérpretes (de todos os tipos) têm um papel poderoso que é ignorado. A partir de suas pesquisas, ela percebe que os próprios intérpretes têm consciência de seu papel visível em todas as instâncias de trabalho. Ela afirma que o papel dos intérpretes e tradutores hoje, no nosso mundo globalizado, é crucial e de importância social. Acrescenta ainda o papel deles como *gatekeepers*, facilitando a comunicação de falante de línguas majoritárias e minoritárias, pois servem como equalizadores das diferenças de poder. Todos esses papéis, na verdade, confirmam a visibilidade do intérprete.

Em nossa moderna aldeia global, onde o contato cada vez maior e instantâneo entre pessoas de diversas culturas é um fato, o papel social dos intérpretes (e tradutores) tem se mostrado ainda mais essencial que nos tempos antigos. Seja a interpretação nas áreas política, econômica, científica, jurídica, policial, médica ou em qualquer outro tipo de cenário comunitário, e seja ela presencial ou remotamente, os intérpretes são agentes participativos entre as culturas e as línguas. Enquanto interlocutores, eles exercem sua agência a cada interação da qual fazem parte e, ao fazê-lo, eles intermediam a comunicação entre falantes de línguas majoritárias e minoritárias; se tornando, assim, *gatekeepers* ou canais de acesso. Cada evento de comunicação abrange (ou deveria abranger) um intérprete. Os intérpretes têm um importante papel em negociar essas diferenças de poder, constantemente dedicando-se à excelência.³⁹ (Angelelli, 2004, p. 98-99)

Mikkelsen (1999), também abordando o contexto estadunidense, comenta sobre a questão da divisão existente na área de interpretação e aos problemas que isso pode levar. Ela fala sobre certa “obsessão”, por parte dos intérpretes, de se diferenciarem entre si. A literatura dos Estudos da Interpretação revela que as diferenças entre os tipos de interpretação na verdade se sobrepõem e assim, pode ser

³⁹ In our modern, global village, where increased and instant contact among people from various cultures is a given, the social role of interpreters (and translators) has proven to be even more crucial than it was in ancient times. Whether they interpret in the political, economic, scientific, judicial, law enforcement, or medical arena or any other type of community setting, and whether they work face to face or remotely, interpreters are participatory agents between cultures and languages. As interlocutors, they exercise their agency in each interaction of which they are part, and in doing so, they facilitate communication between speakers of majority and minority languages, thus becoming gatekeepers or access channels. Every communicative event includes (or should) include an interpreter. Interpreters play a significant role in brokering these power differentials, constantly striving for excellence.

difícil uma divisão precisa dela. Não obstante, é sabido que há diferenças em cada prática. Por exemplo, a interpretação de conferências é uma área bem estabelecida, competitiva, que demanda profissionais experientes e bem preparados, por esses motivos os intérpretes podem cobrar altas tarifas e são respeitados pelos clientes e admirados pelos colegas. Por outro lado, intérpretes médicos são contratados por hospitais, que nem sempre terão grandes orçamentos para tal função, e eles trabalham com uma equipe médica, que muitas vezes nunca tiveram de lidar com um intérprete antes, ou mesmo com imigrantes com baixa educação formal e que nem sempre sabem como funciona o sistema de saúde do país em que estão. Diante do quadro descrito, vemos que tais participantes não estão em posição de impor um alto padrão aos intérpretes. Muitas vezes, o intérprete não precisa comprovar que passou por algum treinamento em interpretação para ter o emprego. O critério fica apenas nos supostos conhecimentos das línguas estrangeiras necessárias. Sendo assim, a remuneração e status para tal intérprete podem ser medidos basicamente pelo mesmo peso da seleção imposta a ele, ou seja, muito baixos.

Mikkelson toca de forma apropriada na questão levantada acima ao fazer uma analogia que explicita bem a diferente situação do intérprete em cada área:

O jogo viraria caso os organizadores da conferência abordassem o zelador, no dia da conferência, perguntassem se ele falava as línguas em questão e o pressionassem ao trabalho, enquanto os administradores do hospital contatassem, no país de origem do paciente, uma médica que também tivesse se graduado em interpretação e marcassem uma data a fim de que ela viajasse até o hospital para a consulta do paciente. A interpretação que cada um desses pacientes precisa não se alteraria, mas seu comportamento em relação ao intérprete sem dúvida sim.⁴⁰ (Mikkelson 1999, p. 9)

No Brasil, a interpretação comunitária não existe de forma organizada, como já sabemos. Artigos de jornais⁴¹ mostram muitos dos problemas quanto à questão da

⁴⁰ The tables would be turned if the conference organizers approached the janitor on the day of the conference, asked him if he spoke the languages in question, and dragooned him into service, while the hospital administrators contacted a physician in the patient's home country who had also graduated from an interpreting school and set up a date for her to fly in to the hospital for the patient's appointment. The interpreting that each of these clients needs would not change, but their attitude toward the interpreter certainly would.

⁴¹ Ver ANEXO I

visibilidade do intérprete. Ao mesmo tempo em que os intérpretes são muito bem-vindos e vistos como necessários para a comunicação entre imigrantes e instituições, muito pouco é feito para que eles exerçam essa função. Como visto no Artigo 1, do anexo I do Capítulo 2, uma empresa privada é contratada para trabalhar na polícia federal, local que atende imigrantes, mas não é exigido dela que seus funcionários falem outra língua? A contratação de tal empresa não inclui intérpretes, que eles mesmo reconhecem ser determinantes para que o atendimento aconteça? O que fazer em tal situação? Pedir auxílio a uma ONG parece ser a resposta. No entanto, a organização para oferecimento de tais intérpretes voluntários não parece ser suficiente nem apropriada. Pelo que lemos no artigo, o requisito para ser intérprete na polícia federal é ser bilíngue. Tudo indica que a pessoa não passou por nenhuma formação, pois fica evidente o desconhecimento de códigos de ética básicos.

O artigo⁴² com o título: “SP: agentes públicos são capacitados para atender a refugiados e migrantes” trata de uma capacitação para que os agentes (funcionários estaduais e municipais de setores da saúde, educação e assistência social) sejam remunerados para atender melhor os refugiados e imigrantes que chegam ao estado de São Paulo. O ciclo de capacitação, que surgiu a partir da demanda dos refugiados, aborda questões técnicas sobre os direitos dos refugiados, como fazer a recepção a eles e as ofertas de serviços da assistência social. O artigo afirma que o Estado tem uma casa de passagem (abrigo) e que recebe majoritariamente africanos de Angola, Congo e Senegal. Interessante perceber, como relatado no artigo, a consciência que o Estado tem de que deve melhorar seus serviços e atendimento aos refugiados e imigrantes, proporcionando mais informações para seus funcionários. Apesar disso, em nenhum momento a questão da comunicação linguística é posta em discussão. Como se os imigrantes vindos de países africanos e os atendentes apenas precisassem da informação (técnica) para o atendimento acontecer. Podemos, mais uma vez, ver que a questão linguística não é abordada como um problema em nenhum dos comentários sobre a necessidade de tradutores ou intérpretes, ou atendentes bilíngues para efetuar os atendimentos.

⁴² Ver ANEXO II

Outro artigo⁴³: “Refugiados sírios recebem atendimento médico em São Paulo” continua com: “Tradutores da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil ajudaram na comunicação”. O artigo explica como se deu o atendimento aos refugiados sírios em uma parceria entre a FRAMBAS (Federação das Associações Muçulmanas do Brasil) e a UNISA (Universidade de Santo Amaro) que proveu atendimento médico em diversas áreas, sendo a FRAMBAS a cuidar do transporte e organização do evento, além dos intérpretes. Interessante perceber no artigo a ênfase dada à questão da tradução e interpretação no atendimento, inclusive no uso da palavra “intérprete”. Apesar de não termos detalhes de quem são os tradutores e intérpretes voluntários ou como ou se foram treinados para atuar no setor médico, é possível perceber, por parte da associação, o cuidado de prover pessoas para fazer a mediação linguística. De qualquer forma, os intérpretes atuam de forma voluntária.

Uma notícia de 22 de abril de 2016, no Boletim de Notícias do Conjur (Consultor Jurídico) on-line (<https://www.conjur.com.br/2016-abr-22/valida-sentenca-traduzida-reu-estrangeiro-meio-google>), traz a seguinte manchete: “CONDENADO NO BRASIL. É válida sentença traduzida para réu estrangeiro por meio do Google”. O caso abordado na notícia conta que a Justiça brasileira pode, de forma legal, usar a ferramenta do Google Tradutor para traduzir a sentença proferida para um réu estrangeiro que seja condenado no país.

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª região confirmou a legalidade da utilização da ferramenta para traduzir a decisão a um estrangeiro preso durante a operação coioite da Polícia Federal. O réu recorreu da decisão e um dos questionamentos foi justamente o uso do Google Tradutor. Muito interessante ler nesse artigo como a Justiça não só usa o Google Tradutor para emitir as sentenças e o faz de forma legal, mas também entende e afirma que o uso do programa de tradução automática produz resultados satisfatórios. O artigo apenas ilustra a questão da interpretação no ambiente legal. Muitas vezes a interpretação legal ou jurídica será colocada à parte da interpretação comunitária, por se tratar de uma área bastante específica. Mas se nós tratamos a interpretação comunitária como aquela que acontece nos serviços públicos, podemos, então, considerar a interpretação jurídica como parte

⁴³ Ver ANEXO III

da comunitária. Como temos no Brasil um aumento da imigração, também temos o aumento do número de casos de pessoas que não falam português usando os serviços da justiça brasileira.

Ginezi, em seu artigo *A ética na interpretação de tribunal: o Brasil no banco dos réus* (2012), aborda as diferentes nomenclaturas da área da interpretação jurídica e a situação da área no Brasil. Os intérpretes de tribunal no Brasil são os Tradutores Juramentados, que não necessariamente são intérpretes. Quando não há um tradutor juramentado disponível, o próprio juiz pode nomear qualquer pessoa que ele julgar capacitada para atuar como intérprete *ad hoc*. Fica evidente, de acordo com o artigo mencionado acima, que os juízes, apesar de poderem nomear quem quiserem, não sabem quais são as habilidades necessárias para um serviço de qualidade, visto que, por exemplo, no texto do Conjurs, juízes equivalem o Google Tradutor a uma pessoa. Não obstante, sabemos que muito além da competência linguística e terminologia específica, o intérprete precisa conhecer os diferentes tipos de interpretação, como fazê-los, assim como levar em consideração questões éticas. Voltando ao artigo de Ginezi, a autora relata casos em que réus são usados como intérpretes, com óbvio prejuízo para a Justiça e para o réu, e o uso de policiais, que também poderão ser tendenciosos. Apesar de alguma mudança no sistema, com juízes e advogados mais preocupados em ter intérpretes qualificados, ainda falta muito para termos um sistema organizado de intérpretes jurídicos.

Uma iniciativa pontual para se contratar intérpretes para os serviços públicos foi relatada por meio de um anúncio⁴⁴ de uma oportunidade de trabalho (Ver Anexo IV, do Capítulo 2). O anúncio evidencia algumas questões. Primeiro, a percepção da necessidade de pessoas qualificadas para lidar com a mediação linguística escrita e falada dentro da área jurídica. Segundo, trata-se de uma vaga de trabalho remunerada e não trabalho voluntário, o que indica um avanço na percepção de como lidar com o outro que não fala a língua portuguesa. Por outro lado, vemos alguns problemas. Primeiro, a ideia de que as funções de tradutor e intérprete sejam as mesmas. Segundo, o oferecimento é de 1 (uma) vaga, percentual muito baixo dada as necessidades e dimensões do país. Terceiro, a exigência linguística de português e inglês, embora a

⁴⁴ Ver ANEXO IV

língua mais falada pelos imigrantes e refugiados não seja o inglês. Pensar em um segundo idioma que poderia ser usado pelos imigrantes, ou seja, o inglês, coloca este idioma como língua franca. Podemos nos perguntar então a quem ou que tipo de imigrante o trabalho de intérprete irá contemplar dentro do sistema judicial.

Por fim, o último artigo⁴⁵, selecionado para mostrar questões sobre a interpretação comunitária, aborda as dificuldades enfrentadas pelos refugiados e imigrantes quando chegam ao Brasil, da moradia até a falta de emprego. O artigo destaca a questão linguística. Ao mesmo tempo que parece haver uma maior consciência dos problemas enfrentados pelos estrangeiros ao se comunicarem, pouco é feito efetivamente para lidar com o problema. Assume-se que a maior dificuldade para o acesso aos serviços seja a comunicação, porém, a “solução” oferecida é a de ensino de português e não de mediação linguística.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos refugiados é a comunicação. O ensino da língua portuguesa é feito em mesquitas, por voluntários brasileiros e por estrangeiros que estão no Brasil há mais tempo. Mesmo assim, a dificuldade ainda é grande, restringindo o acesso a serviços e documentações necessários para a permanência no país.

O objetivo de analisar alguns artigos da mídia brasileira, como apresentamos acima, é demonstrar como a função do intérprete é invisibilizada pelo público em geral. Apesar de o intérprete, quando em ato tradutório, ser bastante visível por todos os participantes, não só por sua presença física, mas também pelo “produto” tradutório cujo resultado é imediato, ele não o é como sujeito profissional. Isso fica evidente pela não referência ao trabalho do intérprete, pela convocação de pessoas bilíngues para trabalho não-remunerado, pela confusão entre funções de tradutor e intérprete, pela substituição de profissionais por programas de tradução automática, pela contratação de profissionais que não seguem um código de ética.

Angelelli (2003) aborda as percepções do papel do intérprete comunitário e a visibilidade entre os profissionais do Canadá, México e Estados Unidos. Fica evidente no estudo da autora as similaridades com o Brasil, apesar de nosso sistema de interpretação ser quase inexistente. Assim, é comum que intérpretes sejam mostrados

⁴⁵ Ver ANEXO V

como facilitadores invisíveis de línguas, entre duas partes que não compartilham de uma língua comum. De acordo com esse conceito, que Angelelli (2001) chama de invisibilidade, o intérprete não é considerado uma parte da conversa, mas em vez disso, um decodificador da língua (*language-switching operator*), o que está em consonância com o modelo de comunicação de conduíte (Reddy 1979). Vemos desse modo que desde Lederer e Seleskovitch (1989) a fidelidade ao conteúdo e o sentido da mensagem e a precisão têm sido postos como o objetivo da interpretação. Uma visão alternativa, e muito mais contemporânea e realista, enxerga os intérpretes como parceiros essenciais em uma conversa transcultural (Roy 1989, 2000; Wadensjö 1995, 1998) e coconstrutores da interação. Apesar de esse modelo salientar a interação, ele não trata do impacto de tal interação em termos sociais e não leva em consideração fatores culturais trazidos pelo intérprete. No modelo proposto por Angelelli, o intérprete é visível com todos os fatores sociais e culturais que permitem que ele coconstrua uma definição de realidade (p. 16).

[...] O intérprete é visível com todos os fatores sociais e culturais que lhe permitem coconstruir uma definição da realidade com outros coparticipantes da interação. O intérprete é presente com todas as suas profundas percepções acerca de poder, status, solidariedade, gênero, idade, raça, etnia, nacionalidade, status socioeconômico, além das normas e modelos culturais dos fatores sociais que são usados por ele para construir e interpretar a realidade. Conforme o evento comunicativo interpretado (ICE, em inglês) se desdobra, o intérprete não traz somente o conhecimento das línguas e a habilidade para alterná-las ou designar turnos. O intérprete traz o eu. O eu não pode ser artificialmente bloqueado conforme o ICE se desdobra para criar a ilusão de um “intérprete invisível”. O intérprete é “opaco” ao invés de “transparente”, “visível”, não “invisível”.⁴⁶ (Angelelli 2001 apud Angelelli 2003 p. 16).

A verdade é que sabemos muito pouco do papel do intérprete, e como este é percebido por ele mesmo. O pouco que sabemos vem de anedotas e não de pesquisa

⁴⁶ [...] the interpreter is visible with all the social and cultural factors that allow her/him to co-construct a definition of reality with the other co-participants to the interaction. The interpreter is present with all her/his deeply held views on power, status, solidarity, gender, age, race, ethnicity, nationality, socio-economic status, plus the cultural norms and blueprints of those social factors that are used by her/him to construct and interpret reality. As the interpreted communicative event (ICE) unfolds, the interpreter brings not just the knowledge of languages and the ability to language-switch or assign turns. The interpreter brings the self. The self cannot be artificially blocked as the ICE unfolds to create the illusion of an “invisible interpreter”. The interpreter is “opaque” rather than “transparent,” “visible,” not “invisible”.

empírica. Na pesquisa feita por Angelelli (2003), a percepção de visibilidade entre os intérpretes foi maior entre os da área médica, seguido pelos da área jurídica e, por fim, os de conferência. Os resultados mostram clara evidência que os intérpretes não consideram seu papel como sendo invisível em nenhum dos ambientes em que trabalham. Mesmo que as percepções de seu papel variem um pouco de acordo com o ambiente que trabalham, de toda forma, elas desafiam o mito do intérprete invisível.

Há uma visão idealizada do papel do intérprete, inclusive uma autoimagem construída por papéis normativos. Uma das metáforas utilizadas do papel do intérprete é a da máquina copiadora que, sem qualquer envolvimento pessoal, duplica o que é dito em outro idioma. Outra metáfora é a do telefone, o intérprete é visto como um canal, um instrumento que transporta informação, alguém que apenas afeta tecnicamente a mensagem, as palavras, as falas. Claro que tais metáforas são desarrozoadas e não correspondem ao que de fato acontece nas interações com intérpretes – estes são visíveis, influenciam e são influenciados pelos interlocutores.

Hale (2007), por seu turno, aborda o código de ética, sua aplicabilidade, comparando códigos de diferentes países, levantando os principais conceitos mais recorrentes nos códigos de ética da interpretação comunitária, além da opinião de profissionais da área sobre o código. Sua pesquisa com respondentes de várias partes do mundo, com impressões positivas e negativas, mostra que o código tem nível de aceitabilidade diferente entre os profissionais. Algumas das respostas passam por considerar o código de ética como uma bíblia para a prática de interpretação do dia a dia; um olhar realista de que o código é apenas senso comum que ajudará os profissionais a manter um nível desejável de conduta e promoverá alguma consciência nos prestadores de serviço, até a opinião de que o código é desorganizado e ridículo.

Um código de ética profissional proporciona diretrizes para profissionais sobre como se comportar eticamente em prol dos clientes que eles atendem, a profissão que representam e eles mesmos enquanto profissionais. Neumann Solow afirma que um 'código de ética protege o intérprete e diminui a arbitrariedade de suas decisões ao proporcionar diretrizes e padrões a serem seguidos' (1981: 39) [...] na falta de treinamentos compulsórios difundidos e anteriores ao serviço para intérpretes comunitários, o código de ética se tornou o único padrão coerente para a maioria dos países do mundo

por meio do qual as regras gerais de conduta e prática são estabelecidas.⁴⁷ (HALE 2007, p. 103)

O código de ética é importante por reforçar o que o profissional aprendeu durante sua profissionalização. O uso do código de ética é sempre encorajado pelas associações, agências e outras instituições que empregam intérpretes, como um padrão que os intérpretes devem aspirar alcançar. O código deveria ser uma espécie de lembrete de conduta que pode ser acessado e usado como guia do melhor a fazer ou a conduta mais apropriada a ter e justifica a tomada de decisão do intérprete nos eventos, conforme descrito por uma das respondentes da pesquisa de Hale (2007). Ele também serve como apoio e incentivo de conduta em uma profissão bastante solitária.

Hale entende que deveria haver um código de ética uniforme para intérpretes comunitários no mundo todo, já que o código fornece orientações que ajudam os intérpretes a tomar as melhores decisões e a protegê-los de tomar decisões arbitrárias que podem ter consequências negativas. Se todos os intérpretes seguissem o mesmo código de ética, as expectativas daqueles que utilizam seus serviços seriam mais claras, e o papel do intérprete seria mais definido, com menos possibilidades de conflitos. Dessa forma, conforme outros teóricos de igual pensamento (Gentile et al., 1996; Roberts, 1997, Tseng, 1992 apud Hale 2007), haveria maior profissionalização da área da interpretação comunitária, elevação do status da profissão, proteção dos que utilizam os serviços de interpretação, além de servir como mecanismo de controle interno que ganharia confiança do público.

Mas a existência de um código de ética não significa que os profissionais irão automaticamente aderir a ele. Algumas razões para a não adesão seriam simplesmente pelo fato de que alguns profissionais sequer sabem da existência de um código, o que seria o caso dos intérpretes em treinamento ou *ad hoc*; outros poderiam não ver aplicabilidade do código; outros ainda poderiam não ser capazes de cumprir os

⁴⁷ A professional code of ethics provides guidelines for practitioners on how to conduct themselves ethically for the benefit of the clients they serve, the profession they represent and themselves as practitioners. Neumann Solow states that a 'code of ethics protects the interpreter and lessen the arbitrariness of his or her decisions by providing guidelines and standards to follow' (1981: 39) [...] in the absence of widespread compulsory pre-service training for community interpreters, the code of ethics has become the only consistent standard for most countries around the world through which general rules of conduct and practice are set.

princípios contidos nele por falta de competência; alguns poderiam não concordar com as instruções ou não ver razões para segui-las. Todavia as consequências provindas dos atos de um intérprete antiético afetam não só ele mesmo, mas repercutem em todos os envolvidos, assim como em todos os intérpretes como classe, diminuindo a confiança do público neles e em suas atividades (HALE 2007).

Para Wadensjo (1998, p. 286 apud Hale 2007), os intérpretes precisam entender as regras e recomendações do código, o que elas implicam na teoria e na prática de uma interação mediada pela interpretação. Essa compreensão é adquirida com estudo cuidadoso e discussões sobre cada princípio e o que cada um deles significa na prática, as razões para aderir as instruções e as consequências de ignorá-las. Só isso não é o bastante, as discussões devem vir acompanhadas de treinamento prático para que futuros intérpretes adquiram conhecimento e habilidades necessários para tomarem as melhores decisões a partir do entendimento dos conceitos do código de ética, assegurando qualidade aos serviços que prestam.

Por outro lado, alguns têm questionado o código de ética quanto à sua verdadeira aplicabilidade e utilidade, especialmente quanto aos requisitos de precisão e imparcialidade. O argumento apresentado é que tais prescrições seriam impossíveis de alcançar na realidade de profissionais, e que tais preceitos demandariam que os intérpretes traduzissem literalmente, agindo como robôs sem julgamento profissional e exigiriam que fossem invisíveis. Há de fato algumas instruções para se traduzir literalmente, especialmente na área jurídica. O vocabulário do tribunal em geral fala em “tradução literal”, “o intérprete deve atuar apenas como um fio condutor ou telefone”, “o intérprete deve se ver como um transformador de energia”. Tais instruções refletem como há pouquíssimo entendimento do que é a interpretação, fazendo-a parecer um processo simples, que não envolve habilidades específicas. Há bastante preocupação por parte dos magistrados de que os intérpretes traduzam de maneira precisa, especialmente porque há diversos relatos de intérpretes que conversam com o réu durante muito tempo e traduzem apenas pequenos trechos, o que mostra falta de profissionalismo e traz dúvida sobre o conteúdo traduzido (HALE 2007).

Comparando 16 códigos de ética, Hale (2007) entende que os códigos podem ser divididos em três grandes áreas:

1. Responsabilidade do intérprete quanto à enunciação, que inclui precisão, imparcialidade e confidencialidade;
2. Responsabilidade do intérprete quanto à profissão, que inclui questões de conduta profissional como vestimenta, pontualidade e solidariedade;
3. Responsabilidade do intérprete quanto a si mesmo como profissional, que inclui a necessidade de desenvolvimento profissional, definição de seu papel, condições de trabalho adequadas e remuneração financeira pelo trabalho.

A conclusão a que Hale chega, depois de comparar vários códigos, é que nem todos abordam todos os aspectos. O aspecto mais citado é a confidencialidade, seguido pela precisão e depois pela imparcialidade. Isso parece indicar, em sua análise, que se acredita que o maior compromisso do intérprete seja com a confidencialidade. Interessante notar que nem todos os códigos citam a precisão, o que poderia indicar que se imagina que isso já estaria implícito, o mesmo se passa com a imparcialidade.

No caso daqueles que indicam a precisão (*accuracy*), isso não significa uma tradução literal ou agir como uma máquina, ou ter uma performance sem reflexão. Em geral, fala-se de precisão para enfatizar a obrigação do intérprete de ser fiel à mensagem original. Os códigos não mencionam a tradução literal ou palavra por palavra. (ver Hale 2007, quadros p. 109-112) Inclusive a Associação de Linguagem de Sinais do Canada (AVLIC) diz que:

[...] uma interpretação fiel não deve ser confundida com uma interpretação literal. A fidelidade de uma interpretação compreende uma adaptação para fazer com que a forma, o tom e o significado mais profundos do texto-fonte sejam sentidos na língua e cultura alvo.⁴⁸
(HALE 2007, p. 112)

O código da Irlanda, por exemplo, enfatiza a necessidade de se evitar as traduções literais, e o código da Colômbia, por sua vez, menciona a necessidade de adaptações para atingir a atmosfera e o significado do original. Claro que uma tradução palavra por palavra não dará conta do significado intencionado (HALE 2007). O código

⁴⁸ [...] a faithful interpretation should not be confused with a literal interpretation. The fidelity of an interpretation includes an adaptation to make the form, the tone, and deeper meaning of the source text felt in the target language and culture.

de ética do tribunal da Califórnia (California Rules of Court) declara que 'um intérprete deve usar suas melhores habilidades e julgamento para interpretar com precisão'⁴⁹, mostrando assim que este e outros códigos não prescrevem uma performance sem reflexão por parte dos intérpretes (HALE 2007, p. 114).

Há a necessidade de o intérprete ser objetivo e imparcial e garantir que seus sentimentos pessoais, interesses, opiniões e crenças não interfiram na interpretação (dentro do humanamente possível). Quando há claro conflito de interesse, que pode interferir na precisão, o intérprete não estará adequado para o trabalho.

Ninguém pode negar que a completa imparcialidade é impossível. Contudo uma posição consciente 'neutra' pode, em grande medida, garantir o máximo de imparcialidade possível de modo a permitir uma performance ética. [...] Ser neutro não é o mesmo de ser fiel, uma vez que a fidelidade exige muito mais do que a neutralidade. A neutralidade, no entanto, pode facilitar a fidelidade da interpretação. Uma tentativa consciente para manter-se neutro é somente um dos muitos aspectos que podem auxiliar um intérprete a proporcionar uma interpretação fiel.⁵⁰ (HALE 2007, p. 123)

O preceito da imparcialidade é um objetivo que o intérprete deve ter no seu trabalho. Sabemos que não é humanamente possível se despir de toda subjetividade, de opiniões, crenças e ideologias, afinal o intérprete não é mero conduíte. Ao mesmo tempo, reconhecer como a subjetividade afeta seu trabalho, ajuda o intérprete a perceber o próprio trabalho e buscar a imparcialidade.

O código de ética englobará o papel do intérprete, suas responsabilidades e tarefas. Rudvin e Tomassini (2011) incluem na questão ética ter determinados conhecimentos e competências para exercer a profissão. Quanto à atitude do intérprete, podemos destacar questões muito interessantes, raramente levantadas por outros pesquisadores, que são o vínculo e o equilíbrio emocional necessários ao

⁴⁹ an interpreter shall use his or her best skills and judgment to interpret accurately

⁵⁰ No one can deny that total impartiality is impossible. However, a conscious 'neutralistic' stance can go a long way in assuring as much impartiality as is possible to allow for an ethical performance. [...] Being neutral cannot equate to being faithful, as faithfulness requires much more than neutrality. Neutrality, however, can facilitate faithfulness of interpretation. A conscious attempt to remain neutral is simply one of the many aspects that can help an interpreter render a faithful interpretation. (HALE 2007, p. 123)

intérprete, além de passos práticos que podem ser muito úteis, tais como fazer o *briefing* e *debriefing*. A seguir, a divisão proposta:

1. Conhecimento e competência.

CONHECIMENTO

- Compreensão adequada do idioma: das características textuais e pragmáticas;
- Compreensão de características não-verbais: ser capaz de ler a linguagem não-verbal do interlocutor (hesitação, vergonha, medo, polidez, tabus, eufemismo, silêncios, repetição) que pode sinalizar mensagens não-verbais importantes que são cruciais para a comunicação;
- Conhecimento institucional e de campo: deve estar familiarizado com a terminologia institucional, além de ter conhecimento do sistema de saúde, legal, administrativo – e as diferenças dos sistemas nas culturas de chegada e saída;
- Consciência transcultural: possuir uma consciência profunda de questões transculturais que possam levar a problemas na comunicação, além de ser versado nas normas culturais e comunicacionais tanto dos clientes quanto dos prestadores de serviço.

COMPETÊNCIA

- Habilidade linguística ativa: capacidade de produzir discursos significativos na L1 e L2 que satisfaça as exigências de comunicação dos interlocutores;
- Precisão: capacidade de traduzir a fala do interlocutor de maneira completa e precisa;
- Transferência: capacidade de reproduzir e transferir as várias falas dos interlocutores, recorrendo às seguintes competências: cultural, interpessoal, pragmática e linguística.

2. Atitude

IMPARCIALIDADE

O intérprete deve evitar a identificação extrema com a instituição, isso significa não adotar uma atitude julgadora em relação aos interlocutores. Por exemplo, a questão

do *advocacy* versus imparcialidade. Em todos os códigos de ética, fala-se sobre a importância de o intérprete nunca se envolver no processo de interpretação. Porém, isso pode ser difícil na prática. Apesar disso, é muito importante que qualquer envolvimento emocional nunca influencie o processo de interpretação – pelo menos o quanto for humanamente possível. Mesmo quando se aborda a questão da imparcialidade, sabemos que as experiências, opiniões, ideologias e culturas irão aparecer no desempenho do intérprete, mesmo que de maneira sutil, por meio das expressões faciais, gestos, tom de voz, nível de polidez etc., coisas muito difíceis de serem controladas.

Em vez de tentar censurar esses elementos interpessoais e objetivar um desempenho robótico, o intérprete deve ser treinado para reconhecê-los e usá-los positivamente na construção da ponte entre cliente e prestador de serviço, não se tornando um “militante” de nenhum dos lados, mas participando completamente e sendo um interlocutor atento que possui informações essenciais que ambas as partes precisam para se comunicar eficazmente.⁵¹ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 39)

VÍNCULO

Em geral, o cliente está numa situação vulnerável – sendo um imigrante que chegou recentemente naquele país, muitas vezes sem nenhum contato com os daquele país, pode estar confuso e se sentir inseguro quanto aos costumes e formas de comunicação do país hospedeiro, também pode se sentir vulnerável e desconfiado, com medo de ser hostilizado. Assim, para ele, o intérprete pode virar um amigo que irá auxiliá-lo, será um ponto de contato entre ele, a língua e o mundo no qual ele se apresenta. Ao mesmo tempo, o representante do país hospedeiro, no papel de médico, policial, oficial de migração, agente de serviço social, pode enxergar o intérprete como sendo o porta-voz e representante da instituição. (RUDVIN e TOMASSINI 2011)

O vínculo pode ser definido como o sentimento de compaixão ou empatia, uma identificação com o outro. Parece que esse sentimento é algo bastante comum, talvez

⁵¹ Rather than attempting to censor these interpersonal elements and aiming for a ‘robot-like’ performance, the interpreter should be trained to be aware of them and use them constructively in building the bridge between client and service provider, not by becoming an ‘advocate’ of either side but by being a fully participatory and aware interlocutor possessing essential information that both parties need in order to communicate effectively.

um fenômeno inevitável na interpretação comunitária, já que há a figura do cliente em uma posição vulnerável, não apenas por ele não entender nem falar a língua do país aonde chegou, mas também porque ele está passando por certa falta e crise. Assim, o cliente encontra no intérprete a única pessoa que entende sua língua, fato que leva a um vínculo que é normalmente iniciado pelo cliente, mas, às vezes é o próprio intérprete que se identifica com o cliente por razões culturais, de compaixão, quando ambos pertencem a uma mesma minoria étnica (e especialmente quando tal minoria sofre perseguição) ou outros motivos. Idealmente, há um vínculo entre todas as partes da interação, como podemos ler abaixo:

De fato, um vínculo positivo é uma maneira de construir uma relação de trabalho saudável entre as três partes, deixando os clientes à vontade, facilitando a relação de trabalho entre cliente e instituição, além disso, é uma maneira de criar confiança. Entretanto o vínculo nunca deve interferir abertamente no processo comunicativo, já que ele pode interferir na interpretação e prejudicar a imparcialidade, causando ainda mais pressão psicológica sob o intérprete ou sob as demais partes.⁵² (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 39, 40)

Assim, para manter algum nível de imparcialidade, sem prejudicar a situação interpretativa, é importante que o intérprete saiba exatamente qual é o seu papel, como definir os limites entre seu papel profissional e seu desejo de ajudar. Quando o intérprete esclarece aos interlocutores qual é seu papel, durante uma pré-sessão de *briefing*, isso pode ajudar bastante.

EQUILÍBRIO EMOCIONAL

O equilíbrio emocional (*strong nerves*), juntamente com uma plena consciência de seu papel, suas responsabilidades e limitações são pontos essenciais para o intérprete comunitário. Nesta área, é bastante comum os intérpretes se confrontarem com questões sensíveis e dolorosas: violência, agressão, doenças físicas e mentais, morte, traumas, abuso, estupro, tortura, guerra; dentro de ambientes tensos: hospitais,

⁵² Indeed, positive bonding is a way of constructing a healthy working relationship between the three parties, putting the clients at their ease, facilitating the working relationship between client and institution, and it is furthermore a way of building general trust. However, bonding should never be allowed to interfere overtly in the communication process, as it may interfere in the interpretation and may jeopardise impartiality, putting even more psychological pressure on the interpreter or the other parties.

delegacias, fronteiras. Isso tudo irá gerar muito estresse psicológico e emocional, conflitos, raiva, emoções e medos em todos os envolvidos, e o intérprete precisará lidar com todos esses sentimentos enquanto mantém o controle da situação e de seu estado emocional. (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

3. Conduta

CONSELHOS DO INTÉRPRETE

É bastante comum que o cliente peça a opinião ou conselho do intérprete. Nesse caso, o intérprete pode dar informações que podem auxiliar o cliente a tomar sua própria decisão, mas não pode dar sua opinião a fim de influenciar o cliente. Além disso, é importante reafirmar que se o intérprete der sua opinião, ele ferirá o código de ética. Para evitar que tais situações surjam, o intérprete deve furtar-se de discutir o caso quando sozinho com o cliente, por exemplo, na sala de espera, além de desviar-se de conversas paralelas. As conversas paralelas, muitas vezes inevitáveis, podem dar a impressão de que o intérprete não está compartilhando toda a informação igualmente entre todos os interlocutores, ou que ele esteja tomando partido de um dos lados. Até mesmo durante a situação de interpretação, às vezes, é necessário esclarecer algumas questões ao cliente e/ou ao prestador de serviço. Uma maneira de fazer isso sem parecer estar escondendo informações é informar os interlocutores que ele está explicitando alguma questão de ordem linguística ou cultural (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

O intérprete deve saber muito bem os limites e as responsabilidades de seu papel profissional. Às vezes a diferença entre dar um conselho e dar informações sobre diferenças culturais ou institucionais pode ser difícil de ser percebida. Dar opinião ou conselho sobre o progresso de um caso para consolar ou animar o cliente pode ser tentador, porém é extremamente desaconselhável. Assim, quando um intérprete percebe que um mal-entendido pode surgir, devido a razões linguísticas ou culturais, ele deve avisar e controlar a situação para evitar ou esclarecer qualquer mal-entendido. É necessário bastante maturidade e autoconfiança para isso, entretanto – maturidade é adquirida com treinamento e experiência.⁵³ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p.41)

⁵³ The interpreter must be very clear about the limits and responsibilities of her professional role. Sometimes the difference between giving advice and offering information on cultural differences or about institutions can be difficult to establish. Giving opinions or advice about the progress of a case to console or encourage the client can be tempting, but it is highly inadvisable. Nevertheless, when an interpreter

CONFIDENCIALIDADE

A confidencialidade é um dos pontos essenciais do código de ética dos intérpretes. O cliente precisa sentir que pode confiar que o intérprete não vai divulgar as informações compartilhadas durante a sessão de interpretação, especialmente quando o cliente e o intérprete pertencem à mesma comunidade. No começo da sessão, o intérprete deve começar estabelecendo seu papel e os limites e avisar todos os interlocutores que tudo que for dito será interpretado, se houver algo que eles não desejam que seja interpretado, eles devem se refrear de dizer. Porém a percepção de confidencialidade pode variar, por exemplo, os prestadores de serviço podem esperar que o intérprete não divulgue as informações sobre determinado caso ou cliente para outros, mas podem querer que o intérprete lhes conte tudo o que eles julgarem ser relevante ou necessário com propósitos terapêuticos/investigativos, sendo uma confidencialidade unilateral. Um exemplo abaixo:

[...] se o intérprete souber, de uma sessão de interpretação anterior, que o paciente está omitindo informações que podem afetar o resultado terapêutico, a decisão se torna difícil. Se o intérprete souber que o cliente está mentindo sobre benefícios do Estado ou emprego, talvez a decisão seja menos difícil: pacientes e clientes têm o direito de decidir o que compartilhar, com quem, e – se assim desejarem – mentir. E se o intérprete souber que seu cliente refugiado está mentindo sobre as condições políticas em seu país de origem – ele deve contar ao oficial de imigração ou ao terapeuta? Fazer escolhas em uma situação que põe em risco a vida quando a informação que o intérprete tem pode salvar a vida do paciente não é difícil, mas, como diz Pollard (1997-1998: 31), são nas áreas cinzentas, aquelas ‘intermediárias’, que estão as decisões difíceis de serem tomadas.⁵⁴ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 42)

realizes that a misunderstanding is about to arise, for linguistic or cultural reasons, she should nevertheless speak up and take control of the situation to prevent or clarify any such misunderstanding. It takes a good deal of maturity and self-confidence to be able to do this, however – maturity which is acquired through training and experience.

⁵⁴ [...] if the interpreter knows from a previous interpreting session that a patient is omitting to provide information that might affect the therapeutic outcome, the decision becomes difficult. If the interpreter knows that the client is lying about welfare benefits or employment, it is perhaps less difficult: patients and clients have a right to decide what to share, with whom to share it, and – if they choose – to lie. What if the interpreter knows that her refugee client is lying about political conditions in the home country – does she tell the therapist/immigration office? Making choices in a life-threatening situation where the information the interpreter possesses can save the patient's life is not difficult, but, as Pollard says (1997-1998: 31), it is those grey areas, those 'in-between' decisions that are hard to make.

Portanto é o intérprete que deve tomar a decisão, de acordo com o código de ética e das circunstâncias. Quando o intérprete possui um entendimento claro e realista de seu papel, tais decisões se tornam mais fáceis de serem tomadas. Além disso, discutir os dilemas e experiências de interpretação com outros colegas e professores experientes pode ser muito útil (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

PASSOS PRÁTICOS

Discutir o caso e/ou problemas com os prestadores de serviço antes ou depois das sessões pode ser muito útil. Fazer um *briefing* pode ajudar a evitar possíveis mal-entendidos. Apenas alguns minutos antes da sessão, para discutir terminologia e outros aspectos técnicos ou éticos com o prestador de serviço, é uma ação comum e às vezes exigida em alguns países, o que é bastante útil. Se problemas aconteceram durante a sessão (casos terminológicos ou culturais), o intérprete deve pedir por uma sessão de *debriefing* com o prestador de serviço para discutir tais questões. Dessa forma, o trabalho do intérprete se torna mais consciente e ajuda a ensinar os prestadores de serviços a entender as dificuldades e habilidades do intérprete, assim todos podem ter mais consciência das dificuldades da comunicação transcultural, sendo essa uma maneira de sensibilizar os prestadores de serviço. Nesse *debriefing*, há a oportunidade de o intérprete discutir questões e dilemas éticos com o médico, com o psiquiatra ou o juiz. Especialmente na saúde mental, quando os tópicos podem se tornar bastante emocionais e desafiadores para o intérprete, o *briefing* e *debriefing* são importantes (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Conflitos de interesse, que sempre deveriam ser revelados, podem surgir por inúmeras razões: um interesse no resultado de uma situação, conceitos preconcebidos/preconceitos, reações emocionais em relação às pessoas/questões envolvidas, interesse monetário, falta de competência linguística ou cultural, conhecimento ou amizade anterior com o cliente.⁵⁵ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 43)

⁵⁵ Conflicts of interest, which should always be disclosed, can arise for numerous reasons: an interest in the outcome of the situation, preconceived notions/prejudices, emotion reactions to the people/issues involved, monetary interest, lack of linguistic or cultural competence, background knowledge of, or friendship with, the client.

Aceitar ou não um trabalho é uma decisão pessoal. Idealmente, o intérprete deve recusar um trabalho que sente não estar completamente qualificado, linguística ou culturalmente. Apesar desse sentimento, muitas vezes, o intérprete acaba aceitando o trabalho por ser uma emergência, ou porque não há outros intérpretes disponíveis para aquela combinação linguística ou naquele momento. Para evitar problemas e responsabilidades judiciais, o intérprete deve avisar os envolvidos que talvez seu nível de competência não seja o mais adequado (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Os serviços de interpretação nas instituições públicas e privadas, quando são mal organizados ou mesmo inexistentes tornam-se um obstáculo para o bem-estar de milhões de pessoas. O intérprete comunitário precisa estar a par da situação local e dos contextos envolvidos. Deve saber como os serviços linguísticos funcionam em seu país, entender a logística que envolve hospitais, delegacias, tribunais, escolas, centros de trabalho, escritórios de benefícios sociais em sua cidade e as línguas mais comumente usadas, assim como deve saber como intérpretes são contratados e como se dá o treinamento. Uma das primeiras coisas que os que pretendem trabalhar com a interpretação comunitária devem saber é que:

[...] (eles) devem reconhecer como serviços linguísticos (in)eficientes e comunicação (in)adequada impactam diretamente a qualidade dos serviços de saúde, de assistência jurídica, de serviços educacionais, e assim por diante, e a comunicação deficiente em tais áreas pode levar a mal-entendidos, tensões, diagnósticos errados, julgamentos errôneos e outros problemas. Os intérpretes desempenham um papel muito importante como intermediários entre médicos e pacientes estrangeiros e assim afetam a responsabilidade profissional no setor da saúde. Saber que uma boa comunicação permite que migrantes, empresários, turistas ou estudantes estrangeiros acessem serviços básicos e poupam dinheiro, esforços e tensão das instituições e comunidades é bastante motivador para os alunos [de interpretação], enquanto que a comunicação ruim (monolíngue ou bilíngue) pode levar a outros gastos para reparar problemas anteriores e organizar outras sessões de interpretação.⁵⁶ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 44, 45)

⁵⁶ [...] (they) should be aware of how directly (in)effective language services and (in)adequate communication impact on the quality of healthcare, legal assistance, the delivery of education, and so on, and that poor communication in these areas can lead to misunderstandings, tension, misdiagnosis, mis-trials, and other problems. Interpreters play a major role as intermediaries between doctors and foreign patients and thus impact on profession liability in the health sector. The knowledge that good communication allow migrants, businessmen, tourists or foreign students access to all these essential facilities and saves institutions and the community at large both money and unnecessary effort and tension is highly motivating for the students, as is the knowledge that poor communication (monolingual

Os alunos precisam entender a diferença que intérpretes treinados e qualificados podem fazer em sua atuação nos serviços, tanto público quanto privados, assegurando qualidade de atendimento. Como qualquer outro trabalho de interpretação, é necessária preparação adequada, estudo do trabalho a ser realizado, especialmente para os menos experientes. Isso envolve entender muito bem o local onde a interpretação será realizada, revisar a terminologia, além de saber das exigências próprias de cada instituição, que envolverão uma preparação cultural, as diferenças entre as instituições de diferentes países, incluindo títulos profissionais, hierarquias e forma de endereçamento. É essencial também saber as estratégias que podem compensar os vácuos terminológicos e culturais como: paráfrase, explicação, criação de neologismos etc. (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Especificamente no contexto médico, devemos lembrar que há sempre uma sobreposição problemática entre o código de ética do setor e o código de ética do intérprete. Uma questão ética comum é a formação de aliança entre paciente e intérprete. Isso pode ser evitado ao manter-se uma distância discreta, explicar o papel do intérprete, limitar a proximidade física e o contato visual, manter um tom de voz neutro, sendo firme, mas compreensivo, não discutir assuntos pessoais e evitar conversas a sós. Mas provavelmente o maior dilema ético é o de divulgar ou não informações sobre o paciente:

Uma questão mais difícil é se deve divulgar material confidencial importante se o intérprete tiver acesso a informações que o paciente não esteja disposto a dar para o prestador de serviço de saúde (isso pode acontecer se ambos pertencem a uma comunidade migrante pequena ou se o intérprete já tiver interpretado para o mesmo cliente anteriormente). Um critério distintivo que pode ajudar o intérprete a tomar uma decisão é o grau que a falta de informação irá afetar o paciente (há risco de morte?). Como mencionado, essas decisões estão, em última análise, com o intérprete e devem se basear em sua experiência e sensibilidade cultural assim como no que ele aprendeu durante seu treinamento.⁵⁷ (RUDVIN e TOMASSINI, 2011, p. 56)

or bilingual) may lead to further expenditure to repair earlier damage and to organize new interpreting sessions.

⁵⁷ A more difficult matter is whether to divulge important confidential material if the interpreter has access to information that the patient is not willing to give to the health provider (this may occur if they both come from a small migrant community or if the interpreter has interpreted for the client on previous occasions). One distinguishing criterion here that may help the interpreter make his decision is the degree to which the lack of information will affect the patient (i.e. 'is it life-threatening?'). As mentioned, these

Uma questão ética comum dentro do contexto jurídico é o de discutir os casos que o intérprete participou com colegas e familiares e amigos, que pode servir como um apoio psicológico, especialmente em casos de violência. Porém há maneiras nas quais o intérprete pode fazer isso, como se apoiar emocionalmente nos colegas compartilhando suas experiências sem mencionar nomes e detalhes que possam identificar as pessoas envolvidas (RUDVIN e TOMASSINI, 2011, p. 66).

2.3 ATUAÇÃO NÃO-PROFISSIONAL

Pöchhaker lembra que quando se fala em intérprete, em geral, referimo-nos a um profissional de elevado expertise e alta capacidade de desempenhar suas funções tradutórias, alguém que possui habilidades “especiais”. Apesar disso, é difícil diferenciar aqueles que de fato tiveram treinamento especializado na área e os chamados “intérpretes naturais” – sujeitos bilíngues sem treinamento. A realidade da Interpretação Comunitária é a de poucos profissionais treinados, uma vez que há até mesmo predominância de crianças bilíngues fazendo interpretação. (Pöchhaker 2004, p. 18-23)

“A tradução feita em circunstâncias do dia a dia por pessoas que não tiveram treinamento especial para isso” (Harris e Sherwood 1978:155) tem sido prática comum durante a história. Hoje, também, a comunicação com falantes de outras línguas frequentemente depende dos esforços de intérpretes naturais, o caso mais significativo ocorre em cenários comunitários onde crianças bilíngues, filhos de imigrantes ou com pais surdos interpretam para suas famílias⁵⁸.

Espera-se que tais crianças bilíngues deem conta de toda a complexidade de diferentes situações de interpretação, que sabemos ir muito além da língua.

decisions rest, in the final analysis, with the interpreter and should be based on her own experience and cultural sensitivity as well as on what she has learned during training.

⁵⁸ “The translation done in everyday circumstances by people who have had no special training for it” (Harris and Sherwood 1978:155) has presumably been common practice throughout history. Today, too, communication with speakers of other languages often remains heavily dependent on the efforts of natural interpreters, the most significant example in community settings being bilingual children, of immigrants or deaf parents, interpreting for their family. (Pöchhaker 2004, p. 23)

NPTI, sigla em inglês para Tradução e Interpretação não profissional, tem gerado tanto interesse e estudos que após dois congressos, em 2012 e 2014, um volume somente dedicado a essa área foi lançado. É a resposta à necessidade por comunicação para quebrar barreiras linguísticas e culturais que se intensificou nas últimas três décadas como a globalização e novos fluxos migratórios (ANTONINI et al. 2019). Sobre a NPTI, lemos:

[...] sabe-se que tais práticas datam das origens da própria comunicação humana, que ocorrem de maneira formal e *ad hoc* e regular e em contextos tanto formais como informais, são igualmente comuns em instituições públicas e no setor privado, e são desempenhadas por intérpretes não-profissionais, por tradutores e mediadores linguístico/cultural ou por intérpretes treinados profissionalmente e tradutores que trabalham de forma voluntária.⁵⁹ (ANTONINI et al. 2019, p. 2).

Apesar da existência incontestável da tradução e interpretação não profissional e de interesse de pesquisas recentemente, como apontado acima, ela é ainda pouco pesquisada. É considerada a “prima pobre” da tradução e da interpretação profissional. Porém, vemos uma mudança quando há capítulos de livros com temática de tradutores e intérpretes “naturais”, *fansubbing*, *fandubbing*, interpretação não profissional em situações de emergências, desastres e conflitos, assim como linguagem mediada por crianças e mediador cultural. (ANTONINI et al. 2019)

O termo “não profissional” aplicado à tradução e interpretação está já bem estabelecido na comunidade científica, mas é apenas um dos termos utilizados entre outros. Brian Harris, há mais de 40 anos, já utilizava a expressão “tradução natural” para definir a tradução feita por bilíngues sem treinamento. Já nos anos 1980, Shannon introduziu o termo “language brokering” (mediador linguístico) para descrever interpretação e tradução que é realizada naturalmente por crianças. Importante notar que o termo muda o foco de uma perspectiva psicolinguística/psicológica para uma abordagem mais sociológica/sociolinguística. (ANTONINI et al. 2019)

⁵⁹ [...] it emerged that such practices date back to the origins of human communication itself, which occur both on and ad hoc and regular basis and in formal and informal contexts alike, are equally common in public institutions and in private sector, and are performed either by non-professional interpreters, language/cultural brokers and translators, or by professionally trained interpreters and translators who work on a volunteer basis.

A tradução e interpretação não profissional não é realizada apenas por crianças e adolescentes, apesar de esse grupo acabar sendo o foco de pesquisa da área. Há também interesse nos tipos de interpretação dialógica, especialmente em ambientes institucionais, onde intérpretes “informais” substituem os profissionais, são os chamados “ad-hoc interpreters”. O termo se refere à interpretação feita por qualquer pessoa que esteja disponível, por exemplo: equipe bilíngue de um hospital, faxineiras, membros da família, adultos ou menores de idade. Pode ocorrer em outros contextos, por exemplo, com policiais bilíngues ou mesmo prisioneiros estrangeiros. Para Knapp-Potthoff e Knapp (1986; 1987), quem primeiro usou o termo “não profissional” enxerga o intérprete não profissional como alguém que atua como transmissor da mensagem e ao mesmo tempo mediador de pontos de vista, pressuposições e suposições conflitantes. Para Pöchhacker (2008), tal dualidade de papéis é típica dos não profissionais.

Percebemos então que a palavra é utilizada como um termo guarda-chuva, um tanto genérico, que vai englobar diferentes práticas. Ele é escolhido por não ser um termo tendencioso ou com julgamento de valor como outros termos parecem possuir. Por exemplo, o termo “natural” sugere que a habilidade tradutória é inata; o termo “interpretação infantil” mostra a questão da idade; “informal” refere-se mais ao ato que ao ambiente que na verdade pode ser bastante formal e institucionalizado, como consultórios médicos ou entrevistas migratórias. E por fim, *ad hoc* dá ênfase a um evento não-planejado. O termo em inglês “unprofessional” também não seria apropriado pela conotação negativa que carrega. Para enfatizar o não julgamento e certa “neutralidade”, escolheu-se o termo “non-professional”. Mas apesar do nome “não profissional”, não há falta de competência tradutória, conforme podemos ler:

O que é inegável é que intérpretes não-profissionais e tradutores não são qualificados, eles não receberam educação específica nem treinamento para traduzir e/ou para interpretar; isso, claro, nem sempre significa que eles são incompetentes.⁶⁰ (ANTONINI et al. 2019, p. 7)

⁶⁰ What is indisputable is that non-professional interpreters and translators are unqualified, i.e. they have received no specific education and/or training to translate and/or interpret; this, of course, does not always mean they are incompetent.

Assim quais seriam os requisitos esperados de um profissional? O trecho abaixo apresenta alguns atributos: recrutamento, remuneração, código de ética e parâmetros de prática, além de prestígio social. Ao eliminarmos tais características, teríamos a atuação do não profissional:

Um profissional é *recrutado* para fazer um trabalho específico, pelo qual ele/ela será *pago* e pelo qual ele/ela terá de cumprir com regras específicas, com um *código de ética* e *padrões de prática*. Seu status profissional também vai normalmente envolver *prestígio social*.⁶¹ (ANTONINI et al. 2019, p. 7)

Muitas vezes contrata-se o não profissional por ele atuar de forma voluntária, mas ele também pode ser recrutado, como no caso de alguém de uma equipe médica que atua como intérprete. Ele pode ter recebido algum tipo de treinamento para facilitar a comunicação com pacientes imigrantes. Não ser remunerado pelo trabalho não seria óbvio, já que há funcionários de instituições que são pagos para certas funções e a interpretação também faria parte de uma de suas atribuições. Assim também se passa com as crianças-intérpretes que, apesar de não serem pagas com dinheiro, podem ter benefícios dentro de sua comunidade por atuarem na contribuição do bem-estar de todos. Sobre o código de ética, os não profissionais podem cumprir com os códigos de ética dos profissionais com quem trabalham (médicos, advogados etc.) ou cumprir com princípios éticos gerais. Quanto ao status e prestígio social, estes podem existir entre os *ad hoc*, lembrando que há uma grande diferença de status e prestígio entre os intérpretes comunitários e os de conferência. (ANTONINI et al. 2019)

É evidente que há implicações políticas para o mercado de interpretação ao trazermos os não profissionais para o foco de discussão. Aos que apenas ignoram tais profissionais, eles não irão simplesmente desaparecer. Como a maioria dos intérpretes e tradutores não profissionais não são pagos e são mais disponíveis, eles provavelmente atenderão a demanda de serviços. Pode-se discutir se tal demanda irá gerar uma reorientação para serviços remunerados, profissionais e se os que exercem tais atividades irão rumo à profissionalização. Advogar por políticas restritivas contra os não

⁶¹ A professional is *recruited* to do a specific job, for which s/he will be *paid* and which s/he will do complying with a specific sets of rules, i.e. with a *code of ethics* and *standard of practice*. Her/his professional status will also normally involve *social prestige*.

profissionais, sem perceber sua rica diversidade, pode não dar resultados. Antonini e outros autores (ANTONINI et al. 2019) esclarecem que pregar contra o trabalho de intérpretes e tradutores não profissionais, que muitas vezes nem mesmo sabem que estão substituindo profissionais remunerados, pode excluir tais pessoas do trabalho de interpretação que, na verdade, necessitam de treinamento e instrução sobre a profissão.

Da perspectiva do pesquisador de interpretação e tradução, optar por ignorar as práticas não profissionais como um assunto “indigno”, com o medo de reconhecer sua presença no mercado, resultaria apenas na perda do que está se tornando cada vez mais interessante e estabelecido como um campo de estudo. Colegas de outras disciplinas já interagem de maneira muito frutífera com os não profissionais e os usuários finais de seus serviços, não apenas para investigar melhor o fenômeno como também para tentar guiar aplicações práticas para otimizar seu potencial para desenvolvimento pessoal e inclusão social.⁶² (ANTONINI et al. 2019, p. 11)

Uma perspectiva de inclusão social e profissional, como a descrita acima, juntamente com pesquisa de campo, pode resultar, com o tempo, em diretrizes práticas para lidar com os não profissionais e usuários de seus serviços, por exemplo, guiando-os para uma carreira profissional, ou no mínimo promovendo meios para que eles tenham mais consciência do valor de suas práticas, empoderando os usuários e intérpretes não profissionais a fazer escolhas melhores e mais justas, incluindo a recusa de prestar serviços não profissionais e a exigência de serviços profissionais. (ANTONINI et al. 2019)

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Bologna (Rosatto, 2017), dentro do projeto In MedIO PUER(I), trata da recente migração na Itália e de seu sistema penal no qual os próprios presos estrangeiros atuam como intermediadores culturais para os demais. Não há serviços linguísticos profissionais na Itália nos serviços públicos, incluindo as prisões. Porém, dada a quantidade de prisioneiros imigrantes, tanto estes,

⁶² From an interpreting and translation researcher’s point of view, then, choosing to ignore non-professional practices as an “unworthy” subject matter in fear of acknowledging their presence on the Market would only result in missing out on what is becoming an increasingly interesting and established field of study. Colleagues from other disciplines are already very fruitfully interacting with non-professionals and the end users of their services, not only to best investigate the phenomenon but also to attempt to guide its practical applications so as to optimize its potential for personal development and social inclusion.

quanto os que trabalham nas prisões têm de lidar com problemas linguísticos. É uma forma de interpretação *ad hoc* com detentos muitas vezes com baixo conhecimento linguístico entre duas línguas. (Rosatto, 2017)

Sendo o fenômeno migratório na Itália relativamente recente, ainda faltam estudos, dados e financiamento para serviços linguísticos para imigrantes. A modalidade não profissional ou *ad hoc* é presente no país em diversas instituições públicas como hospitais, escolas e delegacias de polícia. Situação similar à do Brasil.

Ainda quanto à Itália, no dia a dia da prisão, detentos e policiais, além de outras pessoas que trabalham em tal instituição, enfrentam problemas linguísticos de comunicação. Assim, detentos com bom comando da língua italiana são convocados para servir como mediadores junto aos detentos estrangeiros recém-chegados que falam a mesma língua do detento-mediador, mas ainda não falam bem o italiano, já que os que trabalham nas prisões não possuem conhecimento nas línguas faladas por detentos estrangeiros. O sistema prisional italiano é considerado um dos piores da Europa, apresentando superpopulação, maus-tratos, estupros, violência e abuso físico e psicológico. Muitos detentos sofrem de doenças infecciosas e psiquiátricas, além de abuso de drogas. (Rosatto, 2017, p. 158)

A opinião pública na Itália transmite uma percepção distorcida de que há um crescimento exponencial de crimes cometidos por imigrantes. A realidade é que a taxa de crimes graves cometidos por não-italianos tem diminuído desde 2008. Pequenos furtos cometidos por eles acabam recebendo muita visibilidade da mídia. Mesmo com o cenário degradante dentro das prisões, imigrantes não são percebidos como vítimas de abusos e crimes. Assim, detentos imigrantes, com necessidades de qualquer indivíduo, inclusive necessidades linguísticas e, portanto, de comunicação, raramente são considerados como campo de pesquisa e atenção. (Rosatto, 2017)

Um dos possíveis motivos para não haver serviços de interpretação profissionais nas prisões italianas poderia ser justificado pela variedade de idiomas ali presentes. Os imigrantes fazem parte de 140 nacionalidades sendo os maiores índices referentes ao Marrocos (18,9%), seguidos de Romênia (16%), Albânia (12,4%), Tunísia (12,2%), e Nigéria (4%), segunda a Cáritas (2014b, p. 23). 46% dos imigrantes vêm da África, 42% da Europa e 12% da Ásia e Américas.

O ambiente da prisão tem um impacto negativo no nível e na qualidade da interação social entre os próprios detentos e entre os detentos e os funcionários. A mistura de culturas, nacionalidades e idiomas dentro do centro de detenção torna o conflito inevitável. Detentos de longo período reportam interações sociais negativas com mais frequência que os demais. A falta de habilidades linguísticas faz com que certos detentos se tornem mais vulneráveis do que outros grupos socialmente mais dominantes. Menores e detentos com idade entre 18 a 24 anos são frequentemente testemunhas de discussões e de violência física.⁶³ (Jesuit Refugee Service-Europe 2010:11 apud Rosatto, 2017, p.163)

Relatórios mostram as dificuldades linguísticas enfrentadas nas prisões que afetam o tratamento de saúde dos presos e suas necessidades linguísticas:

Enquanto a maioria se sente bem, quase um terço diz que os funcionários não atendem adequadamente às suas necessidades. Nesses casos, os detentos expressam sua frustração por não terem acesso a tradutores, terem pouco acesso a produtos de higiene pessoal ou não terem recebido pedidos especiais. A maioria dos detentos diz que suas opiniões refletem a inabilidade dos funcionários de atender diversas de suas necessidades [...]⁶⁴ (Jesuit Refugee Service-Europe 2010:46 apud Rosatto, 2017, p. 163-164)

A partir de questionários respondidos por detentos que frequentavam as aulas de italiano e agiam ocasionalmente como intérpretes dentro da prisão, Rosatto observou que a frequência com que eles eram solicitados para atuar como intérpretes *ad hoc* aumentou quando novos detentos imigrantes chegaram. O estudo buscou examinar qual era a atitude dos detentos perante a prática de interpretação, e como isso poderia afetar sua identidade e autopercepção (de fato há efeitos positivos na sua personalidade, integração e reabilitação), além de identificar que os mediadores tiveram que desenvolver estratégias tradutórias específicas. (Rosatto, 2017)

⁶³ The environment of detention has a negative impact in the level and quality of social interaction among detainees and between detainees and staff. The mix of cultures, nationalities and languages within the detention centre makes conflict inevitable. Prolonged detainees more frequently report negative social interactions than other do. An absence of language skills makes certain detainees vulnerable to other, more dominant, social groups. Minors and detained aged 18 to 24 are frequently witness to arguments and physical violence.

⁶⁴ While the majority feel positive, almost one-third say that staff does not adequately support their needs. In these cases, detainees express frustration at not having access to translators, having too little access to self-hygiene products or not being able to receive special requests. Most detainees say that their opinions reflect staff's inability to fulfill the full range of their needs [...]

No Brasil, há diversos casos de detentos que são intimados a atuar como intérpretes de seus conterrâneos gerando sérios problemas éticos que envolvem confidencialidade e qualidade. Um exemplo é o presídio de Itaí, cujo local abriga 477 estrangeiros de 86 nacionalidades diferentes. Apesar da diversidade linguística, os detentos são incentivados a conversar em português, e os funcionários falam em outra língua com os presos só quando necessário. A defensora pública afirma o seguinte:

Outro direito garantido aos estrangeiros é a presença de um intérprete durante os julgamentos. “O idioma é uma grande barreira. Nós nos viramos quando é preciso falar inglês, espanhol ou francês, mesmo assim todos precisam de um acompanhamento no tribunal. Porém, muitas informações se perdem, porque os intérpretes não sabem o linguajar jurídico”, diz Isabel⁶⁵.

O trecho acima atesta o reconhecimento da questão linguística e traz a importante informação de que os intérpretes *ad hoc* não estão qualificados para o trabalho, nem conhecem a terminologia exigida. Além disso, como nos é informado, não há nenhuma percepção das competências exigidas para se interpretar, além do “linguajar”, inclusive que os presos mesmo podem “se virar” quando julgam ter conhecimento das línguas em questão.

Almeida e Nordin (2017), juiz da vara de Guarulhos e intérprete forense respectivamente, relatam, a partir da experiência em Guarulhos, qual é a situação da interpretação, o que reflete muito da realidade do país como um todo neste quesito, ou seja, há imprevisto e uso de intérpretes não treinados, o que impacta profundamente o acesso à justiça por estrangeiros.

Com efeito, predomina na Justiça Federal brasileira (e particularmente na de Guarulhos) o absoluto amadorismo, despreocupação e imprevisto na seleção, treinamento, orientação, atuação e remuneração dos “intérpretes forenses”, que, muitas vezes, são meros conhecedores do idioma estrangeiro sem formação específica alguma em tradução e interpretação (alguns, estrangeiros residentes há anos no Brasil, sem nenhum estudo linguístico específico além do aprendizado regular da língua estrangeira materna e do Português prático do dia a dia). O “preparo” e a “orientação” dos intérpretes, por sua vez, ficam – de forma absolutamente pontual e assistemática – a cargo de juízes federais mais interessados ou de intérpretes mais experientes (ALMEIDA e NORDIN, 2017, p.3)

⁶⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/unica-prisao-para-estrangeiros-no-brasil-reune-86-nacionalidades-e-ensina-portugues.ghtml>>.

No caso de consultas médicas, há outras atividades que estão muito além da mera tradução da conversa. A pesquisa de Ticca (2017), realizada com grupos indígenas no México, mostra que intérpretes leigos empreendem não apenas a tradução oral, que é a atividade esperada deles, mas outras atividades ditas sociais como: par social ou especialista, com os quais os participantes podem se alinhar ou desalinhar. Eles ajustam tais papéis às necessidades locais e aos participantes. A pesquisa procura identificar as identidades sociais dos intérpretes leigos que participam de consultas médicas cara a cara em uma cidadezinha rural mexicana. Os intérpretes, em geral, irão transitar da tradução linguística para a construção de pontes entre diferenças culturais. Eles parecem não possuir uma identidade estática e pré-estabelecida, e isso não tem relação com idade, gênero, classe social, religião ou etnia, profissão ou formação acadêmica. As identidades aparecem a partir do trabalho de interação, sendo assim, são construídas localmente e desenvolvem-se em relação à atividade que está sendo realizada. (TICCA 2017)

Os intérpretes leigos são aqueles que não recebem qualquer treinamento profissional e têm pouca experiência na área, assim eles têm de desenvolver suas identidades durante o trabalho. Tanto profissionais quanto leigos possuem agência na interação, porém, no caso dos leigos, eles não apenas lidam com problemas práticos de tradução e organização da interação, como também iniciam ou respondem a outras atividades como ligar sintomas a uma doença ou participar de uma conversa não-séria. Tais eventos concomitantes mostram a heterogeneidade do trabalho do intérprete leigo (TICCA 2017)

O mesmo status do “não-profissional” ou “não-treinado” atribuído aos participantes bilíngues coloca alguns problemas de categorização. Tais classificações fazem referência a algo que falta a esses intérpretes – um certo nível de profissionalização – mas nos diz muito pouco sobre quem são eles, o que eles fazem (deveriam fazer), como são tratados pelos coparticipantes e o que é esperado deles. Em termos gerais, intérpretes “não-profissionais” são leigos convidados a participar de um encontro social devido às suas competências linguísticas. Nesse contexto, apenas objetivos e agendas amplas são estabelecidos, o objetivo principal sendo construir uma ponte entre as diferenças linguísticas dos participantes que estão juntos para realizar uma

atividade social (por exemplo uma consulta médica)⁶⁶ (TICCA 2017, p. 109-110)

Em um país como o México, em que várias línguas indígenas são faladas, os intérpretes leigos geralmente são o único recurso disponível para facilitar a comunicação. Segundo Ticca, há estudos de situações multilíngues envolvendo população imigrante, nas quais intérpretes e mediadores semi ou profissionais estão disponíveis. Podemos imediatamente pensar então na questão da qualidade da interpretação feita por intérpretes leigos e o impacto negativo da utilização de intérpretes sem treinamento para o cuidado do paciente.

Ainda de acordo com Ticca (2017), pesquisas na França mostram que intérpretes sem treinamento expressam parcialidade e fazem traduções imprecisas, além do fato de ocorrer a marginalização de pacientes. Nesses casos, há uma mobilização sistemática do conhecimento intercultural do intérprete em vez de suas habilidades linguísticas, impactando assim os significados.

Na pesquisa realizada por Ticca, em Yucatan, México, as consultas médicas são interpretadas por membros bilíngues da comunidade local. Para este complexo trabalho de interpretação, eles se utilizam de seus conhecimentos culturais e de um entendimento das atividades interacionais.

Em geral, esses estudos revelam que a interpretação é um fenômeno multidimensional (isto é, multimodal – verbal e não-verbal -, interacional, cultural, social) que implica a realização de ações sociais que respondem a interações e objetivos sociais específicos a restrições e problemas emergentes, cuja complexidade ainda precisa ser estudada.⁶⁷ (TICCA 2017, p. 111)

⁶⁶ The very same status of “non-professional” or “untrained” attributed to bilingual participants poses some problems of categorisation. Such label makes reference to something these interpreters lack – a certain level of professionalization – but tell us very little about who they are, what they (are supposed to) do, how they are to be treated by their co-participants and what the latter expect from them. In very general terms, “non-professional” interpreters are lay people invited to participate in a social encounter by virtue of their language competences. In such context, only broad agendas and goals are set, the main one being bridging language differences among participants who gather together to accomplish a social activity (e.g. a medical consultation).

⁶⁷ On the whole, these studies reveal interpreting to be a multidimensional phenomenon (i.e. multimodal – verbal and non-verbal -, interactional, cultural, social) implying the accomplishment of social actions that respond to specific interaction and social goals, and emerging constraints and troubles, whose intricacy is still in need to be studied.

No caso mexicano, temos a situação de uma grande variedade de idiomas, por isso é bastante comum que os pacientes tragam seu próprio “intérprete”, que é na verdade um membro da família ou companheiro (a) que participará da consulta médica. Tais intérpretes *ad hoc* são membros da comunidade local e vivem e frequentam a clínica médica. (TICCA 2017)

A seguir Ticca (TICCA 2017) aborda os vários papéis do intérprete leigo. O primeiro é o intérprete como “tradutor”. Isso acontece quando o paciente tem pouco conhecimento da língua do médico, o espanhol mexicano, mas os médicos tendem a contar com a competência linguística de falantes bilíngues. Eles são convidados a intervir como tradutores quando necessário. Sua identidade será então de tradutor. O tradutor seleciona o que é necessário traduzir, ou seja, apenas os trechos em que percebe não haver entendimento para uma das partes. Médico e paciente podem se entender a partir de gestos e linguagem corporal. O tradutor monitora, observando a linguagem facial para perceber se o entendimento prossegue. Às vezes, uma das partes se vira para o tradutor, quando não entende algo, e pede por uma tradução. O monitoramento o torna visível com a identidade de tradução na interação. O intérprete leigo pode atuar como “especialista”. Isso normalmente acontece quando o intérprete faz parte, de alguma forma, da equipe médica. Com base na descrição dos sintomas, ele pode fazer um diagnóstico com base em seus supostos conhecimentos. Algumas perguntas não são traduzidas e algumas respostas também não. Outra identidade é a do intérprete leigo como par social. Estes intérpretes normalmente têm uma relação próxima com o médico e com as pessoas da comunidade. Neste papel, os intérpretes leigos podem se engajar em uma conversa não-séria, incluindo risadas, tratando os problemas do paciente como algo risível e engraçado.

Médico e paciente podem estar alinhados ou não com as identidades performadas pelo intérprete leigo, por exemplo, quando o intérprete é excluído momentaneamente da atividade, ou quando o intérprete responde pelo paciente excluindo-o da atividade. Outra situação seria a de o médico não “acreditar” na tradução feita pelo intérprete e pedir uma reafirmação da resposta do paciente, rejeitando assim a contribuição do intérprete. Dessa forma, percebe-se que a identidade como tradutor dos intérpretes leigos tem de ser constantemente renegociada. Tais atitudes de

alinhamento/desalinhamento com o papel do intérprete mostram que nem sempre os problemas que surgem de mediação dizem respeito a diferenças linguísticas, mas envolvem negociação entre os participantes nos papéis em que atuam. Ainda assim, os intérpretes leigos continuam sendo o único recurso disponível em algumas comunidades, e somente eles poderão fornecer entendimento mútuo quando diferenças linguísticas surgirem (TICCA 2017).

A situação de comunicação didática de um encontro institucional tem o intérprete como terceira parte, o que poderíamos chamar de encontro triádico. O intérprete está visível e às vezes é uma terceira parte muito influente, tanto no sentido positivo quanto no negativo.

Encontros institucionais podem ser vistos como encontros de *gatekeeping*: prestadores de serviço estão em uma posição de fornecer ou negar aos clientes certos serviços, e os processos de decisão são conduzidos por rotinas institucionais específicas e regulações. Em tais constelações, os intérpretes também podem assumir uma função de *gatekeeping* por facilitar ou impedir uma comunicação bem-sucedida.⁶⁸ (TICCA 2017, p. 131, 132, Pöllabauer 2012)

Situação muito similar à que Ticca traz sobre o México acontece no Brasil. Há uma predominância de intérpretes *ad hoc* que são trazidos pelos próprios migrantes, como familiares, maridos, filhos, ou pessoas da própria comunidade, que sentem a “necessidade” de dar conselhos e decidir o que deve ou não ser traduzido.

Ventura e Yujra (2019) abordam a questão da saúde de migrantes no Brasil e atestam que o idioma é uma das primeiras barreiras da população que não fala português para o acesso aos serviços de saúde públicos. Com a impossibilidade de que todos os equipamentos públicos de saúde tenham todos os prestadores de serviço bilíngues, as autoras sugerem o uso de infográficos multilíngues⁶⁹. Além do uso do infográfico para gerar alguma comunicação entre os imigrantes que não falam português, ou falam o idioma de maneira muito limitada, elas defendem algumas necessidades básicas, como a existência de equipamentos de atendimento exclusivos

⁶⁸ Institutional encounters can be viewed as gatekeeping encounters: service providers are in a position to grant or deny their clients certain services, and decision-making processes are steered by specific institutional routines and regulations. In such constellations, interpreters may also assume a gatekeeping function by facilitating or possibly thwarting successful communication.

⁶⁹ Ver ANEXO VI

para migrantes (porém há sempre o perigo de segregação, o que poderia resultar em equipamento exclusivo para determinado grupo); a contratação de prestadores de serviços que sejam imigrantes e assim falem outros idiomas e entendam particularidades culturais; a identificação de prestadores de serviço que sejam bilíngues, dentro dos equipamentos de saúde para atendimento primário; o oferecimento de cursos de capacitação para que os prestadores de serviço aprendam outros idiomas; incentivo de usarem linguagem escrita (já que isso poderia facilitar a comunicação); recrutamento de intérpretes comunitários nos casos mais sérios; elaboração de cartilhas em outros idiomas, entre outras ações. Apesar de as autoras mencionarem os intérpretes comunitários, eles são vistos como pessoas necessárias em casos agudos, os casos mais “simples” poderiam ser resolvidos pelos agentes bilíngues, pela comunicação escrita etc. Novamente temos uma visão distorcida do papel do intérprete comunitário. Além disso, a avaliação da necessidade do intérprete não diz respeito às dificuldades que o usuário teria de se comunicar, mas à gravidade dos problemas de saúde.

A pergunta que fazemos é: existe uma maneira de profissionalizar e remunerar a tradução e interpretação espontânea oferecida por não profissionais? A resposta parece apontar para a necessidade de vários cursos e treinamentos, e certificações de interpretação nos serviços públicos que são focadas nas pessoas que já atuam como mediadores informais, especialmente migrantes bilíngues. (ANTONINI et al. 2019)

3 REVISÃO CRÍTICA DA INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

3.1 DEFINIÇÕES E NOMENCLATURA

Um dos objetivos desta tese é fornecer em português alguns dos princípios, dificuldades e dilemas encontrados na área da Interpretação Comunitária. Sendo uma área emergente e também recente, não há praticamente materiais em português. Sendo assim, passaremos por questões de como os teóricos da Interpretação a definem, a diferenciam de outras áreas, qual o melhor nome para defini-la e explicá-la, as modalidades utilizadas e os dois principais contextos de atuação: o médico e o jurídico.

A Interpretação, sendo um ramo da Tradução, tem recebido diferentes definições, em geral, como um processo de conversão de uma língua para outra, tanto na forma escrita quanto na falada, sendo a interpretação a tradução da palavra falada. Hale (2007) considera a definição de tradução e interpretação a partir de Pöchhacker, que define a interpretação como:

A Interpretação é uma forma de Tradução na qual a primeira e última enunciação em outra língua são produzidas tendo como fundamento uma única apresentação de uma fala em uma língua-fonte.⁷⁰ (Pöchhacker, 2004^a apud Hale 2007, p. 3)

Longe de ser apenas um trabalho de transmissão de uma língua em outra, a interpretação deve levar em conta participantes e contextos e considerar convenções culturais. Uma interpretação e tradução das enunciações são subjetivas à interpretação e subjetividades do próprio intérprete. Quanto mais conhecimento o intérprete possuir das variáveis de contexto, situação, participantes etc., mais sutil será a subjetividade no momento da tradução. A definição da área da interpretação comunitária feita por Hale parte da comparação com a área de conferências e foca nos ambientes nas quais ela acontece.

A Interpretação Comunitária coloca o intérprete nas esferas mais privadas da vida humana. Ela não acontece em negociações sobre grandes decisões políticas internacionais ou em conferências sobre novas descobertas científicas; ela acontece em espaços onde as questões mais íntimas e significantes da vida de indivíduos são discutidas: no consultório médico, no escritório do assistente social ou

⁷⁰ Interpreting is a form of Translation in which a first and final rendition in another language is produced on the basis of a one-time presentation of an utterance in a source language.

do advogado, na prisão, na delegacia ou no tribunal.⁷¹ (HALE 2007, p. 25-26)

Hale (2007, p. 26) nos lembra sobre os espaços onde a interpretação comunitária ocorre, espaços muito privados e íntimos. Sendo assim, há necessidade de os intérpretes seguirem um código de ética rígido que garanta precisão de tradução, confidencialidade e imparcialidade. A importância do intérprete comunitário, juntamente com sua grande responsabilidade, pode ser entendida devido ao trabalho crucial que exerce na vida de muitas pessoas que não poderiam se comunicar sem a intervenção dele.

Smirnov (1997, p. 213 apud HALE 2007, p. 26), comparando a interpretação comunitária com a de conferência, conclui que a “interpretação comunitária é superior na sua importância sócio-humanitária⁷²”. Apesar disso, não há padrões para suas práticas profissionais, nem exigências formais de ensino de interpretação pelo mundo, assim, o trabalho dos intérpretes comunitários continua sendo mal-entendido e desprezado por muitos.

Outro ponto importante, que mostra a fragilidade da área, diz respeito às origens e aos espaços onde as interpretações acontecem, muitas vezes em espaços religiosos e de caridade, e que associa serviço social e interpretação.

De acordo com Gentile e outros, mesmo os intérpretes de conferência não enxergam a Interpretação Comunitária como ‘uma área da interpretação por si mesmo, mas mais como um braço residual de trabalho linguístico, na melhor das hipóteses, ou como um trabalho social multilingual (geralmente com ares de caridade) na pior das hipóteses’. [...] A Interpretação Comunitária representa uma combinação de duas profissões distintas: interpretação e serviço social.⁷³ (HALE 2007, p. 26, 27)

⁷¹ Community Interpreting takes the interpreter into the most private spheres of human life. It does not take place at negotiations about major international political decisions or conferences on recent scientific discoveries; it takes place in settings where the most intimate and significant issues of everyday individuals are discussed: a doctor’s surgery, a social workers’s or a lawyer’s office, a gaol, a police station or courtroom.

⁷² community interpreting is superior in its humanitarian social significance

⁷³ According to Gentile and colleagues, even conference interpreters misunderstand Community Interpreting, not regarding it as ‘an area of interpreting in its own right, but rather as a residual arm of language work at best, or multilingual welfare work (often with a charity air) at worst’. [...] Community Interpreting represents a combination of two separate professions: interpreting and social work’.

As origens históricas da área, que cresceu dentro do contexto de serviços para imigrantes no século 20, conecta o status dos participantes com o status do intérprete. Enquanto o status dos intérpretes de conferência é elevado por estarem trabalhando com grandes figuras internacionais, os intérpretes comunitários são normalmente identificados com a população migrante e refugiada, que normalmente é composta por participantes com pouco poder. Resumindo, Hale (2005 apud HALE 2007) afirma que o baixo status da área se dá pelo fato de a indústria ainda ser desorganizada e desestruturada, da falta da obrigatoriedade de formação universitária, da falta de uma identidade profissional forte, e da falta de uma consciência de quão complexa é a tarefa do intérprete comunitário. Todos esses fatores constroem o baixo status do intérprete comunitário.

É a partir das diferenças entre a interpretação comunitária e a interpretação de conferências que percebemos que muito do que se pensa sobre a interpretação comunitária vem de falsos pressupostos, especialmente sobre a suposta “facilidade” da área. Por exemplo, os intérpretes comunitários usam todas as três modalidades de interpretação em seu trabalho: consecutiva, simultânea e *sight translation*. Outras diferenças importantes são a proximidade física entre intérprete e clientes, diferenças de status entre os envolvidos, necessidade de interpretar em ambas as direções, além de o intérprete ter de trabalhar individualmente e não como parte de uma equipe. O nível de formalidade também difere entre as duas modalidades. Em geral, na interpretação de conferência, o ambiente é formal ou semi-formal, enquanto que na comunitária, o ambiente vai ditar a formalidade entre muito alta, no jurídico, até bastante informal. Para Hale (2007), a maior diferença diz respeito à autopercepção dos intérpretes e como os clientes enxergam o profissional. Outra diferença importante seria o nível de precisão exigido na interpretação que, segundo Hale (2007), seria muito maior na comunitária do que na interpretação de conferências.

Na Interpretação Comunitária, a necessidade dos participantes pelos serviços dos intérpretes é real, já que eles simplesmente não poderiam se comunicar sem eles [os intérpretes]. As situações nas quais eles estão – uma situação na delegacia, um caso no tribunal ou uma consulta médica – requer precisão na interpretação, já que a falta de precisão pode ter consequências graves no resultado de um caso ou de um tratamento médico. Não há uma segunda chance para ler o que os falantes disseram ou mesmo para perceber que um erro ou mal-entendido aconteceu. Outra diferença entre as duas categorias é o

significado de precisão. Enquanto que na Interpretação de Conferência o conteúdo é o aspecto mais importante, independentemente da forma ou do tom, na Interpretação Comunitária, o tom é tão importante quanto o conteúdo.⁷⁴ (HALE 2007, p. 32-33)

Para Hale (2007), isso sugere que o intérprete comunitário, apesar de ganhar muito menos que o de conferências e possuir status muito menor, precisa desempenhar um trabalho de qualidade superior ao intérprete de conferências, já que há mais em riscos, menos oportunidades de preparação e atenção por parte do intérprete no conteúdo do enunciado, mas também na forma como os enunciados são expostos.

Para Rudvin e Tomassini, a definição de interpretação comunitária é a seguinte:

Por interpretação 'comunitária' ou 'no serviço público' queremos dizer interpretação de e para dois idiomas diferentes entre duas ou mais pessoas que estão fisicamente presentes em um espaço institucional ou de negócios. Essa forma de interpretação cara a cara pode ser usada em muitos espaços (delegados de empresas, turistas, estudantes estrangeiros, funcionários de curto prazo, pessoas que buscam visto de residência, refugiados, contatos culturais e assim por diante). Na interpretação comunitária, e na interpretação no serviço público, as partes envolvidas quase sempre são uma pessoa que fala a língua nacional e representa uma instituição de autoridade ou associação (hospital, delegacia, tribunal, escola, central de trabalho), e uma pessoa que vem de um país diferente e não fala a língua nacional. Nas situações acima, o interlocutor normalmente seria uma pessoa referida como imigrante.⁷⁵ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 12)

⁷⁴ In Community Interpreting the participants' need for the services of the interpreter is real, as they would simply not be able to communicate without them. The situations they are in - a police interview, a court case or a medical consultation - require precision in the interpretation, since inaccuracy can have major ramifications on the outcome of a case or on the treatment of an illness. There is no other opportunity to read what speakers have said or even to notice that an error or misunderstanding has occurred. The other difference between the two genres is the meaning of accuracy. While in Conference Interpreting the content is the most important aspect, regardless of form or manner, in Community Interpreting manner is just as important.

⁷⁵ By 'community' or 'public service' interpreting we mean interpreting from and into two different languages between two or more people who are physically present in an institutional or workplace setting. This form of face-to-face interpreting may be used in many settings (for business delegates, tourists, foreign students, short-term employees, people seeking residence permits, asylum seekers, cultural contacts, and so on). In community interpreting, and closely related public service interpreting, the parties involved are almost always a person who speaks the national language and represents an authoritative institution or association (hospital, police, court, school, job centre), and a person who comes from a different country and does not speak the national language. In the above situations, this interlocutor would generally be a person from the category usually referred to as 'migrants'.

Para as pesquisadoras, a interpretação comunitária é aquela que acontece de forma presencial, cara a cara, além disso, também acreditam que o “cliente” é o migrante (desconsiderando os povos nativos). Elas enxergam um crescimento exponencial da profissão juntamente com o aumento da migração, dos contatos internacionais e da globalização. O foco para elas é o migrante, que vai demandar o aspecto da comunicação interlingual, mas as diferenças linguísticas e expressões culturais afetarão a comunicação e as estratégias de discurso. Por isso seria necessário entender o contexto migratório para que haja consciência do tipo de trabalho exigido, da importância deste e das dificuldades inerentes.

É importante que o futuro intérprete entenda as causas da migração e os contextos histórico, demográfico e político. Dessa forma, cliente e prestador de serviço podem criar melhor *rapport* a partir das motivações da saída do migrante de seu país de origem. É necessário que existam organização e esclarecimento sobre os papéis do intérprete comunitário e suas funções, só assim pode haver desenvolvimento colaborativo entre instituições que treinam intérpretes e serviços públicos.

Idealmente, as instituições que dão treinamento – sejam elas acadêmicas, públicas (federal ou municipal) ou administradas por ONGs – deveriam ensinar os alunos a se tornarem o tipo de intérprete que as instituições públicas e privadas precisam para que possam fornecer cuidado de qualidade nos serviços de saúde, jurídicos, social e comercial e outros serviços para pessoas que não falam o idioma majoritário.⁷⁶ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 4)

Franz Pöchhacker (2004) ressalta a importância social da interpretação comunitária. Uma nova perspectiva é resgatada por Pöchhacker (2004) em Kade (1968) que define interpretação como uma forma de tradução na qual:

- o texto na língua-fonte é apresentado apenas uma vez e não pode ser revisado ou reapresentado outra vez;
- o texto na língua-alvo é produzido sob pressão temporal e com pouquíssima chance de ser revisado ou corrigido.

⁷⁶ Ideally, then, training institutions – be they academic, state-based (federal or local) or NGO-run – should be able to train their students to become the type of interpreters public and private institutions need in order to provide quality care in health, legal, social, commercial and other services for people who do not speak the majority language.

A partir da definição de Kade, Pöchhaker rejeita a definição bastante usual de interpretação como “tradução oral”, ou como “tradução oral de uma mensagem falada”, já que, dessa forma, as interpretações das diversas línguas de sinais seriam excluídas. O mesmo se daria com a *sight translation* (tradução à prima vista, em português) que é a interpretação oral a partir de um texto escrito, modalidade que aparece em muitos trabalhos de interpretação, especialmente na interpretação comunitária (com ênfase na área médica e legal). Aliás, Pöchhaker propõe inclusive o uso da palavra “interpretação” para a modalidade em vez dos que são utilizados: “sight translation”, “sight interpretation” ou “interpretação à prima vista” (PÖCHHACKER 2004). Além de rejeitar a dicotomia entre oral e escrito, a característica mais evidente na atividade tradutória da interpretação seria o imediatismo. Tal característica é que diferenciaria a atividade de interpretação da tradução. A ideia de imediatismo e apresentação efêmera aparece claramente em sua definição precisa de interpretação: “Interpretação é uma forma de Tradução na qual a primeira e última entrega em outra língua é produzida a partir de um enunciado único em uma língua de partida”⁷⁷.

Pöchhaker (2004) também vai se interessar em rever os rótulos e caracterizações normalmente impostos à interpretação que vão de contexto social de interação a local/cenário onde a interação ocorre. Por exemplo: interpretação simultânea (aborda-se apenas a modalidade), ou interpretação de tribunal (aborda-se o local e não a modalidade de interpretação). A partir de tais divisões, fica impreciso definirmos se a interpretação de tribunal e suas variantes (*court interpreting*, *legal interpreting*, *judicial interpreting*, *courtroom interpreting*) fariam ou não parte da Interpretação Comunitária. O mesmo pode ser dito da interpretação nas escolas/universidades (*educational interpreting*). A nomenclatura diz onde o evento ocorre, mas não como ele ocorre. No Brasil, a interpretação educacional em Libras é amparada pela lei⁷⁸. Seria comparável se

⁷⁷ Interpreting is a form of Translation in which a first and final rendition in another language is produced on the basis of a one-time presentation of an utterance in a source language. (POCHHACKER, 2004 p. 11)

⁷⁸ A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que torna obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas de aula dos ensinos básico e superior para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. A iniciativa está prevista no Projeto de Lei 1690/15. O texto acrescenta a exigência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96). O decreto federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, já legislava sobre a obrigatoriedade da educação bilíngue em Libras para surdos.

realizada de uma língua falada para outra? Seriam ambas consideradas Interpretação Comunitária?

Para Pöchhaker (2004), a Interpretação Comunitária diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho e acesso aos serviços sociais e instituições públicas. Políticas migratórias estão intimamente relacionadas a quanto a área se desenvolveu. Suécia e Austrália, países já mencionados neste trabalho, começaram a responder à demanda linguística por serviços que auxiliavam imigrantes já nos anos 60. Reino Unido, Canadá e Estados Unidos começaram a responder à demanda por volta dos anos 90. A visibilidade da área fez com que a nomenclatura variasse. Temos *community-based interpreting*, *community interpreting*, *public service interpreting*, *cultural interpreting*, *healthcare interpreting*, *medical interpreting*, *hospital interpreting*, *legal interpreting* (interpretação comunitária, da comunidade, de serviço público, cultural, de saúde, médica, hospitalar, jurídica).

Já os nomes resgatados por Mikkleson (1999) são: *liaison*, *ad hoc*, trilateral (*three-cornered*), dialogal (*dialogue*); contato (*contact*), serviço público (*public service*), interpretação cultural (*cultural interpreting*). Como não há consenso quanto à nomenclatura, perguntamos se de fato os nomes usados para definir a área são sinônimos? Estão os profissionais envolvidos referindo-se a mesma atividade?

Muitas vezes, interpretação comunitária refere-se à interpretação *ad hoc*, realizada por voluntários e sem pagamento. Pöchhaker (1999) incluía os serviços sociais e de saúde, hoje em dia, já inclui também os serviços jurídicos. Outros teóricos (Mikkelson, Valero-Garces, 2003; Roberts, 1997; Chester, 2003; Mason, 2001; Gentile 1996) usarão os termos *escort interpreting* (acompanhamento), *public service interpreting* (interpretação nos serviços públicos), *cultural interpreting* (interpretação cultural), *ad hoc interpreting* (interpretação *ad hoc*), *community-based interpreting* (interpretação de base comunitária), *dialogue interpreting* (interpretação dialogal), *liaison interpreting* (HALE 2007) Portanto, há os que preferem destacar para quem é feita a interpretação (*community*, *community-based*), o local onde é realizada (*public service*), ou o modo como é realizada (*liaison*, *dialogue*, *escort*). A definição de Pöchhaker, mesmo em 1999, parece ser a mais abrangente, pois inclui o grupo de povos nativos:

No sentido mais geral, interpretação comunitária refere-se à interpretação nos espaços institucionais de uma dada sociedade nas quais os prestadores de serviços públicos e clientes individuais não falam a mesma língua...a interpretação comunitária facilita a comunicação dentro de uma entidade social (sociedade) que inclui subgrupos diferentes culturalmente. Portanto, a "comunidade" qualificadora refere-se tanto à sociedade (principal) como sua subcomunidade constituinte (comunidade étnica ou indígena, minoria linguística etc.)⁷⁹ (Pöchhacker, 1999: 126-7 apud Hale 2007)

Muitos pesquisadores da área advogam o fim das divisões entre os diferentes tipos de interpretação, e que deveríamos usar apenas a palavra Interpretação para evitar as divisões. Gentile (1997), Roberts (1997) e Mikkelson (1996) pensam dessa forma. Já Hale (2007) acredita que as classificações e rótulos existem e sempre existirão.

Gentile (1993, 1997 apud Mikkelson 1999) discutiu sobre tais distinções e defende a ideia de eliminar os adjetivos e divisões e falar apenas em interpretação; por outro lado, Garber (1998 apud Mikkelson 1999) entende que há muitas diferenças entre os tipos de interpretação e que a nomenclatura divisória ajudaria a distingui-los.

Mikkelson traz a definição de Interpretação Comunitária por Carr (et al, 1997 apud Mikkelson 1999, p. 3):

[...] refere-se à interpretação que “permite pessoas que não são falantes fluentes da(s) língua(s) oficial(oficiais) do país a se comunicarem com os prestadores de serviços públicos para assim terem acesso completo e igualitário aos serviços de saúde, educação, governo e social.”⁸⁰

Hale (2007) afirma que o termo Interpretação Comunitária é o que tem sido usado na Austrália, um dos primeiros países a ter o serviço e iniciar os estudos da área, desde os anos 70. Interessante notar que os que fazem a interpretação comunitária não se referem a si mesmos como intérpretes comunitários, levantando questões do papel

⁷⁹ In the most general sense, community interpreting refers to interpreting in the institutional settings of a given society in which public service providers and individual clients do not speak the same language...community interpreting facilitates communication within a social entity (society) that includes culturally different sub-groups. Hence, the qualifier ‘community’ refers to both the (mainstream) society as such as its constituent sub-community (ethnic or indigenous community, linguistic minority etc.)

⁸⁰ [...] it refers to interpreting that “enables people who are not fluent speakers of the official language(s) of the country to communicate with the providers of public services so as to facilitate full and equal access to legal, health, education, government, and social services”.

do intérprete e da percepção de si mesmos. Hale enfatiza a necessidade de se consolidar um termo para a área, e acredita ser a melhor escolha Interpretação Comunitária. A expressão acaba por ser um termo guarda-chuva com áreas específicas como a médica e a jurídica, além de outras menos conhecidas como a de serviço social, imigração, educacional etc. Hale também coloca a interpretação de linguagem de sinais e a de povos aborígenes dentro do termo guarda-chuva da interpretação comunitária.

Mas a realidade da maior parte dos lugares não é muito animadora.

[...] serviços linguísticos na maior parte do mundo são tão mal organizados e desvalorizados que essa premissa é frequentemente desprezada porque uma das partes não fala a língua majoritária. De fato, a falta de uma língua comum se torna um sério obstáculo para acesso igualitário aos serviços básicos. Estabelecer uma profissão da interpretação – seja ela chamada ‘interpretação comunitária’, ‘interpretação no serviço público’, interpretação de acompanhamento’ ou o termo mais amplo ‘mediação linguística’, encontrado em muitos países do Mediterrâneo – é uma maneira de assegurar esse direito civil básico.⁸¹ (RUDVIN e Tomassini 2011, p. 11)

De fato, não é tão importante a denominação utilizada para a mediação linguística, o que importa é a falta desse tipo de serviço tão valioso para que imigrantes acessem serviços públicos e assim tenham seus direitos básicos assegurados.

A nomenclatura utilizada na área é proveniente dos países que têm seus serviços de interpretação mais organizados, assim os termos utilizados são dos setores e instituições existentes em suas comunidades. É importante que os alunos entendam as diferentes maneiras de classificação na interpretação bem no começo de sua formação, que podem ser classificadas em método ou modo de interpretação e muitas vezes se sobrepõem. Em geral, a definição da interpretação nos serviços públicos ou comunitária são bastante generalizantes. Por exemplo, a definição da FIT (Federation of Interpreters and Translators Community-Based Interpreting Committee) é a seguinte:

CBI engloba qualquer interpretação que aconteça no dia a dia ou em situações de emergência na comunidade. Ambientes possíveis incluem

⁸¹ [...] language services in much of the world are so poorly organized and undervalued that this premise is frequently flouted because one of the parties does not speak the majority language. Indeed, the lack of a common language becomes a serious obstacle to equal access to such basic services. Establishing an interpreting profession – whether we call it ‘community interpreting’, ‘public service interpreting’, ‘liaison interpreting’ or the broader ‘language mediation’ found in many Mediterranean countries – is one way of securing this basic civil right.

saúde, educação, serviços sociais, legais e negócios.⁸² (www.fit-cbi.org; site no longer accessible, p. 20)

Seria assim importante rumar em direção à profissionalização da área comunitária para mudar tal situação. Na própria definição de interpretação comunitária, Mikkelson (1996) já traz a primeira razão para o não-reconhecimento da profissão – a informalidade:

A interpretação comunitária tem sido definida de diversas formas, desde o tipo de interpretação que acontece de maneira informal em bairros e agências comunitárias, e realizada por amadores ou por intérpretes *ad hoc*, até uma ocupação mais formal envolvendo profissionais com algum treinamento em interpretação legal, médica ou de serviço social.⁸³

Outras questões pertinentes à profissão e a maneira que os intérpretes exercem suas atividades são discutidas por Mikkelson a partir de Roda (1994 apud Mikkelson 1996):

- 1) Intérpretes comunitários têm o objetivo de garantir o acesso aos serviços públicos, assim trabalharão especialmente em cenários institucionais;
- 2) Interpretam mais interações dialogais do que discursos;
- 3) Interpretam desde e para as línguas de trabalho, em ambas as direções;
- 4) A presença do intérprete é mais notada no processo;
- 5) Interpretam, na maioria dos casos, línguas minoritárias;
- 6) São vistos como defensores ou pontes de cultura (*cultural broker*) e desempenham um papel que vai muito além do tradicionalmente neutro do intérprete.

Uma mistura de papéis, interpretar para ambas as direções em ambientes às vezes informais, com línguas de trabalho de idiomas minoritários, confere a pouca profissionalização à área.

⁸² CBI encompasses any interpreting which takes place in everyday or emergency situations in the community. Possible settings include health, education, social services, legal and business.

⁸³ Community interpreting has been defined in a variety of ways, ranging from the kind of interpreting that takes place informally in neighborhoods and Community agencies, and is performed by amateurs or ad hoc interpreters, to a more formal occupation involving practitioners with some training in medical, legal, or social service interpreting. (Mikkelson, 1996, p. 1)

Mikkelson (1999) ressignifica parâmetros, incentivando a união da classe por meio de associações e oferecendo treinamento para intérpretes. Ela menciona a difícil relação entre intérpretes de diferentes áreas, e consequentemente, diferentes status. Outra consequência importante são os mitos sobre os intérpretes, um deles, sobre os intérpretes comunitários: “Intérpretes comunitários são sempre amadores com pouca educação formal⁸⁴.” Enquanto os intérpretes de conferência são vistos como super qualificados. Tudo isso gera uma espécie de rivalidade entre intérpretes que não querem ser vistos como iguais a outros, de menor status, assim, ao se apresentarem existe a tendência de enfatizar a área ou modalidade exercida.

Por que o público, por um lado, coloca todos os profissionais da linguagem juntos – professores de línguas, tradutores, intérpretes, e até transcritores e escrivães são a mesma coisa para eles – por outro lado, profissionais fazem um esforço para se diferenciar entre si? Será que há alguma relação entre a confusão e ignorância do público, e a obsessão dos profissionais em traçar distinções tão sutis?⁸⁵

Tal “confusão” é especialmente comum na área comunitária, com falantes bilíngues, professores de línguas e voluntários, especialmente vindos de instituições religiosas, atuando como intérpretes.

Rudvin e Tomassini (2011) apresentam a definição da interpretação comunitária com o foco na situação da interpretação, e trata dos fatores macrolinguísticos, trazendo uma visão da vivência da interpretação na prática:

- O ambiente envolve uma entrevista entre um prestador de serviço e alguém que necessita ou deseja um determinado serviço, este último é o “cliente”;
- A entrevista surge a partir de uma crise/problema na vida do cliente;
- Há algum risco na situação;
- As diferenças culturais entre prestador de serviço e cliente aumentam o risco, há também um risco de problemas de comunicação que podem levar a um diagnóstico errôneo ou a outras consequências negativas;

⁸⁴ Community interpreters are always amateurs with limited formal education. (Mikkelson 1999, p. 2)

⁸⁵ Why does the public, on the one hand, lump all language professionals together—language teachers, translators, interpreters, and even transcribers and court reporters are all the same to them—while on the other hand, practitioners make such an effort to differentiate themselves? Could there be any correlation between the public's confusion and ignorance, and the profession's obsession with drawing ever finer distinctions? (Mikkelson 1999, p. 1)

- Há um desequilíbrio de poder entre prestador de serviço e cliente.

Para Rudvin e Tomassini (2011), há uma diferença entre ‘interpretação comunitária’ e ‘interpretação no serviço público’. A última se referiria especialmente às instituições públicas, que são parte intrínseca da comunidade. Enquanto alguns dizem que ambos os termos são intercambiáveis, outros teóricos categorizam a interpretação jurídica/de tribunal como uma forma de interpretação comunitária, dando assim peso à área devido à importância dos tribunais dentro das instituições. O termo ‘interpretação comunitária’ pode ser adotado em áreas que não são estritamente públicas, além do mais, o termo ‘comunitária’ tem forte conotação de serviços sociais e assistenciais, o que pode afetar as percepções do papel do intérprete, das instituições e dos clientes. Outras nomenclaturas que podem se enquadrar, que têm relação com o local, são: ‘interpretação dialogal’ e ‘interpretação cara a cara’. Esses termos não são úteis para a instituição, mas servem aos objetivos acadêmicos e pedagógicos já que entram na categoria de técnica de interpretação: interpretar um diálogo ou uma conversa e interpretar enquanto se olha diretamente para o interlocutor.

A interpretação de linguagem de sinais é lembrada por Rudvin e Tomassini (2011). Os intérpretes de linguagem de sinais (que engloba uma gama de idiomas em sinais nas variedades linguísticas, inclusive a língua de sinais britânica e a de sinais americana) começaram a se organizar e desenvolver organizações profissionais e códigos de ética muito antes dos intérpretes de línguas faladas, e muito antes da interpretação comunitária.

No contexto sueco, a interpretação comunitária e o intérprete comunitário são largamente conhecidos como “dialogue interpreting” e “dialogue interpreter” (interpretação dialogal e intérprete de diálogo). O intérprete ((Wadensjö 1993) trabalha nos ambientes institucionais, como delegacias, centros de bem-estar social, hospitais e tribunais, onde ele fornece serviços para pessoas comuns e agentes públicos quando falam idiomas diferentes.

Wadensjö (1993) afirma que, no sentido funcional, o intérprete de diálogo poderia ser comparado ao intérprete comunitário. A grande diferença paira no status profissional que tal profissional usufrui na Suécia, um dos primeiros países a fornecer interpretação aos imigrantes. Assim, seu trabalho é regulamentado por um código de

conduta oficial, este declara, por exemplo, que o intérprete de diálogo deve *apenas* interpretar, ou seja transmitir *tudo* que é dito, e fazer tal transmissão *da maneira* que é dita. Tal declaração alinha o intérprete de diálogo ao intérprete de tribunal, que além de indicações de transmissão “precisa” também aborda princípios de neutralidade que devem seguir. (grifo da autora). Eles possuem tal status porque há sindicatos de classe e autorização estatal para exercerem suas atividades. Assim, diferente de outros países que também fornecem interpretação para imigrantes nos serviços públicos.

O nome dado ao profissional intérprete na Suécia vem do fato de que ele contribui na interação do diálogo de duas pessoas que não podem (ou não desejam) falar o idioma do outro. O intérprete de diálogo é central na comunicação mútua dessas pessoas, já que apenas ele tem acesso a ambos idiomas. Por um lado, ele transmite suas respectivas falas, além de coordenar o ritmo de uma fala e outra. (Wadensjö 1993)

A reflexão da nomenclatura é muito válida para o caso da tradução de *Community Interpreting*, como Interpretação Comunitária para o português. Apesar de o termo de fato ser o mais usado nas publicações e pelos pesquisadores, ele pode ser problematizado por levar o público a pensar em outros ambientes de atuação, muito longe da interpretação nos serviços públicos. A ideia normalmente trazida pela palavra “comunitária”, especialmente com o aumento da autoestima dos moradores das periferias e favelas⁸⁶ das grandes cidades brasileiras, é de algo ligado a tais “comunidades”, e portanto, realizado sem remuneração, para “comunidades carentes” (expressão capacitista que não é mais utilizada), ligada também a ideias de liderança comunitária no âmbito político e assistencial. Mesmo pessoas das áreas da linguagem, tradução e migração, desconhecem o termo. Talvez devêssemos pensar no uso de um termo que trouxesse mais informação.

⁸⁶ Embora o termo “favela” não seja usado atualmente em função de ser considerado pejorativo por muito e, portanto, ser substituído por “comunidade”, acabamos por usar “favela” para evitar a repetição de “comunidade” que aparece logo a seguir no trecho em questão.

3.2 MODALIDADES DE INTERPRETAÇÃO, COORDENAÇÃO E PARÂMETROS

Pöchhaker (2004) aborda o que ele chama de “constelações de interações”. Enquanto na interpretação de conferência temos uma predominância de bilateralidade, já que o intérprete interpreta para uma direção, para uma língua, e em geral, seu concabino que faz a interpretação para a outra direção; na interpretação comunitária temos a situação de interpretação dialogal (*dialogue interpreting*), em que o sujeito-intérprete é o ser bilíngue e assume o papel de mediador entre dois sujeitos monolíngues, ou seja, os clientes. Sobre tais diferenciações Pöchhaker escreve:

Enquanto características descritivas não são nem completas e nem distinções absolutas, elas apenas capturam algumas partes diferentes do espectro. Em especial, a natureza da interpretação comunitária é melhor entendida quando compreendemos que uma das partes envolvidas é um ser humano individual, falando e agindo em nome de si mesmo⁸⁷.

Por esses motivos outros e novos parâmetros são necessários para dar conta da diversidade e complexidade da área de interpretação. Um deles seria a modalidade linguística. Pode ser uma língua falada ou uma língua de sinais. Outro parâmetro é a modalidade de trabalho, ou seja, qual tipo de interpretação é realizada: consecutiva, simultânea, simultânea-consecutiva ou consecutiva-simultânea. Dentro da modalidade consecutiva, ainda há a variação do tempo da consecutiva, a curta ou a “clássica”, com grande variação de tempo e com o uso de anotações próprias para a interpretação (*note-taking*). Há também a possibilidade de a entrega ser na modalidade cochicho (*whispered interpreting, whispering* ou *chuchotage*), que significa fazer a interpretação em voz baixa, tanto simultaneamente quanto consecutivamente. A tradução à prima vista (*sight translation*), a qual Pöchhaker sugere ser chamada de *sight interpreting*, pode aparecer quando há documentos escritos, os quais devem ser traduzidos de forma oral e na modalidade simultânea. Há também o parâmetro da direcionalidade. No caso da maior parte das situações de interpretação comunitária há um diálogo, e, portanto o

⁸⁷ While the descriptive features are neither exhaustive nor suggestive of all-or-nothing distinctions, they do capture some typical differences across different parts of the conceptual spectrum. In particular, the nature of community interpreting is best understood by bearing in mind that one of the parties involved is an individual human being, speaking and acting on his or her own behalf. (Pöchhaker, 2004 p. 17)

intérprete faz a interpretação de maneira dialogal, ou seja, em ambas as direções. Outro parâmetro é o uso ou não da tecnologia. Além de “mini-equipos” utilizados, é muito comum, em simultânea sem cabine, o uso de conexões à distância, antes por telefone (*telephone interpreting, over-the-phone interpreting*), e atualmente com a proliferação do acesso à internet, temos a interpretação por vídeo (*videophone interpreting*). Sempre que o intérprete não estiver fisicamente no mesmo local que um dos que precisam do serviço de interpretação, ocorre a interpretação remota (*remote interpreting*).

A variedade de parâmetros apontada mostra a natureza multifacetada da interpretação como objeto de estudo. A partir do mapa dos Estudos da Tradução, elaborado por Holmes (1972/2000), foi proposto um mapa análogo para a interpretação para deixá-la mais visível (Salevsky, 1993) e também uma lista de variáveis situacionais, como: variedade de interpretação (consecutiva ou simultânea); meio (humano, máquina, interpretação assistida por computador); combinações linguísticas; área/instituição (interpretação de tribunal, mídia etc.); relações textuais (tipo de texto, nível de especialização etc.); relações entre as partes (produtor do texto fonte vs receptor do texto alvo). A partir deste novo mapa elaborado por Salevsky, Pöchhaker faz uma adaptação com base em parâmetros pensados por ele, seguindo oito dimensões: 1. Meio; 2. Cenário; 3. Modalidade; 4. Línguas (culturas); 5. Discurso; 6. Participantes; 7. Intérprete; 8. Problema. Percebemos no mapa de Pöchhaker que sempre há um contínuo em todas as dimensões que podem ser aplicadas em todos os tipos de interpretação. A ilustração do mapa de Pochhaker (2004 p. 23-24) é reproduzida a seguir:

Mikkelson (1999) vai propor, assim como Pöchhaker (2004), outra abordagem para categorizar a interpretação, que vai além das tradicionais: modo de interpretação, assunto/tópico da interpretação, local/cenário. É a partir das línguas de trabalho do intérprete que as áreas de trabalho e cenários irão se desenhando. “Grandes” línguas europeias, como francês, inglês, alemão certamente oferecerão mais opções de trabalho e nas áreas de maior prestígio, como a interpretação de conferências, congressos, treinamentos e reuniões de grandes empresas. O que não acontecerá com pares de línguas que envolvem um idioma “menor”. A partir de parâmetros estabelecidos por Alexia (1997 apud Mikkelson 1999), que estabelece uma abordagem de multiparâmetro, Mikkelson vai além e inclui vários elementos de situação comunicativa como: quem fala, para quem, sobre o quê, onde, quando e por quê, em vez de falar de parâmetros temporais e características de entrega da mensagem. Além disso, deve ser considerada a natureza do texto no evento, não apenas com relação ao tema, mas como o texto é construído, se é mais oral ou escrito e as relações intertextuais. No trabalho de fato do intérprete, as categorias nem sempre estão completamente claras, portanto Alexia sugere classificar os eventos de interpretação de acordo com os seguintes parâmetros 1. Modalidade de entrega da mensagem, 2. Participantes do evento de interpretação, 3. Tópico, 4. Tipo de texto e estratégias de construção de texto, 5. Obstáculos espaciais e temporais, 6. Objetivo do evento. Os eventos de interpretação possuem uma escala dentro dos seguintes critérios:

- distância vs proximidade (entre falante, receptor e intérprete);
- não-envolvimento vs envolvimento (do falante como entidade textual);
- igualdade/solidariedade vs não-igualdade/poder (relacionada ao status, papel e gênero de falante e receptor, assim como o gênero do intérprete);
- ambiente formal vs ambiente informal (relacionado ao número de participantes, nível de privacidade, distância do país de origem);
- oralidade vs literalidade;
- cooperatividade/exatidão vs não-cooperatividade/indirectividade (relevante às estratégias de negociação);
- objetivos compartilhados vs objetivos conflitantes.

Há também fatores externos a serem adicionados à lista acima, que irão impactar, por exemplo, no status, nas condições de trabalho e no salário. 1. Status das línguas envolvidas na interpretação, 2. Ambiente de interpretação bilíngue ou multilíngue, e se o intérprete faz a tradução uni ou bidirecionalmente, 3. Nível de preparação exigido do intérprete e oferecido a ele, 4. Critérios para a seleção do intérprete, 5. Mercado de trabalho de interpretação, 6. Nível de organização e regulamentação dos intérpretes.

Os fatores acima podem ser pensados no caso da Interpretação Comunitária e, assim, servem para explicar diversas questões da área. A questão do status das línguas, por exemplo, nos ambientes comunitários (hospitais, agências de serviços sociais, centro de refugiados), é relevante por considerar algumas línguas interpretadas como de baixo status devido à limitada difusão, além de os intérpretes trabalharem em situações de trabalho não-adequadas, no mínimo. O ambiente multilíngue desses espaços e a modalidade muitas vezes dialogal fazem com que o intérprete tenha de interpretar bidirecionalmente. Nestes ambientes, dificilmente os intérpretes são avaliados por sua competência e habilidades, já que aqueles para os quais eles farão a interpretação não são estimados (especialmente na área legal quando são réus) e consequentemente os intérpretes também não o são. Enquanto intérpretes de conferência recebem material, slides e tem tempo de pesquisa antes do trabalho de interpretação, advogados e médicos dificilmente mostrarão seus arquivos/relatórios

para os intérpretes, muito menos com antecedência. Quanto à seleção dos intérpretes, diferentemente de uma equipe acostumada a produzir eventos e verificar a qualidade dos intérpretes e assim saber avaliá-los, clientes não acostumados a trabalhar com intérpretes não serão seletivos, porque provavelmente não sabem quais perguntas devem ser feitas para identificar o nível de profissionalismo ou saber sobre as associações de intérpretes. Isso se deve ao fato de que alguns clientes não têm como pagar pelo serviço do intérprete, assim, tais clientes aceitarão o que lhes for oferecido, o que cria um círculo vicioso de baixa remuneração (ou nenhuma), que cria condições de trabalho ruins, e assim pouco incentivo de intérpretes (ou futuros intérpretes) a buscar por cursos e treinamentos. Devido à baixa procura, são poucos os cursos oferecidos por boas instituições de ensino e universidades. O mercado de trabalho também será afetado pela demanda. Por exemplo, as ondas migratórias e os conflitos internacionais ditarão quais línguas serão mais necessárias durante um determinado período. Por fim, a regulamentação da profissão e as organizações de intérpretes ajudarão a elevar o status dos intérpretes e as tarifas cobradas por eles.

Na modalidade dialogal, o intérprete usa uma forma simplificada de consecutiva para ambas as direções. A duração, em geral, será mais curta, já que se trata de uma conversa e não de uma palestra, e ela será mais lenta, ou seja, uma fala mais espontânea do que um discurso preparado. Sendo assim, é mais fácil para o intérprete interagir com os interlocutores, para fazer interrupções ou parafrasear o que acabou de ser dito. Entretanto isso talvez não seja possível no ambiente legal por ser muito mais formal. O estilo de fala em uma consulta de médico-paciente terá uma variedade de registros, indo do bastante informal ao técnico, em uma sala, em geral pequena, com apenas três pessoas. O modo será sempre bidirecional e haverá poucas oportunidades de anotação, inclusive por questões de privacidade. A interpretação pode assumir o uso de um formato mixto, intercalando *chuchotage* e consecutiva (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Assim, para cada contexto e situação, pode-se usar um modo diferente de interpretação, dependendo da necessidade. Hospitais e delegacias tendem a fazer uso da consecutiva, enquanto ambientes mais formais e com maior demanda de tempo tendem a usar o formato mixto de interpretação. Além disso, quanto ao uso da primeira pessoa, as pesquisadoras têm a seguinte posição:

O uso padrão de primeira pessoa do singular pode ser abandonado se há o risco de mal-entendidos entre as partes, especialmente se o *briefing* – quando o intérprete pode explicar suas estratégias – não for uma opção. Isso pode acontecer na interpretação de saúde mental, por exemplo. É útil lembrar aos alunos que é importante aderir às regras gerais de interpretação e aos códigos de conduta, mas que o objetivo maior neste setor é o bem-estar do paciente (conseguido por meio de diagnóstico, tratamento e comprometimento do paciente) e que em última análise, é isso, e não exclusivamente nosso padrão profissional que deve estar em primeiro lugar em nossa lista de prioridade.⁸⁸ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 77-78)

A forma *default* na interpretação legal é a consecutiva simples, às vezes, combinada com cochicho (para línguas estrangeiras), especialmente nos tribunais. Alguns tribunais estão equipados com aparelhos eletrônicos para a interpretação simultânea. Delegacias estão experimentando a interpretação por telefone. As estratégias de interpretação devem ser adaptadas a cada contexto e exigências técnicas. (RUDVIN e TOMASSINI 2011)

Umas das preocupações de Hale são os mal-entendidos gerados pela interpretação. Algumas razões para isso são: pronúncia incorreta, desconhecimento do léxico, ordem sintática marcada, fala incoerente, discurso indireto, entre outros. Porém conhecimento do assunto, conhecimento compartilhado com o falante e dicas contextuais ajudam o ouvinte a entender o discurso.

O intérprete/tradutor, que está familiarizado com ambos os mundos, se torna o meio pelo qual a comunicação é possível entre os dois. O principal a ser contemplado neste estágio é a necessidade crucial de que o intérprete compreenda antes de começar a interpretar. Reconhecer as possíveis fontes de mal-entendidos pode, em algum nível, aumentar as chances de compreensão.⁸⁹ (HALE 2007, p. 16)

⁸⁸ The default use of the first person singular may also be abandoned if there is the risk of misunderstanding between the parties, especially if briefing – where the interpreter can explain her strategies – is not an option. This may happen in mental health interpreting, for example. It is useful to remind the students that it is important to adhere to the general interpreting rules and codes of conduct, but that the overarching objective in this sector is well-being of the patient (achieved through diagnosis, treatment and patient compliance) and that in the final analysis it is this, and not exclusively our own professional standards, that should be foremost on our list of priorities.

⁸⁹ The interpreter/translator, who is conversant with both worlds, becomes the medium by which communication is made possible between the two. The main issue to contemplate at this stage is the crucial necessity for the interpreter to understand before they can start to interpret. Being aware of the possible sources of misunderstanding can to some extent improve the chances of comprehension.

O aspecto da coordenação implica que, na interação, o intérprete normalmente tem a segunda vez em cada fala. Em uma situação normativa, o intérprete transmitiria, como uma fotocópia, cada fala em outra língua. Toda a informação expressa no “original”, incluindo a maneira que é expressa, retransmitida e recodificada em outra língua. Assim, o intérprete seria apenas um produtor de texto. Porém, quando Wadensjö analisa o intérprete, de fato, no trabalho diário, percebe que entre as entregas tradutórias há: fechamento, expansão, redução e substituição. Em muitos casos, as contribuições do intérprete não correspondem uma a uma ao original. Há entregas resumidas e, às vezes, nenhuma entrega (WADENSJÖ 1993).

A seguir, apresentamos a análise de Wadensjö, de acordo com seu trabalho de campo, a partir de interpretações reais de russo-sueco. Os tipos de interpretação ocorridos deixam claro que interpretação não significa cópia sem interferência.

- EXPANSÃO: A entrega expandida ocorre quando o intérprete julga, dependendo do contexto, que precisa incluir alguma informação. Serve para tirar a ambiguidade e dar referencial ao significado. Ao adicionar informação ao que é explicitamente expresso no original, a entrega tradutória pode abrir um entendimento mais amplo e mais complexo do que ao que foi dito originalmente (WADENSJÖ 1993, p. 358-359).

- REDUÇÃO: A entrega reduzida fornece um texto que contém menos informação explícita verbalizada do que a fala original (WADENSJÖ 1993, p. 359).

- SUBSTITUIÇÃO: A substituição acontece quando o intérprete fornece uma entrega tradutória que é mais complexa do que a informação transmitida no original, incluindo às vezes expansão e redução ao mesmo tempo (WADENSJÖ 1993, p. 361).

- RESUMO: Uma entrega resumida fornece uma nova versão ao que foi originalmente dito às vezes falado por mais de uma pessoa. Por exemplo, em um diálogo entre uma das partes e o intérprete. Esse tipo de entrega coexiste com a não-entrega (WADENSJÖ 1993, p.362).

Wadensjö sugere com suas observações de campo que as entregas tradutórias do intérprete de diálogo podem resultar em desvios dos originais em ambas as direções. Os comentários do intérprete e a não-entrega trazem à tona os aspectos de coordenação ou “gatekeeping”. Há diferentes aspectos da coordenação na interpretação, que serão listados e explicados a seguir: (WADENSJÖ 1993, p. 364)

- Coordenação implícita ou contribuições “gatekeeping”: A intérprete está coordenando implicitamente a conversa como uma de suas tarefas enquanto faz a entrega da mensagem.

- Contribuições de coordenação explícita:

1. quando o intérprete fala com uma das partes ou responde diretamente a seus questionamentos:

- de pedido por esclarecimentos;

- comentários sobre o conteúdo ou a forma que a outra parte usa/fala.

A resposta do intérprete produz uma sequência de diálogos na mesma língua entre uma das partes e o intérprete, excluindo temporariamente a outra parte da conversa.

2. quando o intérprete fala com a outra parte:

- para retomar a conversa de um determinado ponto;

- solicitar que a outra parte fale com uma das partes.

3. Meta-comentários, fornecendo explicações, como:

- o que a outra parte parece querer dizer;

- o que a outra parte não entende, ou entende de uma maneira diferente;

- o que a outra parte está fazendo, ou vai fazer na interação (p. 365).

Assim, percebemos que o intérprete possui e a ele é dada uma função singular, de muito poder intermediário. É o intérprete, como ouvinte, que decide se as declarações das partes devem ficar “on-the-record” ou “off-de-record”. Apesar de pouco comentada nas pesquisas, vemos que a escuta é uma parte muito importante da

conversa. Em toda interpretação, a escuta é desempenhada simultaneamente com a fala (WADENSJÖ 1993).

O texto seminal de Alexieva (1997), resgatado por Mikkelson (1998), traz demarcações importantes para pensarmos como a interpretação, inclusive a comunitária, possui nuances nas modalidades, tipos de textos, disputas de poder, entre outros. Tais nuances irão se mostrar mais ou menos fortes dependendo do ambiente da interpretação, e irão influenciar na maneira que o intérprete decide se comportar e traduzir. Tudo isso deve afetar a maneira como a interpretação é ensinada.

As demarcações que foram inicialmente propostas por Salesvsky (1982 apud Alexieva 1997) correspondem a sete parâmetros:

1. Repetibilidade/não-repetibilidade da atividade;
2. O objeto da atividade, se o tradutor tem a sua disposição o texto completo ou partes dele;
3. O desdobramento de uma atividade em outra, se há atividades paralelas à realização do evento principal;
4. Condições temporais: se a velocidade do processo e o tempo concedido para sua completude estão sujeitos a qualquer restrição;
5. Condições espaciais, em termos de locação física dos comunicadores no espaço;
6. Modo de recepção do texto original: por meio de canal visual ou auditivo, com ou sem uso de equipamento técnico;
7. Modo de realização: se o texto traduzido é escrito ou falado, e se transmitido com ou sem o uso de equipamento técnico.

Alexieva vai além do modelo proposto por Salesvsky e propõe uma tipologia de multiparâmetro. Ela pretende ir além dos parâmetros tradicionais de contexto: conferência, tribunal, comunitária, mídia etc. (ALEXIEVA 1997):

- a) Vários elementos da situação comunicacional, como: quem fala, para quem, sobre o quê, onde, quando e por que (e qual o propósito);
- b) A natureza dos textos envolvidos no evento, não apenas o tema: a maneira em que o texto é construído, se mais próximo da oralidade ou da escrita, e as relações intertextuais de um texto com o macrotexto.

Lembrando que intérpretes mediam culturas e não apenas línguas, seria útil pensar os eventos em termos de nível de inclusão cultural, tentando alocar o evento em uma escala de “universalidade” versus “especificidade cultural”. Assim, Alexieva desenvolve uma tipologia agrupando alguns parâmetros (ALEXIEVA 1997, p. 221-222):

- Modalidade de entrega da mensagem: a. entrega da mensagem na língua-fonte sem interrupção e produção simultânea na língua-alvo, e b. entrega da mensagem na língua-fonte de forma consecutiva (em trechos de diferentes tamanhos), seguido por produção na língua-alvo. Inclui-se o uso ou ausência de equipamento eletrônico, especificidades do local do evento e a proximidade ou distância entre os participantes.
- Elementos da situação comunicacional, como: os participantes principais (orador e público-alvo), o tema discutido, os tipos de textos usados na comunicação, especificidades espaciais e temporais da comunicação, e propósito da comunicação ou objetivos buscados pelos participantes.

Os parâmetros acima são bastante gerais e podem ser afinados com distinções mais sutis como, por exemplo: textos só com linguagem e textos contendo material não-linguístico ou visual, como fórmulas, gráficos, tabelas etc., ou textos que dependem muito de signos não-verbais, como expressões faciais e gestos. A seguir, apresentamos os seis parâmetros específicos propostos por Alexieva.

Parâmetro 1: modo de entrega e produção da mensagem (ALEXIEVA 1997):

- Simultânea. Em geral, neste modo de interpretação, há uso de equipamento eletrônico, distanciando fisicamente o intérprete do falante e do destinatário/público, tornando a comunicação indireta. Quando há o uso de cabine, a distância física fica ainda maior, muitas vezes o intérprete não consegue ver o que acontece na plateia ou no palco. Por essas razões, o papel sinestésico e os fatores proxêmicos afetam o comportamento não-verbal de todos os comunicadores. O uso do microfone resulta em uma apresentação mais formal e menos marcado culturalmente, especialmente quando o evento é apresentado para um público internacional.

- Cochicho. Também conhecido como *chuchotage* ou *whispering* ou meia-voz é um tipo de simultânea. É utilizada quando não há ou não é possível o uso de equipamentos. Quando há uma ou duas pessoas apenas que necessitam de interpretação, em geral, em uma língua minoritária. O intérprete tem de sussurrar e, portanto, naturalmente, a distância física entre intérprete e destinatário é bastante curta. A distância física entre as pessoas reflete a distância social e pessoal. No caso desse tipo de interpretação, a distância entre as pessoas é “casual”, ficando entre 50-70 centímetros. A distância tão próxima vai afetar os gestos, postura e toque, além de códigos termais e olfativos. Há, por exemplo, culturas em que o odor é totalmente suprimido. O mesmo se passa com os toques em diferentes culturas. Portanto, na modalidade de cochicho, fatores culturais específicos têm papel extremamente importante.
- Consecutiva. Há muita variação quanto ao uso ou não de equipamento eletrônico e a distância entre participantes. É uma modalidade direta, cara a cara. A cultura também dirá onde, fisicamente, o intérprete se colocará no espaço.
- Liaison. É um tipo de interpretação consecutiva, porém mais espontânea, de discursos improvisados e o ambiente de interpretação tende a ser mais “pessoal”. Alexieva aponta aqui que esse tipo de interpretação, que equivaleria a interpretação comunitária, apesar de não usar esse termo, seria a usada em serviços públicos e consultório médicos, e embora seja um tipo de consecutiva, não se faz anotação em função de os trechos interpretados serem mais curtos. O contato entre os participantes é direto, sem mediação de equipamento, com uma intensa interação, envolvendo o engajamento de todos. Elementos não-verbais têm muita importância e o feedback é imediato. A característica de sua natureza interpessoal é muito importante. Identificar a distância física apropriada entre os participantes é vital ou pode gerar perturbação na comunicação ou mesmo impedi-la.

Parâmetro 2: participantes dos eventos (ALEXIEVA 1997).

São 5 fatores que devem ser considerados: nível de comando das línguas fonte e alvo, envolvimento no mundo textual, status, papel e número.

- Comando de línguas. Diz respeito a nível de comando nas línguas de trabalho, as línguas do falante e do destinatário, além da familiaridade com ambas as culturas envolvidas. Quando uma das línguas é também a língua materna do falante, o ato comunicacional envolve o contato de duas línguas e culturas. Quando este não é o caso, a língua e a cultura materna do falante podem afetar o desempenho verbal e não-verbal dele. Um exemplo são metáforas que quando traduzidas literalmente podem causar mal-entendidos ou nenhum entendimento para o destinatário. O mesmo se dá quanto ao comando da língua do destinatário, quando esta não é sua língua materna.

Essa questão se mostra bastante pertinente, no contexto comunitário brasileiro, pois os atendimentos via intérprete são normalmente realizados em língua franca (inglês, francês, espanhol) e não em suas línguas maternas (línguas africanas, creole, quéchua, guarani etc.).

- Envolvimento no mundo textual. Os participantes podem estar envolvidos em uma discussão (explícita ou implicitamente), como entidades textuais, isso significa que eles mesmos, os países, as organizações ou instituições que eles representam podem formar parte do mundo textual.
- Status dos participantes. Também pode ser o poder dos relacionamentos envolvidos no evento. É derivado principalmente do status social dos participantes, das instituições na qual estão afiliados e da hierarquia dentro das instituições, do conhecimento que possuem, do prestígio que usufruem como autoridades no assunto discutido. O comando da língua-alvo por parte do falante lhe dá mais poder. Conhecimentos em ambas as línguas dão ao participante a vantagem de ouvir cada fala duas vezes, conferindo-lhe assim mais tempo para planejar o próximo passo em uma negociação. Idade e gênero também podem influenciar as relações de poder, e isso vai variar dependendo da cultura. De acordo com Alexieva (1997), pesquisas mostram que falantes homens tendem a

dominar falantes mulheres, especialmente no que se refere ao controle dos temas, interrupção e turno de fala. Quando não há equilíbrio e solidariedade nas relações de poder, pode haver tensões. O status social do intérprete, assim como seu nível educacional, idade, gênero irão contribuir para o nível de equilíbrio ou tensão no evento de interpretação, dependendo das culturas envolvidas. Quanto maior o desequilíbrio de poderes, maiores as chances de tensões.

- Papel dos participantes. O papel dos participantes é especialmente relevante nos casos em que este não coincide com o status social fora do ambiente de interpretação, por exemplo, quando pessoas de poderes desiguais têm de participar de um evento como iguais. Nessas situações, o intérprete pode ficar tentado a exceder seu papel, caso se sinta superior ao falante ou destinatário em termos de idade, gênero, conhecimento do tema (isso se aplicaria especialmente quando um especialista de determinada área atua como intérprete), habilidades comunicativas, comando das línguas fonte e alvo e, respectivas culturas, além de normas específicas de comportamento relevantes para a situação comunicacional. Pode-se usar a escala de “iguais/solidariedade” vs “não iguais/poder juntamente com as tentativas dos participantes em exercer poder em determinada cultura.
- Número de participantes. Grupos menores criam uma atmosfera mais aconchegante que leva a um nível menor de automonitoramento. Por sua vez, pode resultar em mais incidentes verbais de especificidade cultural e de comportamentos não-verbais. Outra escala usada aqui seria “ambiente formal” vs “ambiente informal”. Grandes conferências/congressos e eventos midiáticos ocupam posição mais perto no fim da escala formal, enquanto a interpretação comunitária, reuniões menores e modalidade de cochicho ocupam uma posição mais perto do informal na escala.

Parâmetro 3: tema do evento (ALEXIEVA 1997).

- Universal vs especificidade cultural. O tema do evento está dentro de um contínuo que pode ir do universal até a especificidade cultural. Em geral, temas relacionados à ciência e tecnologia tendem a ser mais objetivos e envoltos em

questões universais, sendo assim, menos específicos culturalmente. As discussões de tais tópicos implicam pouco ou nenhum envolvimento dos participantes como entidades textuais. Os participantes normalmente não formam parte do mundo textual neste contexto. Por outro lado, o mundo textual de interação humana consiste em questões que se dirigem diretamente na maneira que as pessoas (indivíduos e organizações) interagem com os demais; tais questões são geralmente discutidas na tentativa de chegar a uma decisão do grupo e encontrar soluções que são importantes para os próprios participantes ou para as instituições que representam. Eventos desse tipo são caracterizados por um alto nível de subjetividade e grande envolvimento por parte dos participantes no mundo textual.

- Envolvimento vs não-envolvimento. O tema estará dentro do contínuo envolvimento vs não-envolvimento, já discutido anteriormente.

Parâmetro 4: tipo de texto e estratégias de construção textual (idem, p. 227-228).

É a maneira que os participantes usam o idioma para expressar suas intenções comunicacionais. A interpretação geralmente é associada com a modalidade falada, porém, pesquisas mostram que a modalidade (falada ou escrita) não é o que determina o tipo de texto. Mesmo textos entregues de forma oral podem apresentar graus diferentes de oralidade ou erudição. As escalas para definir a oralidade/erudição são as seguintes, conforme proposto por Shlesinger (1989 apud Alexieva 1997):

- Nível de planejamento. Se o texto é improvisado ou espontâneo ou se foi preparado com antecedência, já que isso terá impacto na coerência e densidade semântica.
- Conhecimento compartilhado. Conhecimento que se presume que o destinatário traga ao discurso.
- Léxico. Uso de palavras literárias, coloquiais ou expressões não-marcadas.
- Nível de envolvimento. É o nível ao qual o falante se sente pessoalmente envolvido na discussão de um tema específico com um grupo específico de pessoas como interlocutores. Textos posicionados no fim da escala de erudição

compreendem menos envolvimento pessoal, menos envolvimento com o destinatário e menos envolvimento com o tema da discussão.

- Papel do comportamento não-verbal. Isso é especialmente importante na maneira pela qual textos mais próximos da fala cotidiana são produzidos.

Outras categorias/níveis incluídas por Alexieva são:

- Planejamento. Se o falante lê/fala o texto escrito ou se fala de maneira mais espontânea irá refletir a estratégia de construção textual, que de alguma forma, parece ser dependente das normas de especificidade cultural. O grau de planejamento influencia as escolhas lexicais do falante e estruturas sintáticas. Também pode determinar a inclusão cultural do texto e no evento como um todo, especialmente, nos seguintes parâmetros:
 - Uso de imaginário de especificidade cultural, tornando o texto mais difícil de ser interpretado. O falante pode não perceber que está usando imaginário de especificidade cultural, especialmente no caso de menor grau de planejamento, ou improvisação total;
 - Uso de expressões paralinguísticas (não-verbais), incluindo expressões faciais, gestos e tom de voz. Tais maneiras de se expressar podem conter especificidades culturais que tornam o texto muito difícil de ser interpretado;
 - Usos ou referências de conhecimentos de especificidade cultural que estão apenas disponíveis para membros da comunidade da língua-fonte. Mais dificuldade é experienciada quando a língua-fonte não é a língua materna do falante, sendo que o conhecimento cultural se refere a uma terceira língua e cultura. Isso torna a interpretação do texto-fonte altamente dependente das relações intertextuais transculturais.

Além das dimensões da oralidade e erudição, há também a questão das normas de comunicação. Culturas diferentes parecem variar na maneira pela qual interpretam detalhes de princípio de cooperação e a noção de relevância. Por exemplo, o que o falante considera necessário dizer em cada contexto.

Parâmetro 5: obstáculos espaciais e temporais (ALEXIEVA 1997).

Obstáculos espaciais parecem ser mais significativos e relevantes culturalmente do que obstáculos temporais, especialmente, no que se refere ao local e ambiente no qual o evento de interpretação acontece.

O local do evento pode ser discutido em termos de proximidade e distância do falante de seu país de origem. O falante pode se sentir mais ou menos confortável para fazer uso de léxico e estratégias culturais.

O espaço no qual se passa o evento, se é ou não reservado para os participantes apenas, como, por exemplo, na interpretação comunitária, em uma instituição de saúde, ou se compartilhado por outras pessoas, como em eventos midiáticos ou coletiva de imprensa. Se mais privados, e em atmosfera mais relaxada, há mais uso de comportamento marcado culturalmente. Se menos privado, os participantes tendem a ter comportamentos menos marcados culturalmente. A privacidade e distância contribuirão com o nível de formalidade ou informalidade.

Parâmetro 6: objetivo do evento (ALEXIEVA 1997).

Indivíduos, grupos de pessoas e representantes de instituições podem se juntar por inúmeras razões e com diversos objetivos. Os fatores podem ser os seguintes:

- Troca de conhecimento. Alguns eventos são organizados para troca de conhecimentos e informações, para demonstrar algo que os demais não estão envolvidos. Neste tipo de evento, os participantes podem esperar compartilhar objetivos iguais ou similares.
- Decisão do grupo. Alguns eventos são organizados com uma estratégia comum ou para chegar a soluções de problemas comuns aos participantes, tanto indivíduos ou instituições. Objetivos em comum facilitam a discussão, reduzem conflitos e fazem com que uma decisão seja tomada com mais facilidade.
- Objetivos conflitantes. Alguns eventos são organizados para discutir questões de vital importância para os participantes, mas para tais questões serem resolvidas, os direitos e interesses de alguns participantes podem ser afetados. Isso cria conflito e pode complicar as negociações.

O evento pode estar alocado em um contínuo dentro de uma escala (ALEXIEVA 1997):

- Distância vs proximidade: entre o falante, destinatário e intérprete;
- Não-envolvimento vs envolvimento: do falante como entidade textual;
- Igualdade/solidariedade vs não-igualdade/poder: no que se refere ao status, papel, gênero do falante e do destinatário, e em alguns casos, do intérprete;
- Ambiente formal vs ambiente informal: relacionado ao número de participantes, nível de privacidade, distância do país de origem;
- Cooperatividade/franqueza vs não-cooperatividade/não-franqueza: relacionado a estratégias de negociação;
- Objetivos compartilhados vs objetivos conflitantes.

A posição do evento em tais escalas pode ajudar a prever o posicionamento em outras e assim prever algumas características do evento, dos participantes e das estratégias de negociação que serão usadas no evento de interpretação. Com essas informações em mão, o intérprete pode fazer previsões mais confiáveis do papel que deve performar e, assim, se planejar para o evento. Se o evento, por exemplo, estiver alocado no contínuo de mais especificidade cultural, o intérprete terá papel mais importante, pois terá de intervir na comunicação para prevenir mal-entendidos e ter melhor compreensão cultural, inclusive explicando diferenças no uso de linguagem corporal. Nesses casos, o intérprete se torna mais visível. Os parâmetros e a coordenação dos falantes podem ser aplicados na maior parte das situações enfrentadas pelos intérpretes comunitários.

As questões de identidade, cultura e polidez podem ser difíceis de serem tratadas no dia a dia da profissão. Por isso é importante que intérpretes comunitários entendam muito bem questões sutis relacionadas à cultura do outro para que o processo de comunicação não seja prejudicado. Vamos analisar alguns deles.

Os textos orais se tornam difíceis, pois há diversos aspectos paralinguísticos envolvidos. Tendo em vista essas dificuldades, algumas perguntas são levantadas a fim de que o intérprete reflita:

- O que significa encontrar o equilíbrio em uma tradução oral?;
- Deve-se tomar a decisão de ficar mais perto do enunciado original da língua e da cultura de partida, ou mais próximo da língua e cultura de chegada ao recriar o enunciado?;
- É permitido que o intérprete ajuste o registro de polidez para se ajustar a situação de chegada?;
- É permitido que o intérprete explique como os sintomas são expressos através de um sistema taxonômico e terminológico diferente que tenha relação com uma visão particular de doença, de corpo e de gênero?;
- Traduzir um evento comunicativo envolve levar em consideração que se evite o contato visual por ser respeitoso em vez de desrespeitoso?;
- As estratégias de tradução devem sempre ser governadas pelo objetivo de uma situação específica?

As questões acima devem ser abordadas em sala de aula, não em forma de conceitos abstratos, que podem causar mal-entendidos e confusão, mas devem ser tratadas com exemplos práticos e simulações de *role-play*. O quanto é permitido ao intérprete participar ativamente no evento comunicativo como um agente proativo, é um tema de bastante debate. As pesquisadoras, Rudvin e Tomassini (2011), advogam por uma percepção por parte do intérprete em função do complexo vínculo existente entre língua, cultura e sociedade. Por essa razão não advogam por uma tradução completamente solta e livre (*free-for-all*) em que o intérprete subverte o objetivo da comunicação como resultado de sua agenda pessoal, ou incompetência linguístico/pragmática, ou sua inabilidade de coordenar os falantes, ou devido à inexperiência ou falta de competência ou mesmo por estar a serviço de normas culturais da cultura de partida ou de chegada .

O impacto das culturas na tradução das diferenças transculturais provavelmente devem ter o nosso maior foco ao tratar da interpretação.

A cultura é o centro do processo de construção de identidade e personalidade, tanto no nível individual quanto coletivo. Na verdade, o argumento é quase circular: cultura poderia ser definida como o comportamento de grupo que cria padrões comuns comportamentais e serve para consolidar e definir um grupo. No nível mais privado,

isolado e individual também, a identidade de uma pessoa é formada por normas, expectativas e costumes de grupo(s) do qual aquela pessoa faz parte – se adequando ou não, (re)criando e desafiando expectativas de infinitas maneiras.⁹⁰ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 25).

Mal-entendidos culturais acontecem em culturas monolíngues e relativamente homogêneas, devido a imperfeições e limitações da linguagem humana. Claro que mal-entendidos também aconteceriam de maneira maior e mais aprofundada em culturas plurilinguísticas e governadas por processos migratórios. Tudo isso irá impactar o trabalho do intérprete (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

O objetivo da interpretação é a recriação do mesmo efeito pragmático e também do mesmo efeito no nível linguístico em ambas as línguas e para todos os participantes. Podemos adicionar a essa complexa equação as assimetrias das próprias instituição, as assimetrias sociais e pessoais, além das assimetrias de poder e personalidade, incluindo a do próprio intérprete, tornando a situação de tradução bastante desafiadora. Os alunos precisam ser constantemente lembrados de criar uma autoconsciência crítica de que suas próprias visões são definidas e filtradas de maneira tendenciosa - o tempo todo - assim eles devem se colocar no lugar dos interlocutores e pensar como podem expressar e criar uma ponte comunicativa entre as divergências sem se basear em esteriótipos simplificadores que podem prejudicar o processo de comunicação. As regras de comunicação, assim como as regras de linguagem, costumes e comportamento de cada cultura são únicos, mas também as formas de comunicação diferem amplamente nas instituições públicas em uma mesma cultura. Muitos teóricos sugerem que as diferenças de hierarquia e poder são cruciais nas formas de discurso no mundo ocidental e nas chamadas sociedades tradicionais. Mesmo conversas do dia a dia, que podem ser consideradas recíprocas, são governadas por dinâmicas de poder, poderes familiares, sociais, de status profissional, de idade, gênero e parentescos. O

⁹⁰ Culture is at the heart of the very processes of identity-building and personhood both at the individual and collective level. Indeed, the argument is almost circular: culture could be defined as that group behaviour which creates common behavioural patterns and serves to consolidate and define a group. At the more private, secluded, individual level too, a person's identity is still formed by norms, expectations and customs of the group(s) in which that person is a part – by conforming or not conforming, by re-creating and challenging expectations in an infinite number of ways.

mesmo se aplica ao discurso dos ambientes institucionalizados (RUDVIN e TOMASSINI 2011)

Um fator crucial nas relações interpessoais no ambiente profissional, e também no privado, é a noção do papel dos participantes que é grandemente negociável através do uso de estratégias de polidez que são governadas culturalmente para se estabelecer, negociar ou esclarecer qualquer coisa que acontece em uma relação específica entre dois interlocutores em uma dada situação. A polidez é crucial para se construir relações, mas também é extremamente delicada, por isso é tão mal-entendida.

Na fase de reconstrução do processo de interpretação – da escuta e compreensão para a rearticulação – o intérprete tem de identificar as estratégias pragmáticas por meio das quais a polidez é construída e levar isso em conta quando tenta recriar essas mesmas características pragmaticamente para o ouvinte de formas que podem variar muito da enunciação original.⁹¹ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 28-29).

As normas da cultura britânica, escandinava ou japonesa, por exemplo, com suas normas de privacidade, requerem foco na polidez negativa, que é se refrear de impor ou invadir o espaço pessoal das pessoas. Enquanto que culturas menos privadas como, por exemplo, as do Mediterrâneo irão privilegiar uma polidez de estratégias positivas, que fortalecem a autoimagem dos interlocutores por meio de elogios. Os alunos precisam entender que essas práticas internalizadas podem causar mal-entendidos, assim é importante encorajá-los a processar o seu próprio papel na tradução de elementos pragmáticos de conversação, como a polidez e ajudá-los a encontrar estratégias para lidar com a transição linguístico-cultural.

Para que o estrangeiro consiga ter acesso efetivo aos serviços, muitas vezes eles precisam aprender a “jogar o jogo”, ou ser ajudados a jogar o jogo. Muitas vezes, o melhor a fazer é entender como funciona o sistema de polidez dominante para que o processo de comunicação seja bem-sucedido. No fim, aqueles participantes da conversação que não falam a língua do país que os está recebendo ou não estão

⁹¹ In the reconstruction phase of the interpreting process – from hearing and comprehending to re-articulating – the interpreter must thus identify the pragmatic strategies through which politeness is construed and take these into account when attempting to recreate those same features pragmatically to the listener in forms that may vary greatly from the original utterance.

familiarizados com os códigos culturais e comunicativos sempre estarão em desvantagem. As consequências de tal assimetria comunicativa podem ser muito graves: a recusa de atender os pedidos do cliente. Por exemplo, dizer não dentro do contexto judiciário ou policial pode ser interpretado como falta de confiança e um sinal de desrespeito. Para que haja sucesso na comunicação, tanto de compreensão quanto de resposta participativa, os falantes precisam atuar cooperativamente dentro dos códigos. É claro que a comunicação nunca pode ser feita visando apenas um lado, mas vai depender muito da colaboração e da resposta dos outros participantes. O intérprete, como especialista linguístico, informante cultural, e facilitador comunicacional, é a única pessoa em posição para colocar os falantes no mesmo nível (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Outro aspecto importante, que vai afetar as relações interpessoais no contexto transcultural, é a maneira como os indivíduos lidam com as hierarquias institucionais e a comunicação com os prestadores de serviços. As estratégias de comunicação intimamente relacionadas à cultura serão muito importantes. Em muitos países ocidentais as seguintes características: franqueza, compartilhamento antecipado da verdade, contato visual direto, abordagem igualitária, entre outras estratégias interpessoais, são vistas como marcadores de respeito. Já outras culturas entendem tais marcadores como falta de respeito. Em algumas culturas não-ocidentais estratégias de consentimento, uma postura indireta, nunca contrariar o interlocutor, evitar o contato visual e o discurso excessivo, entre outros. (RUDVIN e TOMASSINI 2011)

Os cumprimentos de chegada e saída e a linguagem não-verbal também cumprem um papel importante nas diferenças transculturais e nas relações interpessoais, fazem parte essencial de todos os tipos de conversações, em todos os contextos e em todos os níveis de formalidade, porém os cumprimentos são extremamente específicos para cada cultura. Por exemplo, os cumprimentos podem ser mínimos, como um simples “oi”, um aceno de cabeça. Esse tipo de cumprimento pode ser suficiente em culturas consideradas individualistas e igualitárias. Já cumprimentos mais elaborados, quando se pergunta sobre a saúde e a família do interlocutor, são mais comuns nas culturas consideradas coletivistas.

Os cumprimentos com aberturas da conversa estabelecem o tom para o que vai acontecer. Cumprimentos, assim como a polidez (os dois

estão muito relacionados), são indicadores sociais de relações e têm de ser usados apropriadamente para uma comunicação bem-sucedida: eles estabelecem, reforçam e reconhecem relações interpessoais. Eles podem tanto manter harmonia quanto divergência (criar distância e assimetria). No entanto, se usados como marcador de polidez, eles podem (e se não usados não podem) ser extremamente suscetíveis a mal-entendidos e podem levar à tensão e hostilidade na comunicação intercultural.⁹² (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 32).

Os cumprimentos podem vir acompanhados de marcadores não-linguísticos, como o aperto de mãos, o aceno de cabeça, curvar-se em forma de cumprimento respeitoso, um sorriso ou a falta de um sorriso, o contato visual ou o não-contato visual, o direcionamento do corpo, entre outros marcadores, todos suscetíveis a mal-entendidos culturais. Assim, os alunos precisam ser ensinados que, como intérpretes, devem não apenas saber ler mas também ser capazes de reproduzir de maneira apropriada os cumprimentos de abertura e fechamento para os interlocutores e também para a situação dada, já que são maneiras cruciais de se estabelecer relações interpessoais que podem levar a desfechos positivos (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

As relações interpessoais e as estratégias de polidez podem ser expressas de maneira não-verbal em muitos níveis. Alguns exemplos seriam: a distância de outra pessoa ao ficar de pé ou sentada e quão direcionado em relação a outra pessoa, quão diretamente se deve olhar o outro, quão alto e diretamente se deve falar com o outro, se deve-se ou não tocar no outro etc. – todas são práticas culturalmente definidas e mais ou menos rigidamente codificadas dentro das sociedades. O intérprete precisa lidar com esse espaço indefinido, entre os interlocutores, e é o intérprete que proativamente deve decidir como lidar com cada situação. Por exemplo, em uma situação de interrupção de discurso, quando o intérprete toca no ombro ou no braço do cliente. Isso

⁹² Greetings as conversation openers set the tone for what has taken place. Greetings, like politeness (the two are very closely connected), are a useful gauge of social relations and must be used appropriately to achieve successful communication: they establish, reinforce and acknowledge interpersonal relations. They can foster both harmony and dissent (by creating distance and asymmetry). However, used as politeness markers they are (or the lack of them is) extremely susceptible to misunderstanding and may lead to a tension and hostility in intercultural communication.

poderia tanto mostrar respeito e segurança em uma cultura, quanto sinal de intromissão excessiva e falta de respeito em outra (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 33)⁹³.

Por competência de transferência intercultural, primeiro, entendemos como a habilidade para identificar aquelas características comunicativas verbais e não-verbais evidentes das quais os interlocutores inconscientemente dependem e que utilizam conscientemente para se comunicar. Em segundo lugar, entendemos como a habilidade de traduzir tais características para a língua dos interlocutores a fim de que eles percebam tanto quanto possível as intenções adotadas pelos falantes.

Para que o intérprete consiga fazer a transferência intercultural, ele precisa desenvolver competências para identificar as diferenças culturais. No nível micro, o intérprete precisa ter pleno comando de duas línguas, conhecimento terminológico dentro do contexto em que for trabalhar, e conhecimento das variedades das línguas francas (inglês, francês, espanhol, árabe e chinês), idealmente, também conhecimentos de aspectos culturais relacionados a cada variedade, como sotaques regionais e socioletais. Competência cultural em ambas as culturas e a habilidade de transferir tal conhecimento para a outra parte são competências cruciais, porém difíceis de serem adquiridas (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Assim, a sugestão das pesquisadoras não é nenhum modelo específico de competência cultural, mas a recomendação de despertar nos alunos um senso de curiosidade e consciência de como o ser humano é socializado desde a infância em um determinado modelo de comportamento e comunicação, e tais modelos pertencem a sistemas culturais diversos. Portanto tais questões demandam sensibilidade e abertura para serem aceitas⁹⁴.

⁹³ By intercultural transfer competence, we mean firstly the ability to identify those salient verbal and non-verbal communicative features that the interlocutors unconsciously rely on and consciously employ to communicate. Secondly, we mean the ability to translate these features into interlocutors' language so that they perceive as much as possible of the assumed intentions of the speakers (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 33).

⁹⁴ This awareness will also lead to self-reflection regarding their own culture-embeddedness and how their own communication forms are informed by their own culture(s). An awareness of their own cultural positioning and subjectivity should also lead them to the knowledge that their own prejudices and stereotypes may affect the interpersonal aspects of interpreting performance. Equally important, furthermore is the awareness that each person is an individual in a larger group, a product of idiosyncratic traits but also their own, personalized, individual journey through life. [...]the ultimate aim must nevertheless be to provide them (the students) with the 'cultural production skills' to translate these

Esse reconhecimento também levará a uma autorreflexão de quanto estão imersos em sua própria cultura e em como sua própria forma de comunicação é afetada pela sua cultura(s). Um reconhecimento do posicionamento cultural e subjetividade deve levá-los a saber que seus preconceitos e estereótipos podem afetar aspectos interpessoais do desempenho na interpretação. Igualmente importante é o reconhecimento de que cada pessoa é um indivíduo em um grupo maior, um produto de traços idiosincráticos, mas também sua própria jornada individual e personalizada durante a vida. [...] o objetivo final deve ser prover os alunos com ‘habilidades de produção cultural’ para que traduzam esses elementos culturalmente específicos, verbais e não-verbais, em um ato de comunicação significativo que seja construtivo para cada um dos interlocutores.

A questão não é apenas identificar as diferenças transculturais nos sistemas de comunicação, mas também o que o intérprete escolhe fazer com isso. É o intérprete que deve negociar: escolher ignorar tais diferenças, traduzir tais diferenças no nível verbal/lexical, ou comunicar o mesmo peso cultural, social e pragmático da mensagem de forma compreensiva. Ou ainda, dada a grande diferença entre sistemas de comunicação, tentar bravamente aproximar o máximo possível ambos os sistemas de atores, colocando-os em uma posição na qual possam se entender (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 34).

A responsabilidade do intérprete é realmente intimidadora: é precisamente na habilidade de recriar entendimento entre as partes que reside o real desafio do intérprete⁹⁵.

O intérprete precisará também coordenar o tamanho dos trechos que os interlocutores falam a fim de conseguir se lembrar de toda a mensagem para não prejudicar a precisão da tradução. Além de reproduzir os códigos culturais inerentes na mensagem, precisa também saber interromper quando for necessário enquanto reconhece suas próprias limitações mnemônicas. O importante é saber quando interromper o interlocutor, para que este finalize o trecho significativo, mas não muito longo a ponto de o intérprete esquecer o que foi dito. Para isso é preciso que o intérprete encontre um momento natural para a interrupção sem perturbar o falante.

culturally specific elements, verbal and non-verbal, into a meaningful communicative act that is constructive for each of the interlocutors (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 34).

⁹⁵ The interpreter’s responsibility is indeed daunting: it is precisely in the ability to recreate understanding between the parties in which the real challenge for the interpreter lies. (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 35)

Na prática da vida real da interpretação, a interrupção pode ser muito difícil, especialmente para intérpretes menos experientes, e quando há complicadas hierarquias sociais, profissionais, etárias e de gênero (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Outro problema que pode surgir é a logística acústica e espacial dos locais onde a interpretação está sendo realizada. Podem ser salas pequenas, sem um bom posicionamento para ouvir e ver o outro, ou uma sala grande com muitas pessoas, como um tribunal, com um pobre e um juiz que pode não ser colaborador. Exige-se muita autoconfiança por parte do intérprete para desafiar uma autoridade em um tribunal, por exemplo, e interromper o interlocutor em uma situação assim (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Há também sinais de conversação específicos de cada cultura. Podemos pensar em uma perspectiva mais geral, como: as pistas de entonação que sinalizam o início e o fim da enunciação, volume, pausas, linguagem corporal, proximidade física, contato visual, marcadores de discurso, tamanho das pausas e das enunciações, o limite para a sobreposição das falas. Além de discursos aparentemente contraditórios: perguntas declarativas, ordens interrogativas, assim como ironia, humor e eufemismos. Um importante aspecto, que também é altamente cultural, é o nível de sobreposição das falas. Algumas culturas têm alta tolerância às sobreposições, outras prezam muito pelos silêncios, assim, o intérprete precisa de habilidade para lidar e entender quais as tradições de fala e interrupções na própria cultura (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Em resumo, o intérprete tem de dominar a tarefa de combinação de pistas verbais e não-verbais e reproduzi-las apropriadamente. Com todos os falantes participando de um discurso natural, ele tem de ter a habilidade de reconhecer e explorar ritmo, tom e entonação a fim de identificar trechos/sinais/intervalos e para identificar ironia, sarcasmo, respeito, emoção/afeto, humor, agressão, medo, aprovação, desaprovação, formalidade-distância, camaradagem. No fim, um resultado bem-sucedido depende da boa vontade e colaboração de todas as partes.⁹⁶ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 36)

⁹⁶ In short, the interpreter must master the task of combining verbal and non-verbal cues and of reproducing them appropriately. As with all speakers engaged in natural discourse, she must have the ability to recognize and exploit rhythm, tone and intonation in order to identify chunks/signals/turns and to identify irony, sarcasm, respect, emotion/affect, humour, aggression, fear, approval, disapproval, formality-distance, camaraderie. In the final analysis, however, a successful outcome depends on the good-will and collaboration of all parties.

Há algumas situações em que a coordenação dos discursos pode ser dificultada, ficando ainda mais complicado para o intérprete. Isso pode ocorrer quando emoções intensas estão envolvidas, por exemplo, em contextos legais e policiais, de crimes violentos, situações de emergências hospitalares, pacientes terminais. Nessas situações, o intérprete precisa aprender a se distanciar da situação e dos interlocutores, o quanto for humanamente possível, e aprender a processar seus sentimentos para não ficar desgastado emocionalmente, ao mesmo tempo em que interpreta de maneira eficaz. As estratégias práticas sugeridas nessas situações seriam a de não interromper, tomar notas discretamente para não ter de pedir por repetição (às vezes tomar notas pode ser visto como ameaçador), usar uma linguagem corporal não-ameaçadora, tomar cuidado com a proximidade física e o toque, respeitando as normas culturais vigentes. Além do mais, o intérprete precisa perceber como as emoções afetam o fluxo da conversa e usar tais pistas e sinais como informação e conteúdo cognitivo. O intérprete também pode ser interrompido pelos interlocutores, especialmente, em momentos de tensão, quando estes podem se virar para o intérprete pedindo por ajuda. Esse é o momento de explicar que talvez as coisas não funcionem desse jeito. Isso pode ser desafiador, visto ser necessário coordenar a situação de interpretação, ao mesmo tempo que se coloca fora da participação ativa da conversa. Quando o intérprete sabe bem seu papel naquele país e a situação na qual está inserido, ele pode tomar a melhor decisão de como lidar com tudo isso, mas, evidentemente, para isso é necessário prática e autoconfiança (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

3.3 CONTEXTOS DE INTERPRETAÇÃO

3.3.1 Contexto Médico

Um dos ambientes que a Interpretação Comunitária cobre é o contexto médico. O intérprete comunitário irá trabalhar com os profissionais da saúde que desempenham seus devidos papéis gerando problemas quanto aos papéis, tarefas, necessidades e expectativas de todos. Caso o intérprete não seja treinado, ele não entenderá o motivo de certos procedimentos, perguntas feitas pelos profissionais e até mesmo a maneira

de interpretar em cada situação. Da mesma forma, profissionais que trabalham com intérpretes muitas vezes não compreendem o papel do intérprete e a necessidade de ele produzir uma entrega precisa. Já intérpretes profissionais têm segurança suficiente para saber suas necessidades e também para explicar seus procedimentos tradutórios, para controlar o tempo de fala dos interlocutores, para organizar o espaço de maneira mais efetiva, para estabelecer intervalos quando necessário e para pedir por mais informações a fim de se preparar para o trabalho. Segundo Hale (2007), as atitudes citadas acima dizem respeito à confiança baseada em competência, status e identidade profissional forte, tudo como consequência natural de treinamento universitário que deveria ser obrigatório.

O cenário médico inclui consultórios particulares, hospitais e consultas com outros profissionais da saúde. Os intérpretes que trabalham dentro desse contexto são normalmente chamados de intérpretes médicos ou intérpretes de serviços de saúde. Há alguma pesquisa dentro da área da comunicação sobre como se dá a interação entre médico e paciente. O intérprete atuará na consulta para que médico e paciente possam se comunicar. Assim, o intérprete precisa entender o que está por trás do uso da linguagem e como a língua é usada na consulta médica nesse contexto para evitar interferir desnecessariamente no processo de comunicação e para poder tomar decisões conscientes. Muito do sucesso ou do fracasso de uma consulta reside na habilidade do provedor de serviço de saúde fazer perguntas apropriadas de uma maneira eficaz, de ouvir atenta e empaticamente tudo o que o paciente tem a dizer, não apenas as questões colocadas pelo prestador de serviço, mas também as “pistas” dadas pelo paciente que podem levar a um entendimento melhor do problema, além da habilidade de construir uma relação positiva e colaborativa com o paciente. Assim, quando há a participação do intérprete na consulta médica (HALE 2007). O estilo de pergunta e resposta na interação médico-paciente já foi bastante estudado na literatura sobre comunicação. Cordella (Cordella 2004:32 apud Hale 2007) sugere que⁹⁷ “a maneira pela qual as perguntas são apresentadas, portanto, pode pré-determinar a resposta”. Médicos podem fazer perguntas direcionadas (fechadas), que resultam em

⁹⁷ the way in which the questions is presented, therefore, can pre-determine the reply

uma resposta curta, ou um “sim” ou “não”, ou perguntas abertas ou perguntas de confirmação (*tag questions*). A relação entre médico e paciente é assimétrica, mesmo assim, os pacientes têm a liberdade de fazer perguntas e tirar dúvidas com o médico quando assim o desejarem. No ambiente médico, em geral, os profissionais de saúde têm um interesse genuíno de obter as informações que os ajudarão a auxiliar o paciente. Criar confiança entre as partes será essencial para que o paciente entenda sua situação e o tratamento que deve ser seguido. Quando um terceiro participante – o intérprete – é adicionado na interação, mais complexa será a interação. Porém o nível de participação do paciente está relacionado a diversos fatores, incluindo a personalidade do paciente e a formação social deste, o contexto da consulta e a relação (já existente ou não) entre médico e paciente. Porém quanto menor for o envolvimento do paciente, mais ele terá o sentimento de impotência, que pode levar a uma comunicação falha e/ou um atendimento inadequado (HALE 2007).

O registro linguístico utilizado pelo médico para falar com os pacientes também está intimamente conectado com as diferenças de poder. Há a necessidade apontada por exemplo por Shuy (1976 apud Hale 2007) de que os médicos não utilizem uma linguagem tão técnica, pois esta leva a falta de entendimento e mal-entendidos. Por outro lado (Wodak 1997 apud Hale 2007), alguns profissionais podem tender a utilizar uma fala infantilizada ao falar com idosos, mas isso apenas serve para reforçar as diferenças de poder e inferiorizar o paciente.

A comunicação efetiva ou falha vai levar o paciente a seguir ou não as recomendações médicas e tratamento. Quando a comunicação é clara, informações relevantes são mostradas aos pacientes de maneira que este possa compreender. Quando um terceiro participante – o intérprete - é adicionado à interação, mais complexa esta se torna. Surge então uma pergunta: como garantir que o terceiro participante não cause ainda mais problemas na comunicação que já existiria em uma interação monolíngue? O objetivo da consulta médica é ajudar o paciente da melhor forma possível. A língua é usada de maneira estratégica e com objetivos claros. A maneira como as questões são apresentadas pelo médico e como o paciente responde a elas irá impactar o entendimento de ambas as partes e como a relação entre eles é construída. (HALE 2007)

Quanto às abordagens na interpretação comunitária, Hale apresenta duas: a abordagem direta e a mediada. Começamos com a citação de Bolden:

É impossível que os intérpretes ajam como máquinas, porque são humanos, e é impossível que sejam invisíveis ou não-envolvidos quando estão presentes em uma interação triangular.⁹⁸ (BOLDEN 2000, p. 391 apud Hale 2007, p. 41)

Na abordagem direta, o intérprete interpreta cada fala de cada vez, e o médico e paciente falam um com o outro através do intérprete. Tal abordagem pede um intérprete que possa transmitir cada fala de maneira exata de ambos os falantes, deixando que as decisões sejam tomadas pelos participantes da interação, no caso, provedor de saúde e paciente. Já na abordagem mediada, há duas conversas acontecendo de maneira paralela: uma conversa entre o médico e o intérprete e outra entre o paciente e o intérprete. Portanto a abordagem mediada, segundo Hale (2007), exige que o intérprete não interprete para os dois participantes, mas faça a mediação entre eles. Para isso, o intérprete decide o que transmitir e o que omitir dos falantes. O intérprete, dessa forma, age como aquele que abre os portões da comunicação.

Hale (2007) advoga pela abordagem direta, especialmente dentro do contexto médico. A autora diverge de alguns autores (Bolden) que pregam que a abordagem direta está diretamente ligada à metáfora da “máquina de tradução”, ou seja, de uma tradução palavra por palavra. Para Hale, a abordagem direta não diz respeito a um intérprete que não se envolva e que seja invisível, pelo contrário, o intérprete precisa estar totalmente envolvido para cumprir com a complexa tarefa do processo interpretativo.

A diferença está no foco do envolvimento. Ao passo que na abordagem mediada o intérprete está envolvido na decisão sobre o conteúdo das enunciações (o que interpretar e o que omitir), na abordagem direta o intérprete está envolvido na decisão de como transferir da maneira mais exata o que os dois participantes escolheram comunicar um ao outro.⁹⁹ (HALE 2007, p. 42-43)

⁹⁸ It is impossible for interpreters to act as machines because they are human, and it is impossible for them to be invisible or uninvolved when they are present in a three-way interaction.

⁹⁹ The difference lies in the focus of the involvement. Whereas under the mediated approach the interpreter is involved in deciding on the content of the utterances (i.e. what to interpret and what to omit), in the direct approach the interpreter is involved in deciding how to render most accurately what the other two participants themselves have chosen to communicate to each other.

Uma interpretação exata (*accurate*) deve transmitir o significado da fala no nível do discurso, levando em conta a dimensão pragmática da língua, transferindo as intenções por trás da fala, produzindo assim uma reação similar no ouvinte que a mensagem na língua original teria produzido. A interpretação também deve levar em conta as diferenças lexicais, gramaticais e sintáticas entre as duas línguas. Além disso, deve levar em conta as diferenças culturais. Dificilmente uma tradução literal produzirá um discurso exato e apropriado (HALE 2007).

A abordagem direta permite que médico e paciente se comuniquem com a mínima interferência do intérprete. Dessa forma, o médico tem a responsabilidade de conduzir a consulta, fazer as perguntas apropriadas e perceber as dicas que o paciente dá (inclusive pela linguagem corporal) e, assim, construir uma relação com o paciente. O paciente decide o que quer ou não falar e como dizê-lo. Os defensores da abordagem mediada argumentam que o intérprete tem a liberdade de decidir o que é ou não relevante nas falas a serem traduzidas e, assim, pode prover apenas um resumo delas e deve até mesmo adicionar informações que julgar necessárias ou que foram omitidas por alguma das partes, mas que ele considera pertinentes para os falantes. O argumento a favor da abordagem mediada é que as omissões e adições economizariam tempo precioso dos profissionais de saúde e que também poderiam prover informações valiosas omitidas pelos médicos aos pacientes e vice-versa (HALE 2007).

A conclusão que Hale (2007) apresenta sobre a abordagem mais apropriada é que muitas vezes agir dentro do modelo mediado, a ponto de tomar decisões a respeito do que adicionar ou omitir, pode causar mais problemas do que resolvê-los. Em geral, profissionais da saúde não confiam nos intérpretes que tomam a abordagem mediadora como prática profissional. Outros autores como Ticca (2017) mostram o contrário, sendo a prática mediada inclusive incentivada pelos profissionais de saúde em alguns países. Para Hale (2007), a abordagem direta faz com que o intérprete tente ser mais invisível (apesar da total invisibilidade ser impossível) e assim aderir mais de perto às obrigações éticas de exatidão e imparcialidade na interpretação.

Como já atestado por diversos pesquisadores, muitos dos intérpretes que trabalham no contexto médico não recebem qualquer tipo de treinamento. Eles trabalham como voluntários, o sistema não lhes aprecia e tampouco eles têm

consciência clara de seu papel. Devido a esse background, tais intérpretes, que na verdade são falantes bilíngues, normalmente usam a abordagem mediada, não traduzindo completamente as falas dos participantes, mas atuando como *gatekeepers* e, dessa forma, decidindo quais são as informações relevantes que devem ser transmitidas. Outro comportamento comum desse grupo de intérpretes é adicionar palavras às falas dos médicos quando o intérprete julga que as falas estão incompletas e/ou responder às perguntas pelos pacientes. Além disso, o intérprete faz uso da terceira pessoa em vez da primeira pessoa ao interpretar (“O médico disse/perguntou..., ela está dizendo que”). Tal prática reforça a visão de que há duas conversas paralelas ocorrendo (HALE 2007).

Hale critica a ideia de que o intérprete comunitário deveria agir como mediador cultural (*cultural broker, mediator, advocate*). Para ela, são muitos papéis com poucas definições de suas ações.

Geralmente espera-se que o intérprete seja não apenas o mediador entre duas línguas, mas também um ajudante, um guia, um mediador cultural, um ativista ou conciliador. Em outras palavras, ele tem muitas funções. Mas isso seria possível ou desejável? A praticabilidade da combinação desses papéis é questionável, em princípio, porque é, de fato, difícil ser um ajudante, defender aqueles que não falam o idioma do país e ainda assim manter a objetividade e imparcialidade exigidas para se interpretar bem.¹⁰⁰ (Roberts, 1997: 20-1 apud Hale 2007, p. 45)

Quanto mais o intérprete se identifica com o paciente, mais ele tenderá a usar a abordagem mediada, isso o levará a falar pelo cliente em vez de interpretar o que ele fala. Porém, essa atitude exclui o paciente da interação e ele se torna objeto de uma discussão que está sendo realizada por outras duas pessoas – médico e intérprete que falam um idioma que o paciente não pode entender. Claro que essa situação vai afetar a relação entre médico e paciente. Mas há margens de manobra para o intérprete que entende que a abordagem direta seria mais efetiva:

A natureza descontraída, privada e informal da consulta médica faz com que seja mais fácil para que os intérpretes possam pedir por

¹⁰⁰ The interpreter...is often expected to be not only a mediator between languages, but also a helpmate and guide, cultural broker and even advocate or conciliator. In other words, he wears many hats. But is this feasible or desirable? The feasibility of role combination is questionable, in principle, because it is, in fact, difficult to be a helpmate to and even an advocate of those not speaking the language of the country and still to retain the objectivity and impartiality required to interpret well.

repetição ou indicar quando sentem que houve um mal-entendido, enquanto mantêm um afastamento e interpretam as enunciações de maneira exata [...] o objetivo do médico é ser claro e ser entendido pelo paciente, assim, os intérpretes podem se beneficiar do propósito da interação e pedir por explicações quando necessárias.¹⁰¹ (HALE 2007, p. 46)

Assim, não haveria, para Hale (2007), justificativas para interferências não solicitadas por parte do intérprete, já que ele pode, dentro do contexto mais informal da consulta médica, pedir por maiores esclarecimentos.

Uma área ainda mais delicada é a da saúde mental, já que esta demanda por interpretações ainda mais exatas para que os psicólogos e psiquiatras possam desempenhar suas funções adequadamente. Alguns dos problemas mais comuns, citados por Vásquez e Javier (1991: 164 apud Hale 2007), seriam:

1. Omissão: processo no qual o intérprete apaga parcial ou completamente a mensagem falada pelo interlocutor.
2. Adição: tendência a incluir informação que não foi expressa pelo interlocutor.
3. Condensação: tendência a simplificar e explicar a mensagem.
4. Substituição: troca de conceitos expressos pelo interlocutor.
5. Troca de papel: ocorre quando o intérprete domina a interação e substitui as perguntas do entrevistador (nesse caso, o profissional de saúde) por suas próprias perguntas, assumindo o papel do entrevistador.

Essas atitudes de interferência extrema na interpretação se relacionam com a abordagem mediada. Muitas vezes, as boas intenções de um intérprete sem treinamento podem levá-lo a fazer uma interpretação com falta de exatidão, comprometendo o tratamento do paciente. Isso pode criar mais problemas do que resolvê-los. Assim, mais uma vez vemos que o argumento de Hale (2007) a favor da abordagem direta não favorece o ato interpretativo como algo mecânico, nem vê o

¹⁰¹ The private, informal and relaxed nature of the medical consultation makes it more conducive for interpreters to ask for repetition or indicate when they feel there has been a misunderstanding, while still maintaining a detachment and interpreting the utterances accurately [...] the aim of the physician is to be clear and to be understood by the patient, so interpreters can take advantage of the purpose of the interaction to ask for clarifications when needed.

intérprete em um papel de participante invisível e subserviente, pelo contrário, ela o exerga como um profissional que entende a demarcação de papéis, é competente nas complexas habilidades de interpretação, é proficiente em questões transculturais e translinguísticas (*cross-cultural* e *cross-linguistic*), é capaz de lidar com a interação (parar as falas que se sobrepõem, comentários paralelos), tem consciência do discurso interpretado e das necessidades do espaço onde trabalha. O intérprete pode desempenhar melhor suas funções quando outros participantes o respeitam como profissional, entendem seu papel e não esperam que ele aja de maneira antiética. Os profissionais da saúde e os intérpretes podem trabalhar juntos tendo uma rotina de sessões antes das consultas. Nessas sessões, eles podem explicar seus papéis, expectativas e exigências. Os profissionais de saúde introduzem o caso ao intérprete, os objetivos da consulta, procedimentos que serão executados e outras informações relevantes. O intérprete também fala qual é seu papel na sessão, explica o processo interpretativo, os protocolos básicos da interpretação, como: discurso direto, apresentação do intérprete ao paciente e explicação de seu papel, manter contato visual com o paciente, arrumação da sala e posicionamento dos participantes etc. Além disso, nesse momento de pré-consulta, o intérprete pode alertar o médico das possíveis diferenças culturais que serão enfrentadas. Para isso, idealmente, o intérprete recebe informações sobre o caso que vai interpretar com antecedência para poder se preparar. Quando o intérprete já está acostumado a trabalhar com o mesmo médico, o conteúdo das pré-sessões pode ser mais objetivo. Tal procedimento de pré-sessão ajudaria muito o entendimento entre os profissionais e também o atendimento ao paciente (HALE 2007).

Tanto o contexto médico como o legal terão aspectos em comum e diferenças que devem ser levados em conta. A organização e infraestrutura básica e as pessoas que trabalham em tais contextos, além da estrutura de comunicação, devem estar claras na mente do intérprete, e como o intérprete se encaixa em tal estrutura de trabalho. Assim, faremos uma comparação, a partir de Rudvin e Tomassini (2011), entre o contexto médico e legal, de alguns aspectos, sendo eles: organização/estrutura; participantes; estrutura de comunicação; estratégias; conteúdos; terminologia; aspectos transculturais; ética; preparação; *briefing* e modalidades. Essa visão um tanto

generalista deve ser adaptada para cada circunstancia específica (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Quanto à organização e estrutura, a principal diferença se dará se o sistema de saúde for público ou privado já que isso irá impactar a maneira na qual o usuário é tratado, além de questões práticas como marcação de consultas e pagamento de exames e tratamentos. Por exemplo, no sistema de saúde estadunidense, que é privado, os paciente são normalmente vistos como clientes, que pagam por um serviço e assim têm direitos específicos. Isso vai naturalmente afetar as relações entre médico e paciente e consequentemente o intérprete. Neste caso, o paciente-cliente tem opções de tratamento variado e terá a palavra final nas decisões. Já em sistemas de saúde públicos (NHS no Reino Unido e SUS no Brasil), o paciente é visto como um cidadão que paga impostos, não como um cliente, assim os prestadores de serviço tendem a se alinhar com a instituição para a qual trabalham e a responsabilizam. Nos sistemas de saúde privado, as perguntas sobre o seguro-saúde são cruciais no atendimento e muitas vezes pede-se para que o intérprete faça uma *sight translation* dos documentos do seguro (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Sendo os sistemas de saúde distintos nos países, uma pessoa que acaba de chegar a um novo país irá achar difícil entender como esse novo sistema funciona, pode ser confuso e levar tempo. Para esse recém-chegado, nada é familiar, provavelmente o material informativo não está em uma língua que ele entende. Sendo assim, coisas simples para alguém que mora no país podem ser bastante complexas para um estrangeiro: devo marcar uma consulta ou posso aparecer na clínica médica?; como explicar os sintomas e fazer perguntas; o que perguntar; como pedir o encaminhamento para outro médico ou um especialista; lidar com os procedimentos de preparação para exames; retirar os exames; ir para o retorno; seguir as instruções de tratamento médico; quais os medicamentos cobertos pelo plano ou sistema de saúde; comprar ou retirar medicamento etc. Além disso, muitos imigrantes se sentem receosos de acessar serviços onde podem ter o visto checado para serem atendidos (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Além desses aspectos práticos e logísticos, há outras importantes variações nos serviços de saúde no mundo. Por exemplo, o uso de clínicas versus hospitais; visitas médicas domiciliares; agentes de saúde e enfermagem; clínicas locais ou centros de

saúde. A saúde infantil e pré-natal também pode ser dividida de forma distinta, além da frequência que se deve levar os bebês e crianças para check-ups. Em alguns países, existe assistência médica e dental dentro das escolas. Há outros que incluem medicina comunitária e preventiva com vacinação, exames ginecológicos regulares, como papanicolau e mamografia. A saúde sexual também é tratada de forma diferente entre países e culturas, algumas vezes sendo governada por políticas tradicionais e religiosas quanto à prática sexual. As questões de saúde sexual, higiene, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis podem ser assuntos delicados e irão depender de como tais assuntos são divulgados, tratados e quão privados podem ser o acesso a eles, e como lidar com doenças, dependendo da cultura (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

O intérprete precisa saber como funciona o serviço de interpretação em seu país, como os intérpretes são treinados, se necessitam de alguma certificação especial, como são contratados e pagos. Saber como é a relação entre equipe médica e intérprete, o que se espera dele (apenas interpretação ou tradução também), acompanhar os familiares ou não, dar informações etc. Assim, o intérprete deve considerar as questões éticas dessas “tarefas extras” (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Além de o intérprete estar a par da terminologia da área médica e atualizado com as mudanças e desenvolvimentos no direito, tecnologia, política, relações internacionais, imigração etc., quando se fala sobre terminologia médica há uma enorme gama de linguagem altamente técnica, da emergência, passando pela psiquiatria, até a geriatria. Os intérpretes serão requisitados para atuar nas mais diferentes áreas: enfermagem, clínica, consultórios, casa do paciente e centros de saúde comunitários. Eles interpretam não apenas para os pacientes e os médicos, mas para os enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, e também para a equipe administrativa. Muitas vezes pede-se que o intérprete traduza documentos, escreva cartas e e-mails e contate embaixadas e empresas de seguro médico pelo telefone. Além de esperar que o intérprete atue dando apoio psicológico. Nessas situações o trabalho pode se tornar ambíguo. É necessário então que o intérprete seja flexível e adaptável (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Há diversos registros no discurso médico que irão variar consideravelmente. Em uma mesma sessão de interpretação, por exemplo, em uma consulta de pediatra, as

conversas podem variar, por exemplo, de uma conversa informal com os pais, uma conversa infantilizada com a criança, uma conversa usando terminologia técnica com a equipe do hospital e, por fim, uma conversa com os pais explicando sua avaliação. Adicionamos a isso, a pressão do tempo, logística complicada e emoções humanas, dentro de um ambiente caótico e com muita pressão no hospital (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

O *rapport* interpessoal no contexto médico é marcado por hierarquias institucionais e sociais, dentro de um contexto altamente emocional. Em geral, o usuário do serviço de saúde está em algum nível de vulnerabilidade – mental, física, emocional. Tal contexto de grande emoção quase sempre afeta a troca de informações e deve ser levado em conta tanto pelos prestadores de serviço quanto pelos intérpretes.

Apesar de estar claro não ser papel do intérprete fornecer apoio emocional aos pacientes/usuários, já que deveria receber tal apoio da instituição, a percepção de seu papel afeta a comunicação em um nível linguístico – o formato das perguntas e respostas, as informações oferecidas voluntariamente ou extraídas, ou apenas sugeridas e indicadas, o tom de voz que pode transmitir pistas importantes, a linguagem corporal, e assim por diante.¹⁰² (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p.51)

O objetivo primário de todas as partes na saúde é trocar informações suficientes para fornecer, quando possível, diagnóstico e tratamento. Com esse objetivo em comum, idealmente a conversa é colaborativa. O prestador de serviço deseja obter informações completas e abrangentes no menor tempo possível e, em geral, constrói-se um *rapport* colaborativo entre as partes. Estabelecer esse ambiente colaborativo irá deixar a abordagem mais flexível, sendo que adicionar informação essencial pode ser aceitável. Isso não significa que a precisão semântica seja menos importante, inclusive a precisão é essencial para o diagnóstico (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Há outras questões de ordem prática que podem ser mencionadas, como aspectos da comunicação não-verbal que serão especialmente importantes em uma situação na qual o foco é o corpo e disfunções físicas. O contato visual pode acrescentar

¹⁰² Although it is clear not the interpreter's mandate to provide the patients/users with the emotional support that they should be getting from the institution, the perception of their mandate does affect the communication at a linguistic level – the format of questions asked and answered, the information offered voluntarily or withheld, or just suggested and hinted at, the tone of voice that may be conveying important cues, the body language, and so on.

informações, mas devemos nos lembrar de que há culturas nas quais o contato visual pode ser ofensivo. Outros elementos que ajudarão o interlocutor com informações extra-linguísticas são observar a linguagem corporal, tom de voz, expressões faciais, gestos e movimentos, lembrando que a linguagem corporal também é culturalmente construída. Tais informações não-verbais devem ser transmitidas de alguma forma aos participantes, reconstruindo a informação de uma maneira culturalmente significativa, ou descrevendo o comportamento. A maneira em que os participantes se sentam deve favorecer o contato entre médico e paciente, e o médico deve poder observar o paciente.

Nesse contexto médico, o prestador de saúde é aquele que busca informações e está no controle da situação. Ele utiliza várias estratégias para fazer perguntas em busca de informação. Médicos e enfermeiros aprendem a construir perguntas de maneira a conseguir a maior quantidade de informações de forma precisa, por isso o intérprete deve conhecer essas formas de questionamentos utilizadas pelos prestadores de serviço da saúde. Recentemente, a área médica vem encorajando uma abordagem mais narrativa, discursiva em busca das informações, fazendo uso de perguntas abertas e incentivando os pacientes a falar de maneira espontânea. O formato de perguntas deve ser obedecido pelo intérprete (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Outra questão importante é se o intérprete deve ou não baixar o registro técnico para que este seja melhor compreendido. E quando e se deve sair do uso da primeira pessoa.

Em contextos muito emotivos de medo, raiva, linguagem ofensiva e assim por diante, descrever ou reportar pode ser mais aconselhado do que usar a primeira pessoa na interpretação. Nestas situações é mais fácil transmitir elementos não-verbais e pragmáticos que são cruciais para o evento comunicativo por paráfrase, do que por uma tradução direta onde tais características podem soar “teatrais”.¹⁰³ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p.53)

Há muitas consequências caso os serviços de interpretação sejam deficientes. Há inúmeros exemplos de diferenças culturais entre a sociedade hospedeira e a cultura dos

¹⁰³ In highly emotive contexts of fear, anger, offensive language, and so on, describing or reporting may be advisable rather than direct first person interpretation. In these situations it is easier to convey non-verbal and pragmatic elements that are crucial to the communicative event by paraphrase, rather than by a direct translation where these features cannot be imitated ‘theatrically’.

pacientes e como tais diferenças afetam o processo de comunicação e podem prejudicar o entendimento, o diagnóstico e o tratamento. As diferenças culturais podem levar a dilemas éticos e impactar as escolhas de tradução. Vejamos alguns exemplos:

Há muitos exemplos: interpretar um diagnóstico para um paciente terminal – como exigido pela política de bioética ocidental – sem estratégias de atenuação; visões sobre o parto (parto, dieta da mãe e bebê, amamentação, rituais de batismo); sexualidade/reprodução (fertilidade, impotência, contracepção, aborto); doença terminal (compartilhar e contar más notícias); consentimento informado (envolvimento da família); morte (rituais, enterro); doenças (doenças tabus como lepra, tuberculose ou, em alguns países, câncer); suicídio; corpo (descrição, toque, despir-se); dieta (quente, fria, balanceamento de energias); descrição de sintomas (por meio de metáforas, conotações); expressão de dor e descrição, percepção, articulação da saúde mental (doença mental, depressão, suicídio). E por fim, o entendimento sobre confidencialidade – com quem se deve ou não compartilhar informações? (Apenas o paciente? A família também? Apenas com a família?) Diferenças na atitude com relação a tais questões geralmente prejudicam a comunicação, colaboração, diagnósticos e aderência do paciente ao tratamento.¹⁰⁴ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 54)

Anunciar uma doença terminal é um dos assuntos mais delicados. Em muitos países as notícias desagradáveis não são dadas diretamente ao paciente, mas para a família, e os prestadores que sabem disso, trazem a família para o processo de comunicação. Isso é importante, pois a maneira em que essa notícia é dada impacta fortemente a saúde do paciente e seu estado mental. Assim, alguns intérpretes acham muito difícil cumprir com a precisão na tradução quando um médico usa o modelo bioético que demanda dar toda a informação sobre o estado de saúde do paciente. O intérprete pode se encontrar em um dilema ético, entre duas culturas e dois códigos de ética (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

¹⁰⁴ Examples abound: interpreting a diagnosis to a terminally ill patient – as required in the politics of Western bioethics – with no mitigation communication strategies; views on birth (delivery, diet of mother and baby, breastfeeding, naming rituals); sexuality/reproduction (fertility, impotence, contraception, abortion); terminal illness (sharing and disclosing bad news); informed consent (involvement of the family); death (rituals, burial); disease ('taboo' diseases such as leprosy, tuberculosis or in some countries even cancer); suicide; the body (description, touch, uncovering); diet ('hot', 'cold', balancing energies); the description of symptoms (through metaphors, connotations); the expression of pain and the description, perception, articulation of mental health (mental illness, depression, suicide). Last but not least, we have the understanding of confidentiality – with whom should or should not information be shared? (The patient first and foremost? The family as well? The family only?) Differences in attitude towards these issues often hinder communication, collaboration, diagnosis, treatment and patient compliance.

A saúde mental talvez seja a área mais delicada do diagnóstico transcultural e de tratamento, mesmo a ideia de saúde mental difere de um país para outro, especialmente de doenças difundidas como a depressão. O uso de remédios também varia muito entre as culturas, por isso é necessário que os médicos tenham certeza sobre o entendimento do paciente quanto à posologia ao prescrever remédios (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Muitas culturas utilizam metáforas com bastante frequência e com mais peso semântico. Esse recurso estilístico pode ser usado para descrever a dor. As descrições da dor e sua intensidade, e até quão aceitável é se queixar de dor são construídas culturalmente e podem ser descritas por meio de imagens e metáforas. Há relatos de pacientes sub ou hiper medicados com analgésicos, porque a equipe médica não conseguiu entender a intensidade da dor. (RUDVIN e TOMASSINI 2011)

Como o intérprete pode lidar com isso? Não é uma questão de encontrar outra metáfora e paráfrase, já que a percepção do valor da informação, o efeito pragmático e comunicativo e a adequação de contexto da metáfora estão intimamente relacionados à cultura. Fatores sócio-culturais como classe social, pobreza, nível de educação, impactam mais ou menos a comunicação de médico e paciente e a qualidade do cuidado que ele receberá, situação que pode ser exacerbada com o obstáculo da falta de uma língua em comum.

A preparação envolverá revisão e atualização da terminologia técnica e dependerá dos conteúdos abordados na sessão de interpretação – conteúdos esses sobre os quais o intérprete deve ser avisado com antecedência. Uma preparação mais geral seria uma atualização das leis e regulamentos, de novos procedimentos administrativos e de doenças relacionadas aos imigrantes.

A possibilidade de fazer um *briefing* antes e depois da sessão de interpretação com o médico traz tranquilidade e segurança, já que o próprio intérprete tem a oportunidade de esclarecer mal-entendidos e corrigir erros que talvez tenha cometido, além de discutir detalhes de cada caso, de comentar dificuldades terminológicas, conceituais e psicológicas. Dessa forma, o intérprete sabe com o que se preocupar, como se preparar, no que prestar mais atenção etc. O intérprete deve ser avisado se membros da família do paciente o acompanharão, idade do paciente, gênero, e idioma.

É muito importante saber qual dialeto ele fala. O intérprete deve explicar para o médico questões práticas como quando e como interromper, onde sentar e se usará primeira ou terceira pessoa. Infelizmente o *briefing* não é norma nos hospitais e clínicas que estão sob pressão de tempo. Apesar disso, a possibilidade de se fazer *briefing* deve sempre ser mencionada e deve-se insistir no *briefing* para que ele possa ser uma forma de educar os prestadores de serviços (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 57-58).

Queiroz (2014) aborda a interpretação médica no contexto comunitário e fala de uma interpretação que demanda cuidados bastante específicos. Ela informa que no Brasil os atendimentos ainda são realizados por intérpretes voluntários, *ad hoc*, que não receberam nenhum treinamento. No âmbito privado, há um “departamento internacional” ou *Medical Concierge* que fornece serviços de interpretação, em geral, de forma terceirizada para aqueles que podem pagar também por serviços de saúde particulares, fazendo parte do “turismo médico”¹⁰⁵. Bem diferente do “turismo médico”, são os imigrantes e refugiados que utilizam os serviços médicos no Brasil. Queiroz relata como se dá o atendimento nesses casos. O relato de um fato ocorrido em Santa Catarina certamente se repete em outros estados por falta de pessoal qualificado multilíngue e da não-existência de intérpretes comunitários:

Em Santa Catarina, funcionários do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago afirmaram que, quando não há ajuda de um amigo ou membro da família do paciente, chamam um colega que tenha algum conhecimento de línguas. Os resultados obtidos com a aplicação de um questionário apontam para uma total falta de conhecimento sobre os riscos envolvidos em encontros em que existam barreiras linguísticas e culturais. Respostas como “Rezo para dar certo”, “Reconheço os sintomas apenas olhando para o paciente”, “Faço gestos para atender ao paciente”, não foram raras à pergunta “Como você faz o diagnóstico de um paciente com quem você não se comunica devido a uma barreira linguística?”. Um representante oficial da instituição afirmou que não há nenhum tipo de treinamento ou procedimento diferenciado para atender aos pacientes não falantes de português, ou seja, no evento de um encontro multilinguístico, funcionários não possuem um protocolo oficial a ser seguido. (p. 205)

¹⁰⁵ Ver tese de doutorado de Patrícia Gimenez Camargo (2020), “Interpretação Médica em (dis)curso: formação de intérpretes em cenários médicos”, na qual a autora traz um profundo estudo da interpretação médica no Brasil, entrevistando profissionais e outros que atuam na área.

Povos indígenas que não falam português e a comunidade surda também necessitarão de intérpretes para acessar plenamente os serviços de saúde. Apesar de amparados pela lei, com o direitos de terem mediadores para entenderem e serem entendidos no atendimento, nem sempre esse direito é contemplado.

A comunidade boliviana pode servir de exemplo de como acontece os atendimento da comunidade migrante na cidade de São Paulo. Por meio de entrevista com usuários bolivianos do SUS, Martes e Faleiros (2013) fazem a surpreendente descoberta de relativa satisfação quanto ao sistema, ao contrário da maioria dos brasileiros e ao contrário da percepção que os bolivianos têm do sistema de saúde de seu país de origem. O desconhecimento da língua e a falta de documentação podem afastar alguns de acessar os serviços de saúde. Por outro lado, o documento do SUS muitas vezes é a primeira documentação oficial adquirida pelo grupo, com maior número de imigrantes na cidade de São Paulo. A percepção de qualidade diz respeito à comparação com os serviços, ainda muito deficientes, fornecidos na Bolívia aos seus cidadãos.

A partir de tal constatação [de aumento de migrantes], a SMS-SP e a Coordenação de Vigilância em Saúde da Cidade de São Paulo (COVISA), em conjunto com organizações não governamentais, propuseram algumas ações, como por exemplo: a) elaboração de material de esclarecimento sobre prevenção da AIDS e tuberculose, em espanhol; b) revisão dos pré-requisitos para atendimento nas UBSs, como por exemplo, a necessidade de apresentação de documentos que comprovem residência, nas áreas onde se concentram os imigrantes; c) implementação de estratégias, pelo PSF, capazes de aproximar os bolivianos das UBSs; d) contratação de profissionais bolivianos para trabalharem nas UBSs e como agentes comunitários de saúde; e f) oferta de cursos de espanhol e sobre cultura boliviana para profissionais das UBSs (Silva, 2009). Por outro lado, ações espontâneas surgiram dentre os atendentes, médicos, enfermeiras e gestores dos hospitais das regiões de concentração de imigrantes. O Hospital Maternidade Estadual Leonor Mendes de Barros, por exemplo, ofereceu cursos de espanhol e aymara (língua indígena boliviana) à equipe de funcionários e palestras sobre a cultura e costumes bolivianos. (Martes e Faleiros, 2013, s/p)

As estratégias parecem ter surtido efeito já que a avaliação geral dos entrevistados é positiva. Há reclamações pontuais de não entenderem as instruções médicas e de terem sofrido discriminações. A gratuidade no atendimento, exames e medicamentos parece ter compensado algumas dificuldades. A prefeitura de São Paulo

(naquele momento) contratava agentes comunitários e de prevenção de nacionalidade boliviana para atuar com a população de mesma origem, com o objetivo de aproximação e diminuição das barreiras culturais e linguísticas. Um relato de discriminação por xenofobia e que com certeza é agravado pela falta do idioma é relatado abaixo:

Os processos para cadastro nas unidades de atendimento são tidos como barreira de acesso ao serviço médico, e é onde, em geral, ocorrem situações de discriminação. De acordo com uma entrevistada, Os funcionários dizem que não há vagas, só porque somos estrangeiros. As enfermeiras gritam, judiam de você, só porque não somos brasileiros, porque não sabemos falar português (homem, 26 anos, de La Paz e está no Brasil há 2 anos e 10 meses). A discriminação, como experiência pessoal relatada, decorre, segundo os entrevistados, não apenas da origem nacional, mas também da origem étnica, indígena. Este é um dos poucos relatos em que o entrevistado declara já ter sofrido, ele próprio, discriminação. De modo geral, apesar de relatarem experiências de discriminação nos serviços de saúde pública, estas não haviam ocorrido diretamente com os entrevistados, mas com terceiros. (Martes e Faleiros, 2013, s/p)

Ventura e Yujra (2019) trazem aspectos recentes do acesso dos imigrantes e refugiados, de diversas nacionalidades, aos serviços de saúde. A universalidade do SUS garante que não-brasileiros também tenham acesso à saúde pública e gratuita e universal. A falta de números sólidos da quantidade e procedência (e podemos adicionar, o idioma que falam) dos migrantes usuários do SUS dificultam a criação de políticas públicas na área. Mesmo o cadastro do SUS apresenta limitações para contabilização e quantificação. Os dados obtidos e apresentados por elas são os seguintes:

Segundo dados da Assessoria Técnica da Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-SP), em fevereiro de 2015 havia 39.474 migrantes cadastrados no sistema Cartão Nacional de Saúde no município de São Paulo. Ou seja, fazia uso da rede menos de 0,5 % da população de 11 milhões da metrópole que, como já foi dito, é a cidade que mais acolhe migrantes. A inadequação do sistema consiste no fato de que números de outros municípios são pouco acessíveis e geralmente desconsiderados na hora de implementar políticas públicas e organizacionais da RAS. (Ventura e Yujra 2019 p. 63-64.)

O mesmo problema acontece na atenção básica. Os migrantes que estão em situação migratória irregular evitam acessar os serviços de saúde. A queixa comum dos

migrantes ao acessarem os serviços públicos, conforme mostrado por Jubilut (2015), além de não possuir uma língua em comum para a comunicação, é a falta de informação adequada sobre os direitos dos imigrantes, fazendo com que alguns, como atendentes e recepcionistas, às vezes, impeçam migrantes de acessarem os serviços logo no primeiro momento – no cadastro pessoal.

Os trabalhadores do segmento administrativo dos equipamentos de saúde necessitam de orientação adequada a respeito da existência de comunidades migrantes e/ou refugiadas no território adscrito e dos possíveis documentos a serem apresentados para cadastro, bem como da necessidade de sua atitude proativa a fim de estimular o cadastro e o acesso ao SUS, independentemente da condição migratória da pessoa. (Ventura e Yujra 2019 p.66)

Obviamente, a barreira linguística também se impõe nos serviços de saúde, por parte dos usuários, que não falam português, ou falam de maneira muito precária, sem conseguir se expressar plenamente, e também por parte dos prestadores de serviços, começando na recepção e terminando na equipe médica, que raramente falam outras línguas. Outro aspecto muito importante trazido por Ventura e Yujra (2019), sempre lembrados pelos estudos da Interpretação Comunitária e Médica, são as diferenças culturais nos conceitos de saúde, doenças, hábitos, conhecimentos organizacionais de sistemas de saúde e intervenção clínica. Sendo os sistemas de saúde diferentes, estranhamento e desconfiança são normais no início. É impossível comentar todas as diferenças existentes nos conceitos de saúde no Brasil e em outras partes do mundo. Como exemplo é citada a comunidade haitiana que, por praticar o vodu e ter um significado simbólico com o uso da agulha, pode se sentir invadida em exames com uso de injeções. Muitas doenças estão associadas à feitiçaria e assim o cuidado fica dentro do âmbito religioso. A frequência aos serviços de saúde é bastante baixa entre os haitianos. Outra atitude de muitos imigrantes é não aceitar tratamento quando não há sintomas. Outro exemplo é o da comunidade boliviana, que também pratica curas por meio de sacerdotes (especialmente os da zona rural), com o uso de ervas e emplastos. Para as mulheres bolivianas há o desafio de ter seu direito de escolher pelo parto normal, demanda nem sempre cumprida pelo SUS. Há uma maioria de mulheres bolivianas utilizando os serviços, assim como mulheres chinesas. A história de muitos imigrantes são marcadas por violência, traumas e abusos, acarretando em demandas de saúde mental.

Com base em relatos diretos de trabalhadores e na ausência de dados nacionais precisos, ousamos afirmar que são as crianças e mulheres desse grupo que mais acessam os serviços de saúde, em geral acompanhadas do marido que, muitas vezes, desempenha o papel do intérprete, pois são geralmente os primeiros membros da família a aprender a língua do país de acolhida. A sua adaptação à rede de atenção à saúde é geralmente lenta. Nos países de origem, não raro haviam conhecido apenas o atendimento emergencial de organizações como os Médicos Sem Fronteiras (MSF). Por professarem a religião islâmica, essas famílias mantêm alguns códigos de conduta que interferem na abordagem do trabalhador da saúde, tais como: a impossibilidade de atender as usuárias desacompanhadas (podendo inclusive ter uma criança como acompanhante e intérprete); o casamento prematuro de mulheres; e a impossibilidade de mostrar os cabelos e de permitir o exame clínico total, inclusive na gestação. (Ventura e Yujra 2019, p. 74)

Para lidar com tanta complexidade, Ventura e Yujra (2019) mencionam boas práticas, que começam a ser implementadas no sistema, que partem de três eixos: democratização (com trabalhadores treinados, que possam acolher e dar informações e enalteçam a multiculturalidade do sistema de saúde; equipe médica que oriente sobre diferentes tratamentos), desburocratização (flexibilização de exigência de documentos), adequação (identificação de práticas de saúde culturais ao paciente, sem desqualificá-las, mas orientar sobre suas consequências; incluir temática culturais nas reuniões de planejamento promovendo alguma familiarização com as culturas atendidas; eliminação de abordagens confrontadoras com generalizações e estereótipos).

3.3.2 Contexto Jurídico

A interpretação na área jurídica, também conhecida como interpretação legal, constitui-se como área especializada e compreende uma variedade de domínios legais como interrogatórios policiais, reuniões entre cliente e advogado, audiências no tribunal e julgamentos. Tais áreas têm em comum o sistema legal, conceitos jurídicos e seus respectivos discursos e terminologias. As diferenças residem nas relações entre os interlocutores, o objetivo de cada interação, a privacidade e formalidade do evento, os participantes, o papel da língua etc., tudo isso tem implicações para o intérprete. Há muitas pesquisas sobre a interpretação jurídica, mas estas geralmente se passam dentro do tribunal, os outros espaços, porém, apresentam questões e dificuldades específicas.

O testemunho de suspeitos e de vítimas é uma parte muito importante de todo processo legal e afetará grandemente o julgamento. Tal testemunho acontece fora do tribunal e, em geral, são gravados e transcritos para depois serem apresentados como evidência no tribunal. Porém, não é apenas o conteúdo de tais transcrições que são importantes no tribunal, a maneira que as respostas são expressas pode influenciar a percepção daqueles que tomarão as decisões. Muitos atestam que a fase de entrevistas e perguntas realizada antes do julgamento seria até mais importante que o próprio julgamento e, portanto, haveria uma necessidade maior de haver interpretação nesses momentos. Infelizmente, apesar de ser crucial para todo o processo, a necessidade de haver intérpretes nessa fase ainda não foi universalmente reconhecida, e mesmo quando o detido afirma não falar a língua local, muitas vezes um intérprete treinado não está disponível. O resultado é que policiais, membros da família do detido e até mesmo outros detidos têm de assumir o papel do intérprete, resultando em interpretações inexatas e tendenciosas (HALE 2007, p. 65-67).

Abaixo tabela com base em Hale.

	Interrogatórios policiais (entrevistas gravadas)	Entrevista policial	Conferência jurídica	Audiências jurídicas	Audiência no tribunal	Julgamento
Participantes	Policial Suspeito/detido Intérprete	Policial Testemunha Intérprete	Advogado Cliente Intérprete	Membros Requerente Réu Testemunhas Procurador Intérprete	Magistrado Escrevente Procurador Advogado de defesa Réu Testemunhas Intérprete	Juiz Júri Procurador Advogado de defesa Acusado Testemunhas Intérprete
Relação com o participante	Antagonismo com o policial	neutra	Amigável com o procurador	Neutro com os membros	Neutro com o magistrado, antagonismo com o lado acusador, amigável com o próprio advogado	Neutro com o juiz, antagonismo com o lado acusador, amigável com o próprio advogado
Papel do participante	Policial como questionador	Policial como questionador, testemunha	Ambos questionadores e respondentes	Membros atuam como questionadores,	Procurador como questionador,	Procurador como questionador,

	Detido como respondente	como respondente ou como narrador		requerente como respondente, sem restrições de regras de evidência	testemunhas como respondentes. Regras de evidências se aplicam	testemunhas como respondentes. Regras de evidências se aplicam.
Nível de formalidade	Informal, semi-informal	Informal, semi-informal	Informal, semi-informal	semi-informal	Formal	Formal
Privacidade	Privado	Privado	Privado	Semi-privado	Público	Público
Objetivo do evento	Acusar, obter uma confissão	Produz uma declaração para o caso	Defesa	mediação	Escolha de uma versão	Escolha de uma versão
Sistema	N/A	N/A	N/A	Inquisitorial	Adversarial	Adversarial

Fonte: HALE 2007, p. 66

O objetivo da conversa quando um suspeito é detido é o de obter uma confissão. Muitas vezes há dois ou mais policiais com o suspeito sem que este tenha um advogado presente. Em geral, o tom do discurso é acusatório e persuasivo para se obter uma confissão do suspeito. Para isso, os policiais usam gírias e um tom bastante informal. (HALE 2007)

[...] a situação de fala no inquérito policial ou no interrogatório policial talvez seja a relação de poder mais coerciva do ponto de vista das relações assimétricas entre os interlocutores, já que não há juiz presente para controlar o comportamento dos interrogadores.¹⁰⁶ (Berk-Seligson, 2004: 127 apud Hale 2007, p. 71)

Quanto mais confronto existir em tais entrevistas, mais difícil será a tarefa do intérprete. O suspeito, que pode estar com medo da polícia, pode se virar para o intérprete para buscar apoio e confundir o papel do intérprete com o de um representante legal ou advogado. Esse tipo de atitude, por parte do suspeito, pode causar ainda mais pressão sob o intérprete. Outra possibilidade é a desconfiança por parte dos policiais que podem entender que o intérprete, por ser compatriota e/ou falar a mesma língua que o suspeito, está escondendo informações importantes ao processo. Ou, ao contrário, que o intérprete está ao lado da polícia como um assistente de investigação. É evidente que o intérprete não deve se mostrar estar nem do lado dos

¹⁰⁶ [...] the speech situation of the police interview or police interrogation is perhaps a more coercive one from the standpoint of asymmetrical power relationships between interlocutors, since there is no judge present to control the behaviour of the interrogators.

policiais, nem do suspeito, mas a favor do processo de comunicação. Ele deve resistir a pressão de tomar partido de qualquer lado. Ao iniciar o trabalho, o intérprete deve expressar claramente a todos os envolvidos sua obrigação como profissional independentemente de permanecer imparcial e de interpretar a mensagem de maneira fiel (HALE 2007).

Migrantes ou refugiados de regimes mais repressores, por exemplo, podem associar a polícia com táticas de terror de estado ou corrupção, em vez de encará-los como uma fonte de ajuda e proteção. Um suspeito ter medo da polícia pode criar sérios problemas durante o processo investigativo. Pode gerar pequenos mal-entendidos que podem escalonar para grandes confrontações.¹⁰⁷ (Laster e Taylor, 1994: 135 apud Hale 2007, p. 72)

Para que o intérprete faça bem o seu trabalho, traduzindo a mensagem da maneira mais fiel possível, faz-se necessário ele entender os objetivos da instituição e a maneira pelas quais os objetivos são alcançados por meio de estratégias de discurso. É importante para intérpretes que trabalham no contexto legal entender a maneira com que as perguntas são feitas. As transcrições são feitas a partir da língua original (a língua do país), o tribunal entenderá que a passagem da língua original para a do suspeito, e vice e versa, foi feita de maneira exata e tomará a sua interpretação como evidência no processo. Portanto é muito importante manter as características estilísticas tanto de quem pergunta como dos suspeitos. Deve-se prezar pela exatidão. Generalizações devem ser evitadas, pois podem prejudicar o entendimento e reação dos envolvidos. Inclusive mudanças de registro formal para informal podem prejudicar o processo. Abaixo alguns dos ambientes jurídicos e o tipo de linguagem utilizada nestes contextos específicos:

- Reunião entre cliente e advogado.

¹⁰⁷ Migrants or refugees from more repressive regimes, for example, may associate the police with state terror tactics or corruption rather than seeing them as a source of help and protection. A suspect's fear of the police can create serious problems during the investigation process. It may cause minor misunderstandings to escalate into major confrontations. (Laster e Taylor, 1994: 135 apud Hale 2007, p. 72)

Advogados tendem a usar jargões como estratégia para manter distância e mostrar poder. Porém, nas reuniões com clientes, os advogados tendem a “traduzir” tal linguagem, usando uma linguagem comum. Mesmo assim, eles usarão termos técnicos da área. Portanto o intérprete, nesta situação de interpretação, terá de lidar com dois mundos discursivos, de um lado, o mundo do advogado, da lei, do jargão e do vocabulário técnico, do outro, o mundo do cliente, com termos não especializados, com questões de certo e errado, justo e injusto, fatos específicos e eventos, situações e narrativas da vida diária (HALE 2007).

- Tribunal.

A interpretação de tribunal, conhecida como *Court Interpreting*, deve ser feita por especialistas na área. Dependendo do país, o intérprete precisa de uma certificação para trabalhar. Espera-se que a interpretação de tribunal seja feita por um profissional capacitado e independente cujo papel será interpretar de maneira clara, fiel e imparcial. Ele também tem a responsabilidade de “tapar os buracos” causados pelas diferenças culturais. Ele deve ser capaz de perceber como a língua é usada de maneira estratégica no tribunal, portanto não só conteúdo, mas também a forma importa (HALE 2007).

Quando os serviços linguísticos, em uma dada sociedade, são pobres ou inexistentes, os direitos dos indivíduos são afetados, e o correr dos serviços judiciários ficam também prejudicados. O intérprete precisa entender qual é a estrutura de serviços legais no país e os riscos em potencial que as pessoas da comunidade e também os cidadãos do país podem sofrer caso não existam serviços de interpretação nas delegacias e tribunais. Ainda mais fortemente do que no sistema de saúde, o sistema legal de um país é altamente específico para cada cultura. É necessário então ter conhecimento de como e onde o intérprete está posicionado dentro desse sistema, as fases do processo judicial (investigação, prisão, custódia, julgamento, sentença etc.), e como cada fase necessita de diferentes técnicas de comunicação e formatos comunicativos também diferentes (questionamento de testemunhas ou suspeitos na delegacia, interrogatório cruzado no tribunal, escuta telefônica etc.), dependendo dos

atores envolvidos (agentes a paisana, policiais, investigadores, advogados, magistrados, procuradores, defesa, juizes etc.). Todos esses fatores e atores também variam dependendo da cultura e irão impactar o papel do intérprete em cada fase, de um papel mais envolvido e proativo, nas fases preliminares, atuando como informante cultural, e bem menos envolvido na fase do julgamento (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

A expressão ‘interpretação no setor legal’ é na verdade um termo guarda-chuva que engloba a atuação em diferentes instituições que requer diferentes estratégias e recursos, diferentes terminologias, diferentes habilidades interpessoais e discursivas e diferentes estratégias de tradução. Vejamos alguns exemplos: entrevistas policiais, entrevista entre advogado e cliente, centros de detenção, tribunais juvenis, fases de investigação preliminar, procedimentos judiciais, interrogatórios cruzados, suprema corte etc. É interessante fazer comparações de diferentes sistemas judiciais. O grande problema que se apresenta na área é que há pouca ou nenhuma correspondência entre atores e sistemas, fazendo com que o intérprete precise criar neologismos e fazer paráfrases de maneira precisa (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Uma questão que pode ser apresentada nos países com serviços de interpretação ainda incipientes é a expectativa de que o intérprete não traduza tudo, especialmente o que é dito nas entrevistas ou na audiência, mas apenas as perguntas que são direcionadas ao falante da língua estrangeira e suas respostas, descartando os longos trechos complexos e técnicos. É certo que isso tem consequências éticas:

[...] isso deve ser dito claramente: quando apenas excertos do julgamento são transmitidos, dependendo da decisão do juiz de pedir pela tradução completa ou não, alguém poderia dizer que o réu não está completamente a par de tudo que está acontecendo em seu próprio julgamento e assim fica desempoderado. O réu/testemunha deve confiar muito no advogado de defesa, no intérprete e no juiz e pode-se questionar se tal confiança é sempre merecida.¹⁰⁸ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 63)

¹⁰⁸ [...] these should be spelt out: when only excerpts from the trial are conveyed, depending on the judge's decision to ask for a full translation or not, one might say that the defendant is not fully cognizant of everything that is going on at his own trial and therefore is disempowered. The defendant/witness must place enormous trust in the defence lawyer, interpreter and judge and one might question whether or not this trust is always deserved. (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 63)

O contexto jurídico é também bastante emocional com pessoas em situação de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é exacerbada na atmosfera das delegacias e tribunais. As relações entre os atores é mais tensa, pois de um lado os atores têm autoridade que receberam da lei. Os questionamentos policiais podem evocar memórias e traumas de técnicas de interrogatórios muitas vezes violentas e agressivas para aqueles que já passaram por situações de tortura do estado em seu país de origem. Nesses ambientes, a mediação realizada pelo intérprete pode ser desafiadora, porque o *rappport* com os policiais e juízes é importante para o cliente. Em um julgamento, por exemplo, os que farão perguntas irão criar a impressão de credibilidade sobre a pessoa a partir das características paraverbais e linguísticas (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Quanto às estratégias de perguntas e respostas, dentro desse contexto, haverá mais espontaneidade e são menos planejadas nas primeiras fases da investigação, se tornando mais ritualística e retórica, mas planejadas nas fases finais que ocorrem no tribunal. Alguns exemplos de formatos de perguntas seriam: perguntas abertas, perguntas fechadas, perguntas de múltipla escolhas, perguntas guiadas, perguntas exploratórias, perguntas de opinião, perguntas de engodo, perguntas comportamentais. A estratégia do ‘good cop, bad cop’, tão comum nos filmes, é uma estratégia de questionamento que faz com que a testemunha dê informações de forma voluntária em vez de se extrair a informação dela. A pergunta que fica é se os elementos paraverbais, como linguagem corporal, tom de voz e gestos devem ser reproduzidos e como (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Outra questão bastante complexa é se o intérprete deve simplificar a linguagem difícil para o cliente (que pode ser o réu). A resposta estaria em pensar na mesma situação monolíngue. O advogado ou juiz parafraseia suas próprias palavras?

Este é um tópico de debate de aspectos mais delicados (em vez de terminologicamente difícil) do papel do intérprete jurídico – avaliar se é ou não sua tarefa adaptar a linguagem do prestador de serviço para o cliente quando, ao mesmo tempo, se espera dele que interprete precisa e completamente tudo o que falante diz.¹⁰⁹ (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p.62)

¹⁰⁹ This is arguably one of the more delicate (rather than terminologically difficult) aspects of the legal interpreter’s role – to evaluate whether or not it is her task to adapt the service provider’s language to the client when at the same time she is expected to interpret accurately and fully everything the speaker says. (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p.62)

A *sight translation* em geral é requerida no ambiente jurídico. Nesse ambiente, a terminologia e o registro linguístico são muito importantes. Dadas as diferenças das instituições jurídicas que variam entre países, o intérprete deverá prover uma paráfrase ou criar paralelos quando não há correspondentes. Quando a enunciação não estiver clara, o intérprete deve pedir por repetição. Neste contexto, pode ser mais difícil fazer uma interrupção, talvez seja necessário ser mais assertivo, firme porém em um tom educado. Também é crucial empregar estratégias de reparação/correção quando cometer um erro (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

O uso de termos de parentesco pode surgir dentro deste contexto com o uso de ‘irmão’, ‘irmã’, ‘primo’, ou até mesmo ‘mãe’, ‘pai’ e ‘avós’. Claro que esses termos não podem ser traduzidos literalmente, mas deve-se levar em conta o sentido pragmático e um segundo nível na tradução para outras línguas e culturas. Por exemplo, no Paquistão, a referência a irmão é na verdade do primo, como um irmão distante. Tais termos de parentesco podem ser utilizados para mostrar respeito. Esse seria um caso que o intérprete precisaria atuar como informante cultural (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

A preparação para determinado trabalho irá variar grandemente dependendo do tempo disponível, do tipo do caso, da instituição e do país. É aconselhável que o intérprete se familiarize com os nomes dos envolvidos, porque eles devem se repetir durante o processo, especialmente os nomes que podem causar problemas com a pronúncia. O intérprete precisa estar a par ao menos das generalidades do caso, do que o réu está sendo acusado, do dialeto falado pelo estrangeiro, idade e gênero, e se ele fala algo da língua do país hospedeiro (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 66-67).

Em poucos casos é permitido que o intérprete fale com os interlocutores com antecedência, e quando isso é permitido, são breves palavras com o juiz e advogados apenas para verificação de detalhes. Quando possível, o intérprete deve se certificar que fala o mesmo dialeto/língua que o cliente. É bastante comum que passaportes falsos causem mal-entendidos sobre a origem e idioma falado (RUDVIN e TOMASSINI 2011).

Passos (2010) relata uma situação específica de interpretação de tribunal que continua acontecendo em todo o Brasil. Uma mistura de falta de reconhecimento das qualificações necessárias para atuar como intérprete, especialmente no tribunal, com preconceito racial, xenofobia e falta de ética por parte da justiça brasileira. Em 2010,

talvez a necessidade de intérpretes no tribunal não fosse tão urgente, com certeza dez anos mais tarde esse fato não é mais verdadeiro¹¹⁰. Passos conta que foi nomeada como intérprete para atuar em determinado caso (fazer a tradução para seis nigerianos que foram acusados de tráfico de drogas, mas o inglês não era a língua materna deles) por ser docente na área de Linguística de uma universidade pública. Ela relata que tal procedimento, convocar pessoas não profissionais para atuar como intérpretes no tribunal, é comum:

Entretanto, costuma constituir prática relativamente comum para órgãos da polícia e tribunais de justiça brasileiros a convocação de professores de inglês de escolas secundárias do estado, sem experiência em Interpretação, para darem assistência em audiências e julgamentos com depoimentos em línguas estrangeiras. Assim, serviços são fornecidos por pessoas sem adequada qualificação na área de Interpretação e, não raramente, sem nível de conhecimento linguístico satisfatório nas línguas estrangeiras (no caso, o inglês). (PASSOS, 2010, p. 118)

O procedimento comum dentro dos tribunais no Brasil é o seguinte, conforme Passos (2010, p. 120):

O que é traduzido para a língua do país durante uma audiência raramente é registrado, tampouco são realizadas transcrições do trabalho do Intérprete. Não há revisão dos autos para que os conteúdos interpretados sejam cotejados com sua transposição para a forma escrita. Tudo o que é dito no tribunal, na língua estrangeira, é transferido para os autos por meio da voz do juiz, na língua do país.

A recomendação, dentro do tribunal, é a de que o intérprete deve “apenas” traduzir e nunca interpretar, já que a função da interpretação, como uma determinada forma de entender as leis, é guardada apenas aos juristas. A ideia de não interpretar mas traduzir vem do pressuposto errôneo de que a língua é transparente e os significados únicos e estanques.

No caso do qual Passos (2010) participou e nos relata, apenas as falas dos acusados nigerianos foram traduzidas para o português. Todas as demais falas em português, como as das testemunhas e as declarações dos policiais, não foram

¹¹⁰ De 1999 a 2014, 76% dos réus processados na Justiça Federal de Guarulhos por envolvimento com o tráfico internacional de drogas eram de estrangeiros (cfr. Pesquisa “Tráfico Internacional de Entorpecentes: o fluxo no maior aeroporto internacional do Brasil – Aeroporto de Guarulhos”, IFDDH, agosto de 2016, p. 25)

traduzidas para os acusados nigerianos, excluindo os acusados do processo. Passos aponta que os acusados foram tratados como “estranhos”, recebendo um tipo de “vingança” por parte da promotoria. A análise é dos momentos em que os juízes se dirigem à intérprete. A fala dos juízes dizem muito sobre a visão do judiciário sobre a interpretação, o intérprete e os acusados/testemunhas estrangeiras. Um deles pergunta à intérprete “como a senhora gostaria de fazer?”, indicando um incômodo com a presença da intérprete que parece perturbar o ritual do tribunal. Já uma juíza consultou a intérprete duvidando da real necessidade da interpretação, e tomando posição sobre o caso, ela se dirigiu aos acusados dizendo: “Vocês estão no Brasil, traficando drogas, então eu sei que vocês entendem português. You speak Portuguese.” (p. 127) Em uma atitude claramente antiética, ela se dirige à intérprete dizendo: “Doutora, agora a senhora pode traduzir isso a eles em inglês, para que não reste nenhuma dúvida. Diga-lhes, também, que eu sou a juíza aqui e que eles devem se manter em silêncio a menos que eu lhes peça para falar.” (p. 127) A intérprete decide refazer a mensagem em inglês demonstrando como o intérprete nunca é invisível ou neutro. O judiciário demonstra falta de preparação para lidar com as pessoas estrangeiras, especialmente com as que não falam português, reproduzindo esteriótipos racistas e pré-julgando os acusados. Preconceito racial e ético podem impactar a visão do juiz antes mesmo de ouvir os acusados.

Ginezi (2012) apresenta o tema da interpretação de tribunal e o contexto brasileiro. Ela apresenta o Código de Processo Penal brasileiro que prevê o direito ao intérprete aos que não falam a língua nacional. O tradutor público e intérprete comercial são os que deveriam exercer a função de intérprete em tribunais. Mas faltando disponibilidade, pares de língua adequados e até mesmo habilidade para a interpretação, o que é comum no país é que intérpretes *ad hoc* sejam convocados. Assim, o direito a um intérprete no tribunal é assegurado em muitos países do mundo, mas o fato de um direito existir não significa que 1. O direito será cumprido e 2. O estado fornecerá um intérprete habilitado. São professores de línguas, pessoas da área de Letras ou até mesmo conhecidos das redondezas os nomeados como intérpretes *ad hoc*, que muitas vezes não sabem nem mesmo a função que devem desempenhar. Tampouco

o juiz¹¹¹ tem competência para avaliar se o intérprete tem as habilidades necessárias para interpretar na área jurídica, já que a competência linguística não garante a competência tradutória¹¹².

Por outro lado, temos a experiência promissora de interpretação jurídica fornecida pelo fórum de Guarulhos. A partir de sua experiência prática na Justiça Federal de Guarulhos os autores - um juiz federal – Almeida e uma intérprete – Nordin (2017) examinaram a atuação dos intérpretes nas audiências criminais, desde a ausência de intérpretes ou o uso de intérpretes *ad hoc*, passando pelo uso do tradutores automático/eletrônicos (Google translate) até a necessidade urgente de profissionalização e treinamento na área. O material é finalizado com uma espécie de guia¹¹³ elaborado por Nordin (2013) com questões éticas e também aspectos práticos para o intérprete forense.

4 PESQUISA DE CAMPO

4.1 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2001), o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo e, por conseguinte, o resultado é a riqueza de significados, apesar de estes aparecerem de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Por isso a pesquisa qualitativa responde a muitas questões, mas em um nível de realidade que não pode ser quantificado de maneira precisa, sendo assim subjetivo às análises do pesquisador.

Uma das estratégias mais usada no trabalho de campo é a entrevista, uma vez que ela serve para construir informações que sejam pertinentes para um objetivo de pesquisa. Sobre a técnica de entrevista, Miyano informa que:

¹¹¹ Ver artigo de Iryna Dasevich (2012) *The Right to an Interpreter for Criminal Defendants with Limited English* no qual a autora defende o uso de intérpretes para os que não falam inglês no contexto jurídico americano. Ela menciona a obrigação do juiz de conduzir o *voir dire* com o imigrante e a inabilidade deles verificarem a proficiência do que necessita de interpretação. Disponível em: <<https://www.jurist.org/commentary/2012/04/iryna-dasevich-criminal-justice/>>.

¹¹² Para mais informações sobre as competências tradutórias ver grupo PACTE em Hurtado (2017).

¹¹³ INTERPRETAÇÃO FORENSE: ÉTICA E PADRONIZAÇÃO PROFISSIONAL. Nordin (2013).

[...] a entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por acirrados conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la, como nos contextos que aí são produzidos. Além disso, pelo fato de captar fielmente a fala sobre determinado tema, a entrevista, quando for analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante. Dessa forma, além da fala que é seu material primordial, o investigador terá em mãos elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis que pontuam o cotidiano. (Miyano 2014, p. 263)

Dadas as questões postas acima, é necessário acrescentar que o contexto brasileiro influenciou as possibilidades de pesquisa e de entrevistas deste estudo.

Nos últimos anos, muitos projetos, pesquisas, entrevistas estão sendo realizados e a demanda por entrevistas, de todo tipo, se tornou constante, sendo muitas delas realizadas com gestores, funcionários e voluntários de instituições públicas e ONGs. Sendo assim, na nossa experiência, muitos desses entrevistados em potencial se recusaram a participar da entrevista que propusemos, marcando e desmarcando as entrevistas por diversas vezes, impossibilitando assim a sua realização. Esse fato pode ter muitas causas que fogem ao nosso conhecimento e ao escopo deste trabalho, mas ele pode nos levar a pensar que a grande demanda de trabalho em tais espaços fizeram com que tais sujeitos agissem da forma que agiram. Quanto aos usuários, em relação às entrevistas, foi-nos permitido que ela ocorresse apenas em um local, no CIC do imigrante. Nos demais espaços – Missão Paz, CDHIC, CRAI e ADUS, por uma questão de proteção aos usuários, entrevistas ou qualquer abordagem dos usuários são proibidas. Assim, uma outra abordagem foi iniciada, com entrevista mediante questionário, no *Google Forms*, disparado em grupos de WhatsApp e outros grupos de redes sociais. Ainda assim, devido ao receio de divulgação de dados, poucas respostas provindas das entrevistas ou dos questionários foram obtidas. Mesmo com formulários em inglês, espanhol, francês e árabe, sendo assim, apenas dois prestadores e dois intérpretes responderam à pesquisa.

Dessa forma, reconsideramos nossa abordagem acatando as considerações práticas levantadas por Minayo (2014) em relação às interações, no que rege a atitude do entrevistador na pesquisa de campo a fim de obter respostas dos entrevistados:

- Apresentação: é importante que uma pessoa de confiança do entrevistado, um líder da comunidade, faça a mediação entre ele e o pesquisador;
- Menção do interesse da pesquisa: o pesquisador deve explicar, de maneira resumida, como o depoimento pode contribuir para a pesquisa, para a comunidade e para o próprio entrevistado, além de mencionar a instituição a qual o pesquisador está vinculado;
- Apresentação de credencial institucional: serve para pesquisas em equipe, que deve incluir papel timbrado da instituição da qual o pesquisador faz parte e um termo de adesão para ser assinado pelo entrevistado;
- Explicação dos motivos da pesquisa: deve ser feito em linguagem comum e compreensível;
- Justificativa da escolha do entrevistado: mostrar o motivo da escolha do entrevistado;
- Garantia de anonimato e sigilo dos dados: explicar que não se trata de entrevista para a mídia, que os nomes serão preservados, e esclarecer a respeito da contribuição do entrevistado quanto à sua participação na pesquisa de campo;
- Conversa inicial: é um tipo de aquecimento com o objetivo de quebrar o gelo e criar um clima mais amistoso e descontraído.

Além das considerações apresentadas acima, na pesquisa qualitativa, o envolvimento entre entrevistado e entrevistador não é considerado um risco de objetividade, mas é necessário e desejado para que se crie uma relação intersubjetiva, que ajuda a compreender os aspectos subjetivos do entrevistado. (Minayo 2014)

Quanto à apresentação, pessoas conhecidas da pesquisadora atuaram para as entrevistas com gestores e funcionários, porém isso não aconteceu com os usuários. A pesquisadora discorreu sobre a pesquisa na tentativa de marcação de reuniões e fez o mesmo na própria entrevista, assim como na entrevista em forma de questionário, sempre esclarecendo os objetivos da pesquisa. A pesquisadora trabalhou sozinha e serviu-se de um termo de consentimento, assinado por todos os participantes, que continha a cláusula sobre o anonimato e sigilo. Além disso, na maior parte das vezes,

uma conversa mais descontraída foi iniciada antes da entrevista, assim como recomendado por Minayo.

A pesquisa de campo com entrevista serviu para o aprofundamento do nosso estudo e para entendermos melhor as percepções dos usuários, prestadores de serviços e intérpretes *ad hoc* quanto à forma de os serviços serem prestados, aos principais problemas e queixas, e às sugestões para um melhor atendimento. Os objetivos das entrevistas para esta pesquisa foram obter mais informações sobre a interpretação comunitária no Brasil nos seguintes aspectos:

- como funcionam os serviços de mediação linguística nas instituições e ONGs;
- o perfil do migrante;
- quais as necessidades de mediação linguística dos usuários e dos prestadores de serviços;
- quem são os agentes que atuam como intérpretes;
- quais (se há) os códigos de ética seguidos por tais intérpretes;
- qual o nível de satisfação do usuário e prestadores de serviços quando há um intérprete presente.

As entrevistas foram realizadas com prestadores de serviço, usuários imigrantes e refugiados e intérpretes *ad hoc*. As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturadas para permitir que o entrevistador e entrevistados pudessem falar de maneira mais livre dependendo da necessidade e para obtermos dados que não podem ser encontrados em fontes oficiais. As entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora; as perguntas foram preparadas e testadas; o entrevistado foi informado de que a entrevista era confidencial e foi explicada a finalidade da entrevista; as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Levando em conta tudo o que foi apresentado até o momento, ainda vale ressaltar que nenhuma observação, entrevista, pergunta e análise é neutra. Tudo será influenciado pelos preconceitos e pressupostos do investigador e pelas reações dos interlocutores, como afirma Miyano (2014).

As questões abaixo, depois de um teste e adequação, foram utilizadas para as entrevistas com prestadores de serviços, usuários e intérpretes *ad hoc*, respectivamente.

I. ENTREVISTA: PRESTADOR DE SERVIÇOS

- a. E-mail
- b. Nome Completo *não será divulgado*
- c. Documento (rg ou cpf,) *não será divulgado*
- d. Nome da Instituição que trabalha
- e. Quais funções desempenha na instituição? Lida diretamente com imigrantes?
- f. Quais línguas fala fluentemente (lê/escreve/compreende/fala)?
- g. Quais línguas fala no nível intermediário ou básico?
- h. Quais línguas usa para o atendimento de imigrantes, além do português?
- i. Quais outras formas que usa para se comunicar com os imigrantes no atendimento (por exemplo: gestos, dicionário, outras pessoas)?
- j. Já atendeu um imigrante com a ajuda de outra pessoa (o imigrante trouxe um tradutor, alguém que estava com o imigrante fez a tradução)?
- k. Qual a frequência em que há outra pessoa ajudando no atendimento com a tradução?
- l. Quem são as pessoas que ajudam na tradução (parentes, filhos ou amigos dos imigrantes, alunos de idiomas, voluntários, outros funcionários)?
- m. Quando há alguém fazendo a tradução, acha que de fato a pessoa ajuda ou prejudica o atendimento? Se tiver um caso específico, exemplifique.
- n. Quais os problemas que teve pela falta de comunicação? Por não compartilharem o mesmo idioma e/ou cultura? Se tiver um caso específico, exemplifique.
- o. O que acha que poderia ser feito para que a comunicação entre prestadores de serviços e usuários imigrantes fosse melhor?

II. ENTREVISTA: USUÁRIO IMIGRANTE

- a. E-mail

- b. Nome *não será divulgado*
- c. País de origem
- d. Língua materna
- e. Quanto tempo está no Brasil?
- f. Quais línguas fala fluentemente?
- g. Quais línguas fala no nível intermediário/básico?
- h. Faz/fez aula de português?
- i. Quais serviços usa? (médico, polícia federal, escola etc.)
- j. Como é o atendimento (qualidade) em geral?
- k. Onde mora? Trabalha? Tem família?
- l. Quanto tempo está no Brasil?
- m. Quais serviços usa? (médico, polícia federal, escola etc.)
- n. Como é o atendimento (qualidade) em geral?
- o. Os atendentes/prestadores de serviço falam sua língua (médicos, enfermeiros, recepcionistas, policiais etc.)?
- p. Quais línguas usa no atendimento (ao falar com os prestadores dos serviços públicos, ongs, instituições)?
- q. Já teve ajuda de alguém na comunicação? Quem? Como foi? (um tradutor que falava alguma língua que você entendia melhor)
- r. Quais problemas enfrentou nos atendimentos devido à falta de comunicação (por causa de idiomas diferentes e culturas diferentes)? Explique.
- s. O que acha que poderia ser feito para melhorar o atendimento nos serviços públicos, especialmente para quem não fala português fluentemente?

III. ENTREVISTA: INTÉRPRETE AD HOC E PROFISSIONAL

- a. E-mail
- b. Nome Completo *não será divulgado*
- c. Rg ou cpf *não será divulgado*
- d. Há quanto tempo trabalha como intérprete? Ou quantas vezes participou em situações de interpretação comunitária?
- e. Para quais instituições trabalhou? Em quais situações? Explique.
- f. Há quanto tempo trabalha nessa função?

- g. Como foi contratado? Ou como foi selecionado?
- h. Quais as condições de trabalho? Recebe/pagamento?
- i. Recebeu treinamento na instituição? Que tipo de treinamento? Ou qual tipo de informação recebeu?
- j. Recebeu treinamento na instituição? Que tipo de treinamento?
- k. Fez curso ou graduação na área de interpretação/tradução?
- l. Quais os códigos de conduta/ética que segue?
- m. Como acha que está contribuindo para a comunidade?
- n. O que acha que poderia ser mudado/melhorado no atendimento de imigrantes que não falam português?

4.2 Análise e Resultados

Foram entrevistados oito prestadores de serviços de instituições que trabalham com imigrantes e/ou refugiados, as entrevistas foram realizadas de forma presencial, sendo que dois deles participaram respondendo às perguntas por meio do *Google Forms*. Cinco intérpretes *ad hoc* foram entrevistados, sendo que dois responderam às perguntas utilizando o *Google Forms*, além de dois usuários imigrantes, que responderam à pesquisa de forma presencial. As análises focam nas visões que prestadores de serviços têm quanto ao seu papel, como resolvem as questões linguísticas e como enxergam os imigrantes usuários; quanto aos intérpretes *ad hoc*, procuramos focar as análises nas questões éticas e o papel do intérprete; quanto aos usuários, focamos em seu nível de satisfação quanto aos serviços requisitados por eles. A quantidade de entrevistados não é suficiente para afirmações e respostas conclusivas de como funcionam os serviços de mediação linguística no Brasil, porém reforçam as informações que já temos sobre o trabalho e as dificuldades de comunicação entre os prestadores de serviços e sobre as necessidades dos usuários que não falam português. Além disso, pudemos ver como ocorre a autopercepção e preparação dos intérpretes neste campo.

A transcrição completa das entrevistas podem ser encontradas no ANEXO VII.

▪ ENTREVISTAS COM PRESTADORES DE SERVIÇO

ENTREVISTA 1

A prestadora atua como recepcionista no CIC¹¹⁴ dando informações aos imigrantes em português e inglês. Ela afirma falar apenas o português fluentemente e inglês em nível intermediário. Ela é funcionária pública e atua como uma consultora na procura por empregos para os imigrantes. Ela cita, por exemplo, informações que dá a eles, sobre vestimenta, elaboração de currículo e postura durante as entrevistas. Sobre o atendimento em outros idiomas e o uso de intérpretes, ela afirma o seguinte:

Espanhol é tranquilo, dá para gente compreender, se eles não conseguem entender eu tento falar um pouquinho mais devagar, mas espanhol básico eu também consigo falar. O inglês para quem fala inglês eu consigo me comunicar também muito bem. Agora o francês já é um pouquinho mais complicado porque a gente não tem pessoas que falam inglês, nem o crioulo, mas geralmente essas pessoas vêm acompanhadas com alguém, eles não vêm sozinhos, já vem com alguém que possa estar auxiliando.

O trecho acima atesta a visão de muitos sobre a comunicação em outros idiomas. O espanhol é tido como um idioma fácil pela proximidade com o português. Ela também afirma se comunicar muito bem em inglês apesar de dizer que o nível do idioma dela é intermediário. Provavelmente sabendo das dificuldades de os prestadores de serviço falarem outros idiomas além do inglês e espanhol, os que falam crioulo haitiano ou francês levam seus próprios intérpretes.

Para contornar o problema da comunicação, ela conta com “parceiros”. Os “parceiros” são funcionários contratados e voluntários, em geral estrangeiros, que moram no país há bastante tempo, e, portanto, fluentes em várias línguas. Ela telefona para eles (que trabalham em outras instituições), para identificarem o idioma (quando este não é conhecido por ela) e eles fazem a interpretação por telefone. Ela diz que esse método quase sempre resolve o problema. Ela não acredita que haverá esforço para solucionar as questões de comunicação por parte do Estado, especialmente em um momento de crise. Ela diz recomendar aos imigrantes as aulas de português e afirma que apenas sabendo o idioma é que os imigrantes poderão minimizar os problemas de

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/cic-do-imigrante-visa-promover-a-insercao-social-do-estrangeiro/>>.

comunicação. Existe uma grande responsabilização de que os imigrantes devem se adequar à sociedade brasileira, especialmente por aprender o idioma.

ENTREVISTA 2

A prestadora atua como recepcionista no CIC, é funcionária terceirizada e foi contratada por falar línguas estrangeiras. Ela afirma falar inglês fluentemente, espanhol e francês em nível intermediário. Em sua atuação profissional, ela dá informações sobre documentação e direciona para vagas de emprego cadastradas no sistema. Ela diz ter usado o *Google Translator* algumas vezes e quando não entende o que está sendo dito, pede que falem mais devagar. A entrevistada não pareceu ter consciência das especificidades da língua e diferenças de sotaque, diz não enfrentar problemas de comunicação nem propôs melhoras ao sistema, além de reafirmar a necessidade de que imigrantes aprendam a língua portuguesa.

ENTREVISTA 3

A prestadora que trabalha no CRAI¹¹⁵ fala árabe e diz como isso beneficia os usuários que não falam português. Porém aponta a necessidade de haver servidores que falem outras línguas, especialmente, no atendimento da saúde. Sobre o aprendizado de línguas que está ocorrendo entre os funcionários públicos, ela diz:

Tem agora um projeto na prefeitura pra funcionários públicos aprenderem inglês e espanhol, pelo menos, mas até agora o pessoal não tá falando. Acho que começou o projeto pra ensinar, mas precisa de tempo pras pessoas começarem a falar outras línguas.

Ela também ressalta a identificação gerada quando um grupo, no caso os falantes de árabe, encontra um prestador de serviço que fala sua língua materna. A identificação linguística, segundo ela, gera também a confiança da informação. Muitas pessoas que falam árabe são encaminhadas para o atendimento com a prestadora, inclusive de outras instituições. A demanda pelo acompanhamento de intérpretes *ad hoc* é real e constante, ela conta:

No convênio passado, antigo, eu já fiz isso com muitas pessoas, eu fui pra muitos lugares com as pessoas, pra INSS pra fazer LOAS, BPC, no posto de saúde algumas vezes, mas também eu não posso falar com o atendente "vou com vocês", precisa fazer esse fluxo com a coordenadora pra ela levar ou então nós marcamos dias, não vem diretamente com eles, depende da situação, nós sempre avisamos

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/crai/>>.

peças pra se tem uma pessoa, um amigo, um membro da família ou fala português é pra ir com ele. Nesse convênio não tô fazendo isso não.

Ela também relata a situação de intérpretes *ad hoc*, como família e amigos, e revela a preocupação de o usuário estar sendo cobrado pelo serviço de interpretação. Há também a preocupação da tradução não estar ocorrendo, então parece existir uma preferência para o atendimento na língua em que um atendente fale para que haja a comunicação direta, sem mediadores.

ENTREVISTA 4

A prestadora de serviço trabalha no CDHIC¹¹⁶ e é assessora de regularização migratória. Não há intérpretes e ela fala sobre a necessidade de se ter flexibilidade no trabalho. No CDHIC, há uma predominância de atendimento de latinos, inclusive empregando pessoas nativas de espanhol, porém há sempre a demanda pela mediação em francês. Ela conta que havia uma funcionária que falava francês e que esta atuava como intérprete quando necessário, quando a falante de francês não podia ajudar, a entrevistada utiliza o *Google Translator*, que muitas vezes “traduz errado”. Ela diz usar todas as ferramentas possíveis para se comunicar na língua que sabe (inclusive mesclando algumas delas), também usa desenho, palavra escrita, gestos etc. Ela conta sobre um procedimento comum:

N. Já, já pediram pra gente ir na Polícia Federal junto e tudo, mas realmente não tem como porque era só eu e a coordenadora, agora sou só eu, então não tem como sair desse espaço e auxiliar. O que eu já fiz foi, por exemplo, a pessoa tá lá e eu falei com o agente da polícia no telefone.

D. Pelo telefone da pessoa, a pessoa que liga.

N. Isso. E aí “ó, eu não tô entendendo aqui o que que ele tá falando”, e aí a gente explica.

Como a Polícia Federal não conta com intérpretes fixos, tampouco possui pessoal multilíngue, muitos dos usuários das ONGs, que estão conectados com os prestadores de serviços pelo Whatsapp, pede auxílio de tradução no atendimento em outras instituições, mesmo que de forma remota.

ENTREVISTA 5

A prestadora de serviços no Instituto ADUS¹¹⁷ é a coordenadora de atendimento. Ela coordenada os voluntários e a relação deles com os refugiados. Ela fala inglês,

¹¹⁶ Disponível em: <<https://www.cdhic.org.br/>>.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://www.adus.org.br/>>.

português e espanhol, e francês no nível intermediário. Sobre o idioma de atendimento ela afirma que:

A maioria é o inglês, porque querendo ou não, os refugiados mesmo que venha falando o francês ou algum outro idioma eles normalmente têm a língua inglesa, então acaba sendo mais fácil.

A língua inglesa acaba sendo a língua franca para a comunicação com os usuários e também para a comunicação com voluntários estrangeiros. Sobre intérpretes *ad hoc*, amigos ou familiares, ela diz:

[...] se eles acabaram de chegar no Brasil, muitos deles, é muito comum que eles venham com um amigo que já está aqui, que já fale português, então ele ajuda com a tradução [...] Tem muito caso, principalmente porque tem alguns refugiados que, por exemplo, o Paquistão o idioma oficial é o urdu mas também falam inglês. Mas se ele não fala inglês, ele vem com um amigo paquistanês que fala o urdu ... Alguém que já tá há mais tempo e faz a tradução.

Ela comenta sobre as diferenças de sotaques de francês, por exemplo, e do uso do *Google Translator* nessas situações:

[...] a questão do francês é uma coisa que eu já utilizei [Google Translator] porque por mais que eu tenha conhecimento da língua francesa, eu aprendi o francês ali da França, muda muito o sotaque do Congo, República Democrática do Congo. Até uma vez também uma haitiana, que tem também o idioma dela oficial francês, falou “olha, nem eu entendo o francês de um congolês”, então às vezes a gente acaba usando mesmo.

A comunicação linguística acaba sendo resolvida pelas diferentes formações dos voluntários, normalmente alunos de cursos de letras, direito e relações internacionais, que possuem conhecimento em alguma língua estrangeira, apesar de isso não ser uma exigência para se tornar voluntário na organização. Ela então relata diversas situações nas quais a interpretação é feita por telefone, a saber: bancos, lotéricas e até hospitais. Muitas vezes é a própria instituição que faz a ligação esperando que a ONG forneça esse tipo de serviço linguístico. Mais uma vez, como sugestão de melhoria dos serviços, ela menciona a necessidade de os imigrantes aprenderem português para se comunicar.

ENTREVISTA 6

A prestadora é assistente social do CRAI, além de português, sua língua materna, fala fluentemente espanhol e inglês em nível intermediário. Os atendentes imigrantes

fazem o primeiro atendimento em inglês, espanhol, árabe, francês e crioulo haitiano, além de Lingala, swahili e então encaminham para o setor específico. Há alta demanda pelo atendimento de sírios, bolivianos e venezuelanos. Os mesmos atendentes servem como intérpretes para a assistente social nos atendimentos de pessoas que não falam nem inglês, nem espanhol e nem português.

Ela relatou uma situação de pessoas que falavam apenas somali, não havendo ninguém que pudesse fazer a tradução, após dificuldades de comunicação, pessoas da mesma nacionalidade atuaram como intérpretes, porém parece ter havido certa desconfiança por parte da prestadora: “A gente não gosta desse tipo de situação porque eu nunca sei quem é essa pessoa que tá com ela.” Parece haver casos de cobrança não exatamente pelo serviço de interpretação, mas pelo uso dos serviços públicos e de ONGs, que são gratuitos, mas muitas vezes pelos “intérpretes”, que a prestadora chama de “aliciador”. Ela relatou o caso do atendimento de um russo, no qual foi usado o recurso do *Google Translator* para se comunicarem:

E aí foi uma situação engraçada porque eu passei praticamente dois dias atendendo ele. O atendimento, o segundo atendimento durou cinco horas, porque ele queria contar toda a história dele, de onde ele veio, que que ele passou, porque que ele tava aqui, o que ele queria, aí ele ficava caçando as letras no teclado virtual porque era outro alfabeto, aí tinha que esperar, aí quando eu queria escrever outra coisa já tinha passado muito tempo, aí ele ficava tentando pegar meu celular pra terminar de falar. Foi uma situação que me marcou em diversos aspectos, né, tantos as demandas que ele trazia, como essa questão da fala porque ele queria trazer muita coisa e eu como serviço público só tinha algumas coisa pra oferecer, e aí eu tentava dizer isso "olha é só isso, pra encaminhar isso o senhor vai ter que procurar outras instâncias, mas aqui é só isso", e ele continuava tentando falar e ainda com o uso da tradução, a gente passou aqui quase o dia inteiro tentando se comunicar.

Fora os latino-americanos, outras nacionalidades que falam mais de uma língua acabam sendo atendidas em uma língua franca, por exemplo, os sírios, que normalmente são atendidos em inglês. Há inclusive casos de haitianos usando uma terceira língua, aprendida durante rota de refúgio até o Brasil, por terem ficado um tempo na República Dominicana e terem aprendido espanhol lá. Aqui também há os pedidos de outras instituições para que a equipe multilíngue sirva como intérprete:

Muito, acontece muito. Dos próprios atendidos, principalmente a polícia federal uma coisa assim, mas a gente tem mais esse pedido dos serviços públicos pra nós. [...]

Mas a gente tem tentado, é uma ideia que a gente ainda não conseguiu realmente pôr em prática mas a gente ainda tá pensando, que é fazer uma formação de voluntários, de pessoas, que a gente consiga capacitá-las na questão da imigração e que elas possam servir de intérpretes em outros serviços. Mas a gente já recebeu muito de UBS, principalmente, de "olha a gente precisa fazer o atendimento", mas, por exemplo, na questão da saúde, eu preciso conseguir entender mais o que a pessoa quer trazer, e aí, uma vez ou outra, no hospital ou coisa assim a gente vai. Mas, por exemplo, no dia a dia da UBS a gente não tem como fazer isso.

Sobre as melhorias nos serviços, ela propõe que existam cursos de inglês e espanhol para os servidores e não apenas cursos de português para os imigrantes, além de defender a contratação de servidores e ser contra o uso de voluntários em tais serviços.

ENTREVISTA 7

O prestador de serviços do Abraço Cultural¹¹⁸ é assistente pedagógico e lida com imigrantes diariamente, já que todos os professores da instituição são migrantes que dão aulas de seus idiomas maternos. Ele utiliza espanhol e inglês para a comunicação, para dar feedback e instruções aos professores. A internet ajuda nos momentos nos quais não há equivalência entre as línguas e culturas, especialmente com vocabulário de animais e comidas brasileiras. Imigrantes em geral levam seus intérpretes, porque provavelmente já sabem que há poucas chances de alguém se comunicar em sua língua. Os funcionários da instituição falam línguas estrangeiras e os professores estrangeiros falam português em um bom nível. Ele acredita que tradutores sejam mais necessários nos contextos de saúde, quando há burocracia e que deveria haver capacitação dos funcionários de outras instituições para atender imigrantes.

ENTREVISTA 8

A prestadora de serviço do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – BH¹¹⁹ é analista social, responsável pela área de “Meios de Vida”, área que auxilia os migrantes na busca pela colocação no mercado de trabalho brasileiro. Ela fala espanhol fluentemente, e inglês e crioulo haitiano no nível intermediário, sendo que a maior parte

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.abracocultural.com.br/>>.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://sjmrbrasil.org/>>.

dos atendimentos é realizada em espanhol e crioulo haitiano. Quando há dificuldades de comunicação devido à língua, há outras pessoas da instituição que auxiliam ou mesmo outros usuários no local que atuam na mediação linguística, além dos que levam familiares e amigos como intérpretes. Ela diz: “Quando percebemos que a pessoa não está traduzindo direito, pedimos para repetir a informação novamente.” Parece sempre haver uma desconfiança dos prestadores quanto à qualidade e precisão das traduções.

- ENTREVISTAS COM INTÉRPRETES AD HOC

ENTREVISTA 9

O entrevistado é intérprete comunitário *ad hoc* dos pares português e crioulo haitiano. Apesar de falar outras línguas, o intérprete costuma trabalhar em situações específicas de comunicação com haitianos. Por ter criado um blog¹²⁰ que ensina o idioma do Haiti, muitas instituições o contatam em São Paulo, em Jundiaí e arredores, através do blog. Ele está finalizando a graduação em Tradução e Interpretação em uma universidade particular em São Paulo cuja grade é composta por uma disciplina de Interpretação Comunitária e também faz parte de um grupo de pesquisa em Interpretação Comunitária na mesma universidade. Por tais motivos, ele tem uma boa percepção de seu papel como intérprete e de questões éticas. Diante disso, há no seu discurso bastante preocupação com questões de neutralidade e fidelidade. Ele não é remunerado pelas suas atuações como intérprete, além de uma ajuda para se locomover para os locais. Ele comenta sobre algumas dificuldades da profissão como a falta de entendimento pelos prestadores de serviços do papel do intérprete:

Eu acho que o intérprete comunitário já lida com condições adversas, nunca tá na cabine com o colega, então não sei como as condições poderiam ser melhores, mas elas... Talvez o que impede um pouco, o que dificulta o trabalho é, por exemplo, a juíza ou o advogado não entender o papel do intérprete. [...] eu sinto isso e eu acho que também o cliente, a pessoa, ou seja, no caso do tribunal, a pessoa ali, uma das partes, o haitiano, né, talvez se sinta um pouco incomodado. Nessa questão de ser o intruso, né, porque o que você tá fazendo ali, você não é de nenhum dos lados exatamente, alguém neutro que tá ali pra mediar a situação. E eu senti que em alguns momentos eu tive que explicar pra juíza ou fazer explicações fora do que foi falado ali pra que eles entendessem melhor pra que eu pudesse fazer o trabalho melhor.

¹²⁰ Disponível em: <<http://aprannkreyolayisyen.blogspot.com/>>.

Ele comenta sobre como o intérprete comunitário não é conhecido nem mesmo na área da interpretação, fala sobre a necessidade de treinamento para os futuros intérpretes e sobre a necessidade de conscientização da sociedade sobre o papel do intérprete. Também comenta sobre o que seria o “sonho” do intérprete, de ser reconhecido e remunerado pelo trabalho.

ENTREVISTA 10

A intérprete *ad hoc* teve suas primeiras experiências nos mutirões de saúde realizados pela universidade em que estudava, mutirões realizados junto com o curso de medicina, quando os alunos fazem atendimento médico e odontológico e aplicam vacinas (além de oferecerem tratamento estético, massagem e encaminhamento para o RH com a possibilidade de um emprego) nos refugiados venezuelanos recém-chegados de Boa Vista. Dentro desse contexto, os alunos da graduação de Interpretação e Tradução (português-inglês) da mesma universidade atuam como intérpretes. Ela atuou como intérprete de espanhol e diz não ter conhecimentos profundos de terminologia. Sobre a terminologia, treinamento e sua experiência, ela reconhece:

[...] não tive um treinamento muito grande no que diz respeito à terminologia que realmente ali eu achei que eu fosse precisar bastante. Não que isso me deteve de fazer qualquer atendimento, mas eu acho que o processo teria sido muito mais rápido, muito mais eficaz. [...] Então ali foi a vida real, ali deu pra sentir mesmo como é que é o dia a dia, né. Foi maravilhoso, pra mim, foi uma experiência maravilhosa que me deixou mais ainda com a pulguinha atrás da orelha pra continuar até a minha pesquisa ...

Uma prática comum relatada por ela é a de que os alunos-médicos chamariam os intérpretes apenas se precisassem de ajuda, como um backup. Isso parece ser bastante comum no caso de línguas similares ou quando o prestador de serviços afirma falar fluentemente a língua e rejeita o intérprete. Para a maioria dos alunos-médicos, senão todos, era a primeira vez que trabalhavam com um intérprete, assim, é comum fazer o uso da terceira pessoa: “fala pra ele”, “pergunta pra ele”... Ela também comenta sobre problemas de organização entre médicos, pacientes e intérpretes nesses casos de grandes atendimentos em mutirão. Sobre as motivações para seu trabalho, ela diz:

Tem gente que morre porque não consegue se comunicar, isso pra mim é um negócio impensável. Tem também aquela coisa, eu sou cristã, então eu quis devolver um pouquinho também do que eu aprendi. [...] Eu consigo me comunicar, eles não conseguem, então eu quis devolver um pouquinho daquilo que eu aprendi. Mais uma vez, é um serviço cristão, eu achei que eu devia fazer isso. É uma coisa que você fica maravilhada. Eu também já pensei muito em partir pra área

de diplomacia, até estudar alguma coisa de intérprete de fronteira, eles estão em situação...Precária? [...] Então é maravilhoso, não tem nem como mensurar o quanto a gente aprende. Também tem essa coisa de a gente fazer com que eles se sintam à vontade.

Como atestado acima, nesse caso, e que também pode ser atestado no discurso de muitos outros voluntários, que atendem imigrantes, há um discurso cristão, ou seja, do trabalho cristão de caridade, de dar aos mais necessitados.

ENTREVISTA 11

O intérprete comunitário entrevistado atua especialmente no âmbito religioso¹²¹, situação bastante comum no Brasil, e começou sua atuação dentro das igrejas que frequenta. Há pastores visitantes de vários países da África e dos Estados Unidos e o entrevistado faz as interpretações dos cultos para o português, além do acompanhamento dos palestrantes. A contratação nesse caso é informal e ocorre pela afinidade religiosa, um certo “talento” para a pregação e o conhecimento da língua, networking e indicação, assim como na área de conferências. Ele foi contratado pelo próprio palestrante (pastor) e assim sua rede de contatos foi aumentando. São diversas as denominações, porém todas evangélicas. Ele é remunerado, abaixo do que considera ser o valor justo. Ele fala sobre as contribuições de sua formação na universidade, quando estava cursando a graduação de Tradutor-Intérprete:

Com o curso me ajudou muito a parte teórica, a questão da ética e muitas outras coisas que me ajudou bastante, e também a parte da ética que eu aprendi que foi uma das coisas que me fez um diferencial pra que eles pudessem confiar em mim pra me chamar mais vezes. [...] O que eles apreciam muito é questão de sigilo, é uma coisa muito sigilosa, e eu já era muito reservado quanto a isso, mas eu pude aprender mais aqui. Então, por exemplo, você tem que sempre deixar ele falar, por exemplo, se eu sei alguma coisa que ele já me falou, mesmo que eu saiba, eu não vou falar, tipo “ah você tem quantos filhos e tal”, tem que esperar ele falar, sempre fazer a pergunta pra ele pra deixar ele responder. [...] e a confiança também é fundamental porque o palestrante tem que confiar em você pra te chamar mais vezes e confiar no seu trabalho e

¹²¹ Interpretação Comunitária, Interpretação Religiosa e Interpretação de Língua de Sinais são áreas que se interseccionam. Ver “A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas”, de Carlos Henrique Rodrigues e Silvana Aguiar dos Santos. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34535/34535.PDFXXvmi=>>>.

te indicar pra outras pessoas. Então a parte da ética me ajudou mais ainda a ter essa postura profissional, que apesar de ser um tema religioso, não deixa de existir isso.

ENTREVISTA 12

O intérprete *ad hoc* teve apenas uma experiência na área, e por ser estudante de medicina foi convidado para atuar na mediação com os professores e pacientes no IPq-HCFMUSP¹²². Ele não foi remunerado, pois também era aluno participando de um curso de verão com professores estrangeiros. Alguns dos médicos-professores o instruíram quanto a como agir e se comportar no contexto de psiquiatria. A partir dessa experiência, ele ficou instigado a estudar mais e está cursando “Interpretação nos cenários médicos.” Como medida para melhoria nos serviços, acredita que deve haver leis que assegurem a interpretação para médicos e pacientes no contexto médico.

ENTREVISTA 13

A prestadora trabalha como “mediadora” na Missão Paz¹²³, outro nome para intérprete. Ela faz a mediação linguística para entrevistas de empregos com imigrantes, é voluntária na instituição e não recebe remuneração. Ela é da área de Letras (espanhol-português) e o treinamento que recebeu foi sobre os processos de integração e contratação de migrantes e não de interpretação. Como iniciativa de melhorias nos serviços públicos e atendimento de imigrantes, ela sugere a criação de um cadastro de intérpretes, gerido pelo governo, com falantes de diversas línguas para que pudessem ser acionados pelas instituições quando da necessidade de mediação linguística.

- ENTREVISTAS COM USUÁRIOS MIGRANTES

ENTREVISTADO 14

O usuário é de Angola e fala português com sotaque europeu que pode ser muito bem compreendido. Por falar português diz nunca ter enfrentado problemas de

¹²² Disponível em: <<http://ipqhc.org.br/>>.

¹²³ Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org/>>.

comunicação e avalia muito bem os serviços públicos que utilizou no Brasil. Apesar disso, diz se esforçar para falar com menos sotaque, usar gírias locais e falar devagar para se certificar de que o entendam. Sua crítica refere-se ao funcionamento das instituições, uma vez que ele gostaria de ter atendentes imigrantes que entendam melhor a situação brasileira e estrangeira para dar informações mais precisas aos usuários.

ENTREVISTADO 15

O usuário é da República Democrática do Congo e fala francês e quicongo. Ele se comunica com outros imigrantes de Angola nesta última língua e a entrevista foi realizada em português e francês com momentos de tradução em francês e quicongo por outra usuária. O usuário afirma que em todos os momentos que usou os serviços públicos levou um amigo do mesmo país que fala bem o português, este serviu como intérprete e não cobrou por isso. Ele gostaria de ter médicos e outros provedores que falassem sua língua.

A partir das entrevistas, pudemos responder a algumas das questões propostas no início da pesquisa. Elas variam de tamanho e profundidade, segundo o engajamento do entrevistado, sendo sempre mais breve e mais superficial quando respondida eletronicamente. Quanto ao funcionamento dos serviços, a mediação linguística entre prestadores de serviços e usuários que não falam português se dá pelo uso de intérpretes *ad hoc*, que podem ser familiares ou amigos do próprio usuário migrante, funcionários da instituição, interpretação remota realizada por funcionários de outras instituições, numa espécie de colaboração em rede, pelo uso de tradutores automáticos como o *Google Translator*, e pelo uso de linguagem escrita e não-verbal, como imagens e gestos. Há muitos prestadores de serviços que afirmam falar um idioma no nível intermediário e mesmo assim realizam o atendimento nesta língua. Normalmente o inglês é utilizado como língua franca no atendimento, mesmo não sendo o idioma materno dos usuários e faltando proficiência por parte dos prestadores de serviço. Existe uma percepção de que as variantes linguísticas de línguas europeias, como o francês, causam ainda mais dificuldade na comunicação, devido à pronúncia e ao vocabulário diferente. É bastante comum que os usuários levem seu próprio intérprete ou algum outro usuário presente na instituição atue como tal. Essa questão parece ser

sensível para os prestadores de serviços, pois gera desconfiança tanto na qualidade, precisão e confiabilidade da interpretação, e especialmente quanto aos reais motivos da atuação e suas consequências. Nem todas as instituições exigem que seus funcionários/voluntários falem línguas estrangeiras, essa habilidade, no entanto é bem-vinda. Porém, parece haver baixa proficiência nos idiomas utilizados para os atendimentos a migrantes. Outras instituições contornam a situação contratando migrantes e refugiados para fazer o atendimento, aspecto que parece ser bastante positivo tanto na integração desse grupo na comunidade brasileira e mercado de trabalho, quanto na geração de empatia e identificação por parte dos usuários migrantes quando atendidos por pessoas que parecem compreender não apenas seu idioma mas também suas dificuldades no novo país.

Quanto aos intérpretes *ad hoc*, há uma variação grande da percepção de seu papel. Primeiro, consideramos todos os entrevistados como intérpretes *ad hoc*, pois não exercem apenas essa função dentro da instituição, não seguem um código de ética próprio e tampouco são reconhecidos como intérpretes em suas atuações. Eles têm em comum baixa ou nenhuma remuneração e não se sentem compreendidos por prestadores de serviços, especialmente os de maior status social como juízes, médicos e policiais. Poucos falaram sobre questões éticas e problemas culturais e linguísticos. Aqueles que passaram por alguma formação em interpretação possuem preocupação quanto à precisão e confiança em seu trabalho. Há bastante associação de seu trabalho com o da caridade cristã, muito mais do que com a profissionalização. Pode-se perceber, pelas entrevistas com os usuários migrantes, mesmo em uma pequena amostra, que apesar da falta de comunicação linguística, a falta de informações precisas parece incomodar mais e dificultar o acesso aos serviços, porém as dificuldades são amenizadas pelo oferecimento de serviços variados, especialmente os de saúde sem cobrança. Aqueles que têm alguma experiência no uso dos serviços já providenciam o próprio intérprete para garantir a comunicação com os prestadores de serviços.

Sobre as possíveis melhorias nos serviços, há uma constante visão sobre a necessidade de os migrantes aprenderem português, obviamente não levando em conta todas as questões envolvidas na escolha e possibilidade de aprendizagem de uma língua

estrangeira. Melhor treinamento e remuneração justa também foram incluídos como possíveis melhorias para o setor.

Por fim, o dado mais importante que surgiu recorrentemente, no depoimento dos prestadores de serviços, foi a busca constante por parte das instituições públicas, especialmente as de saúde, por serviços de interpretação nas ONGs e instituições não-públicas. Isso demonstra o desfalque de servidores públicos multilíngues, enquanto parece haver um maior preparo na questão da mediação linguística nas ONGs, tanto que as instituições públicas sabem onde buscar pessoas que possam fazer tal mediação linguística. Porém fica claro que a demanda por intérpretes *ad hoc* não pode ser provida por tais instituições, pela baixa quantidade de funcionários, pela falta de qualificação na área de interpretação, e por não haver uma rede bem-estruturada.

5 CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO

O livro *Interpreting in the community and workplace. A practical teaching guide*, escrito por Rudvin e Tomassini (2011), tem como proposta o ensino de interpretação para profissionais que atuem como treinadores/professores na área comunitária. As pesquisadoras trazem duas inovações em sua pesquisa: a inclusão da área de negócios (*workplace*) e vários capítulos dedicados ao ensino, como a organização de cursos, de currículo, o ensino de técnicas e questões culturais, além de exercícios práticos e diálogos comentados. Além das pesquisadoras citadas, Hale (2007) também apresenta propostas relacionadas ao ensino, proposições que abordarem mais adiante, juntamente com a nossa experiência de ensino de interpretação comunitária no Brasil a partir de um curso de inverno realizado na USP em 2019 e a disciplina de interpretação comunitária desenvolvida em um curso de graduação em Tradução/Interpretação, além de algumas perspectivas de treinamento futuras.

Acreditamos ser necessário ter planos tanto no ensino quanto na organização por parte dos intérpretes e da comunidade migrante. Entendemos também que ainda é preciso um tanto de solidificação dos conceitos básicos da interpretação comunitária para que material em português seja produzido a partir das experiências de outros países, mas com a aplicabilidade no contexto brasileiro. E, por fim, apresentamos um programa para a educação da população e prestadores de serviços a fim de que reconheçam a importância da mediação linguística para imigrantes e de como tal serviço impacta positivamente toda a comunidade – local e migrante.

5.1 TREINAMENTO E ENSINO

O treinamento da interpretação comunitária provavelmente é o tópico mais difícil de lidar dentro da área da interpretação. Há muitos problemas referentes à área, como a falta de reconhecimento da necessidade de treinamento, a falta de obrigatoriedade de treinamento, programas muito curtos ou inadequados às necessidades do local, baixa qualidade do serviço e necessidade de efetividade de muitos dos programas (HALE 2007).

Conforme já abordado em diversos capítulos desta pesquisa, toda a área da interpretação (assim como da tradução) é permeada pela ideia errônea de que qualquer pessoa bilíngue possa desempenhar os papéis de intérprete (e de tradutor). No entanto, há, por exemplo, os intérpretes “naturais”, crianças e demais bilíngues (ver Capítulo 3, seção. 3.5 sobre atuação não-profissional) que trabalham no ramo justamente por serem bilíngues. Os que atuam nessa área sem treinamento podem sentir que não têm nada a aprender em um curso de interpretação, uma vez que já estão atuando na área e que, portanto, não vale a pena um investimento de dinheiro em uma área na qual não há nenhum ou pouco retorno financeiro. . A questão monetária que leva à remuneração por serviço prestado é bastante impactante. Em alguns países, os setores públicos e as ONGs simplesmente não têm condições financeiras de ter serviços linguísticos de mediação realizados por pessoas treinadas e pagas (ou não reconhecem a importância de tal serviço), assim, acabam utilizando voluntários que nem sempre estão capacitados para desempenhar tal função. Dessa forma, entramos em um círculo de retroalimentação entre não-pagamento e não-treinamento, conforme explica Pöchhacker (2004a apud HALE 2007, p. 166):

[ele] atribui muitos dos problemas associados ao treinamento à falta de incentivo financeiro. A baixa remuneração não dá aos aspirantes incentivo para se comprometerem com uma educação longa, formal e especializada. A baixa demanda por tais cursos, por sua vez, não incentiva a criação de graduações em nível universitário. Apesar de mais curtos, cursos informais são uma alternativa, a falta de graduações impacta o desenvolvimento da pesquisa em Interpretação Comunitária, que, consequentemente, impacta a qualidade de treinamento e por fim, a prática.¹²⁴

Ficamos assim presos nesse círculo de baixa remuneração que impede as pessoas de se aperfeiçoarem, ou quando assim desejarem, não encontram nenhum tipo de treinamento, o que irá gerar baixa qualidade de atendimento.

¹²⁴ [he] attributes many of the problems associated with training to lack of financial support. Low pay cannot give aspiring practitioners the incentive to commit to long, formal, specialist education. The low demand for such courses in turn cannot support the running of formal degrees by universities. Although shorter, informal courses are an alternative, the unavailability of academic degrees impacts on the development of research in Community Interpreting, which in turn impacts on the quality of training and eventually the practice.

Para vários teóricos (Gentile et al 1996:69; Gile 1995 apud HALE 2007), é muito difícil que a área cresça e se profissionalize sem um treinamento formal obrigatório, especialmente para aqueles que trabalham no setor público, local onde deveriam ter exigências de profissionalização e contratação similares às aquelas feitas aos médicos, enfermeiros etc.

Devido ao baixo status do intérprete comunitário, que está relacionado ao baixo status do “cliente” (imigrantes/povos originários), a própria percepção de identidade profissional fica comprometida. Para Hale (2007, p. 167), há uma espécie de crise de identidade que acomete os intérpretes comunitários, porque eles se sentem inseguros quanto ao seu status profissional e até quanto às suas competências. Dessa forma, com esse sentimento, eles acabam tomando para si outras responsabilidades que consideram mais importantes e começam a atuar como pseudotrabalhadores do bem-estar, trabalhadores da saúde ou como um assistente paralegal.

Os cursos¹²⁵ para intérpretes comunitários, quando existentes, variam muito dependendo do país, e diferem em tamanho, escopo, duração e objetivo. Alguns são generalistas, alguns incluem tradução, outros são especializados em interpretação médica ou jurídica, outros irão associar várias especializações. Algumas instituições conseguem treinar pessoas para atuar como intérpretes, em cursos curtos, mas estes não têm continuidade ou consistência. Os cursos podem ser de curta duração – 20 horas – realizados por empregadores, como hospitais, ou de longa duração e estruturados – 60 horas – oferecidos por universidades. Há algumas opções de graduação e pós-graduação que variam de um a quatro anos. Os cursos de curta duração, em geral, são sem idioma específico ou de língua neutra e focam mais em questões éticas e no papel do intérprete. Os cursos de longa duração tendem a ser de idiomas específicos com aulas práticas nas quais os alunos vivenciam situações de interpretação simuladas. Quando os cursos são realizados por universidades, eles tendem a ter uma parte teórica e outra prática. Outra divisão apresentada por Sandrelli (2001 apud Hale 2007, p. 168) são os treinamentos profissionais e os básicos, nos quais os profissionais são disponibilizados por instituições não-acadêmicas e com a participação de profissionais

¹²⁵ Hale fornece uma lista de cursos curtos e longos, de especialização, graduação e pós-graduação pelo mundo. Alguns em Interpretação Comunitária, outros específicos em Interpretação Jurídica e Médica. Ver lista em Hale, 2007 p. 265-269.

que normalmente trabalham com os intérpretes, como autoridades locais, por exemplo. Os treinamentos básicos normalmente são oferecidos por instituições acadêmicas como disciplinas eletivas, muitas vezes como um tipo de preparação para disciplinas consideradas mais complexas como a interpretação de conferências (HALE 2007). A grande crítica de Hale e de outros teóricos a tais cursos é que aqueles não muito fundamentados podem não prover o tipo de educação necessária para os intérpretes e ainda dar a impressão de que algo está sendo feito e em consequência disso deve ser o bastante:

Benmaman, falando sobre treinamento de interpretação jurídica nos Estados Unidos, concorda que cursos curtos e informais são apenas um 'paliativo', e que 'soluções mais permanentes e abrangentes' são necessárias para lidar com as necessidades educacionais dos intérpretes (Benmaman, 1999:112). Cursos curtos e superficiais podem até mesmo ser contraproducentes, criando um senso de complacência nos governos e criadores de políticas públicas, que podem levá-los a acreditar que tais cursos são suficientes para garantir a qualidade dos serviços de interpretação.¹²⁶ (HALE 2007 p. 168, 169)

Três áreas principais nas quais aqueles que organizam cursos de interpretação comunitária terão de lidar são: recrutar professores qualificados; atrair alunos com competência cultural e bilíngue adequados; escolher conteúdo e metodologias de ensino eficientes. Nos locais onde a disciplina da comunitária ainda é pouco desenvolvida, pode ser difícil conseguir instrutores habilitados na área prática e na pesquisa. Outro problema é referente às constantes mudanças de grupos migrantes, o que torna muito difícil encontrar profissionais que trabalhem na combinação de idiomas necessária em dado momento. Quanto aos alunos, que precisam ter competência bilíngue e bicultural, também pode haver muita dificuldade em atraí-los, já que pessoas habilitadas dificilmente irão se interessar pela profissão na qual a remuneração é baixa, quando existente, não se comparando a outros trabalhos de interpretação ou mesmo trabalhos para pessoas bilíngues, além de condições de trabalho ruins e oportunidades

¹²⁶ Benmaman, in speaking of court interpreting training in the United States, agrees that short, informal courses are only 'stop-gap measures', and that 'more permanent and comprehensive solutions' are needed to address the educational needs of interpreters (Benmaman, 1999:112). Short, superficial courses may even be counterproductive, creating a sense of complacency in governments and policy-makers who may be led to believe that such courses are sufficient to ensure quality in interpreting services.

de trabalho um tanto limitadas. Ainda por cima, os que falam as línguas raras, que provavelmente terão alta demanda, podem não ser qualificados tanto na língua do país hospedeiro, quanto na cultura de chegada. Para completar, pode haver pouco tempo para fornecer conteúdos apropriados. (HALE 2007)

Hale (2007, p. 179-182¹²⁷) recomenda metodologias e materiais para cada área de competência (consolidação linguística, desenvolvimento terminológico, desenvolvimento da memória, compreensão, anotação, interpretação dialogal, habilidades de gerenciamento internacional, *sight translation*, interpretação consecutiva longa, interpretação simultânea e considerações éticas). Seria compensador que professores de interpretação comunitária pudessem analisar as metodologias e materiais propostos pela pesquisadora e adaptá-los ao contexto local e às necessidades dos alunos.

O que ocorre no Brasil é exatamente as questões comentadas por Hale, nos três níveis. Há pouquíssimos pesquisadores da área comunitária, poucos alunos qualificados e absolutamente nenhum material disponível em português e nos pares linguísticos português e idiomas dos imigrantes.

Rudvin e Tomassini trazem sua experiência de um curso mais longo que pode ser ministrado de maneira semestral ou anual, em um módulo de 60-80 horas abordando três ou quatro contextos. As autoras entendem que dessa forma seria possível treinar adequadamente um intérprete no contexto italiano.

Essa decisão também se baseou no reconhecimento do rápido aumento no número de migrantes que levou ao aumento da necessidade de serviços linguísticos. A noção difundida de que a solução para esse fenômeno ‘temporário’ era a perspectiva de que os imigrantes aprendessem o idioma anfitrião o suficiente e com rapidez suficiente para atuarem adequadamente na sociedade hospedeira nos parecia infundada na época, e parece-nos ainda mais infundada hoje com um crescimento contínuo da imigração em níveis dramáticos, coincidindo com diversos eventos no cenário político-global, não menos importante no Norte de África.¹²⁸ (RUDVIN e TOMASSINI, 2014, p. 79)

¹²⁷ Ver anexo VIII: METODOLOGIAS de HALE.

¹²⁸ This decision was also based on recognition of the rapidly growing number of migrants that was leading to an increase in the need for language services. The widespread notion that the solution to this ‘temporary’ phenomenon was the expectation that immigrants would learn the host language sufficiently and sufficiently quickly to function adequately in the host society seemed to us unfounded then, and

A realidade da Itália, por estar localizada no sul da Europa, a coloca como ponto principal de chegada de imigrantes, especialmente vindos do norte de África, assim, a Itália serve muitas vezes como local temporário. Situação parecida tem acontecido no Brasil (ver Capítulo 1) nos últimos anos em função da recessão econômica e da fechada de portas na Europa e nos Estados Unidos aos imigrantes. Um primeiro ponto de chegada é o Brasil, mas posteriormente os imigrantes partem para outros países. Assim, não faz muito sentido aprenderem a língua local. Há também uma expectativa dezarrazoada de que imigrantes terão tempo, recursos financeiros, disponibilidade emocional e psicológica para aprender um novo idioma em um curto período de tempo. Mais natural e razoável seria oferecer os serviços linguísticos para os que não falam a língua, mas precisam de atendimento nos diversos serviços públicos.

Um dado importante, sem ser exclusividade do Brasil, é a combinação linguística exigida dos intérpretes para atender os imigrantes. Infelizmente as universidades de Letras, Tradução/Interpretação não oferecem as línguas necessárias para habilitar alunos. No Brasil, há a predominância do inglês tanto nas graduações quanto nos poucos cursos de interpretação de conferências oferecidos.

A decisão de oferecer cursos e/ou disciplinas de interpretação comunitária e outras combinações linguísticas nas universidades é uma decisão que traz dilemas e depende do contexto migratório de cada país. Seria necessário pensar na resposta às seguintes perguntas: que terminologia ensinar e em quais especialidades (médica, judírica, comercial etc.)?; quais aspectos das organizações pública abordar?; deve-se focar em ensinar a interpretação “direta” ou a interpretação mediada? (RUDVIN e TOMASSINI 2014).

O objetivo do curso de Rudvin e Tomassini era treinar seus alunos para interpretação de diálogos nos pares inglês-italiano em diversos contextos. Isso serviu muito bem aos objetivos da faculdade de interpretação. Porém na faculdade de Letras Modernas, onde os alunos não tinham nenhuma experiência em tradução e interpretação, algumas adaptações tiveram de ser feitas para que o curso contemplasse as necessidades desses alunos. Nesse segundo caso, o objetivo principal foi oferecer

seems even more unfounded today with a continuing increase in immigration and dramatic peaks coinciding with various events in the global political scenario, not least in nearby North Africa.

uma introdução às estratégias básicas de interpretação e às habilidades de comunicação, fornecer bases teóricas da profissão, transferência linguística, comunicação e ética. Assim, possuindo as competências básicas, os alunos poderiam procurar por treinamentos mais técnicos se assim o desejassem. Nos dois cursos, foi escolhido os contextos médico, jurídico e comercial. As pesquisadora abordaram, de forma mais breve, também as áreas de serviços sociais, benefícios e educação, além de turismo e mídia. (RUDVIN e TOMASSINI, 2014, p. 80-81). Imaginamos que a inclusão de contextos comercial, de turismo e mídia faça com que os alunos consigam trabalhos remunerados.

Os cursos de interpretação, em geral, são confeccionados a partir de combinações linguísticas que refletem, ou deveriam refletir, o mercado de trabalho. Porém, dada as mudanças às vezes rápida das comunidades migrantes, pode ser difícil fazer uma previsão e ainda demandar um alto investimento financeiro implantar modelos que contemplem línguas minoritárias. Rudvin e Tomassini mencionam que algumas faculdades de línguas modernas, que antes ofereciam apenas línguas europeias mais importantes, começaram a incluir chinês e árabe, prevendo que tais línguas terão cada vez mais demanda no futuro já que representam potências econômicas crescentes. No entanto, nas instituições não-acadêmicas (privadas ou públicas) que oferecem serviços de saúde, educacionais e de serviços sociais, em geral, há propostas mais flexíveis para satisfazer as necessidades linguísticas do mercado em determinado momento. Para estas instituições, a recomendação menos custosa seria oferecer cursos sem focar em um idioma específico, o formato é bastante parecido com os desenvolvidos a partir de uma determinada combinação linguística. Pode-se usar o formato de encenação professor-aluno (*trainer-student role play*) para todos na sala de aula. O aluno pode resumir como fez a interpretação e discutir problemas de terminologia, culturais ou interpessoais. Pode-se coletar materiais informativos dos serviços jurídicos e de saúde traduzidos para outras línguas e usá-los para praticar *sight translation* para a língua do país hospedeiro. Também é interessante sempre promover discussões pedindo exemplos comparativos entre as línguas utilizadas nestes ambientes ao apresentar aspectos teóricos e técnicos da interpretação. (RUDVIN e TOMASSINI, 2014, p. 81-83)

A partir das estatísticas das migrações de cada país, poderiam ser identificados os grupos e idiomas mais representativos, o que possibilitaria um planejamento sobre as combinações linguísticas mais apropriadas para treinar e recrutar intérpretes. Porém as previsões podem não se realizar, afinal muitos imigrantes são bilíngues, trilíngues ou até multilíngues. Assim torna-se difícil saber quais seriam os idiomas mais adequados a oferecer, e em quais serviços haveria maior demanda por determinados idiomas, mesmo com base em estatísticas gerais de imigração.

Para avaliar o progresso dos alunos é necessário considerar como eles iniciam o curso, o que pode variar imensamente. Essa diferença dos níveis de competência, especialmente dentro das instituições, onde há pessoas sem nenhuma experiência com interpretação, pode comprometer o andamento do curso e diminuir o ritmo como um todo. Outras variáveis na avaliação são o número de alunos e os objetivos do curso. Rudvin e Tomassini (2014, p. 86-88¹²⁹) chamam de “o abc das competências de interpretação” as habilidades passivas e ativas que irão englobar o nível linguístico e cognitivo, sendo algumas das habilidades passivas: compreensão das línguas de trabalho, competência textual, memória e capacidade analítica, além de competências pragmáticas e culturais. Como habilidades ativas, as autoras indicam a competência de transferência entre dois idiomas e técnicas de interpretação, além de habilidades interacionais e interculturais. Tais sugestões podem ser utilizadas pelos professores de interpretação para pensar no design de cursos e desenvolver atividades baseadas nas competências que deveriam ser desenvolvidas pelos alunos. Muitos outros insights podem ser obtidos a partir dos tópicos usados pelas pesquisadoras em um curso de 30 horas e a metodologias de avaliação de alunos¹³⁰.

¹²⁹ Ver ANEXO IX: ABC DA COMPETÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO para tabela detalhada.

¹³⁰ Ver ANEXO X: PLANO DE ENSINO

Ver ANEXO XI: AVALIAÇÃO

5.1.1 Curso de Inverno

Pensando na necessidade de divulgar a interpretação comunitária e formar profissionais, a pesquisadora autora desta tese, juntamente com outra pesquisadora da área¹³¹, ambas intérpretes e professoras de interpretação, que pesquisam atualmente a área da interpretação comunitária, promovemos em julho de 2019 o curso pioneiro no Brasil “Introdução à Interpretação Comunitária”, dentro do programa de Cursos de Inverno da FFLCH – USP. O curso de curta duração, obedecendo aos critérios dos cursos de inverno da USP, ofereceu uma introdução à disciplina, em um curso de dez horas, em três aulas, para pessoas com conhecimento de português e de outra língua estrangeira. O programa consistiu nos seguintes tópicos:

CURSO: INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

AULA 1: O QUE É INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

- Princípios básicos
 - * a interpretação comunitária no mundo;
 - * a interpretação comunitária no Brasil;
 - * avanços da interpretação comunitária;
 - Imigração e refúgio no Brasil
 - * a onda migratória e refúgio no Brasil;
 - * dados de refúgio
 - * interpretação comunitária e refúgio; e serviços públicos.

AULA 2: MODOS DE INTERPRETAÇÃO

- Consecutiva
 - * interpretação consecutiva na interpretação comunitária;
 - * modelos de interpretação consecutiva;
- Simultânea
 - * usos da interpretação simultânea na interpretação comunitária;
 - * modelos de interpretação simultânea;
- Sight Translation
 - * sight translation e interpretação comunitária;
 - * modelos de sight translation;

AULA 3: CONTEXTO MÉDICO

- Hospitais
 - * interpretação comunitária nos hospitais: dados básicos;
- Consultas

¹³¹ Ver tese de doutorado de Patrícia Gimenez Camargo sobre Interpretação Médica no Brasil (2020).

- *interpretação em consultas médicas: modos e métodos;
- Modalidades médicas
- * modalidades de interpretação na área médica;
- Ética
- Exercício de estudo de caso

Planejamos o curso como uma introdução à área já que muitas pessoas no Brasil, mesmo as que trabalham com interpretação, ou as que trabalham com imigrantes, desconhecem totalmente a área. Afinal, conforme os estágios de estabelecimento da interpretação comunitária em um país, propostos por Urpi (2012), o país ainda se encontraria no nível 1 (ausência total do serviço: primeiro estágio quando a assistência linguística não existe ou é negada) e 2 (serviços *ad hoc*: solução provisória, normalmente oferecida pela instituição, ONGs e igrejas com voluntários bilíngues e não pelo governo). Assim, entendemos que precisávamos mostrar o que é a interpretação comunitária, juntamente com dados sobre migração, refúgio e idiomas falados por eles no Brasil, as modalidades da interpretação, o contexto médico e ética. O curso pretendeu criar o interesse de pessoas habilitadas em estudar mais a área, assim como oferecer um primeiro contato sobre contextos, habilidades e competências. Esse é o primeiro passo para a criação de outros e mais cursos intensivos, com cobertura do contexto de serviços sociais e jurídicos. Escolhemos usar a língua neutra para não restringir os pares linguísticos, especialmente porque não haveria tempo para prática das habilidades da interpretação, tampouco profissionais que poderiam fazer a avaliação de pares de idiomas diversos. A parte prática se concentrou na discussão dos vídeos usados para sensibilização no início do curso, e as situações éticas no fim do curso. Após o término do curso, uma enquete¹³² foi aplicada e obtivemos os seguintes dados do perfil dos alunos e das expectativas sobre o curso e interesse na área:

Um total de 15 pessoas responderam às perguntas, apesar de termos tido 24 alunos presentes no curso. Tivemos apenas um homem presente, com todas as respondentes mulheres, de idades entre 18-70 anos, com uma maioria de pessoas formada em Letras e 76% com pós-graduação. 100% eram falantes de português como primeira língua, uma maioria de falante de inglês como segunda e espanhol como terceira língua, sendo que 86% tinham a língua estrangeira em nível avançado/fluyente.

¹³² Ver ANEXO XII - PESQUISA CURSO DE INVERNO.

73% tinham alguma experiência com interpretação, mas não necessariamente com imigrantes, apenas 50% tinham alguma experiência no trabalho com imigrantes. Esses dados podem ser usados para entender melhor o público interessado na interpretação comunitária e criar programas e cursos que contemplem mais pessoas e suas necessidades e as necessidades dos locais onde atuam. É necessário salientar que o curso foi oferecido dentro das dependências da USP (local de difícil acesso para muitos) e no período da tarde (impossibilitando os que trabalham em horário comercial). Recebemos muitos pedidos de pessoas que desejavam fazer o curso, caso fosse noturno e/ou nos finais de semana.

5.1.2 Disciplina na Graduação

Outra experiência que tivemos foi a criação de duas disciplinas de Interpretação Comunitária na graduação de Tradução/Interpretação de uma universidade particular na cidade de São Paulo. A demanda partiu da coordenação da época, visionando o crescimento dos migrantes na cidade e contando com a pesquisa em andamento sobre a comunitária. A partir daí, o material didático foi criado e o programa consistiu no seguinte: duas disciplinas on-line (Aspectos Interculturais da Interpretação Comunitária e Prática de Interpretação Comunitária¹³³), cada disciplina contendo 40 horas, totalizando um curso de 80 horas. As duas disciplinas fizeram parte da graduação de Tradução/Interpretação e foram lecionadas conjuntamente, durante um semestre. O curso teve início com uma visão geral do significado de Interpretação Comunitária por meio de vídeos de atendimento nos serviços públicos e materiais da mídia sobre a mediação ou falta de mediação nos serviços no Brasil. O curso abordou questões interculturais e as dificuldades implicadas na interpretação entre duas culturas diferentes. Além disso, também consideramos necessário um panorama das recentes migrações na cidade de São Paulo e seu impacto nos serviços públicos. Assim, os alunos tiveram de apresentar seminários sobre cultura, costumes e potenciais problemas na comunicação, além das principais razões de migração dos imigrantes que têm chegado

¹³³ Ver ANEXO XIII - PROGRAMA E EMENTA CURSO DE GRADUAÇÃO

ao Brasil nos últimos anos (10-20 anos). Dessa forma, os alunos puderam ter uma visão mais geral dos problemas causados pelas diferenças de cultural, que na interpretação comunitária, por tratar de assuntos íntimos, se faz ainda mais evidente. Posteriormente, nós abordamos os contextos médico e jurídico, com exemplos, vídeos e exercícios tendo a língua inglesa em suas variantes e usada como língua franca por muitos imigrantes no Brasil. Trabalhamos a interpretação consecutiva curta, diálogos e cochicho. Passamos pelas questões éticas e o papel do intérprete com situações em que os alunos tiveram de decidir por um proceder ético e justificá-lo com base em um ponto ético. Para finalizar, foi proposta uma atividade com a criação de role-plays usando os contextos médico e legal, com uma nacionalidade escolhida e uma situação de diferença cultural que desafiava um proceder ético por parte do intérprete. A partir das apresentações, os alunos puderam discutir ética, escolhas terminológicas e como lidar com várias questões. Essas disciplinas foram oferecidas no curso de Tradução/Interpretação em uma grande instituição, com parcerias entre diversos cursos, entre eles os cursos de medicina e odontologia e outros. A partir dessa parceria, foram realizados mutirões e outros atendimentos a refugiados e imigrantes que contaram com a participação dos alunos da graduação de Tradução/Interpretação fazendo a mediação entre futuro médico e usuários imigrantes, assim eles puderam ter alguma experiência real na área, o que criou um estímulo para mais aprofundamento e estudo.

5.2 ORGANIZAÇÕES DE INTÉRPRETES E CERTIFICAÇÕES

Nos últimos anos há uma demanda crescente pela profissionalização da interpretação nos serviços públicos. Tal demanda enfatiza a importância de mecanismos de controle mais rigorosos, que inclui a adoção de um código de ética específico e procedimentos de acreditação (Corsellis, 2015 apud Ruano 2017, p. 21).

Vimos anteriormente como a profissionalização por meio de melhores treinamentos e um fortalecimento da profissão podem colaborar para que a profissão de intérprete comunitário se torne de fato uma profissão reconhecida, remunerada e

que as ações dos intérpretes sejam reguladas por um código de ética específico. A tendência natural das profissões fortes é a criação de um código de ética e de associações e certificações para atuarem na área de forma profissional. Angelelli (2008, p. 156) reconhece que uma associação não dará resposta a todas as questões dos profissionais, mas pode prover alguns direcionamentos aos profissionais. Mas a autora enfatiza a necessidade de tais direcionamentos e regras serem baseados em pesquisas e não apenas prescritivos. Os direcionamentos e regras devem estar condicionados aos contextos de trabalho, à formação dos profissionais e levar em conta os pesquisadores da área. É a partir das associações que se pode pensar em certificações e atualizações para comprovar as qualificações do intérprete e assim manter um nível de qualidade nos atendimentos e conseguir um comportamento ético dos profissionais.

Para Mikkelson (1999), as profissões fortes têm associações fortes. As associações ajudam a aumentar o prestígio da profissão e estão intimamente ligadas à demanda por acreditação/certificação (há governos que estão envolvidos nas certificações, porém são as associações dos profissionais que as exigem).

Outro fator no aumento da profissionalização é o controle de admissão na profissão. Uma associação forte pode exigir que todos os atuantes sejam membros ativos para praticar a profissão legalmente. A associação pode ter um papel na acreditação dos atuantes, apesar de tal função ser normalmente reservada ao governo.¹³⁴ (Mikkelson, 1999 s/p)

Pöchhacker (1999) vai defender a necessidade de a área ser muito bem definida quanto ao seu nome e atuação, e que podemos aprender muito com a profissionalização e organização com os intérpretes de linguagem de sinais. Para de fato evoluir como profissão, há uma sequência de fatores que deveriam ser seguidos:

A evolução da interpretação comunitária de uma ocupação para uma profissão pode ser impulsionada por uma combinação variável e uma sequência de fatores: fornecimento de serviço financiado de maneira pública, geralmente por meio de agências centralizadas; impulsionadas por uma autoridade ou baseadas em um sistema profissional de acreditação ou certificação com padrões mais ou menos específicos de prática e ética profissional; programas de

¹³⁴ Another factor in increasing professionalization is control of admission to the profession. A strong association can require all practitioners to be members in good standing in order to practice legally. It may also play a role in accreditation of practitioners, although that function is often reserved to the government.

treinamento dentro (ou fora) do sistema público estabelecido de educação superior, e uma organização profissional com poder suficiente para definir condições de trabalho e normas profissionais.¹³⁵ (Pochhacker 1999, p. 135-136)

Pensar em uma associação e uma certificação para intérpretes comunitários pode parecer prematuro no Brasil, já que a profissão não existe efetivamente, pois ainda estamos no nível 1 e 2 de estabelecimento da área no país. Apesar desse quadro descrito, é possível visionar um futuro próximo para a profissionalização da área já que há trabalhos na sensibilização de gestores e apoio às demandas por políticas públicas para a interpretação.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PESQUISA

As políticas públicas são construções da sociedade civil, que demanda que leis e orçamento sejam direcionados para suas necessidades. A população migrante, especialmente na cidade de São Paulo, tem se mobilizado politicamente de maneira bastante forte nos últimos anos para ter suas demandas atendidas. As questões linguísticas, tanto de serviços de mediação nos atendimentos quanto da necessidade de aulas de português, estão sempre presentes nas solicitações do grupo, mas essa é uma demanda entre muitas.

Os temas de inclusão social, participação política, reconhecimento, equidade, justiça distributiva, restaurativa e processual, saúde e bem-estar podem ser citados como exemplos de tais imperativos e colocam em dúvida tanto a capacidade e vontade dos criadores de políticas públicas para incluir a interpretação e tradução na agenda política. [...] a suposição que tais discursos ajudariam a estabelecer e legitimar o fornecimento de serviços ainda não aconteceu, pelo menos no ponto que imaginamos que aconteceria nas últimas duas décadas, levando a necessidade de recalibrar os termos do debate e procurar novas

¹³⁵ The evolution of community interpreting from an occupation to a profession can be driven by a variable combination and sequence of factors: publicly funded service provision, often through centralized agencies; an authority-driven or profession-based system of accreditation or certification more or less specifying standards of practice and professional ethics; training programs within (or outside) the established public system of higher education, and a professional organization with enough power to shape working conditions and professional standards.

maneiras de engajar *stakeholders* relevantes.¹³⁶ (Valero-Garcés e Tipton, 2017, intro xv, xvi)

Valero-Garcés e Tipton indicam que algo mais precisa ser feito para engajar os tomadores de decisão. Entendemos que os pesquisadores da interpretação comunitária devem retornar seus conhecimentos para a construção de uma sociedade melhor, mais plural e em defesa de direitos. No caso da interpretação comunitária, a construção acontece na defesa dos direitos dos imigrantes de acessarem os serviços públicos e o direito de se expressarem em sua própria língua, entenderem os prestadores de serviços e serem entendidos por estes. Só assim pode-se dizer que os imigrantes teriam acesso total aos serviços públicos a que têm direito. Por isso, é nossa aspiração que a interpretação comunitária seja implementada como parte da política para imigrantes. As frentes de trabalho que atuamos para que isso se realize são 3:

- **Ensino de interpretação comunitária** para alunos de interpretação, pessoas da área da linguística e outros profissionais que atuam com imigrantes. Entendemos que precisamos desenvolver currículos diferentes para os que têm conhecimento de interpretação, com foco nas questões de imigração e no funcionamento dos serviços públicos; e um curso para os que já atuam na área da migração, mas não possuem nenhum conhecimento de interpretação e das habilidades necessárias, porém com conhecimentos de como os serviços funcionam e das implicações das diferenças culturais;
- **Advocacy** para a divulgação da importância da interpretação comunitária para que os imigrantes possam acessar os serviços públicos de maneira mais plena. Tais questões podem ser realizadas de várias formas, por exemplo, pelas conversas informais com gestores de espaços públicos, com profissionais que atuam com imigrantes, com pesquisadores de outras áreas. Além disso, por meio da pesquisa acadêmica haverá ajuda na divulgação da área, que pode ser realizada com participação em congressos e

¹³⁶ The themes of social inclusion, political participation, recognition, equality, distributive, restorative and procedural justice, health and well-being may be cited as examples of such imperatives and call into question both the capacity and willingness of public policymakers to include interpreting and translation on the policy agenda. [...] The assumption that such discourses would help to establish and legitimate service provision has not been realized, at least to the extent anticipated in the past two decades, prompting the need to recalibrate the terms of debate and seek new ways to engage with relevant stakeholders.

conferências, nas quais pesquisas são apresentadas, assim como publicação de artigos em revistas acadêmicas e a criação de grupos de estudos (GREIC, por exemplo);

- **Criação de políticas públicas** é o passo mais concreto, mas que depende dos anteriores mencionados. A criação de políticas públicas não se faz sozinha, mas em conjunto com os imigrantes. Considerando essa afirmação, participamos das conferências de elaboração de políticas públicas para imigrantes, em grupos de trabalho de acesso aos serviços públicos, pontuando a existência dos serviços de mediação linguística e a necessidade de eles existirem por demanda da população migrante.

[...] o ponto no qual a interpretação comunitária pode emergir como profissão em uma dada sociedade é determinado por um número de variáveis de ordem superior tais como a extensão de multilinguismo e do status social e legal – e dos poderes de lobby – dos residentes que falam outras línguas e de diferentes formações culturais, as atitudes filosóficas em relação à mudança social por meio do estado, iniciativas de base e legalistas, e o clima político para transformar garantias constitucionais de acesso igualitário e não-discriminatórias em políticas práticas para integração.¹³⁷ (Pöchhacker 1999, p. 135)

Conforme comentado por Pöchhacker acima, o estabelecimento da interpretação comunitária depende de muitos fatores, incluindo o clima político, que no momento, no Brasil, não é tão favorável aos imigrantes. Não obstante, depende também do lobby da própria comunidade migrante. Especialmente na cidade de São Paulo, podemos mencionar a segunda conferência municipal de políticas para imigrantes¹³⁸, realizada no fim de 2019 onde foram elaboradas propostas municipais visando à promoção e garantia de acesso aos serviços públicos, ao trabalho decente, à inclusão social e ao reconhecimento cultural. Em muitos dos eixos onde se demanda por acesso a serviços, menciona-se a necessidade de mediação linguística e/ou prestadores de serviços que falem as línguas dos imigrantes. Há de se aguardar se a próxima gestão municipal dará

¹³⁷ [...] the extent to which community interpreting can emerge as a profession in a given society is determined by a number of higher-order variables such as the extent of multilingualism and the legal and social status — and lobbying power — of residents from other language and cultural backgrounds, the philosophical attitudes toward social change through state, legalistic or grass-roots initiatives, and the political climate for turning constitutional guarantees of equal access and non-discrimination into practical policies for integration.

¹³⁸ O documento final ainda não foi publicado. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conferencia_imigrantes/index.php?p=280479.

continuidade aos programas voltados aos imigrantes e se a situação política e econômica federal contribuirá para mudanças mais significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intérpretes estão assumindo seu papel como profissionais, assim como fazem outros especialistas. A interpretação comunitária não diz respeito apenas a aprender com fazer um trabalho, pois hoje ela deve ter foco no ensino, e na contribuição em discussões maiores sobre línguas, comunicação e Estudos da Tradução. Os intérpretes não devem ser considerados simples intermediários ou máquinas de voz (*voice boxes*), uma vez que eles sabem coordenar diálogos, fazer com que suas vozes sejam ouvidas e sua influência sentida. A Interpretação Comunitária como disciplina é multidisciplinar, e as análises das intervenções do intérprete e sua visibilidade em uma variedade de áreas têm ajudado a melhorar o treinamento – a chave para o reconhecimento futuro dos intérpretes comunitários. Embora, de uma perspectiva organizacional, falte muito ainda a ser feito na interpretação comunitária.

O respeito pelos direitos humanos em nossas comunidades exige um tratamento justo das línguas minoritárias, línguas de sinais e línguas aborígenes. O respeito pelos profissionais pode ser promovido por meio da acreditação. Olhando para um futuro promissor, condições de trabalho mais justas e o aumento de consciência por parte de gestores e governos devem ser o foco principal das iniciativas coletivas dos intérpretes comunitários. Construir uma rede profissional sólida também é vital para melhorar a eficiência dos serviços. A importância da pesquisa, questões éticas e total participação dos intérpretes como atores sociais na sociedade devem ser levadas em conta. (BRUNETTE e BASTIN, 2003)

A partir do pressuposto do acesso a direitos e serviços e de que todo ser humano tem o direito de migrar, entendemos que a Interpretação Comunitária se coloca como parte fundamental de inclusão pela mediação linguística que irá favorecer, senão, permitir que tais migrantes, que não falam português, possam entender e ser entendidos nos serviços que utilizam. Ao mesmo tempo que não devemos nos alarmar com uma suposta crise e invasão de migrantes no Brasil, devemos sim proporcionar o acesso seja de um ou de um milhão de migrantes, como direito cidadão.

Percebemos que são necessários uma maior proficiência e um espectro mais amplo de idiomas para que tanto prestadores de serviços como intérpretes possam ser

capazes de lidar com a variedade linguística dos migrantes e do uso das variantes. Para que isso aconteça, é preciso que os gestores públicos e também os de ONGs e outras instituições saibam quais as competências necessárias para que o intérprete possa desempenhar suas atividades de maneira profissional. Assim, é necessária uma educação dos contratantes, clientes e voluntários/funcionários, estes devem entender se estão ou não qualificados para exercer a função de intérprete. Isso pode ser feito por meio de *advocacy*, divulgando pesquisas na área da interpretação comunitária, demonstrando quais os riscos de não haver mediação linguística para imigrantes, ou de haver pessoas não qualificadas fazendo esse trabalho. Por outro lado, mostrar que há um profissional que pode contribuir muito para que os atendimentos sejam mais bem-realizados, provendo entendimento cultural e linguísticos aos envolvidos, além da divulgação de metodologias de ensino e desenvolvimento de materiais específicos para a interpretação comunitária que estejam adaptadas ao contexto brasileiro.

É de suma importância que os futuros intérpretes comunitários adquiram as habilidades de interpretação, mas também as habilidades interculturais, conhecendo os grupos migrantes da atualidade e suas particularidades (hábitos, costumes, polidez etc.), além de adquirirem autonomia nas suas decisões tradutórias por meio de um profundo conhecimento da ética na interpretação que irá prover ferramentas para um comportamento profissional ético e de qualidade. A discussão a respeito do colonialismo, racismo e opressões deve ser realizada em sala de aula, para que o comportamento e o uso de vocabulário apropriados e respeitosos sejam a regra na atuação dos intérpretes.¹³⁹

Além do trabalho *advocacy* e ensino, é através da luta pela instituição de políticas públicas que poderemos alcançar um serviço essencial para o atendimento dos

¹³⁹ O livro **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano** (2019), de Grada Kilomba se constitui como instrumento essencial para saberes antirracistas, antixenófobos e antimachistas ao lidar com migrantes. Sobre o uso do vocabulário racista relacionado aos migrantes, ela escreve (p.131): As mesmas cadeias associativas também são visíveis no debate sobre identidade nacional discutido no primeiro episódio, no qual as/os “*Outras/os*” nacionais são frequentemente definidas/os como *Ausländer* ou imigrantes e imigrantes são frequentemente definidas/os como *imigrantes ilegais*. Se as/os imigrantes são *ilegais*, elas/eles não têm *lei*; se não têm *lei*, elas/eles são *criminosas/os*, são *perigosas/os*; se são *perigosas/os*, tem-se *medo* delas/es; se alguém as/os teme, tem o direito de ser hostil ou mesmo de eliminá-los/las. Uma cadeia de equivalentes legitima o racismo ao fixar identidades em seus lugares: imigrantes – imigrantes ilegais – sem lei – criminosos – perigosos – temíveis.

imigrantes que não falam português. Políticas essas construídas em diálogo com as comunidades migrantes e o poder público.

Por fim, devemos encarar a área da Interpretação Comunitária e também das Migrações com um olhar descolonizado, antirracista e anticapitalista, a partir do Sul global, aprendendo com as pesquisas pioneiras do Norte global, mas sermos capazes de utilizar nossos saberes brasileiros e latino-americanos, escolhendo o que e como podemos aplicar tais conhecimentos no contexto brasileiro, o que e como podemos adaptar e o que podemos criar nessas áreas. Especialmente construindo conhecimento junto *com* as comunidades migrantes e não *para* elas.

Acreditamos que este trabalho de pesquisa é apenas um pequeno e modesto avanço inicial na pesquisa da área no Brasil, com a esperança de incentivar outros pesquisadores e pesquisadoras, de criar conscientização nos setores públicos e privados de atendimento a migrantes, e de encorajar estudantes e professores a mergulhar na área com mais estudos, ensino e pesquisa, a fim de tornar a Interpretação Comunitária uma área reconhecida de pesquisa e uma profissão estabelecida no Brasil. Continuar escrevendo, pesquisando e ocupando a universidade como resistência.

REFERÊNCIAS

ALEXIEVA, Bistra. A typology of interpreter-mediated events (1997). In: **The interpreting Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2002.

ALMEIDA, Paulo Marcos Rodrigues, NORDIN, Jaqueline Neves. **INTERPRETAÇÃO FORENSE: A experiência prática da Justiça Federal de Guarulhos e o treinamento de intérpretes**. Revista de Direito Federal N° 96. São Paulo: Letras Jurídicas, 2017, p. 481-520.

ANGELELLI, Claudia V. **Revisiting the Interpreter's role**. Amsterdam/Philadelphia, 2004.

_____. The Interpersonal Role of the Interpreter in Cross-Cultural Communication. In: **CRITICAL LINK 3: THE INTERPRETERS IN THE COMMUNITY**. Amsterdam/Philadelphia: BENJAMINS, v. 46, 2003.

ANTONINI, Rachele et al. (org). **Non-professional Interpreting and Translation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017.

BAENINGER, Rosana et al (org). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, Rosana, FERNANDES, Duval (coordenadores). **Atlas Temático. Observatório das Migrações em São Paulo. Migração Refugiada**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018.

BRUNETTE, Louise, BASTIN George, HEMLIN, Isabelle, CLARKE Heather (Editores). **CRITICAL LINK 3: THE INTERPRETERS IN THE COMMUNITY**. Amsterdam/Philadelphia: BENJAMINS, v. 46, 2003.

CARR, S. et al. The critical link: **Interpreters in the community**. Papers from the 1st International Conference on Interpreting in Legal, Health, and Social Service Settings, Geneva Park, Canada, jun. 1-4, 1995. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, forthcoming.

CHESTERMAN, Andrew. **The Map. A beginner's guide to doing research in translation studies**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

ELIAS, C. S. et al. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD: Revista Eletrônica em Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012.

GINEZI, L. L. A ética na interpretação de tribunal: o Brasil no banco dos réus. In: **TradTerm**, São Paulo, v. 20, dezembro/2012, p. 27-42 www.usp.br/tradterm.

HALE, Sandra. **Community interpreting**. London: Palgrave Macmillan, 2007.

_____. **Public Service Interpreting.** The Oxford handbook of Translation studies. England: Oxford, 2012.

HATIM, Basil, MASON, Ian. **The translator as communicator.** New York: Routledge, 1997.

HOLMES, James S. **The Name and Nature of Translation Studies.** In Holmes, J.S., Translated Papers on Literary Translation and Translation Studies. London: Routledge, 1972/2000, 172-185.

JUBILUT, Liliana Lyra. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil.** Brasília: IPEA, 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano.** São Paulo: Cobogó, 2019.

MAIER, Carol. The Translation as an interveniente being. In: **Translation as Intervention.** London: Continuum International Publishing Group: 2007, p. 1-17.

MARTES, Ana Cristina Braga; FALEIROS, Sarah Martins. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.2, p. 351-364, 2013.

MIKKELSON, Holly. **The professionalization of community interpreting.** Aiic.net, 1996. Disponível em: <<http://aiic.net/p/1546>>.

_____. **Interpreting Is Interpreting — Or Is It?.** 1999. Disponível em: <<http://www.acebo.com/papers/interp1.htm>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Apresentação. In R. Gomes, **Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Instituto Sírio Libanes, 2014.

MOSER-MERCER, Barbara; KHERBICHE, Leila; CLASS Barbara. Interpreting conflict: training challenges in humanitarian field interpreting. **Journal of Human Rights Practice.** v. 6, n. 1, mar-2014, p. 40-158.

MUNDAY, Jeremy (editor). **Continuum Studies in Translation. Translation as Intervention.** London: Continuum International Publishing Group, 2007

MUNDAY, Jeremy. **Introducing Translation Studies.** John Benjamins, 2008.

OLIVEIRA, Wagner. Qual o retrato da migração estrangeira hoje no Brasil, segundo este especialista. [Entrevista concedida a] João Paulo Charleaux. **Nexo**, 2017. Disponível em:

<<https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/08/26/Qual-o-retrato-da-migra%C3%A7%C3%A3o-estrangeira-hoje-no-Brasil-segundo-este-especialista>>.

ORIGUELA, Daniella Avelaneda. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. **TradTerm**, São Paulo, v. 23, set. 2014, p. 225-240.

PASSOS, Deusa Maria de Souza Pinheiro. O INTÉRPRETE COMO PRODUTOR DE SENTIDOS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ATIVIDADE DE INTERPRETAÇÃO FORENSE. **TradTerm** 15, 2010, p. 113-131.

PERÉZ, Maria Madalena Fernandes; BUENDÍA, Carmen Toledano. Secific Realities, Particular Needs: Designing Interpreter Training Courses. In: KAINZ, Claudia, PRUNC, Erich, SCHOGLER, Rafael (orgs.) **Modelling the Field of Community Interpreting. Questions of methodology in research and training**. Lit Verlag: Berlin, 2011.

PÖCHHACKER, F. Interpreting as mediation. In: **Crossing Borders in Community Interpreting**. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

PÖCHHACKER, F. **Going social? On pathways and paradigms in Interpreting Studies. Socialcultural Aspects of Translating and Interpreting**. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

POCHHACKER, Franz, SHLESINGER, Miriam (Editores). **The interpreting Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2002.

POCHHAKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. London/New York: Routledge, 2004.

PÖLLABAUER, Sonja. Translation culture. In: **interpreted asylum hearings. Socialcultural Aspects of Translating and Interpreting**. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

_____. Issues of terminology in public service interpreting: from affordability through psychotherapy to waiting lists. In: **Non-professional Interpreting and Translation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017, p. 131-156.

PYM, A. **Socialcultural aspects of translating and interpreting**. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

QUEIROZ, Mylene. Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas. TradTerm 23, 2014. p. 193-223.

REISS, Katharina, VEEMER, Hans. **Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained.** New York: Routledge, 2014.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil.** Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

ROSATTO, Linda. From confinement to community service: Migrant inmates mediating between languages and cultures. In: **Non-professional Interpreting and Translation.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017, p. 157-176.

ROY, C. **Interpreting as a Discourse Process.** New York, Oxford: Oxford University Press, 2000.

RUANO, M. Rosario Martín. Developing Public Service Translation and Interpreting under the Paradigm of Recognition: Towards Diversity-Sensitive Discourses on Ethics in PSIT. In: **Ideology, Ethics and Policy Development in Public Service Interpreting and Translation.** Bristol: Multilingual Matters, 2017, p. 21-37

RUDVIN, Mette, TOMASSINI, Elena. **Interpreting in the community and workplace. A practical teaching guide.** London: Palgrave Macmillan, 2011.

SANDRELLI, A. **Teaching Liaison Interpreting. Combining tradition and innovation.** In: I.Mason (ed), Triadic Exchanges: Studies in Dialogue Interpreting. Manchester: St. Jerome, 2001.

SCHWARCZ, Lilia. Lilia Schwarcz: Quase pretos, quase brancos. Revista Pesquisa Fapesp, 2007. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2007/04/01/quase-pretos-quase-brancos/>>.

SELESKOVITCH, Danica, Marianne LEDERER. **Pédagogie raisonnée de l'interprétation.** Coll. « Traductologie » n° 4, Paris, Didier Érudition/Opoce, 1989, p. 281.

SOUCHAUD, Sylvain. **A imigração boliviana em São Paulo. Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante,** Sep 2008, Rio de Janeiro, Brasil.

SHUY, R. **The medical interview: problems in communication.** Primary Care 3, 1976, p. 365-86.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003, p. 347.

TICCA, Anna Claudia. More than mere translators: The identities of lay interpreters in medical consultations. In: **Non-professional Interpreting and Translation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017, p. 107-130.

TOMASSINI, Elena; RUDVIN, Mette. **Interpreting in the community and workplace: a practical teaching guide**. London: Palgrave Macmillan, 2011.

URPI, Mireia Vargas. **State of the arts in Community Interpreting research. Mapping the main research topics**. Babel v. 58, n.1, 2012, p. 50-72.

_____. Linking Community Interpreting Research with Intercultural Communication Theories: Methodological Approach to the Specific Case of the Chinese in Catalonia. In: KAINZ, Claudia, PRUNC, Erich, SCHOGLER, Rafael (orgs.) **Modelling the Field of Community Interpreting. Questions of methodology in research and training**. Lit Verlag: Berlin, 2011.

VALERO-GARCÉS, Carmen. Design, Implementation and Evaluation of a Programme on Intercultural Communication and Public Service Interpreting and Translation. In: KAINZ, Claudia, PRUNC, Erich, SCHOGLER, Rafael (orgs.) **Modelling the Field of Community Interpreting. Questions of methodology in research and training**. Lit Verlag: Berlin, 2011.

VALERO-GARCÉS, Carmen, TIPTON, Rebecca. **Ideology, Ethics and Policy Development in Public Service Interpreting and Translation**. Bristol: Multilingual Matters, 2017.

VENUTI, Lawrence. **The translator's invisibility**. London and New York: Routledge, 1995.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; YUJRA, Veronica Quispe. **Saúde de migrantes e refugiados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

WADENSJÖ, Cecilia. The double role of a dialogue interpreter (1993). In: **The interpreting Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2002.

WAISBERG, Tatiana. **Refugiados ambientais no Brasil: o caso dos Haitianos**. Jus, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40015/refugiados-ambientais-no-brasil-o-caso-dos-haitianos>>.

ANEXOS

ANEXO I: ARTIGO 1 (reportagem do jornal el país, escrito por María Martín e publicada no site no dia 12 de maio de 2014.

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/13/politica/1400012407_244755.html)

Sem fluência em idiomas, a PF depende de voluntários para atender refugiados
Os 53 funcionários terceirizados da sede de São Paulo são incapazes de se comunicar com os estrangeiros
Tradutoras de Cáritas são as responsáveis por mediar as 50 solicitações diárias¹⁴⁰

"Spanglish?". Um nigeriano desconcertado e há apenas um mês no Brasil se aproxima do balcão de atendimento do terceiro andar da Superintendência da Polícia Federal de São Paulo procurando ajuda. A resposta é "Não. Vai lá esperar". A tradutora voluntária de Cáritas, entidade ligada à Igreja Católica, que devia chegar nessa manhã, não tinha aparecido ainda. E não há ninguém que consiga mediar um diálogo entre os funcionários e os estrangeiros que vão solicitar a condição de refugiados. A espera por uma resposta se prolonga por mais de quatro horas.

A estrutura da Superintendência de São Paulo, na zona oeste da cidade, inclui apenas nove servidores públicos e preenche 53 vagas com uma empresa de emprego temporário para atender 10.000 estrangeiros por mês, entre eles, os refugiados. Nenhum dos subcontratados fala uma outra língua além do português, segundo a assessoria de imprensa da PF. Isto não significa que o próprio pessoal da PF tenha algum conhecimento de outros idiomas, como constatou a reportagem.

A situação de caos levou à PF e a Cáritas a organizarem um mutirão de um mês –o primeiro já foi feito no ano passado - para descongestionar os pedidos de asilo. Para o mutirão foram trazidos funcionários de Brasília –que ali não atendem ao público e também não são bilíngues- e até quatro intérpretes de Cáritas que se dividem por turnos. Com este reforço podem ser atendidos até 50 solicitações por dia, segundo os funcionários do local. Sem essa equipe extra a capacidade é de quatro atendimentos ao dia.

Ela começa o trabalho se sentando no meio de um libanês e um nigeriano que aguardavam em silêncio diante dos funcionários que deviam entrevistá-los para formalizar a petição de asilo. "Vou ficar aqui porque vou 'traduzir' vocês ao mesmo tempo", lhes explica em inglês tentando agilizar a tarefa. Não foi possível, pois a comunicação entre o funcionário e o imigrante não se reduz a preencher um simples questionário. A história que o nigeriano tinha para justificar sua fuga do país era tão brutal que era difícil não ficar cravado assistindo como ele interpretava alguém portando uma balestra (arma de arco e flecha) para explicar como sua mulher e sua filha, com quem vivia em Lagos, foram assassinadas. A entrevista se prolongou por quase uma hora, enquanto a tradutora e o nigeriano choravam juntos.

ANEXO II: (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/sp-agentes-publicos-sao-capacitados-para-atender-refugiados-e-migrantes>)

SP: agentes públicos são capacitados para atender a refugiados e migrantes

Ação envolve funcionários estaduais e municipais de setores como saúde

Publicado em 17/02/2016 - 11:21

Por Fernanda Cruz - Repórter da Agência Brasil São Paulo

Refugiados sírios recebem atendimento médico no Hospital da Universidade Santo Amaro, em São Paulo
Rovena Rosa/Arquivo Agência Brasil

Servidores públicos de diversas áreas participam hoje (17) de uma capacitação para melhor atender aos refugiados e migrantes que chegam ao estado de São Paulo. A ação envolve funcionários estaduais e municipais de setores como saúde, educação e assistência social.

O ciclo de capacitação traz desde informações técnicas até a apresentação da oferta de serviços, os diferentes aspectos da recepção e assistência aos refugiados e migrantes. “O interessante desse evento é que ele surge a partir de uma demanda dos próprios refugiados, que gostariam de ser mais bem atendidos pelos mecanismos públicos de assistência social do estado”, disse Luiz Fernando Godinho, porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Segundo ele, o Brasil tem atualmente 8,4 mil refugiados reconhecidos e 12 mil solicitantes. Estima-se que metade dessa população vive no estado de São Paulo. Godinho explica que cabe ao governo federal promover a proteção legal dessas pessoas, processar os pedidos de refúgio e documentá-los. O estado e o município têm como responsabilidade garantir o acesso a políticas públicas, como escola, assistência social, saúde, habitação e geração de renda.

“Muitas vezes, o funcionário que está dentro do balcão não tem muita noção do que é o refugiado, desde os conceitos básicos, dos direitos que ele tem como solicitante de refúgio. A lei brasileira garante, por exemplo, o acesso à saúde, à educação mesmo àqueles que ainda não tiveram seus pedidos reconhecidos”, disse Godinho.

Felipe Sigollo, secretário adjunto de Desenvolvimento Social do governo estadual, considera que a capacitação ajudará os agentes a equalizar a forma de atendimento. “É uma ação extremamente importante para todo o governo, servidores públicos, gestores das áreas de assistência, sociedade civil, conselhos, para todo mundo ter mais informação e atuar da mesma forma nessa questão tão delicada”. O secretário informou que o governo estadual mantém uma casa de passagem na capital, com capacidade para 50 pessoas, que recebe prioritariamente mulheres refugiadas com filhos. Ele disse que o serviço deve ser ampliado, com mais uma casa para 50 pessoas a ser inaugurada neste ano. “Por enquanto, [a casa] tem atendido à demanda, que tem crescido. O nosso público é prioritariamente de africanos - de Angola, do Congo e Senegal. Eles têm vindo em grande quantidade pelos problemas em seus países, a maioria vítima de perseguição política e religiosa”, declarou.

ANEXO III: ARTIGO 3 (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/refugiados-sirios-recebem-atendimento-medico-em-sao-paulo>)

Refugiados sírios recebem atendimento médico em São Paulo

Cerca de 400 imigrantes foram atendidos gratuitamente no Hospital da

Publicado em 14/11/2015 - 18:24

Por Da Agência Brasil São Paulo

São Paulo - Refugiados sírios recebem atendimento médico no Hospital da Universidade Santo Amaro. Tradutores da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil ajudaram na comunicação (Rovena Rosa/Agência Brasil)Rovena Rosa/Agência Brasil
Aproximadamente 400 refugiados sírios receberam atendimento médico gratuito neste sábado (14) em um hospital universitário da zona sul de São Paulo. O evento teve o acompanhamento de intérpretes árabes e foi organizado pela Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras), em parceria com o Hospital da Universidade de Santo Amaro.

A ação fez parte do projeto "Islam Solidário", desenvolvido pela Fambras e, além de atendimento médico especializado, os imigrantes - que residem na Grande São Paulo e Vale do Paraíba - receberam donativos, como alimentos não-perecíveis e roupas.

O hospital universitário, que funciona apenas de segunda a sexta-feira, abriu excepcionalmente para atender os imigrantes neste sábado pela manhã, com atendimento nas especialidades de Cirurgia Geral, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria e Vacinação, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Ortopedia e Dermatologia, além de exames laboratoriais e de imagem.

Os refugiados foram para a Unisa em ônibus fretados que saíram da capital e dos municípios de Guarulhos, São Bernardo do Campo, no Grande ABC, e São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Os locais foram escolhidos por concentrar a maior parte dos refugiados no estado. Durante a viagem, acompanhada por tradutores voluntários, os refugiados fizeram um cadastro, em árabe, que serviu de base para o atendimento médico e também para cadastro no SUS (Sistema Único de Saúde), para onde deverão ser encaminhados os casos mais graves ou que demandem internação.

ANEXO IV: Vaga de emprego

"Prezados/as,

Informamos que a Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal está selecionando um(a) tradutor(a)/intérprete jurídico(a) do idioma inglês/português/inglês para exercer cargo comissionado no quadro da Procuradoria-Geral da República em Brasília/DF para início imediato.

O conhecimento comprovado e proficiência em outras línguas estrangeiras serão considerados uma vantagem para a assunção do cargo, especialmente as línguas espanhola, francesa, italiana e alemã.

O cargo comissionado oferecido é uma CC-3 com valor bruto mensal de R\$ 5.482,97 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos).

O(a) candidato(a) selecionado(a) deverá cumprir jornada de 7 (sete) horas diárias de trabalho, no período de 12h às 19h, de segunda à sexta-feira.

O(a) servidor(a) comissionado(a) exercerá suas funções na Secretaria de Cooperação Internacional, Setor de Administração Federal (SAF) Sul, torre B, Sala 509, Brasília/DF.

Os interessados devem encaminhar CV com documentos comprobatórios de proficiência no idioma inglês e outros idiomas, se for o caso, e experiência profissional na área da tradução jurídica até o dia 26/2/2018 para o e-mail pgr-traducao-sci@mpf.mp.br

Após análise curricular, candidatos cujos CVs forem selecionados farão teste de conhecimento jurídico e aqueles aprovados nessa etapa serão chamados para entrevista.

Atenciosamente,

Setor		de		Tradução
Secretaria	de	Cooperação	Internacional	/ PGR
61 3105 6199				

ANEXO V: <https://medium.com/portal-expresso/o-brasil-dos-refugiados-da-s%C3%ADria-48e6d7388450>

O Brasil dos refugiados da Síria
Portal Universitário Expresso

Oct 21, 2017

Ferdi Shan, refugiado Sírio, saiu do seu país buscando segurança e fugindo de uma guerra que está longe de terminar (Foto: TV Expresso)

Por: Vanessa Arruda

Vindos de lugares devastados onde a fome, a violência e a guerra andam lado a lado alastrando sofrimento por onde passam, os refugiados sírios se arriscam atravessando fronteiras por terra ou mar, buscando socorro em países da Europa, perdendo assim parentes, filhos ou até própria vida.

Por serem poucos os países europeus com portas abertas, muitas dessas pessoas resolvem se abrigar no Brasil, com a esperança de permanecerem seguros e ter uma nova vida. “Saí da Síria há cerca de sete anos. Fui chamado para a guerra, mas consegui por meio um contato escapar, dizendo que estava viajando. Fui para a Jordânia e morei lá por dois anos e meio, vivendo muito bem. Resolvi sair, pois o povo daquele país é muito bravo. Passei pelo Catar e depois tive a oportunidade de vir para o Brasil”, conta Ferdi Shan.

REFUGIADOS PELO MUNDO

Desde o fim da Primavera Árabe, em 2011, mais de **65 milhões** de pessoas estão em situação de refugiados pelo mundo. Conflitos armados, fuga da extrema pobreza são os principais motivos do deslocamento em massa desses seis últimos anos.

Fonte: ACNUR/ONU

Com o início da Primavera Árabe e da explosão das revoltas populares no norte da África e Oriente Médio, o saldo de refugiados era de **45 milhões** de pessoas, durante o período de guerra. Afeganistão, Síria, Iraque e Somália foram os países que tiveram os maiores deslocamentos, representando **19%** deste total.

Na Síria mais de **5 milhões** de pessoas já abandonaram o país. A maior parte da população acabou indo para os países vizinhos como a Jordânia e Marrocos. Acredita-se que existam mais de **200 mil** sírios vivendo ilegalmente na Europa.

No Brasil mais de **52 mil** venezuelanos cruzaram a fronteira pelo estado de Roraima, fugindo da fome e da pobreza extrema que assola o país.

(Infográfico: TV Expresso)

Adaptação no Brasil

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos refugiados é a comunicação. O ensino da língua portuguesa é feito em mesquitas, por voluntários brasileiros e também por estrangeiros que estão no Brasil há mais tempo. Mesmo assim, a dificuldade ainda é grande, restringindo o acesso serviços e documentações necessárias para a permanência no país. “Dirijo sem CNH no Brasil há quatro anos. Tenho tentado tirar habilitação no Brasil, mas as regras do Detran me impedem, pois os exames são feitos em português. Levei comigo um advogado para que ele fosse meu tradutor, mas o Detran não autorizou”, declara Ferdi Shan.

Além das diferenças linguísticas, os problemas enfrentados pelo povo brasileiro que também refletem nessas comunidades de refugiados. O desemprego no país chega a 12 milhões de pessoas e para os refugiados a dificuldade em conseguir um emprego é ainda maior. Boa parte dessas pessoas possuem aqui profissões diferentes das que tinham no país de origem.

Nessas comunidades, é comum se acharem empresários, médicos e comerciantes que foram obrigados a abandonar a profissão pela paz e segurança num país estrangeiro. Ferdi, por exemplo, precisou trabalhar bastante para montar o próprio negócio. “Quando eu cheguei ao Brasil não tinha nada. Fui trabalhando e me esforçando e há três meses consegui montar meu salão”, comenta.

Liberdade Religiosa

Na Síria, a perseguição religiosa é uma questão delicada. Todos os dias, cristãos são torturados por extremistas muçulmanos e mortos em pelotões de fuzilamentos. Os muçulmanos que não aderem as mesmas ideias extremistas sofrem as mesmas consequências. Num país como o Brasil onde há várias religiões que se respeitam, os refugiados se veem livres para professar a sua fé e frequentar os cultos sem o perigo da perseguição e da morte.

Ferdi Shan é ateu, mas vê no Brasil que as religiões embora diferentes, conseguem conviver sem violência ou intolerância. “Dependendo do país muda muito. Na Síria, nós viajávamos muito, conhecemos vários países e também as variedades e costumes do povo árabe. A minha família é muçulmana, mas é mais aberta, nós temos amizade com pessoas de várias religiões, mas se conversarmos sobre religião, percebemos que eles são fechados para esse assunto”, afirma.

Brasil Fechando as Portas

Nos países da Europa e nos Estados Unidos, o asilo é negado aos refugiados por questões políticas e pelo medo do terrorismo. No Brasil, o problema tem sido outro. Segundo o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), o número de pedidos de refúgio cresceu de 966 para mais de 28 mil em 2010 e nos últimos anos, o país tem sido mais rígido em relação a esses pedidos. Em 2016, foram 886 pedidos de asilo deferidos contra cerca de 1200 não deferidos, mesmo sendo muitos deles por motivação econômica.

Com o Conare fiscalizando os pedidos com mais atenção, os refugiados que chegam ao país com documentos não formais são barrados e a lei acaba por descartar os documentos falsos, negando a entrada dessas pessoas no país. Tudo isso acabando por prejudicar os refugiados que foram obrigados a abandonar casas, carros e a vida que tinham por causa da guerra.

Segundo o professor Ângelo Aparecido Souza Jr, Especialista e Mestre em Direito Internacional da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos), essas condições impostas pelos países que fecham as fronteiras não condizem com o Estatuto de Refugiados da ONU (Organização das Nações Unidas) feito em 1951, que assegura condições de abrigo aos refugiados.

O professor ainda critica as motivações que levam a essa rejeição. “Eu vejo um grande retrocesso dos países europeus a partir do que aconteceu na Síria. São diversas as desculpas, dizem que os refugiados estariam tomando os empregos ou alegam que é por questões de segurança, pois não se tem controle dos refugiados que na maioria das vezes entram clandestinamente. Por outro lado, a postura do Brasil em relação a isso é bastante equilibrada”, comenta.

Ferdi Shan conta que sua família gostaria que ele se estabelecesse na Alemanha, mas ele se adaptou no Brasil e hoje diz preferir aqui a Europa. “Eu tenho amigos espalhados por vários países. Se você olhar meu Facebook tem amigos meus na China, em Taiwan, nos Estados Unidos e todos eles me chamaram de burro por vir para o Brasil. Mas eu não acho,

eu gosto daqui. Aqui sou tratado muito bem. E ninguém vai falar ‘Sai do meu país que eu não gosto de você’ como nos Estados Unidos, por exemplo”, finaliza.

ANEXO VI – INFOGRÁFICO MULTILÍNGUE

ANEXO VII

PRESTADORES DE SERVIÇOS

ENTREVISTA 1

D: Qual que é o seu nome completo?

[REDACTED]

D. E quais línguas você fala fluentemente?

T. Fluente, português. Eu falo inglês intermediário, que é a comunicação que eu utilizo aqui com quem fala inglês.

D. E quais são as suas funções aqui?

T. Eu faço serviço da Secretaria do Emprego que é o PAT, Posto de Atendimento ao Trabalhador. Eu faço cadastro de emprego no nosso sistema do SINE, que é o Sistema Nacional de Emprego, que é o do governo federal, utilizado em todos os postos públicos de emprego do Brasil. Aqui em São Paulo, o PAT que somos nós, o CAT da prefeitura e o Poupatempo que é do estado. Então eu faço cadastro para emprego, verifico vaga de emprego, dou entrada no seguro desemprego e dou orientação sobre o mercado de trabalho

D. E você está conectada à secretaria?

T. Eu sou da Secretaria do Emprego, em relação à do Trabalho do Estado de São Paulo, a SETE.

D. Só para ter certeza, porque tem gente de várias áreas que estão trabalhando aqui, por exemplo ela é terceirizada.

T. É que assim, aqui, independentemente de ser terceirizado ou não, o CIC ele é administrado pela Secretaria da Justiça, aí dentro do CIC existem parcerias com os outros órgãos públicos que estão aqui, no caso eu represento a SETE, que é a do emprego.

D. E quais são as línguas que você usa para se comunicar com imigrantes e refugiados quando eles não falam português?

T. No começo, eu tô aqui desde o início do CIC, inaugurou em dezembro de 2014, tinha uma atendente que falava espanhol na época. Espanhol é tranquilo, dá para gente compreender, se eles não conseguem entender eu tento falar um pouquinho mais devagar, mas espanhol básico eu também consigo falar. O inglês para quem fala inglês eu consigo me comunicar também muito bem. Agora o francês já é um pouquinho mais complicado porque a gente não tem pessoas que falam inglês, nem o crioulo, mas geralmente essas pessoas vêm acompanhadas com alguém, eles não vêm sozinhos, já vem com alguém que possa estar auxiliando.

D. Qual é a frequência dessas pessoas que vêm acompanhadas de uma pessoa, é alta ou é só essas pessoas que você disse que não fala inglês?

T. É alta, no começo vinham pessoas que não falavam nada sozinhas.

D. E daí o que que acontecia? Ou não acontecia.

T. Aí eu procurava parceiros, têm atendentes que falam em francês, e aí e eu pedia pra falar por telefone e explicar para ele que tinha que fazer, ou então eu tentava pelo Google Tradutor. Se a pessoa fala que fala inglês a gente ia no Google Tradutor pelo menos para passar o básico para ele entender o que eu tô tentando passar, e aí indicar ele para um serviço mais especializado.

D. Quando teve gente aqui do lado da pessoa traduzindo, você acha que isso ajudou ou não ajudou? Você teve algum problema de comunicação mesmo com uma pessoa ali do lado fazendo a tradução?

T. Não, ajuda porque ela vai conseguir passar mais claramente a informação que eu to falando, e eu acho que ajuda muito mais. Mas eu oriento depois, pro futuro de qualquer coisa que ele vai fazer no Brasil, não são todos os lugares que ele vai poder estar acompanhado e não vão ter pessoas que falam idioma dele, então ele vai ter que ser adaptar.

D. E daí você sugere a aula de português provavelmente.

T. Sempre, primeira coisa que eu faço é isso. E aí eu pergunto a região que a pessoa mora, verifico, se ficou próximo daqui a gente oferece o curso que tem aqui, se for muito distante eu vejo outros parceiros que têm curso e peço para a pessoa entrar em contato. Eu deixo bem claro que sem conseguir falar pelo menos um português básico ela não vai conseguir... Não, não conseguir porque tem pessoas que não falam o idioma e consegue emprego, aí pode ser indicação, pode ser alguma sorte de achar alguém que tenha solidariedade à causa, mas hoje em dia isso é muito mais raro de acontecer. Então a pessoa, eu a deixo ciente de que ela precisa ter o conhecimento para tudo, para ela poder se locomover, para ela não ser enganada. Então tem que ter um português.

D. Você teve algum problema de comunicação devido ao idioma, ou com a pessoa aqui do lado, ou usando o Google Tradutor, ou mesmo esses parceiros que você comentou? Você tentou passar e alguma coisa ali?

T. Sim, já tive. Já aconteceu de vir uma pessoa, ele falava um dialeto do país dele, um país africano, ele falava um dialeto, não falava nem o francês. Ele disse que falava francês, eu liguei para um parceiro que tentou conversar com ele e falou “olha, Thaís, eu não tô conseguindo, ele não fala francês, ele entende uma palavra outra, mas eu não tô conseguindo me comunicar, ele fala um dialeto”. E aí a gente tentou verificar a nacionalidade dele, e aí a gente, eu passei um endereço para ele, ele entendeu que era um endereço que ele tinha que ir, que aí lá eu acho que as pessoas puderam dar um pouquinho mais atenção para ele. Ele veio acho que foi só umas duas vezes só, depois ele não voltou mais.

D. E que lugar é esse que vocês mandaram?

T. Eu mandei ele pro CRAI.

D. Tá, porque você sabia que lá teria alguém...

T. Isso, como eu falei, ele falava um dialeto...

D. Não dá nem pra saber quem falaria.

T. Então eu acho que é muito mais fácil, como lá costuma ter atendentes de outras nacionalidades, dependendo da nacionalidade africana é muito mais fácil, às vezes tem alguém que conhece alguém que conhece aquela nacionalidade e é um pouco mais fácil. E aí vai aquela coisa do boca a boca, puxar quem tem a informação.

D. Você comentou sobre os parceiros. Você tem uma lista das pessoas ou você sabe, fulano fala francês e você liga na hora?

T. Não, já tem uns lugares que a gente costuma ter uma frequência a mais, porque não são todos os lugares que tem essa disponibilidade de ficar ajudando. Todo mundo tem a sua rotina de trabalho, suas atividades, então existem parcerias que a gente já pode contar, por exemplo o CRAI, a gente já tem uma parceira de uns 2 anos. Então já tem essa intimidade de a gente ligar e tirar dúvida, pedir pra uma pessoa “olha tem alguém aqui que não tá entendendo me ajuda” e por telefone ele para o que tá fazendo e faz. Tem o Centro Integrado do Imigrante, que é no Brás, que é um espaço também com serviços pra imigrantes. Ele é um espaço que tem serviços gratuitos e pagos, então tem envio de dinheiro, tem abertura de conta, aí tem os serviços gratuitos, verificação de emprego,...E aí tem uma pessoa que trabalha lá que se chama Neli, ela é uma francesa, ela fala francês, inglês e português. E aí a gente já tem uma amizade então ela também consegue me auxiliar nisso.

D. Ótimo, muito bom. E só pra finalizar, o que que você acha que poderia ser feito para melhorar a comunicação entre essas pessoas que não falam português e vocês e outras pessoas que trabalham nesses setores públicos? Você consegue imaginar alguma coisa que poderia... Porque você tá falando já de uma saída que vocês acharam que são esses parceiros. Você consegue imaginar alguma coisa parecida com isso que ajudaria?

T. Olha eu acho que o ideal seria, o ideal nunca é possível, mas o ideal seria as duas partes fazerem a sua parte. Tanto o Imigrante ter esse entendimento de que ele precisa aprender o idioma, como os serviços públicos também terem esse detalhe de querer ter pessoas que consigam suprir a demanda. Tanto que no caso eu tô aqui porque eu também falo um pouco de inglês, já tive experiência com atendimento pra imigrante pra emprego.

D. Por isso que você foi enviada para trabalhar aqui?

T. Isso, eu já tinha experiência anterior e aí dentro da secretaria eles perguntaram para mim se eu queria aceitar o desafio. Porque era um desafio, não existia, quando começou aqui começou do zero, então a gente vem construindo nesses três anos e pouco, vai fazer 4 anos esse ano, vem construindo a forma que a gente trabalha hoje. Lógico que eu gostaria de falar francês, já tentei aprender um pouquinho sim, uma palavra ou outra, mas eu não consigo conversar porque você tem que ter investimento e tempo. Então assim, eu acho que poderia ser feito o quê? Os estrangeiros que chegam no Brasil, eles sabem que nós falamos português, porém, eu não sei se eles têm essa dimensão de que tem que falar pelo menos um pouquinho. O que eu vejo dos lugares que eu vou, nas casas que eu faço porque eu tenho parceria, pelas pessoas que eu atendo aqui, é que muitos estão aqui há muito tempo e acham que não é importante ou não querem fazer um curso português. E aí eu falo para eles que é muito mais fácil eles tentarem aprender um pouco mais do que mudar a realidade nossa, porque hoje uma empresa, ela não vai pensar em investir em um atendente que seja um colaborador dele para ficar lá no segundo idioma para poder atender o trabalhador. Principalmente nesse momento de crise, as pessoas têm que infelizmente se adaptar ao que é exigido. E é o que eu falo para eles, dificilmente uma empresa vai falar “não eu vou contratar você sem você falar, e vou arrumar uma pessoa para ajudar, ou vou treinar alguém”, isso não vai acontecer. O que pode acontecer é multinacional, aqui com as vagas que nós temos que são mais vagas mais simples isso não vai acontecer em um mercado, uma loja, uma limpeza. E a gente vê que quem tem pelo menos o básico, consegue se comunicar, eles conseguem inserção mais fácil para tudo, no mercado de trabalho, para poder conseguir uma oportunidade, a gente percebe que isso ajuda. Já aconteceu aqui de uma empresa ligar para gente pedindo estrangeiros para trabalhar como portaria no escritório, ela já tinha tido uma experiência com isso que tinha dado certo, a pessoa resolveu ir embora do país, enfim. Então ela queria contratar dois estrangeiros, poderiam falar inglês, não precisavam ser português fluente, mas tinha que ter um conhecimento. Eu encaminhei duas pessoas, elas foram contratadas, mas assim, a empresa, ela deu um período para pessoa melhorar porque ela tava dando uma oportunidade mas ela também queria que suprissem necessidade dela, porque ele ia ter que abrir a porta, ele ia ter que ouvir, responder uma pergunta. Desses dois, um ficou só três meses. Não sei se ele não conseguiu, se ele não se esforçou o necessário, porque a gente indicou um curso de português ele não foi fazer, então a empresa entendeu que ele também não estava se dedicando o tanto que precisava. O outro permanece lá até hoje. Então é o que a gente fala para eles, as dificuldades vão existir em qualquer lugar do mundo, se eu for morar na Alemanha não adianta falar inglês eu tenho que falar alemão, porque é o nativo. Se eu for para a França também tem isso. você ter que falar no idioma. então eu passo isso para eles. E tem cursos gratuitos na zona leste, no centro, então tá aí para quem quer aprender, tem que se adequar.

ENTREVISTA 2

D: Como é que é seu nome?

K: [REDACTED]

D: E o que que você faz aqui? Qual a sua função?

K: Então, a minha função é recepcionista, né. Eu atendo os imigrantes, faço o cadastro deles e encaminho pra pessoa pra ver vaga de emprego.

D: E quais línguas você fala fluentemente?

K: Eu falo português, inglês, francês e espanhol mais ou menos.

D: Tá, então tem algumas línguas que você fala em nível intermediário. O que que você consideraria intermediário e fluente?

K: O inglês fluente, e intermediário o francês e o espanhol.

D: Tá, deixa eu te perguntar outra coisa porque eu tô vendo o seu crachá. Você é contratada de qual empresa?

K: Procest.

D: Que presta serviço...

K: Serviços pra Secretaria da Justiça.

D: Tá, tá bom. É isso que eu queria saber por que eu vi o seu crachá, né. Então você não é funcionária pública, você é funcionária dessa empresa.

K: Isso.

D: E quando você foi contratada tinha um pré-requisito de falar outras línguas ou não?

K: Tinha.

D: Tinha lá, tem que falar uma língua estrangeira. Tá bom. E você já começou trabalhando aqui ou trabalhando em outros lugares?

K: Já trabalhei em outros lugares, mas não atendendo imigrantes.

D: Ah, então, isso que eu queria saber. Imigrantes, aqui é a primeira vez. E há quanto tempo você faz?

K: Dois meses. Pouquinho.

D: Sem problema. Você é brasileira?

K: Sim, com certeza.

D: Tá bom. Qual língua você usa pra se comunicar com os imigrantes?

K: Varia.

D: Me fala então.

K: Então, eu falo mais português, né, quando entendo a linguagem deles, quando não, inglês, francês...

D: Tá, então você vai usando de acordo ali com...

K: Isso, de acordo com a linguagem deles.

D: Tá bom. Tem alguma outra forma que você usa pra se comunicar? Então vamos imaginar que você não entenda o que ele tá falando ou você não entenda, tem alguma outra forma que você usa pra se comunicar?

K: Que eu não consigo entender o que eles falam, é isso?

D: É, ou vice-versa, ou eles não entendem. Por exemplo, o que eu quero dizer com essa pergunta é assim, você por exemplo faz mímica, escreve no papel, usa o Google Translator, usa alguma outra coisa pra te ajudar?

K: As vezes eu uso o Google...

D: Ótimo, isso que eu queria saber.

K: Porque assim, depende da língua deles. Eles puxam muito pro [inaudível]

D: E quando você não entende?

K: Aí eu procuro o [inaudível].

D: E quando eles não te entendem? Você fala mais devagar, você escreve...

K: Aí eu falo mais devagar.

D: Você já atendeu algum refugiado, algum imigrante aqui, que tinha uma pessoa do lado dele ou dela que fazia a tradução pra você?

K: Já, bastante.

D: E como que foi essa experiência? Te ajudou, não te ajudou, piorou, melhorou.

K: Eu acho, assim, que atrapalhou um pouco.

D: Por que atrapalhou?

K: Porque às vezes eles não entendem o que a gente fala, entendeu? Ai com a tradução dela, ela acaba não falando.

D. Entendi. E qual que é a frequência que essa situação aparece? De ter uma pessoa que não fala português e traz alguém pra ajudar, é muito frequente, pouco...

K. Raramente. Não é toda vez. Pode ser que [inaudível].

D. Não, mas é isso mesmo. Por isso que a gente faz a entrevista com cada pessoa porque a percepção é muito diferente, porque afinal não somos máquinas, né? Somos humanos. É isso mesmo, não tem resposta certa ou errada, é só pra eu tentar entender o que que acontece aqui no seu trabalho. Você teve já algum problema que você pode dizer que foi por falta de comunicação? Por exemplo, você tentou explicar alguma coisa e a pessoa não entendeu, ou pela língua ou porque a informação de repente não era o que ela queria...

K. Sim, sim, eu já tive um problema assim. Com algumas informações a respeito de defensoria pública. Não conforme o cadastro.

D. E algum problema de comunicação por causa do idioma, você acha que já teve?

K. Se eu já tive? Não.

D. Funciona bem então?

K. Funciona bem. Só algumas coisas que eles não entendem. Quando a gente pergunta o bairro de onde eles moram, aí eles acabam não entendendo, você tem que falar com outra linguagem.

D. Você já teve algum mal-entendido, algum problema, quando você usou ou o Google Tradutor ou a pessoa que tava aqui do lado, que você falou uma coisa e você acha que a pessoa traduziu outra coisa?

K. Sim, já. Já tive.

D. E você consegue pensar em alguma coisa que poderia ser feita pra melhorar essa comunicação.

K. Sim, então, o que que eu faço? Ou eu ofereço os cursos de português pra eles, que é o exato, né? Ou outras línguas também. É que aqui no momento nós não temos outras línguas aqui, então a gente só tem o idioma de português.

D. Então você acha que se eles aprendessem português...

K. Se eles aprendessem português seria melhor.

D. Tem alguma outra pessoa que fala outras línguas aqui, ou só você?

K. Não, tem uma outra pessoa que é a Thaís. Ela fala outras línguas, inglês, francês...

D. Você sente alguma dificuldade, por exemplo, porque mesmo falando francês...

K. [inaudível] falam muito rápido. Então eu acho que eles falam muito rápido e você acaba não entendendo, aí você realmente pede pra eles falarem mais devagar.

ENTREVISTA 3

D: Qual que é o seu nome completo?

[REDACTED]

D. E de onde você é originalmente?

N. Eu sou da Síria, original da Palestina. Eu nasci na Síria, mas minha nacionalidade é Palestina.

D. E quais as línguas que você fala fluentemente e quais as línguas que você fala em nível intermediário?

N. Acho que fluentemente é inglês e árabe, e árabe é língua materna.

D. E qual é a variação desse árabe?

N. Como qual variação?

D. É porque tem vários tipos de árabe né.

N. Não, árabe formal é uma só.

D. Ah, árabe formal você fala.

N. É, eu falo árabe formal, sotaques diferentes, mas a língua é a mesma. Então, inglês, e português é um pouco mais intermediário, e um pouco espanhol.

D. Tá, ótimo. E há quanto tempo você tá aqui no Brasil?

N. 3 anos.

D. E quais são suas funções aqui no CRAI?

N. Eu sou atendente. Atendentes aqui no CRAI é primeiro atendimento, primeira linha de contato com atendidos. Então pra qualquer encaminhamento, triagem, a pessoa precisa passar conosco primeiro e depois faz triagem pra outros setores, internos ou externos com nossos parceiros ou com outros serviços públicos. Internos é assistente social, empregabilidade, defensoria pública, porque defensoria pública vem aqui a cada quarta-feira como nossos parceiros, ou externos pra outras organizações e institutos como o CIC do Imigrante, outras ONGs, ou pra outros serviços públicos, Polícia Federal, Receita Federal.

Nós fazemos essa triagem e orientação sobre documentação, qual documento as pessoas precisam, qual documento eles podem fazer aqui no Brasil e como fazer esses documentos.

D. Perfeito. E quais as línguas que você usa pra se comunicar com as pessoas que você atende?

N. Árabe, inglês e português todo dia, no mesmo dia, no mesmo tempo, uma com pessoa com árabe, depois português, depois inglês.

D. Mas as pessoas já chegam esperando serem atendidas em árabe por você, elas já sabem que você fala árabe?

N. Tem pessoas que vem, eles não sabem que tem pessoa que fala árabe, eles ficam muito felizes quando percebem que tem uma pessoa que fala árabe. "Graças a Deus tem uma pessoa que fala árabe, finalmente nós conseguimos uma pessoa que fala árabe". Tem metade e metade eu acho, ou 60% das pessoas sabem que tem, porque todo mundo também fez essa triagem, esse encaminhamento pra nós. No CONARE eles falam "tem uma pessoa que fala árabe vai lá". Na comunidade então 60%, 70% das pessoas sabem que tem uma pessoa que fala árabe aqui no CRAI.

D. E exatamente por isso já teve alguma situação que as pessoas vêm aqui pedir informação pra você e pedem pra você ir junto com elas em outro lugar, pra servir de intérprete, de tradutora? Já aconteceu?

N. Aconteceu. No convênio passado, antigo, eu já fiz isso com muitas pessoas, eu fui pra muitos lugares com as pessoas, pra INSS pra fazer LOAS, BPC, no posto de saúde algumas vezes, mas também eu não posso falar com o atendente "vou com vocês", precisa fazer esse fluxo com a coordenadora pra ela levar ou então nós marcamos dias, não vem diretamente com eles, depende da situação, nós sempre avisamos pessoas pra se tem uma pessoa, um amigo, um membro da família ou fala português é pra ir com ele. Nesse convênio não tô fazendo isso não. Talvez não tinha uma situação específica disso.

D. E você já atendeu uma pessoa que tava com intérprete ou tradutor ajudando?

N. Sim. Quando uma pessoa vem com tradutor e eu falo a língua dele, eu peço pra outra pessoa esperar lá fora pra eu atender a pessoa. Se a pessoa é família, não tem problema, mas sempre temos essa preocupação que o intérprete talvez esteja cobrando a pessoa ou a pessoa vai depender do tradutor totalmente, então eu prefiro atender a pessoa mesmo, pra ela aprender a situação dela muito bem.

D. Você já teve algum problema de atendimento, de mal entendido quando tem outra pessoa ajudando, você percebeu que a pessoa não tava traduzindo ou alguma coisa assim?

N. Eu percebi que a pessoa tem vezes, algumas coisas sim, não traduzia, algumas vezes "ah vou falar depois". Se eu não falo a língua deles, por exemplo, tem muitas pessoas que falam bengali, então a pessoa fala português vem com eles e quando eu percebi que a pessoa não tá traduzindo muito eu falo "você falou esse pra ele?", "não", "explica pra ele e eu vou continuar depois". Mas se a pessoa fala inglês, árabe ou português, não, eu prefiro falar com a pessoa diretamente, que a pessoa falar outras línguas como espanhol, francês, crioulo, bengali, que minhas colegas falam, eu faço triagem pra outro atendente que fala a língua deles, melhor de fazer essa tradução.

D. O que você acha que podia ser feito pra melhorar a comunicação? Tem alguma ideia do que poderia funcionar?

N. Com os atendidos?

D. Com as pessoas que não falam português.

N. Aqui no CRAI ou no serviço público? Porque aqui no CRAI acho que nós somos um serviço único que tem essas línguas com pessoas nativas. Eu acho que...Eu não sei.

Então, a maioria das pessoas, elas gostaram do nosso serviço pra esse caso. É que como as vezes tem pessoas que estão sofrendo nos outros serviços. Tem uma coisa muito interessante, nós estávamos com uma ocupação com pessoas que falam árabe. Eles falaram que a dificuldade deles...Ok, tem CRAI, ótimo, documentos agora, tudo bem com documentos, não tem problema das coisas de serviços sociais. Mas, por exemplo, uma pessoa doente foi pro posto de saúde. O CRAI não vai com eles, talvez eles vão ficar até a noite. Então eles têm essa dificuldade, de não tem língua, sabe? Explicar, falar sobre a questão deles. Ok, tem CRAI, ótimo, mas também a vida não é o CRAI, nos outros lugares as pessoas falam só português. É difícil para...

Daniella: É, e árabe é uma língua que, assim, é difícil de aprender, tem pouquíssima gente no Brasil que fala, então acho que é uma dificuldade a mais mesmo, né.

N. Isso. Tem agora um projeto na prefeitura pra funcionários públicos aprenderem inglês e espanhol, pelo menos, mas até agora o pessoal não tá falando. Acho que começou o projeto pra ensinar, mas precisa de tempo pras pessoas começarem a falar outras línguas.

D. Só pra finalizar, você sente que as pessoas sabendo que você fala a língua delas, elas ficam mais à vontade? Tem algum impacto no atendimento do que se fosse um brasileiro, o que que você acha, tem uma diferença?

N. Eu acho que...Quando eu comecei não tinha muitos árabes que vinham pra cá, só tinha dois grupos. Um grupo que não falava nada, só árabe ou inglês, mas não fala português, e ficavam muito felizes quando uma pessoa falava árabe, e outro grupo que talvez falassem outras línguas ou talvez falam português. É muito engraçado a comunidade árabe porque eles sempre têm dúvidas com informações. Então quando eu comecei a trabalhar aqui, se uma pessoa falava um pouco de português ele ia me perguntar e depois pra outro atendente, depois pra outro e depois pra outro. Mas agora, depois de dois anos trabalhando eu também já sou parte da comunidade e todo mundo me conhece, eu sou ponto de referência pra comunidade árabe geral, não só pra sírios ou palestinos, mas pra africanos do Egito, de todo o mundo árabe. Agora eles vêm, ficam muito tranquilos, muito felizes também porque é informação na língua deles. Então muita confiança e muita responsabilidade também.

ENTREVISTA 4

D: Pode falar.

██████. Então, é que no CDHIC a gente não tem tradutor, a gente não tem nada, então a gente vai no remelexo, a gente fala que tem que ter jogo de cintura, né. Então aí a gente acaba falando um pouco de espanhol rápido, vamos aprendendo, eu aprendi aqui. Aí agora a dificuldade que a gente tá tendo aqui é mais o francês, e aí fica um pouco difícil.

D. Eu queria saber quais são as línguas que você fala que você considera que fala fluentemente e nível intermediário.

N. Eu falo inglês fluente e espanhol eu aprendi aqui, e eu continuo aprendendo todo dia, né. Então a gente tem a Flôrência que é argentina, a Elvira que é costarriquenha que me ajudou muito, porque eu fico perguntando “aí, como que eu falo tal coisa”. E mesmo no atendimento eu pergunto “aí, como que eu falo tal coisa”, aí os imigrantes vão me ajudando, né, principalmente o pessoal da América Latina. Eu não falo francês, mas eu entendo. Então por exemplo, outro dia eu fiz uma entrevista que uma moça tinha acabado de chegar do Congo, e ela falava super pouco de português, ela falava basicamente francês, o inglês ela falava pouco também. E aí a gente fez entrevista assim, eu tentando falar francês, ela falando em francês, eu entendendo, perguntando alguma palavra em português que ela já sabia. Mas é bem isso, assim, a comunicação a gente tenta mesmo fazer assim.

D. E quais são as suas funções aqui?

N. Então, aqui eu sou assessora de regularização migratória, aí eu lido com essa parte de documentação, como a pessoa pode ficar aqui. Eu dou assessoria em questão de direitos também, como que a pessoa tira a carteirinha do SUS, como tirar a carteira de trabalho. Muitas pessoas vêm e perguntam qual é a vantagem de tirar tal documento. Aí é muito disso que eu faço, mas eu faço outras coisas também aqui, eu lido com agenda, eu faço alguns textos, eu lido com o Facebook. E o atendimento ele não é só presencial, o atendimento ele é no WhatsApp, no Facebook, no telefone. Então é bem complexo, junta tudo.

D. Então você disse que fala todas as línguas que você consegue, que você entende, que você fala mais ou menos pra tentar se comunicar com o imigrante. E tem outras formas que você usa pra se comunicar, por exemplo, você usa o Google Tradutor, você chama alguém que tá aqui em volta e fala outra língua, como que funciona assim numa situação mais emergencial?

N. O que acontece é que até a semana passada a gente tinha uma coordenadora jurídica que falava francês, então nesse momento ela acabava falando um pouco mais. Ela ficava só de tarde e quando ela não tava, aí eu procurava no Google. Eu já desenhei, eu já escrevi, de qualquer maneira a gente tenta, mas o google tradutor é bom, mas ele traduz errado várias coisas, né. Então é meio ruim isso, mas...

D. E já teve situações em que o próprio imigrante veio com uma pessoa pra fazer a tradução pra ele? Uma outra pessoa, um amigo, um parente...

N. Pra fazer a tradução, especialmente, não. Normalmente eles vêm junto porque tem receio do que que é aqui, né. Não sabe se é uma ONG, se os dados que ele tá dando aqui a gente vai dar pra Polícia Federal...Então pra tradução realmente não, mas pra outras coisas como apoio emocional, sim.

D. E você teve algum evento em que teve um mal entendido por causa da comunicação? Vocês não conseguiram se entender, a pessoa entendeu outra coisa ou realmente não entendeu, teve alguma coisa assim?

N. Ah, de vez em quando acontece mesmo. Até, por exemplo, teve um moço boliviano e eu expliquei pra ele mil vezes que não tava tendo agendamento na Polícia Federal mas que ele podia ir. Isso no começo do ano, mas aí ele ficava ligando pra saber se já tinha agendamento. E aí eu explicava que não tinha agendamento, e aí eu explicava que não tinha agendamento, mas que ele podia ir. E aí o documento venceu, ele veio aqui de novo, aí eu expliquei pra ele. Acho que agora deu certo. Mas só pra dar um exemplo, porque de vez em quando acontece mesmo.

D. Outra coisa, as pessoas que chegam aqui pedindo as informações, alguma vez elas pediram pra vocês irem com elas até o local pra ajudar na comunicação?

N. Já, já pediram pra gente ir na Polícia Federal junto e tudo, mas realmente não tem como porque era só eu e a coordenadora, agora sou só eu, então não tem como sair desse espaço e auxiliar. O que eu já fiz foi, por exemplo, a pessoa tá lá e eu falei com o agente da polícia no telefone.

D. Pelo telefone da pessoa, a pessoa que liga.

N. Isso. E aí “ó, eu não tô entendendo aqui o que que ele tá falando”, e aí a gente explica.

D. E na sua opinião, tem alguma coisa que poderia ser feita pra melhorar essa comunicação quando as pessoas chegam e não falam português? O que que você pensa?

N. Mas em geral, assim?

D. Sim, pode ser.

N. Eu acho que assim, as pessoas só precisam ter um pouco mais de paciência, né? É isso que a gente faz aqui. O atendimento se a gente quiser fazer rápido a gente faz, em 10 minutos já está encaminhado. Mas aí a gente costuma fazer um atendimento de 40 minutos, uma coisa mais emocional, uma coisa mais compreensiva, então a gente tem um formulário que é esse aqui com perguntas, e aí a gente...

D. E esse formulário tem em várias línguas?

N. Na verdade tem só em português porque quem preenche é a gente, mas aí a gente vai conversando com a pessoa, vai fazendo várias perguntas assim, pra criar um laço mesmo de confiança. Então a gente trabalha muito no apoio emocional, na compreensão. Se a pessoa não entendeu uma vez a gente explica dez mil vezes, mas tem que sair daqui confiante de que vai dar certo.

D. Tá, você tem que ter certeza de que a pessoa compreendeu, entendeu o que vocês explicaram. Legal, maravilha. Era isso.

ENTREVISTA 5

D: [REDACTED], quais línguas você fala fluentemente?

[REDACTED] Fluentemente eu falo, além do português, o inglês, mais ou menos o francês, o espanhol. Só fluentemente né?

D. É, eu ia te perguntar no nível intermediário, você já falou então, seria o francês né

L. Seria o francês, isso.

D. E quais são suas funções aqui na instituição?

L. Eu coordeno o setor de atendimento, que é a linha de frente do instituto, às vezes eu também trabalho no atendimento, a maioria dos dias da semana, mas a minha função principal é coordenar o pessoal do atendimento, tanto os voluntários quanto a relação deles com os refugiados.

D. Tá. Então você já respondeu a outra que é qual o seu contato com os imigrantes. Então você fica ali de vez em quando diretamente?

L. Isso.

D. E quais línguas você se comunica com eles ou os outros voluntários né, quais são as línguas que vocês usam aqui na instituição?

L. A maioria é o inglês, porque querendo ou não, os refugiados mesmo que venha falando o francês ou algum outro idioma eles normalmente têm a língua inglesa, então acaba sendo mais fácil.

D. E vocês quando chamam os voluntários, aceitam os voluntários, vocês têm uma exigência de falar determinadas línguas, como que é?

L. A gente não tem essa exigência com os voluntários porquê... Normalmente os refugiados ou eles falam pelo menos o básico do português quando chegam aqui, ou se eles acabaram de chegar no Brasil, muitos deles, é muito comum que eles venham com um amigo que já está aqui, que já fale português, então ele ajuda com a tradução, então a gente acaba não tendo essa exigência com nenhum voluntário.

D. É, eu ia te perguntar também isso. Se as pessoas vêm com outras pessoas, então tem bastante caso?

L. Tem muito caso, principalmente porque tem alguns refugiados que, por exemplo, o Paquistão o idioma oficial é o urdu, mas também falam inglês. Mas se ele não fala inglês, ele vem com um amigo paquistanês que fala o urdu...

D. Alguém que já tá no Brasil há mais tempo?

L. Alguém que já tá há mais tempo e faz a tradução.

D. E além da língua, quais outras formas que vocês usam pra se comunicar? Vocês escrevem, usam Google Tradutor, gesto... Quando não dá certo, quando a língua não dá conta, o que vocês fazem?

L. O que a gente mais usa, a gente até tem uma pilha de papel ali do lado de todos os computadores porque o que a gente mais usa é a parte escrita. Por quê? Às vezes a gente até entende o que o refugiado tá falando, mas a gente não sabe como escrever, então não tem como a gente escrever isso no currículo. Então por exemplo, ele vem com o nome de uma empresa que ele teve no país dele, que ele trabalhou no país, pra colocar no currículo a gente não consegue...

D. Não consegue entender?

L. Não consegue entender como escreve. Então a gente pede pra ele escrever no papel sempre o endereço e o telefone, pra não haver confusão e a gente colocar. Por exemplo, o paquistanês também fala o idioma pashto e a gente não sabe como se escreve então a gente pede pra ele escrever [incompreensível]. A gente utiliza bastante essas folhas que ficam ali pra eles colocarem esses dados que não podem ter erro.

D. E vocês usam Google Tradutor ou não?

L. Raramente, só quando tem assim um problema muito grande, principalmente, por exemplo, a questão do francês é uma coisa que eu já utilizei porque por mais que eu tenha conhecimento da língua francesa, eu aprendi o francês ali da França, muda muito o sotaque do Congo, República Democrática do Congo. Até uma vez também uma haitiana, que tem também o idioma dela oficial francês, falou “olha, nem eu entendo o francês de um congolês”, então às vezes a gente acaba usando mesmo.

D. E vocês, quando uma pessoa ali que tá na recepção, não entende determinada pessoa, vocês pedem ajuda pra outra pessoa que fala outro idioma, por telefone ou ali presencialmente, isso acontece?

L. Funciona muito, porque normalmente funciona em três turnos. Cada turno, manhã, tarde e noite, tem três voluntários, e como é uma instituição que acolhe refugiado a gente tem muito estudante de cursos, por exemplo, relações internacionais, letras, ciências sociais, então querendo ou não eles acabam tendo o conhecimento de outras línguas. Então se não tem um voluntário que não fala nenhum dos idiomas e o refugiado também não veio acompanhado, não conseguem se comunicar, pede ajuda. Uma outra coisa interessante também é que a gente tem muitos refugiados como voluntários, porque a gente acaba acolhendo eles aqui e eles acabam pedindo pra ser voluntários. Funciona bem.

D. Quais serviços vocês oferecem ali? Você falou do currículo...

L. Assim, o atendimento é linha de frente, ele é o primeiro contato que o refugiado tem com o instituto então ali a gente vai fazer a base do atendimento, fazer o cadastro no nosso sistema e fazer o currículo. A partir disso a gente vê qual que é a necessidade dele...

D. Por que vocês focam na questão do trabalho né?

L. A gente foca bastante na questão do trabalho, mas por exemplo, se surgir uma demanda de... porque os refugiados às vezes não têm acesso à internet, não tem computador, não tem um telefone, então a gente faz tudo por eles. Tirar segunda via de CPF, desbloquear o benefício do Bolsa Família, dar informação de onde é o Bom Prato mais próximo, coisas assim do dia a dia a gente resolve também. E aí fora isso, a gente faz os encaminhamentos, por exemplo, se ele chega com uma demanda, um problema de documentação, e a gente não sabe como resolver porque são questões jurídicas, a gente encaminha pro setor jurídico. Se a gente vê que ele não está falando nada do português e ele quer buscar emprego e a gente vê que vai ser difícil, a gente encaminha pras aulas de português também.

D. E você consegue se lembrar de algum problema que vocês tiveram por falta de comunicação? Algum mal-entendido ou algum momento em que a demanda ali não foi resolvida porque não houve comunicação?

L. Várias. Teve uma que era um colombiano, mas eu não sei se pelo timbre da voz dele, eu não entendia o espanhol dele né. E ele disse que chegou, o que eu entendi que chegou uma informação até ele que um dos nossos voluntários, de segunda de manhã, dava dinheiro pros refugiados. A gente não sabe, eu tentei perguntar pra ele como que ele conseguiu essa informação, ele falava até o nome da voluntária, mas ele não explicava da onde ele tinha tirado essa informação. E aí eu expliquei pra ele que a gente não dava dinheiro, então ele se alterou, ficou muito bravo, não quis nem fazer o cadastro e foi embora xingando horrores. Teve outros casos também de, principalmente o francês, porque né como eu disse da questão do sotaque é muito diferente então a gente teve que recorrer ao Google Tradutor. Às vezes eles confundindo o francês com a língua crioula né, do Haiti, é muito comum. Principalmente essa parte do trabalho e renda, às vezes a gente liga, porque a gente tem a capacitação né do... Porque assim, a capacitação é como se portar no mercado de trabalho, como se portar numa entrevista, então às vezes a

gente liga pedindo pra eles virem pra esse curso, eles já vem todo de social achando que é uma entrevista de emprego. A gente tem que explicar bem assim detalhadamente que não é dessa forma, então a gente tem bastante problema com isso. Um outro caso também muito interessante foi que um refugiado tinha conseguido o benefício do Bolsa Família mas ele tinha que desbloquear. O problema foi: ele não falava português, ele falava o inglês. A atendente do Bolsa Família não falava inglês, só falava português, e ela não queria que uma terceira pessoa desbloqueasse o benefício por ele, então eu tive que ali convencer, falar “olha, então a gente pode fazer da seguinte forma, você fala pra ele, ele me repete o que você falou, eu faço tradução e peço pra ele falar, o que é muito mais complicado. E ela não gostou né, ela ficou meio assim brava mas aí ela teve que aceitar porque não tinha outro jeito, não tinha um atendente ali que falasse o inglês. E aí eu tive que ir falando com ela e fazendo a tradução pra ele, passando as informações... D. Isso por telefone?

L. Isso tudo por telefone. Então foi bem complicado assim. Foi muito difícil pra ele porque ele ficou uma manhã inteira tentando resolver, ele ia na Lotérica, ele ia na Caixa, ele ligava, ele não conseguia resolver, teve uma hora que a gente teve que intervir, falou “não, vamos ter que dar um jeito”, e aí foi bem difícil pra convencer a atendente ali a aceitar, por questão do idioma.

D. E aliás, você comentou isso do telefone, tem casos das pessoas que vem aqui pedirem pra vocês acompanharem eles pra fazer a tradução?

L. Sim, acontece bastante. A gente já recebeu ligação de “olha, tem um sírio que só fala árabe no hospital e os médicos não conseguem se comunicar com ele, tem alguém pra ajudar?”. A gente tem um professor de português muito...

D. Mas isso que você comentou do sírio foi o próprio hospital que ligou?

L. As pessoas do próprio hospital pra ver se tinha... Assistente social, pra ver se tinha alguém que podia ajudar. Já aconteceu também da gente atender....

D. Você lembra que hospital que é ou não?

L. Não lembro, foi quando eu entrei aqui que isso aconteceu. A gente tem o professor de português também muito bom que ele acompanha os alunos dele...

D. Mas por ele né, não é pelo ADUS?

L. Por ele. Por exemplo, semana retrasada ele acompanhou no dentista, essas coisas assim mais básicas.

D. Que era o que o orientador de trajeto, o facilitador social fazia...

L. É, que a gente infelizmente não tem mais. E a gente já recebeu também o caso de um boliviano que ele não falava espanhol, ele falava quíchua, então a gente ficou assim bem perdido. Pra você achar alguém que fale o quíchua....

D. E português...

L. Uma outra coisa interessante também que aconteceu foi bem atípico da gente receber. Na verdade, foram imigrantes mas a gente acaba acolhendo essas pessoas, é, um casal de indianos que não falavam inglês, falavam hindi. Eles utilizavam o Google Tradutor por voz e assim, tava muito confuso. A gente teve que fazer gestos, aí foi um caso bem assim, excepcional, a gente fazer gestos, a gente mostrar, porque ele só queria saber se ele podia estudar em dois lugares o português, se ele podia estudar aqui e numa outra instituição. A gente demorou assim, horrores pra entender o que ele queria, a gente falou “não, pode estudar nos dois lugares”. E até fiquei de conversar com a professora que tá dando aula pra eles pra ver como que ela tá fazendo né.

D. Tá, porque não tem realmente uma língua ali em comum pra conversar.

L. Não, não tem.

D. E só pra finalizar, o que você acha que podia ser feito pra melhorar a comunicação? Você consegue pensar alguma coisa?

L. Eu acredito que partindo primeiro do setor público, né, dos atendentes. Eu, por exemplo, já presenciei numa casa de acolhida, fui visitar um amigo, tava chegando um refugiado, talvez haitiano, e aí o cara que atendeu ele falou “olha, você tem que tá aqui na segunda-feira seis da manhã”. E aí o haitiano ficou assim né, “o que, o que que tá acontecendo?”. Ai eu tava vendo aquela situação e falei vou ajudar e traduzir pra ele. Então primeiro tem que partir do setor público de ter uma capacitação que eu acho que é, faz parte da profissão, tem que fazer parte da profissão, você tá lidando com o público. A gente tá recebendo um número muito grande de imigrantes e de refugiados né, aumentou muito aqui em São Paulo, então tem que partir daí. Segundo eu acho que teria que ter um pouco mais de acolhimento desses refugiados e imigrantes pra que eles aprendam a língua, porque realmente não dá pra gente também exigir só de um lado e o outro ficar dessa forma. Ainda que tenha muita instituição oferecendo esse tipo de curso de forma voluntária, a prefeitura fez uma ação muito bacana ainda falta né, o ainda número é muito maior

do que as vagas ofertadas. Alguns refugiados ficam aqui na lista de espera porque a gente não tem como suportar todo mundo, a gente encaminha pras outras instituições, mas às vezes não dá conta né, e acho que é isso.

ENTREVISTA 6

D: Primeiro eu queria saber as línguas que você fala fluentemente, intermediário, enfim...

██████. Tá, eu falo inglês e espanhol. Inglês eu diria que é intermediário

D. Tá.

C. Eu falo melhor espanhol.

D. E quais são suas funções aqui?

C. Como assistente social do CRAI, eu faço o atendimento do Portas Abertas. Então as pessoas chegam aqui de segunda a sexta e trazem diversas demandas. A maioria das demandas é pra vaga em centro de acolhida, maioria de pessoas que já, que acabaram de chegar no Brasil e precisam de lugar pra ficar, e aí a cidade oferece centro de acolhida específico pra imigrantes e aí a gente orienta. Existem outros serviços que a secretaria, quem na verdade gestiona as vagas nesses lugares é a Secretaria de Assistência Social, mas a gente se tornou esse ponto de referência entre os imigrantes, principalmente com o acolhimento, de poder conversar com a pessoa no mesmo idioma. Então a gente faz esse atendimento aqui e direciona elas pro centro de acolhida, também às vezes acontece de a pessoa que já tá há muito tempo no país, mas por alguma razão não conseguiu estabilidade financeira e novamente precisa do centro de acolhida. Também tem questões de acesso, em geral de acesso à rede de políticas públicas, então benefícios de assistência social, bolsa família, como que é que eu vou na UBS, como é que eu vou pra escola, todos tipos de orientação. Pra além disso, eu também faço, a gente também faz o fortalecimento da rede no sentido de informação sobre o direito dos imigrantes, aproximação de movimentos sociais, de coletivos.

D. Legal, e quais são as nacionalidades, tem alguma nacionalidade predominante, varia?

C. Varia, muitas nacionalidades diferentes, mas eu diria que em geral o CRAI atende muito sírio, angolano, ainda atende bastante boliviano, tem chegado mais venezuelano, mas assim, muitas nacionalidades diferentes.

D. Legal, e quais as línguas que você usa pra se comunicar com os imigrantes, os refugiados?

C: Tem os, acho que já vou acabar respondendo outras coisas na mesma resposta

D. Tudo bem, sem problema.

C. Os quatro atendentes do CRAI são imigrantes

D. Ah, tá.

C. A Erica é boliviana, a Richele é haitiana, o Grevisi é da República do Congo e a Nour é síria-palestina, então a gente consegue atendê-los em até oito ou nove idiomas. Então é, pra quando é além do inglês e espanhol, eu conto com o apoio deles no atendimento.

D. Tá. E deixa só eu te perguntar, como que funciona a dinâmica nesse momento, então chega uma pessoa que fala árabe, eles atendem ou eles fazem a mediação pra você? Como que funciona?

C. No fluxo do CRAI as pessoas sempre passam com os atendentes primeiro, porque eles fazem uma primeira triagem de demandas e orientação de documentação, e aí depois eles passam ou com serviço social, ou com agente de empregabilidade ou com a defensoria pública quando é o caso porque eles fazem atendimento aqui dentro também. Mas, então quando alguém que fala árabe, por exemplo, sempre vai pra Nour, eu já sei, mas geralmente o que acontece é a pessoa entra na sala, eu cumprimento e já pergunto se fala português, se fala inglês, se fala espanhol, e aí se for o caso, eu espero que eles desocupem e peço pra eles virem me ajudar, me apoiar com a interpretação. Então o Grevisi, a Richele e o Grevisi falam francês, Richele fala crioulo haitiano, o Grevisi, eu nunca lembro porque ele fala vários dialetos, fala swahili, fala lingala, então são esses idiomas que eles conseguem fazer a interpretação, e a Nour, árabe e é isso. Mas já aconteceu duas vezes, três vezes, eu atendi pessoas da Somália que só falavam somali.

D. E daí não tem ninguém aqui que fala essa língua?

C. Não tem ninguém.

D. Tá, e aí como que funcionou?

C. O primeiro caso foi bem angustiante porque não teve como assim. É, eu consegui ter uma noção mais ou menos pelo contexto, que ele tinha acabado de chegar e que ele tinha vindo com as malas pra cá e que ele precisava de um lugar pra ficar. A gente tentou fazer uma mímica, alguma uma coisa assim, mas eu senti que ele tinha mais coisa pra trazer e eu não, a comunicação não rolou. Na segunda vez foi uma mulher da Somália, ela passou a manhã aqui esperando, eu fiz um primeiro atendimento com ela que foi,

que teve essa dificuldade, mas em seguida chegaram duas pessoas que eram conhecidas dela e que já tavam em São Paulo e que fizeram a tradução. Aí eu consegui sim entender melhor a situação. A gente não gosta desse tipo de situação porque eu nunca sei quem é essa pessoa que tá com ela.

D. O tipo de situação de uma pessoa vir traduzir?

C. Sim. Que não seja as atendentes. Às vezes a pessoa vem acompanhada de alguém, não sei, ela fala francês, ela já tá com alguém que fala francês e fala português, a pessoa pergunta pra mim "quer que, eu vou entrar, eu vou entrar pra te ajudar" e eu nego.

D. Por quê?

C. Porque eu nunca sei quem é essa pessoa, se é um aliciador...

D. Ah, alguém que quer pegar alguma informação.

C. Uhum, eu não sei quem é.

D. E você acha que isso acontece, é você ou com outras pessoas que também tem essa resistência, ou não sei que palavra exata

C. É uma coisa que a gente, que eu já tinha essa visão, mas enquanto equipe do CRAI a gente se alinhou com isso. Porque pra aqui, pra nós brasileiros, pode ser comum pensar que aqui é um serviço público então é grátis, mas pras pessoas que vem de diversas culturas isso não é. Então já aconteceu, a primeira fala que a gente tem é que é um serviço público e todos os serviços aqui prestados são grátis. Porque acontece muito de alguém vir, chegar no Brasil, encontrar alguém que fala "eu vou te levar num lugar tal que vai fazer esse serviço" e cobra. E também de alguém diretamente perguntar "ah, eu vou pro centro de acolhida e quanto que eu tenho que pagar?"

D. Mas quando você disse de cobrar, a pessoa não tá cobrando pelo serviço de tradução, é como se aqui cobrasse alguma coisa e ela estivesse recebendo essa quantia.

C. Aham. Então ela cobra da pessoa que ela tá trazendo. Até mesmo, já eu, pessoalmente, até mesmo quando vem um casal "ah, a gente é um casal, veio do Peru juntos", eu atendo um e depois o outro, porque eu nunca sei se aquela mulher tá em situação de violência, se numa situação de escravizada, enfim.

D. E as pessoas aceitam isso bem de "ó é uma vez cada um"?

C. Aceita. E aí depois, que parece que a situação tá mais tranquila, pode ser até que a gente converse junto. Aí nesse caso da mulher da Somália aconteceu porque a gente não tinha como comunicar. E um caso que me marcou muito que foi de um senhor russo que só falava russo, mas aí deu pra contar com o recurso do Google tradutor.

D. Ia te perguntar isso, que bom.

C. Deu. A gente usou tanto digitando como diretamente no celular, que é só falar e ele traduz né, mas o somali não dava. Ela colocava uma letra, mudava a frase inteira.

D. Então vocês tentaram o uso do Google Tradutor e não funcionou.

C. Tentamos e não funcionou, porque a estrutura da linguagem era tão diferente que não tinha como traduzir pelo Google Tradutor.

D. Agora do russo deu, funcionou?

C. Do russo deu. E aí fui uma situação engraçada porque eu passei praticamente dois dias atendendo ele. O atendimento, o segundo atendimento durou cinco horas, porque ele queria contar toda a história dele, de onde ele veio, que que ele passou, porque que ele tava aqui, o que ele queria, aí ele ficava caçando as letras no teclado virtual porque era outro alfabeto, aí tinha que esperar, aí quando eu queria escrever outra coisa já tinha passado muito tempo, aí ele ficava tentando pegar meu celular pra terminar de falar. Foi uma situação que me marcou em diversos aspectos né, tantos as demandas que ele trazia, como essa questão da fala porque ele queria trazer muita coisa e eu como serviço público só tinha algumas coisa pra oferecer, e aí eu tentava dizer isso "olha é só isso, pra encaminhar isso o senhor vai ter que procurar outras instâncias, mas aqui é só isso", e ele continuava tentando falar e ainda com o uso da tradução, a gente passou aqui quase o dia inteiro tentando se comunicar.

D. Bem interessante. Você consegue me dizer se você já teve algum problema pela falta de comunicação? Porque, apesar de você falar outras línguas, dos atendentes falarem outras línguas, teve ali um mal entendido...

C. Quando a gente conseguiu fazer a interpretação com alguém que falava assim o idioma não, porque por exemplo, eu falo inglês, mas não falo inglês muito bem, então, é posso dizer que houve problema sim. Por exemplo, esses dias eu precisava explicar pra um árabe sobre o benefício de prestação continuada do INSS. E ele solicitou pro pai dele que era idoso e queria solicitar pra mãe também, e eu precisava explicar que não porque além dos critérios de idade e saúde tinha o critério de renda, que uma vez que um tivesse

a família estaria ultrapassando o critério de renda e aí a mãe já não estaria dentro do programa e aí eu não tinha vocabulário suficiente pra isso. Aí eu desenhei, eu fiz as contas, eu tentei explicar, aí ok, depois num outro momento chegou a Nour e a Rebeca

D. E explicou em árabe

C. E explicou. Não, a Rebeca tava junto e explicou em inglês mesmo e entendeu... Ah não, foi, porque no outro dia ele ligou pra Nour, ainda não tava esclarecido, aí ela explicou em árabe, mas...

D. Pelo telefone?

C. Pelo telefone. Mas em geral a gente não tem esse problema porque, por exemplo, eu falo espanhol, mas eu aprendi o idioma morando em outro país então eu sei, eu aprendi, de fato, o que cada palavra traz, o que aquela palavra realmente significa pra aquela pessoa. Já com o inglês eu já não tenho todo esse alcance, mas daí o restante da equipe me suporta.

D. É, ótimo. Duas coisinhas que não tavam aqui e me veio na cabeça, teve algum caso, vocês atendem então, você tava contando que teve essa pessoa árabe, que a primeira língua dela é árabe, mas ela tava sendo atendida em inglês. Isso acontece bastante, de gente que é atendida numa segunda língua?

C. Bastante. Fora os latino americanos, todas as outras pessoas que a gente atende falam mais de um idioma.

D. Sim, é bastante comum né.

C. Falam oito, falam dez idiomas, então é bastante comum. Eu até descobri recentemente que com os haitianos nem sempre, antes chegava um haitiano, não fala português, eu já chamava a Richele. Depois eu fui me ligar que eles também falam espanhol porque na rota de imigração a grande maioria passou pela República Dominicana primeiro. Foi até uma situação muito engraçada que no dia, o primeiro atendimento foi com a Rachelle, em crioulo, aí ele chegou na sala e eu ficava "fala português?" "não" "fala inglês?" "não" "fala francês?", "não". Ele ficava "crioulo, crioulo, crioulo", tudo bem, fizeram o atendimento. Depois ele ficou lá esperando a resposta da vaga no centro de acolhida, encontrei ele na escada, na escada ele falou pra mim "yo no tengo plata para el passage". E dali foi uma questão que eu nem tinha me ligado antes, que eu já começava assim pros haitianos "você fala espanhol?"

D. Porque é uma possibilidade também.

C. Porque já facilita, é. Então acontece muito das pessoas falarem nos seus segundos, terceiros idiomas.

D. Ótimo. Já teve algum caso, não sei se isso é comum, já que aqui é um dos poucos lugares que tem essa variedade de atendentes falando diferentes idiomas, de eles pedirem pra vocês irem com eles em outro lugar pra servir de intérprete?

C. Muito, acontece muito. Dos próprios atendidos, principalmente a polícia federal uma coisa assim, mas a gente tem mais esse pedido dos serviços públicos pra nós.

D. E como que funciona essa...?

C. Eu acho que houve poucos casos em que a gente realmente conseguiu fazer isso porque a gente não tem pernas.

D. Como sair e...

C. Mas a gente tem tentado, é uma ideia que a gente ainda não conseguiu realmente por em prática mas a gente ainda tá pensando, que é fazer uma formação de voluntários, de pessoas, que a gente consiga capacitá-las na questão da imigração e que elas possam servir de intérpretes em outros serviços. Mas a gente já recebeu muito de UBS, principalmente, de "olha a gente precisa fazer o atendimento", mas, por exemplo na questão da saúde, eu preciso conseguir entender mais o que a pessoa quer trazer, e aí, uma vez ou outra, no hospital ou coisa assim a gente vai. Mas, por exemplo, no dia a dia da UBS a gente não tem como fazer isso.

D. Tá, mas então esse pedido de intérpretes vem muito mais dos prestadores do que de quem usa?

C. Tanto é que tem várias iniciativas na cidade de curso de português pra imigrantes, hoje inclusive da prefeitura. Mas eu, Cláudia, tenho pra mim que deveria ter iniciativa inversa também, de oferecer curso de pelo menos inglês e espanhol pros servidores gratuito, e a gente ainda não chegou lá.

D. Aliás, o que você acha que pode ser feito pra melhorar a comunicação nos atendimentos?

C. Eu acho que essa ideia de capacitar pessoas pra dar suporte é ótima, mas eu sinceramente não concordo com voluntariado, é uma posição minha de, enfim, pessoas disponíveis em horário comercial pra ficar fazendo isso, mas ok se é o que a gente tem pra hoje, vamos lá. Mas acho que a iniciativa de cursos de outros idiomas pra funcionários públicos seria ótimo, até porque eu sinto muito que enquanto a nossa cultura não tem muito isso de falar outros idiomas, tanto é que é isso, a gente vê pessoas de diversas partes do mundo que falam vários idiomas e a gente é isso, "ah eu só falo português". Eu já ouvi, tive falas de alguém que viu outra pessoa que fala espanhol, que às vezes né, a gente tem aquela coisa de

"ah calma dá pra entender um pouquinho o que a pessoa tá trazendo", "não, sai pra lá com isso aqui que eu não falo isso aqui". As pessoas têm muita resistência a outros idiomas. Então, se a gente pudesse começar a mudar um pouco essa cultura até se houvesse maior oferta de curso, isso empregaria também os imigrantes.

ENTREVISTA 7

[REDACTED]

Abraço Cultural

Atualmente sou assistente pedagógico e trabalho diariamente com imigrantes. Todos nossos professores são migrantes e uma das minhas funções é fazer observação de aula e dar feedback para os professores.

Português e espanhol

Inglês e francês

Espanhol e inglês

Em geral, utilizo somente a língua portuguesa e/ou as línguas espanhola e inglesa. Às vezes quando quero falar sobre um termo específico e não sei como explicar muito bem, mostro imagens da internet. A maior dificuldade aparece em nomes de objetos, frutas ou animais típicos do Brasil.

Sim, uma vez uma mulher venezuelana veio conhecer o espaço e entregar seu currículo e trouxe uma amiga brasileira que atuava como sua tradutora. No entanto, como eu falo espanhol, pude me comunicar diretamente com migrante.

(Eu não entendi bem a pergunta, seria no atendimento da *nossa instituição* para com os migrantes?)

Se for esse o caso, nunca. Toda a equipe do Abraço fala pelo menos uma língua estrangeira e nossos professores falam muito bem português, de modo que não é necessário o acompanhamento de um tradutor.

Não há tradutores.

No único caso que vivenciei uma situação assim, a tradutora era dispensável. Porém, imagino que em outras situações, essa pessoa possa ser muito necessária, principalmente em contextos de saúde e da enorme burocracia brasileira.

Imagino que poderia haver uma capacitação dentro das instituições que atendem essas pessoas sobre como falar e como ouvir alguém que está em uma situação muitas vezes difícil.

ENTREVISTA 8

[REDACTED]

Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – BH

Sou Analista Social, responsável pela área de Meios de Vida. Auxiliamos os migrantes na busca pela colocação no mercado de trabalho brasileiro.

Espanhol

Inglês e Crioulo Haitiano

Espanhol e Crioulo Haitiano

Auxílio de outras pessoas, seja da equipe ou de outros migrantes que aguardam atendimento.

Sim.

Uma vez ao dia, no mínimo.

Familiares, amigos ou outros funcionários da instituição.

Geralmente ajuda. Quando percebemos que a pessoa não está traduzindo direito, pedimos para repetir a informação novamente.

Não tenho um caso para relatar nesse sentido. Nunca chegou a ser um problema. O que acontece é que o atendimento tende a ficar mais lento. Mas, geralmente, conseguimos nos entender.

Capacitação, não só de idiomas, mas também em relação à documentação e demais especificidades do atendimento a migrantes

INTÉRPRETES AD HOC

ENTREVISTA 9

D: [REDACTED], me fala seu nome, sua idade e sua formação?

[REDACTED], tenho 22 anos, estou me formando agora no último semestre de Tradutor e Intérprete e também em Letras, terceiro semestre de Letras.

D. Tá, e você é brasileiro?

B. Brasileiro.

D. Como você descreveria suas funções e responsabilidades quando você tá trabalhando como intérprete?

B. Bem, eu acho que a responsabilidade é você transmitir com exatidão a mensagem pra que possa garantir uma comunicação entre as partes envolvidas, e além da responsabilidade é a função também. Essa é a função e acho que uma responsabilidade de ser preciso pra que aquela comunicação não tenha ruídos, possa ser feita pra que se atinja o objetivo de saber ali os lados.

D. E há quanto tempo você faz isso? Você consegue me dizer mais ou menos? Desde quando?

B. Eu diria... Eu acho que uns três anos. 2016 acho que foi o início assim. O crioulo haitiano, que é o idioma que eu falo, eu estudo desde 2014, mas eu diria que talvez final de 2015 eu também já tenha feito algo na área de interpretação.

D. Aliás, quais são suas línguas de trabalho? Sua língua materna, suas línguas de trabalho e como você graduaria essas línguas? O que você considera que fala fluente ou enfim

B. O que eu considero como fluência, que eu me comunico bem, são seis idiomas, mas não são com todos eles que eu já trabalhei. Por exemplo, eu nunca interpretei pro francês ou pro italiano, então não trabalhei com essas línguas. Do espanhol já, inclusive, meu idioma é o português, mas o inglês e o espanhol eu aprendi na infância, inclusive eu já interpretei do espanhol para o crioulo haitiano. E daí o crioulo haitiano, o inglês também.

D. E você não é contratado de nenhuma instituição ou empresa de interpretação comunitária?

B. Não, não sou contratado.

D. E quando eles te chamam, você pode falar um pouquinho sobre essa questão de como você é chamado pra atender as pessoas nessas instituições e quais instituições são?

B. Eu acho que tudo começou porque eu tenho um blog sobre o idioma, eu tenho desde 2014 falando sobre o idioma...

D. Que blog é?

B. É que o nome tá em crioulo mas eu posso escrever.

D. Sim, escreve depois no Skype.

B. Só pra ficar registrado aqui, eu vou falar, é "aprendscreoulehaitien.blogspot.com". O blog achou que deu essa visibilidade, várias pessoas chegaram até mim através do blog, e também por causa do blog saiu uma reportagem no jornal de Jundiá, aqui na região, sobre esse blog e esse trabalho assim. Só que antes de sair também a reportagem, eu já tinha feito um trabalho em uma audiência, esse foi um caso daqui de Jundiá, que foi na verdade indicação direta de uma pessoa que me conhecia.

D. Isso é com a língua de trabalho português-crioulo haitiano?

B. Isso. E outros casos foi através do blog ou da reportagem que saiu depois. Então, por exemplo, depois eu fiz algumas audiências, acompanhei um caso inteiro no fórum de Várzea Paulista. Nessa ocasião, a juíza perguntou se eu poderia, se eu teria essa disponibilidade, então como eu estava como voluntário, ela fez de todo possível pra marcar em horário que era conveniente pra mim e também ela disponibilizou um carro que vinha me pegar e me trazia depois da audiência. Já que eu estava como voluntário, ela teve essa (inaudível) a chegar lá, a voltar.

D. E tem alguma outra instituição que te chama ou já te chamou? Além de tribunal?

B. Aham. Teve também em hospitais, pelo menos dois hospitais aqui de Jundiá também...

D. Hospitais públicos?

B. Hospitais públicos, é...

D. E quem te chama, quem é a pessoa que faz o contato com você?

B. Um deles... Eu não lembro exatamente qual é a função da pessoa...

D. Mas é alguma função administrativa?

B. É, alguma função administrativa. Um dos casos havia um haitiano que tava internado com problema grave de coração, problema cardíaco, inclusive saiu no jornal que ele não tinha memória, ele não sabia como ele tinha parado em Jundiaí, não tinha amigos. Daí eles me acharam, me pediram e eu fui até lá no hospital, fiz as perguntas que eles queriam que eu fizesse pra tentar encontrar informações básicas pelo menos sobre ele, o que ele se lembrava e daí a gente chegou a algumas respostas, e no final depois ele veio a falecer. Mas aí depois eles conseguiram achar um parente, conseguiram informar o falecimento, mas aí nesse caso foi alguém que entrou em contato comigo, não lembro realmente a função, mas era parte administrativa.

D. Como você descreveria as condições de trabalho, tanto no tribunal quanto no hospital? São condições que você considera boas, apropriadas? A questão do pagamento também eu queria que você falasse. Você já comentou que no tribunal você não recebeu nenhum tipo de pagamento.

B. É, no hospital também não.

D. Nada. Tá.

B. Nada também, é. Eu acho que o intérprete comunitário já lida com condições adversas, nunca tá na cabine com o colega, então não sei como as condições poderiam ser melhores, mas elas... Talvez o que impede um pouco, o que dificulta o trabalho é, por exemplo, a juíza ou o advogado não entender o papel do intérprete.

D. Eu ia te perguntar isso. Então você sente isso, essa questão de como eles te veem?

B. Isso, eu sinto isso e eu acho que também o cliente, a pessoa, ou seja no caso do tribunal, a pessoa ali, uma das partes, o haitiano né, talvez se sinta um pouco incomodado. Nessa questão de ser o intruso né, porque o que você tá fazendo ali, você não é de nenhum dos lados exatamente, alguém neutro que tá ali pra mediar a situação. E eu senti que em alguns momentos eu tive que explicar pra juíza ou fazer explicações fora do que foi falado ali pra que eles entendessem melhor pra que eu pudesse fazer o trabalho melhor.

D. Você recebeu algum tipo de treinamento específico em interpretação comunitária?

B. Treinamento específico em interpretação comunitária não exatamente, até porque nós recebemos lá no curso de graduação, mas eu fiz essas interpretações antes...

D. Você fez a disciplina de interpretação comunitária?

B. Antes de cursar a matéria de interpretação. Então depois eu até tive um contato com um treinamento assim, mas antes não.

D. Como você diria ou descreveria os códigos de conduta e códigos de ética que você segue quando você tá trabalhando como intérprete comunitário? Ou o que você entende por isso.

B. Eu entendo que são alguns princípios que o intérprete tem que obedecer pra que ele cumpra o seu papel, por exemplo, de ser neutro, de ser exato, preciso nas informações. Eu acho que esse é o principal.

D. Como você acha que você contribui pra comunidade trabalhando como intérprete comunitário?

B. Olha, eu vejo que sem alguém, um profissional que possa fazer esse trabalho aí essa comunicação não existiria e daí isso geraria muitos outros problemas. Um dos casos de hospital foi de uma haitiana que deu à luz e ficou no hospital, ela já tava há quase um mês no hospital. Por quê? Porque eles descobriram que ela era cardiopata, tinha também problema cardíaco, só que não conseguiam se comunicar pra dizer que tratamento ela deveria fazer e que remédios deveria tomar. Então como o caso estava grave, eles acharam melhor segurar ela no hospital por esse tempo, mas aí quando acharam alguém que podia fazer essa comunicação acontecer, eles deram todas as instruções, inclusive nessa ocasião eu tive que assinar um termo lá...

D. Que tipo de termo era esse?

B. Eu li o termo inteiro e não lembro exatamente se era pra uma área específica, mas, que eu me comprometia de ter passado as informações de tratamento pra paciente e depois disso eles liberaram ela imediatamente. E depois ela se comprometeu de fazer o acompanhamento e eu fui algumas vezes também com ela pra fazer o retorno, porque ela foi encaminhada pro hospital universitário. Então eu acho que é muito importante ter um profissional que vai possibilitar essa comunicação senão, como estaria hoje não sei dizer.

D. E só pra finalizar, o que você acha que podia ser mudado, melhorado, inclusive você pode falar sobre as condições de trabalho, como as pessoas veem o intérprete, questões de pagamento, de empregabilidade. O que você quiser nessa área de interpretação comunitária. O que você vê, o que acha que poderia melhorar, principalmente já tendo a experiência.

B. Eu acho que o intérprete comunitário é alguém até ainda não conhecido nem no próprio meio da interpretação, então eu acho que justamente isso teria que ser mudado, dar mais atenção, dar mais

recursos no sentido de treinamento, de informações que possam treinar, deixar esse profissional apto pras áreas que ele vai atuar, e da sociedade também. A sociedade não entende o papel também do intérprete, o que dificulta as coisas, às vezes por não entender o que o intérprete vai fazer né, ele só tá ali pra passar pro outro idioma o que você disse e vice-versa. E o intérprete comunitário eu acho que tem mais desafios que os outros porque, se você for pegar o intérprete de conferência, além do ambiente ser mais adequado, ele vai interpretar em só uma direção né, já o intérprete comunitário, no meu caso eu vou interpretar do português pro crioulo, agora o haitiano falou, agora eu interpreto do crioulo pro português, então talvez se trabalhasse em dupla também, com o avançar aí dos estudos, se trabalhasse em dupla pra que cada um ficasse numa direção seria algo interessante também.

D. E questões de pagamento, pensar na interpretação como um trabalho remunerado e não como voluntariado? O que você pensa, como você sente isso?

B. Eu totalmente à favor da ideia de seja, é um trabalho, alguém estudou pra aquilo, aprendeu técnicas, dedicou tempo, gastou dinheiro pra aprender, pra treinar, com certeza deve ser um trabalho remunerado. Não sei dizer em termos de valores, isso tem que ser visto, mas eu nas ocasiões, eu acho que ter servido como voluntário só acrescentou pra mim. Então como eu estava ali e tinha aquele tempo disponível, eu falei "eu vou por experiência", mas com certeza deve ser e isso acho que vai ajudar também no reconhecimento da profissão porque sendo remunerado talvez os órgãos específicos que regulamentam né... Seria o sonho do intérprete.

ENTREVISTA 10

D: Há quanto tempo você faz interpretação comunitária?

██████ Vou ser bem sincera. Eu fiz a minha pesquisa toda da faculdade e eu não trabalhava com interpretação na época, eu tava numa área totalmente diferente que é aviação. Mas eu já presenciei à bordo casos em que uma passageira francesa precisou de um atendimento médico à bordo. Só tinha eu e o médico tava branco que nem papel porque ele falou "meu deus, como é que eu vou atender essa senhora se eu não sei o que ela sente". Então ali eu fui a ponte sem treinamento nenhum pra área médica, eu tinha o meu treinamento pra aviação, como comissária de voo. Foi daí que me deu o start de eu partir pra essa área. Como intérprete, intérprete médica mesmo eu atuei por 4 meses na Uninove, que eu trabalhava como monitora de inglês, desligada por problemas médicos, mas eu atuei quatro meses. Realmente é ali que a gente consegue ver como o nosso trabalho faz a diferença, né. Porque é aquela coisa, o pessoal imagina aquela dicotomia de sempre, espanhol é parecido com português então o seu trabalho aqui é meio que inútil. E não, porque são alunos que estão em uma faculdade de medicina, eles têm que pensar no ato médico ali em si, como que eles estão lidando com aquilo, o que é que eles estão fazendo, qual é o próximo passo, e também pensar na questão da língua, na questão linguística. E daí a gente percebia, para imigrantes, já estão ali mais acudados, "poxa vida, eu estou em um lugar que a língua é parecida com a minha, eu vou tentar me comunicar de qualquer jeito mesmo", e aí fica todo mundo assim pra cara deles.

D. Me fala um pouquinho mais. Essa situação que você tá me descrevendo foram os mutirões, né? De medicina em que os alunos de interpretação trabalharam. Fala o que aconteceu nessa situação, como que foi...

F. Isso, exato. Bom, os refugiados, eles vieram...

D. Foram os venezuelanos, né? Nessa situação.

F. Isso, exato, correto. Eles estavam sendo transferidos de Boa Vista pra São Paulo, porque Boa Vista não consegue atender todo mundo, mal consegue atender a população local. Então eles passavam pela ficha de anamnese na recepção, faziam a triagem e aí eram separados pra atendimento odontológico, clínica médica, tomavam algumas vacinas...E aí lá dentro, depois da clínica médica eles iam também pra tratamento estético, pra massagem, pra encaminhamento pro setor de RH. A gente se organizou de modo que cada um ficasse meio que fixo num certo setor. Eu fiquei mais na clínica médica e no setor de RH, enquanto que outros colegas ficaram mais no setor de odonto e massagem, aquela coisa mais pra relaxar, pra conversar mesmo, né. Do meu espanhol que eu acho importante citar, eu estudei dois anos em escola de idiomas e depois tudo o que eu sabia de espanhol eu aprendi enquanto eu fui comissária de voo, voando pela América Latina. E só, ou seja, não tive um treinamento muito grande no que diz respeito a terminologia que realmente ali eu achei que eu fosse precisar bastante. Não que isso me deteve de fazer qualquer atendimento, mas eu acho que o processo teria sido muito mais rápido, muito mais eficaz. Ali é a vida real, ali é uma emergency room que a gente poderia ter nos Estados Unidos por exemplo. Claro que também uma coisa que facilitou era o espanhol e português, e não do contrário como eu fiz na minha

pesquisa que foi inglês e espanhol. Então ali foi a vida real, ali deu pra sentir mesmo como é que é o dia a dia, né. Foi maravilhoso, pra mim foi uma experiência maravilhosa que me deixou mais ainda com a pulguinha atrás da orelha pra continuar até a minha pesquisa, que eu não dei continuidade. Eu fui apresentar na IMIA em 2015 e depois eu parei, eu até tenho uma coisa na manguinha. Eu sou aqui de limeira, São Paulo, e nós temos alguns médicos cubanos que ainda estão aqui. Acho que algum deles inclusive atende a minha mãe, atende a minha família toda na verdade. Eu acho, que até se a comunicação tivesse sido um pouco melhor, a minha mão poderia ter começado o tratamento contra o câncer um pouquinho mais cedo. Já houve situação em que houve um desentendimento entre o meu tio e a médica e ele quase foi parar no hospital por causa do remédio de pressão.

D. Cubana ela?

F. Isso. Ele quase foi parar no hospital por causa de uma medicação errada que foi passada.

D. E foi por causa da questão linguística que não se entenderam.

F. Sim, porque na receita ela escreveu de um jeito e pra ele ela falou de outro jeito. E até no que diz respeito aos trâmites burocráticos do SUS já teve bastante discrepância. Farmacêutico já chegou a questionar o que que era e o que que não era e eles, já comentaram “ela escreve tudo na receita e a gente não sabe o que que é pro paciente e o que que é pra gente aqui”

D. Então até procedimentos, assim, burocráticos de ficha médica, teve uma confusão ali.

F. Sim, porque é muita coisa também que eles tem que aprender assim...

D. Sim, sim, são procedimentos diferentes.

F. Exato. O treinamento de um mês do governo não vai resolver isso.

D. Deixa eu te fazer outras perguntas relacionadas...Eu queria que você me falasse como que você foi chamada pra fazer esse trabalho lá na Uninove, como que foi esse contato. Como você descreveria as condições ali do trabalho, pagamento, e sobre o treinamento, se você recebeu algum tipo de treinamento específico pra aquela situação.

F. Ok. Eu era estagiária na Uninove, eu estagiei de fevereiro de 2018 até julho de 2018. Foi um trabalho voluntário, partiu muito mais de mim querer participar, até por uma questão humanitária...

D. Mas foi feito uma convocatória, um e-mail, como que foi a chamada?

F. Foi um convite aberto da professora Luciana e da professora Patrícia aos alunos de Letras ou aos alunos de Tradutores e Intérpretes que tenham espanhol

D. Então o requisito era falar espanhol, certo?

F. Isso, exatamente, espanhol de intermediário pra avançado.

D. E a Patrícia e a Luciana deram algum tipo de treinamento específico para aquela situação?

F. Não, na verdade não. A maioria dos alunos eram alunos de Tradutor e Intérprete, então a gente meio que já estava preparado. Todos os alunos ali falavam espanhol muito bem. Uma aluna apenas foi mais pra observar como seria uma interpretação comunitária, porque o trabalho dela tá partindo pra área jurídica, que também é comunitária, o acesso à justiça. Mas treinamento na parte linguística não houve.

D. Fala um pouco da sua formação. Você já se formou, você tem outra graduação?

F. Eu sou graduada, tenho bacharelado em Tradutor e Intérprete desde 2013...

D. Você se formou em 2013? Deixa eu só te interromper. Se você se formou em 2013, você teve a disciplina de Interpretação Comunitária?

F. Não, eu tive um comecinho, assim, foi um ganchinho. Um comecinho ali que a gente começava a falar de interpretação comunitária. Foi difícil pra mim encontrar material sobre interpretação comunitária, principalmente aqui no Brasil. O meu TCC foi todo baseado no livro da Angelelli. Eu me formei em 2013 e em 2014 eu expus o poster do meu trabalho na UFSC, e em 2015 eu fui convidada a exibir o meu trabalho na IMIA. Eu até perdi um pouco da terminologia, eu estou voltando a estudar esse ano, tem muita coisa que tá enferrujada.

D. Sobre o que que era o seu trabalho lá? Era sobre interpretação médica e terminologia...

F. Isso, eu analisei a grade curricular da New York University pra contrastar as diferenças entre a interpretação de cabine e a interpretação comunitária. Dentro disso foi que eu percebi que o estudo de terminologia era muito mais forte na interpretação comunitária, primeiro por causa do gap que você tem entre paciente e médico, segundo, você não tem o escudo da cabine ali, você tem outra relação, você não tem o piloto automático ali, vamos dizer assim.

D. Sozinho, sem um companheiro de cabine...

F. Exatamente, você tem que filtrar as informações em uma interpretação de cabine, você é apenas um switch linguístico, vamos dizer assim. Interpretou, ouviu “abc” eu vou falar “abc”, se eu esquecer algum termo, se eu esquecer qualquer coisa tudo bem. Depois eu não trabalhei mais com isso, fora a minha

formação acadêmica eu sou comissária de voo desde 2006. Eu voei 9 anos, parei em 2015, fui apresentar o trabalho em Washington inclusive. Agora nesse ano eu tirei o meu certificado CELTA pra professora de língua inglesa da Cambridge, iniciei a faculdade de letras inglês também pela uninove e atualmente eu leciono no CNA mas aí fez antes disso

D. Inglês?

F. Isso, inglês.

D. Você não ensina espanhol?

F. Não...Já cheguei a ensinar, mas muito básico, pra viagem em um outro curso, mas a carga horária era 30 horas, pouquíssimo. Fiz intercâmbio de inglês em 2009 a 2011. De espanhol, o que eu sei eu estudei 2 anos apenas e depois fazendo os voos pela américa latina.

D. E você fez interpretação comunitária pro inglês? Inglês e português, ou não?

F. Não, não cheguei a fazer, foi só tema do meu estudo. Na verdade, o que eu queria começar a estudar é a relação de poder da interpretação espanhol português aqui no Brasil, porque ela é completamente invertida agora. Tudo o que a gente sabe que se tem de material até agora é a relação de poder aqui em cima, inglês e espanhol. Agora aqui no Brasil é invertido porque a gente adora ser diferente. Fora é espanhol, português. Eu acredito que não se tenha nada, né.

D. Quando você tava fazendo interpretação, apareceu alguma situação de ética, de conduta ali que foi problemática, ou mesmo questões linguísticas que você teve que resolver? Teve alguma situação que você teve que parar e "o que que eu faço agora" ou foi tudo mais tranquilo?

F. Não. Foi tranquilo nesse sentido da ética. A questão linguística teve uma vez um problema, mas depois no final foi até engraçado. O paciente estava reportando muita dor na coxa, até a enfermeira veio falar comigo, "você é intérprete", eu falei sim, "ele tá reclamando, eu não tô entendendo, ele falou que está com dor na coxa". "Dolor en las piernas", aí eu falei "ele tá com dor na perna", aí ela "nossa, como assim, ninguém viu isso, vamos voltar com ele no consultório". Eu falei "ele está se queixando de dor nas pernas, não sei se ele comentou isso com vocês", eles "não, não comentou", aí aquela coisa "deixa eu dar uma olhada, senta aqui na maca". Ele falou "não, é de la vaccina". Mas enfim. Foi só isso, questão de ética, de negligência médica, eu pelo menos não presenciei. Eu acho que até porque eles também estavam com vontade de ajudar...

D. Sim, tava todo mundo disposto ali, a situação foi criada de uma maneira que todo mundo que estava lá estava afim de fazer aquilo, ninguém estava sendo coagido, então é diferente.

F. Por outro lado, agora que eu me lembrei, teve uma situação que foi uma intérprete reportando, ela perguntou "como você fala gripe em espanhol?", e u falei "até onde eu sei é gripe", e ela "não, porque teve uma médica que ela chegou até a ser um pouco rude comigo", ela falou "gripe? você está perguntando se ele tem alergia?" e eu falei "alergia até onde eu sei é alergia, mas tem vários espanhóis". Ela falou "não, ela foi até grosseira comigo falando", "não, eu não pedi pra você perguntar se ele tem alergia, eu pedi pra perguntar o que acontece quando ele tem gripe. O meu pai é chileno e você perguntou se ele tem alergia.". Eu fiquei sem saber o que fazer, não ia bater boca com ela no meio do consultório. Aí a gente cai de novo naquela coisa da similaridade das línguas. É espanhol e português, e fosse a mesma coisa teria um nome só. A gente não entende, a gente acha que entende as vezes. Mas foi o único caso que eu me recordo, de resto todo mundo se ajudou bastante. Várias vezes eu só ficava monitorando, o médico e o paciente se entendiam. Eu achei que nesse caso como foi construída essa situação de confiança entre um e outro eu falei "ok, deixa eu dar um passinho pra trás e se precisar eu tô aqui".

D. Chamavam, se precisasse chamavam.

F. Sim, eu tava ali dentro da sala, então qualquer ordem que houvesse eu transmitia pro paciente, mas às vezes até a médica se dirigia pra ele e não pra mim. E muitas outras vezes ela dizia "você pode perguntar pra ele?".

D. Então você tá relatando também essa questão de o médico falar "pede pra dizer isso e aquilo". Provavelmente esses médicos nunca tinham trabalhado com intérpretes.

F. Provavelmente, com certeza, eu acho que 100% dos que estavam ali.

D. Tá, deve ter sido a primeira experiência.

F. Exato.

D. Você já comentou um pouquinho, mas as duas últimas perguntas: como que você sentiu que tava contribuindo nessa situação pra essa comunidade? E o que que você acha que podia ser mudado, melhorado? Você tem alguma sugestão?

F. Como eram muitas pessoas e poucos intérpretes...Eram muitas pessoas, eu acho que no primeiro dia, se eu não estou enganada tinha mais de 100 pessoas e nós éramos 10, 12 intérpretes. O que eu acho que

a gente precisa fazer é ter essa interação antes de entrar no consultório com o paciente. Sentar e conversar, ter uma ficha de anamnese mesmo, fuma, bebe. A gente construir isso com o paciente, o que também cria um laço de afetividade, querendo ou não eles precisam, eles estão aqui sozinhos. Isso eu tô falando mais no cenário dos refugiados. Provavelmente num turismo de saúde isso não aconteça, porque eles vêm com a família, mas ainda assim eu acho que tem que ser feita essa construção pra se criar um ambiente de confiabilidade, "você pode me contar porque eu tô escrevendo aqui, o médico vai ler isso". Eu acho que até agiliza no atendimento médico, ele não tem que ficar perguntando toda hora, principalmente agora que se inicia o ato de interpretação com o médico, eles não estão acostumados. "Você pode, por gentileza", "você pode, por favor". Eu acho isso lindo, tipo "você é importante aqui". Mas eu acho que podia ser mais ágil.

D. Mais objetivo, né?

F. Exato, pra gente não perder tempo. Uma consulta no meu primeiro dia, eu fiquei uma hora dentro do consultório. Tudo bem, ok, viraram a pessoa de ponta cabeça. Mas nós tínhamos mais cento e blá blá blá.

D. Sim, uma quantidade ali que pedia de repente outro tipo de diagnóstico, de maneira de tratar ali.

F. Como também a gente sabe que essa não é a realidade numa emergency room, infelizmente. Não infelizmente, é uma emergency, se você está em uma emergency você não tem tempo pra fazer tudo isso. E claro, como é uma coisa muito nova ainda, diálogo médico, intérprete sempre. Como é que a gente vai trabalhar...Na verdade, esse dia a gente tinha se planejado pra chegar mais cedo pra conhecer o espaço onde a gente ia trabalhar, que também é importante pra gente não perder tempo e também pra encaminhar o paciente. "Agora que você terminou aqui o senhor pode seguir pra aquela sala, também tem um intérprete lá que vai ajudar o senhor no outro procedimento". Nesse dia a gente tinha combinado de chegar mais cedo pra conhecer o local de trabalho e também os médicos, mas eu não me recordo... O ônibus que os refugiados chegaram chegou mais cedo do que a gente. Então eles começaram a agilizar o processo, fazer carteirinha do SUS, fazer cadastro na recepção. Daí, depois disso, "já tem intérprete já? Beleza". "Já tem um lá na sala, no atendimento clínico", aí a Patrícia, "Flávia, vai, tchau Flávia". Já foi assim, então quando eu entrei na sala eu iniciei por mim mesma essa pequena fichinha de anamnese. Qual o seu nome, idade, de onde veio, queixa principal. O senhor falou que era no joelho e nos olhos, então o foco foi isso, a consulta foi guiada nisso. Depois na odonto, que foi minha maior dificuldade por causa da terminologia, foi a mesma coisa, sente alguma dor, extraiu algum dente, tem alergia. Eu fiquei com aquele paciente o tempo todo naquele dia. Da outra vez eles já tiveram alta e muitos tratamentos eles já faziam nos postos de saúde perto do abrigo em que eles estavam, e também em hospitais maiores, a Uninove não tinha infraestrutura pro atendimento deles, então diminuiu bastante o número.

D. E como você sente que contribui pra situação dessa comunidade?

F. Do lado...É aquela coisa, né. Por que foi que eu resolvi fazer a pesquisa na área médica e na área comunitária? Tem gente que morre porque não consegue se comunicar, isso pra mim é um negócio impensável. Tem também aquela coisa, eu sou cristã, então eu quis devolver um pouquinho também do que eu aprendi. Se eu for pros Estados Unidos e acontecer alguma coisa eu consigo falar. Se eu for pra Europa eu consigo me comunicar, graças à Deus. Se eu tiver um treco, como já aconteceu comigo uma vez em Caracas, eu estava com uma dor de dente e consegui me comunicar com o médico do aeroporto. Eu consigo me comunicar, eles não conseguem, então eu quis devolver um pouquinho daquilo que eu aprendi. Mais uma vez, é um serviço cristão, eu achei que eu devia fazer isso. É uma coisa que você fica maravilhada. Eu também já pensei muito em partir pra área de diplomacia, até estudar alguma coisa de intérprete de fronteira, eles estão em situação...Precária? Eu não acho que é a palavra, você não tem mais identidade, você não tem mais nada, quem é você? De onde você veio? Não sei. Precária é a situação do refugiado, eles têm chance de voltar. No caso desses da Venezuela, se mudar o governante talvez eles voltem, é fácil. Um refugiado de guerra a gente não sabe. Então é maravilhoso, não tem nem como mensurar o quanto a gente aprende. Também tem essa coisa de a gente fazer com que eles se sintam à vontade. Não me interessa se é alguém que veio da Venezuela, se é alguém aqui dentro do Brasil que tá precisando de serviço médico, é uma pessoa que tem a chance de se curar. "Foi negado o serviço médico porque ele não fala o idioma", não nesse caso, não mais. É legal você ver que a gente tem o poder de mudar isso nas nossas mãos. É aquela coisa, aqui no Brasil pode ser que demore um pouquinho mais, eles vão dizer que falta gaze no hospital, mas isso sempre faltou. Vai faltar gaze e eu vou pagar um intérprete? Isso sempre faltou. Eu não sei se algum dia, espero que sim, que seja reconhecido como uma profissão importante pro ato médico em si. Por enquanto a gente vai fazendo esse trabalho de formiguinha. Tanto é que o que me deixou mais triste quando eu fui desligada do programa de estagiários da Uninove não foi o fato de eu estar fazendo uma faculdade e ter que parar, hoje uma faculdade você paga R\$300 e você

consegue fazer EaD, o que me deixou mais triste foi cortar o contato com esse grupo de refugiados. A cada consulta que eles vão você ouve "ah, eu consegui um trabalho", "ah, eu tô limpando o chão de uma fábrica". Nem isso eles tinham lá em Caracas, eles não tinham comida, isso já há muito tempo. Eles racionavam pão, só podia comprar dois filhinhos por família, o que que você faz com dois pãezinhos por família? E agora você vai negar o acesso à saúde à uma pessoa dessa? Já tá debilitada. A maioria dos atendimentos esse dia em São Paulo, eles estavam com anemia. Isso é de cortar o coração, você já tá anêmico e vai ter acesso à saúde negada porque não consegue se comunicar. Isso pra mim é de doer. A gente já faz cirurgia robotizada e a gente não consegue entender literalmente a dor do outro, uma coisa simples.

ENTREVISTA 11

D: Então me fala quais foram as situações que você fez interpretação?

Na maioria das vezes foi na igreja, a interpretação religiosa e sempre foram com africanos, quenianos, nigerianos, sempre nessa posição pra bastante pessoas, e também alguns americanos que é... Anualmente, duas vezes no ano temos um evento que a gente recebe americanos nessa igreja, na igreja Cógic, aí nós fazemos interpretação tanto do português para o inglês como do inglês para o português.

D. E isso é feito então das palestras que são dadas para o público, certo?

J. Isso.

D. E quanto tempo você faz esse trabalho?

J. Por volta de duas horas, às vezes duas horas, uma hora, que normalmente são o período do culto, o culto normal né...

D. E só você?

J. Quando o evento é muito grande, nós dividimos. Então assim, cada etapa, cada ocasião tem um intérprete, por exemplo, a palavra principal da noite tem um intérprete que vai ficar responsável por interpretar, os testemunhos aí vem outra pessoa e faz a interpretação dos testemunhos ou alguma outra palavra que alguém vai falar, sempre divide, geralmente dois né.

D. Legal. E quanto tempo você faz essas interpretações pra igreja?

J. Isso é bem recente. De 2017 pra cá, acho que no começo de 2017.

D. Tá bom. Então um ano e pouco né.

J. É, um ano e pouco.

D. Como que você foi parar nessa função? Você foi contratado, quem te pediu, como que foi?

J. Eu gostava já de inglês e aí eu vim estudando a área que eu queria interpretar e aí uma vez na minha cidade, Salvador, teve um evento que teve essa situação de interpretação e eu fui pra assistir. Depois terminou o evento e eu fui me apresentar pro pessoal e o intérprete, e acabei fazendo contato com ele, falei "olha eu sou estudante, quando você vier na cidade mais vezes, deixe-me saber pra eu poder ir assistir que eu quero aprender". Aí a gente fez amizade, ele entrou em contato comigo, pediu pra eu ajudar ele num outro evento que teve, aí eu fui interpretar uma pessoa e a princípio ele iria me ajudar, ia tá comigo, mas depois ele falou "olha eu não vou conseguir, mas vai lá você vai conseguir", e acabou que fiz sozinho a primeira vez a interpretação, 2017, Salvador. Aí a partir daí aumentou meu networking, através desse rapaz, esse palestrante que eu interpretei. A gente fez contato, ele veio pra São Paulo, aí já me chamou pra fazer a interpretação dele...

D. O próprio palestrante que te chamou?

J. Isso, que no caso é um pastor né. Aí eu fiz outras interpretações pra ele, consequentemente ele já me indicou pra outro pessoal dele do Quênia que veio, e aí eu frequentemente tenho feito isso.

D. E você pertence a essa igreja que você faz interpretação?

J. A igreja Cógic. Sim, normalmente não é sempre lá né, tem outras igrejas.

D. Mas é a mesma denominação?

J. São outras.

D. Mas são evangélicas?

J. São evangélicas.

D. E me fala como você descreveria as condições de trabalho e se há algum tipo de pagamento.

J. As condições de trabalho, como que eu possa falar... Pagamento acredito que não seja aquele pagamento que realmente o intérprete deveria receber...

D. Mas existe um pagamento?

J. Existe um pagamento.

D. E é um pagamento que eles oferecem ou você estipula o preço?

J. Aí vai depender muito. Muitas das vezes a igreja chama de oferta, às vezes você negocia com o palestrante a porcentagem de quanto você vai receber em cima, isso vai depender muito de pessoa e da igreja que você vai.

D. E as condições de trabalho você acha que são boas, são adequadas?

J. Depende, depende também do local. Às vezes tem igreja que não tem tanta estrutura, a questão do som também vai dificultar muito pra poder... isso tudo envolve. Uma igreja que não tem o som muito bom, aí você não consegue ouvir muito bem o palestrante, isso tudo interfere também né.

D. E você recebeu algum treinamento na instituição, na igreja?

J. Olha, não, foi mesmo assim como eu falei né, a pessoa que eu falei que iria me acompanhar, que foi o intérprete que eu vi interpretando pela primeira vez, ele não pode ir e me deixou ir sozinho então foi meio assim de surpresa.

D. E ninguém falou "é assim que faz, é desse jeito"? E é consecutiva né?

J. Não. É, é consecutiva. Em contrapartida eu já vinha assistindo vários vídeos, lendo...

D. Essa era a próxima pergunta, como você se preparou e fala um pouco se você fez ou fez graduação, o que você tem de bagagem teórica e prática da interpretação.

J. Então, eu fui me preparando somente assistindo vídeos de outros intérpretes daqui de São Paulo que faziam, tem uma bíblia bilíngue que eu comecei a ler e adquirir os termos e preparação formal não tive antes disso, de começar fazer interpretação...

D. E você ainda não tava fazendo o curso?

J. Não, não tava. Agora depois do curso, o curso da Uninove né, tradutor e intérprete...

D. Graduação?

J. Graduação.

D. Qual ano você tá?

J. Terceiro ano.

D. Terceiro semestre?

J. Terceiro semestre, isso. Com o curso me ajudou muito a parte teórica, a questão da ética e muitas outras coisas que me ajudou bastante, e também a parte da ética que eu aprendi que foi uma das coisas que me fez um diferencial pra que eles pudessem confiar em mim pra me chamar mais vezes.

D. Quais os códigos de conduta, de ética, que você segue, ou que você não seguia e agora você segue, tem alguma coisa que eles indicam que você tem que fazer ou não? Fala um pouco disso.

J. O que eles apreciam muito é questão de sigilo, é uma coisa muito sigilosa, e eu já era muito reservado quanto a isso, mas eu pude aprender mais aqui. Então, por exemplo, você tem que sempre deixar ele falar, por exemplo, se eu sei alguma coisa que ele já me falou, mesmo que eu saiba, eu não vou falar, tipo "ah você tem quantos filhos e tal", tem que esperar ele falar, sempre fazer a pergunta pra ele pra deixar ele responder. Já ouvi casos de uma outra intérprete que por saber a situação e falar na frente e o intérprete não gostar muito, e também você ser mais reservado, mais calado, isso também é muito bom, sempre esperar ele perguntar alguma coisa, e a confiança também é fundamental porque o palestrante tem que confiar em você pra te chamar mais vezes e confiar no seu trabalho e te indicar pra outras pessoas. Então a parte da ética me ajudou mais ainda a ter essa postura profissional, que apesar de ser um tema religioso, não deixa de existir isso

D. E como você acha que contribui pra comunidade trabalhando com esse tipo de interpretação?

J. E acredito que a interpretação só acontece com o intérprete, no caso o que o palestrante vai palestrar só pode ser feito através de um intérprete porque a comunidade não entende, então acredito que eu sou um intermediador da palavra de Deus pra trazer essa mensagem Dele que é uma outra visão de mundo, uma coisa bem diferente, e através disso eu acho que eu posso contribuir trazendo informação e conhecimento () pra toda comunidade.

D. E o que você acha que pode ser melhorado nesse tipo de interpretação que você faz? Religiosa. Pode ser nas condições de trabalho ou enfim, o que você achar que pode ser melhorado ou se tá tudo ok.

J. Eu acho que, primeiramente, não só da religião mas como intérprete em si, o reconhecimento do trabalho que não é nada fácil, eu acho que a remuneração também pode melhorar e mais cursos também pra poder capacitar esses profissionais. Por exemplo, nessa religiosa a gente não vai encontrar tanto material como a gente encontra aqui teóricos né. Tem muita coisa, então acho que talvez passar uma atenção maior pra poder fomentar material pra poder estudar, aqueles que tão nessa área poder estudar. Às vezes a gente encontra vídeos no YouTube mas não é nada escrito, nada teórico realmente assim pra você pode ter uma base. Tem muita coisa, então acho que... A parte financeira, à parte de curso pra esse

intérprete poder se especializar e mais documentos teóricos pra gente poder ter acesso à informação e teoricamente poder dar continuidade ao trabalho

ENTREVISTA 12

[REDACTED]

Apenas uma. Não trabalho ainda com isso.

Não fui contratado, fui selecionado simplesmente porque eu sabia falar português e, por ser estudante de medicina, saber os termos em ambos inglês e português.

Para o IPq-HCFMUSP. Durante um curso de férias em que eu era o único brasileiro do grupo e a paciente não falava inglês, embora a médica falasse, ela preferiu me usar de intérprete.

Foi numa sala do próprio hospital, com infraestrutura muito boa. Não fui pago.

Não recebi treinamento, mas tive contato com uma médica que conhecia interpretação e um médico me instruiu como se portar durante a interpretação específica para pacientes psiquiátricos.

Na época do único evento não, mas atualmente fiz.

Eu traduzia e pretendo continuar traduzindo tudo que o paciente fala.

No meu caso, eu contribui muito pouco, acredito, contribui mais para a universidade e para os alunos intercambistas na promoção de diferentes ensinamentos médicos, mas agora que fui instruído na interpretação, pretendo exercer um papel mais ativo.

Uma regulamentação oficial de base governamental que assegure tanto os profissionais (intérpretes e médicos) como o próprio paciente.

ENTREVISTA 13

[REDACTED]

6 meses

Missão Paz como mediadora para entrevista de emprego à migrantes.

Sou voluntária e fui por indicação de uma amiga.

Não recebo pagamento, vou 1x na semana durante 4h.

Sim, participei de todos os processos de integração com o migrante e o contratante, participando das palestras e entendendo todo o processo da instituição.

Sou formada em Letras com habilitação em ES/PT

Os que são compartilhados pela Instituição e também pela minha experiência de vida.

Acho que ajudo no sentido de facilitar a comunicação entre o migrante e o empregador, no momento que é bastante tenso para o migrante que é a hora da entrevista de trabalho e o apoio na questão linguística, deixando-o um pouco mais confortável, sem barreiras que o impeçam de se comunicar.

Acho que o governo poderia ter uma base de cadastro de intérpretes das mais diversas línguas e dialetos para que possa ser acionada por várias instituições públicas.

USUÁRIOS IMIGRANTES

ENTREVISTA 14

Daniella. Bom tem algumas coisas que eu tenho certeza que você vai saber. O seu nome?

Henock. Meu nome é Henock.

D. E quais línguas você fala?

H. Francês e lingala.

D. E de onde você é?

H. Do Congo

D. E por que você veio pro Brasil?

H. *Posso falar em francês?*

D. *Pode.*

H. *O que aconteceu foi que* [inaudível].

Alguém: Ele disse que ele veio aqui porque o país dele está em guerra.

D. E há quanto tempo você tá aqui?

H. *4 meses.*

D. E você tá trabalhando, veio sozinho, tem família?

H. *Não família*

D. E você faz aula de português?

H. Não.

D. Por que não?

H. [francês]

A. Ele falou assim que o curso é muito distante e ele não tem dinheiro pro transporte.

D. E quais serviços públicos você já usou? O médico, Polícia Federal, onde você já foi?

H. Polícia Federal.

D. Polícia Federal só?

H. Só Polícia Federal.

D. Médico, já foi no médico? No SUS, no UBS?

H. SUS.

D. Tá bom, mais outro lugar? Não? Tá bom. E como que te atenderam, como que foi o atendimento nesses lugares? Foi bom, foi ruim?

H. *Sim sim*

D. E eles falavam a sua língua?

H. Não, falou português. Já veio amigo que traduziu

D. Ah, ótimo. E quem é esse amigo? Ele é do Congo?

H. Sim, do Congo.

D. E tá no Brasil há muito tempo? Fala português muito bem?

H. Fala, fala bem português.

D. E ele traduziu pra você?

H. Sim.

D. E deu tudo certo? Foi bom?

H. Sim.

D. Tá bom. Você pagou ele ou foi na amizade?

H. *Não não*, amigo.

D. Então os médicos, os atendentes, ninguém falava francês?

H. Não.

D. Na Polícia Federal também não?

H. Não.

D. E você teve problema de comunicação porque as pessoas não falavam francês?

H: [francês]

A: Ele falou assim, que em todo canto [inaudível]

D. E o que você acha que poderia ser feito pra melhorar a comunicação quando você vai ao médico, à Polícia Federal, esses lugares? O que poderia ser melhor?

[conversa paralela]

H: *Não, bem.*

D. Mas seria melhor se eles falassem francês, por exemplo?

H. Sim, sim

D. E quando você tava com seu amigo também foi melhor?

H. Sim.

D. Sem ele você iria conseguir se comunicar?

Flávio. Uma coisa que se tinha que dizer é que a Polícia Federal deveria melhor o formulário, francês, não tinha, não só ter formulário comum, mas facilitar o estrangeiro

D. O formulário só tem em português? Não tem em francês, então alguém tem que ficar falando? Significa isso, isso...

F. Isso.

D. Tem que traduzir tudo?

F. Sim, isso é uma das coisas fundamentais.

ENTREVISTA 15

Daniella. E como é que é seu nome?

Flávio. Flávio.

D. E que línguas você fala fluentemente?

F. Português.

D. Tá. Tem alguma outra língua que você fala num nível intermediário, mesmo que não seja fluente?

F. De meu país? Angola, fala português de Portugal né, mas no país tem estados né. O país tem 18 estados e cada estado tem um dialeto, chama-se dialeto, uma língua, dos nossos avós essa coisa toda, que é o quimbundo, o songo, tem várias línguas, mas a que se usa na escola, trabalho, essa coisa toda é mesmo o português.

D. E a língua que você se sente mais à vontade conversando é o português ou são essas outras línguas?

F. É mesmo português.

D. É a que você fica mais à vontade?

F. Sim, mas o que usam mais o dialeto, que é uma outra língua dos nossos avós, é mais pra aquela idade, quem tá já naquela idade, se não é mesmo só o português.

D. Você é de Angola né, você disse...

F. Sim, sou angolano sim.

D. E por que você veio pro Brasil?

F. É, por que que eu vim pro Brasil... Não é a primeira vez que vim pro Brasil, já havia viajado pra outros países, mas o Brasil é o primeiro país a pedir refúgio. Por que que a gente procura refúgio? Por vezes a gente escuta ou ouve dizer “acho que o ensino no Brasil é melhor que Angola”, umas dizem “meu país tá em paz desde 2002 e a tendência é... A gente tenta procurar condições melhores”. Pra não dizer que o Brasil é melhor, se quiser ir pros Estados Unidos ou pra Europa, pra ter conhecimento, conhecer outras culturas.

D. E que região aqui você mora? Você trabalha, veio com a família?

F. Vim sozinho, vim fazer a vida sozinho mesmo, deixei meus pais e pronto, estamos aqui a procurar trabalho né, pra poder se organizar pra futuramente retomar os estudos...

D. Quanto tempo você tá aqui?

F. 5 meses.

D. Pouco tempo. E você tá estudando alguma coisa?

F. De momento não to a estudar. Primeiro quero conseguir um trampo, pra pagar a casa que eu aluguei e depois procurar pra fazer o ensino superior. Mas como fiquei muito tempo parado sem estudar, prefiro retomar, já terminei o ensino médio, fazer de novo o ensino médio e depois entrar no superior pra me enquadrar não só gramaticalmente daqui do Brasil, porque daqui do Brasil não é o mesmo da Angola né, então pra me enquadrar com o que tem a ver com o [inaudível] no Brasil. É isso o que eu disse, o trabalho é .. nós temos um palavrão que nós falamos assim “se a gente consegue um trabalho aqui é pai e mãe ao mesmo tempo, a gente tem que abraçar o trabalho”.

D. E quais serviços públicos você usa ou já usou? Então por exemplo, médico, polícia federal, escola... Quais são...

F. Aqui no Brasil?

D. Isso, aqui no Brasil.

F. Assim que cheguei no Brasil, a primeira coisa que fui foi à Federal, que é tratar de pedir o refúgio.

D. E como que foi ali o atendimento, como que você classificaria?

F. Graças a Deus o Brasil tem uma coisa, que não é falar de boca, são muito bom em marketing, tem um carisma no Brasil que é bom, e isso eu sendo estrangeiro e a gente tendo a mesma parceria, a linguagem é igual, não dificultou muito, o atendimento foi muito bom.

D. Que bom. E médico no SUS, UBS, já usou algum serviço médico...?

F. Não, ainda não. Pra ser sincero ainda não tenho o cartão de saúde, porque preciso ter um sítio fixo, com endereço

D. Algum outro serviço que você usou do Brasil que você se lembre? Serviço público né, que você não tinha que pagar pra pegar informação, carteira de trabalho por exemplo

F. Acho que só paguei o CPF, acho que eu paguei 7 reais.

D. Mas onde você tirou o CPF?

F. Eu tirei aqui, Barra Funda, na Federal.

D. Foi tudo lá?

[conversa paralela]

D. Então você considera o atendimento, por exemplo, você teve na Polícia Federal foi bom, foi satisfatório, você conseguiu o que você precisava lá?

F. Foi sim, que é algo que me deixa seguro, que não me deixa ilegal no Brasil, o CPF e a carteira de trabalho consegui, graças a Deus. Então cada ano da data que eu tratei o CPF, cada ano tem que renovar até conseguir o famoso RNE.

D. E você teve algum problema na hora de se comunicar? Alguém falar por exemplo “ah eu não entendi seu sotaque” ou algo desse tipo?

F. Felizmente não, mas aqui agora sinceridade, ainda tenho dificuldade de preencher alguns formulários, isso é uma coisa que tá a me complicar, preencher que fala a ficha né. Por exemplo, hoje foi minha primeira vez a preencher uma ficha de trabalho, há tantas coisa que tenho que preencher e aquela... não sabe muito de colocar CPF, coloca título, então isso ainda tá a me dificultar, e o currículo também é muito diferente de meu país e algumas pronúncias de trabalho não é a mesma...

D. O nome da função você quer dizer?

F. O nome da função não é o mesmo.

D. Mas a questão de quando você fala, ninguém nunca falou “ah, que? não entendi”? Teve algum problema desse tipo?

F. Não, as pessoas dizem que meu sotaque é daora. Mas eu me sinto um pouco, meio né, se eu falar “olá”, sabem que não sou brasileiro, sou estrangeiro né, da África, talvez como angolano já é famoso, “esse aqui é angolano”

D. Se fala português provavelmente com sotaque...

F. Não, mas agora eu me esforço pra falar, pra você entender mais, porque se eu falar do jeito que eu falo na Angola, lá você fala muito rápido, então tem que entender e enquadrar mais um caso

D. Então interessante isso que você falou. Então quer dizer que você faz um esforço pra falar mais devagar, mais claro, preocupado se as pessoas vão te entender ou não.

F. E pra mim também aprender, porque isso me influencia e me ajuda acá no país.

D. Você acha que tem alguma coisa que poderia ser feita pra melhorar? Essa relação dos serviços...

F. Na minha opinião, o que eu pediria, que o teu trabalho pediria, que como eu to aqui hoje, vim procurar emprego, necessitaria ter sempre não só o povo, trabalhando, o povo brasileiro mas também teria auxiliares como, vamos dizer, se é origem africana, fica alguém de origem africana, se é o cara, imagina que da Europa, deveria também ter um escritor ou um.... Porque ele conhece mais, ele entende, consegue se comunicar totalmente com cara, dizer “olha, aqui não parece com nosso país, aqui as normas são assim, mas ela me explicou em condições de estar aqui, então acho que isso que deveria. Única vez que vi foi no aeroporto quando eu cheguei, acho que vi angolanos que trabalham no aeroporto mas que já deviam estar há bastante tempo pra trabalhar no aeroporto, tínhamos que ter mais auxiliares em termos de procurar emprego, mas ter sempre um auxiliar que automaticamente conhece essa pessoa que chegou aqui, olha você não sabe, talvez até já fazer um trabalho pra Angola e quando chegar aqui não vai ser novidade, “olha, você atendeu o Flávio”, e você já sabe como que é...

Table 6.2 Relevant methodologies used to teach Community Interpreting competencies

Area of competence	Methodology	Materials
Language consolidation	Reading, summarising and paraphrasing texts	Material relating to relevant subject matter
Terminology development	<ul style="list-style-type: none"> • Extracting terminology from different types of texts • Discussing definitions in context • Creating term banks • Providing definitions and asking students to provide the specialist terms • Discussing dialectal differences, especially in languages spoken by different speech communities 	<ul style="list-style-type: none"> • Authentic texts • Transcripts • Background materials • Cloze tests
Memory development	Verbatim repetition of segments in the same language, increasing the length of the utterance gradually	Scripted or unscripted dialogues
Comprehension	<ul style="list-style-type: none"> • Summarising written texts • Summarising spoken texts • Paraphrasing spoken texts • Answering aural comprehension questions • Answering written comprehension questions • Following oral instructions 	Material relating to relevant subject matter
Note-taking	<ul style="list-style-type: none"> • Teaching note-taking conventions⁸ • Having students read a text and create notes for each paragraph 	Written texts from a variety of genres and registers, relevant to Community Interpreting contexts and settings

Table 6.2 (Continued)

Area of competence	Methodology	Materials
	<ul style="list-style-type: none"> • Having students listen to segments, gradually increasing in length, and taking notes • Having students share their notes with the rest of the class on the board and discuss • Having students reproduce the original text from memory and their notes in the same language as the original • Having students swap their notes and reproduce the original text to the class in the same language, from their fellow students' notes • Providing students with short notes and asking them to convert them into a coherent speech. 	
Dialogue interpreting	<ul style="list-style-type: none"> • Role-plays of scripted dialogues, increasing the length of the segments to be interpreted gradually • Role-plays of unscripted dialogues, where students are provided with scenarios on which to base their parts • Laboratory individual practice of dialogue interpreting, where students record themselves and later listen to their performance to self-evaluate it • Use of minimal notes 	<ul style="list-style-type: none"> • Dialogues prepared by the trainer based on personal experience • Scenarios which reflect real-life situations, to provide background for students to ad lib their own dialogues • Authentic transcripts (e.g. court hearings, police interviews)
Interactional management skills	<ul style="list-style-type: none"> • Class discussion • Video-taping role-plays and analysing performance in class 	<ul style="list-style-type: none"> • Dialogues as above • Commercial and non-commercial audiovisual material

- Appropriate seating arrangements
 - Introductions, establishing the contract (see Tebble, 2003), explaining role
 - Asking for repetition or clarification
 - Knowing when and how to interrupt
 - Knowing correct protocols (e.g. in the courtroom)
 - Assessing when to offer cross-cultural insights
 - Turn management
- Sight translation
- Analysis of authentic texts (structure, register, terminology, content, style)
 - Making annotations to the text to facilitate delivery, including the use of numbers to guide word-order
 - Paraphrasing contents of the text in the same language (especially with difficult legal texts)
 - Sight translating into target language
- Long consecutive interpreting
- Reading aloud speeches and other texts and allowing students to take notes and deliver the content in the same language.
 - Reading aloud speeches and other texts and allowing students to take notes and deliver the content in the target language
 - Increasing the length of speech segments gradually
- Showing videos of other interpreters at work to analyse performance
 - Court documents
 - Police statements
 - Affidavits
 - Other legal documents
 - Consent forms
 - Application forms
 - Personal letters
 - Scripted and unscripted speeches
 - Content that relates to relevant community interpreting settings (e.g. Community Information sessions, judges' rulings, counsel's summations)
-

Table 6.2 (Continued)

Area of competence	Methodology	Materials
Simultaneous interpreting	<ul style="list-style-type: none"> Shadowing exercises using laboratory (repeating content of what is being heard verbatim in the same language) Copying the intonation, stress and pitch of the speaker Interpreting into the target language, increasing the speed of the speaker gradually Having students whisper their simultaneous interpretation to each other and discussing performance from the listener's point of view 	<ul style="list-style-type: none"> Witness testimonies Magistrates' and judges' rulings Counsel's deliberations Psychiatric patients' consultations
Ethical considerations	<ul style="list-style-type: none"> Creating potential ethical dilemmas as part of the dialogue practice Discussing how such dilemmas would be dealt with in real life Showing videos with scenarios that present ethical dilemmas and discussing solutions Analysing and applying the code of ethics to each dilemma 	<ul style="list-style-type: none"> Materials based on real-life experience Commercial audio visual material

O a-b-c da competência de interpretação
Habilidades passivas
<p>A. Compreensão da língua e habilidades de compreensão</p> <p>Nível Linguístico</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Compreensão adequada de dois idiomas</i>: gramática, compreensão, fluência, discurso idiomático, pronúncia. Reconhecer ritmo, tom, entonação para identificar <i>chunks/sinais/turns</i> e ironia, sarcasmo, humor, significados metafóricos, implicações, alusões, aprovação/desaprovação, formalidade/distância, emotividade, marcadores fáticos etc. • Competência textual: compreensão das regras de coesão e coerência na construção do discurso; conexões entre os enunciados para criar significado usando conectivos e cadeias de referência. <p>Nível Cognitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Memória: habilidade de lembrar de <i>chunks</i> do discurso e unidades de significado; • Habilidade de capturar jargões e registros; • Habilidade de analisar rapidamente e prever o próximo passo para ajudar na memória e fluência.
<p>B. Competência Pragmática</p> <p>A compreensão da comunicação paralinguística e não-verbal (espaço, gestos,, proxemia, linguagem corporal, tom de voz)</p>
<p>C. Competência cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer hipóteses determinadas culturalmente: conhecimento de convenções sociais, práticas institucionais, tabus e normas; • Familiaridade com instituições: organização dos serviços de saúde e serviços jurídicos e com o acessá-los; • Reconhecimento das diferenças culturais entre os sistemas de comunicação, sistemas de polidez e códigos de comunicação institucional; reconhecer dinâmicas de grupo governadas socialmente e institucionalmente (hierarquia, respeito, formalidade, idade e questões de gênero e como tais questões se aplicam a vários setores profissionais – consultórios médicos, delegacias, sala de aula e assim por diante); • Familiaridade com os códigos profissionais de ética em diversos contextos (saúde, jurídico) em outros países, caso tais códigos não existam no país dos alunos.
Habilidades ativas: competência de transferência e técnicas
<p>A. Conhecimento linguístico</p> <p>Nível linguístico e reprodução verbal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habilidade de falar de maneira natural e idiomática na L2 (e também na L1) para transmitir a mensagem do falante de maneira mais precisa possível; • Reprodução natural e precisa de expressões de domínio específico; • Juntar as pistas verbais e não-verbais e reproduzi-las apropriadamente a situação; • Competência textual: habilidade de criar um texto coerente que faça sentido para o ouvinte e que os <i>chunks</i> do discurso se conectem de forma a soar natural na L2.

- Reproduzir a língua as características pragmáticas (sarcasmo, humor, significados metafóricos, implicações, alusões, aprovação/desaprovação, emotividade, etc.);
- Reprodução de sinônimos apropriados;
- Reprodução, quando necessário, da repetição e habilidade de parafrasear adequadamente, preencher os buracos (*gap-fillers*) e redundâncias;
- Produção da voz (clareza, audibilidade, sotaque);
- Velocidade adequada da produção oral.

Nível Cognitivo

- Memória – habilidade de reproduzir chunks em unidades de significado de maneira precisa, rápida, fluente e articulada;
- Habilidades de tomada de decisões: decidir quais características conversacionais são essenciais e quais são redundantes por questões práticas (memória, tempo).

B. Habilidades Interacionais: dinâmicas de grupo e comunicação interpessoal

- Controle da situação/gerenciamento e coordenação – o intérprete atua como coordenador da conversa; habilidades de assertividade (interromper, pedir por mais esclarecimentos de terminologia, afirmar os limites de papéis, requisitar briefing e pausas);
- Atuar como feedback do interlocutor – reconhecer enunciações e concordância/discordância (silêncio, repetição, *gap-fillers*, pistas não-verbais: aceno de cabeça, contato visual);
- Lidar com problemas de comunicação;
- Lidar com emotividade e tensão entre os interlocutores;
- Ter flexibilidade e ser multi-tarefas;
- Controlar os laços e identificação com uma das partes: equilíbrio entre imparcialidade e laços positivos;
- Manter a distância: gerenciar os sentimentos sem externalizar as emoções, lidar com conflitos e emoções;
- Manter a confidencialidade.

C. Habilidades (inter)culturais

- Oferecer uma rendição precisa, mas ao mesmo tempo reconhecer as normas culturais do ouvinte;
- Entrega precisa e apropriada das normas conversacionais específicas a cada cultural (cumprimentos, despedidas, formas de endereçamento etc)

	91
Table 5.1 Sample of course programme (30 lessons; 60 hours): lesson topics, exercises, activities	
Classes 1-4	<p>Course introduction</p> <ul style="list-style-type: none"> * General introduction to the course – explaining the course structure, reading material, attendance, assessment * An emerging profession * An introduction to the history of community interpreting and the state of the art of the profession and the discipline generally: <ul style="list-style-type: none"> – the development of the discipline within Interpreting Studies; – the 'academicization' and professionalization of practitioners already practising with little or no theoretical training. <p>An introduction to interpreting for private and public institutions in the country at issue</p> <ul style="list-style-type: none"> * Differences in terminology: dialogue interpreter versus community interpreter versus public service interpreter, and conference interpreting versus dialogue interpreting: differences in context and setting, differences in techniques; * How the relevant institutions are organized in your country; * The current state of migration: immigration statistics and language communities in the host country; * Issues of cross-cultural communication: living in an ethnically and linguistically complex community; * A brief introduction to codes of ethics and standards of practice: general parameters.
5-6	<p>Interpreting skills, competencies and techniques</p> <ul style="list-style-type: none"> * Practical interpersonal communication issues: interrupting to ask for repetition; interpreting in the first person versus the third person; the importance of politeness strategies in casual and professional/institutional settings (professional and social hierarchies, age, gender); greetings and terms of address; speaking in public: articulation, voice, accent, posture; interpreting gap-fillers, hedging, phatic language; the importance of implicature, irony, humour, affect (anger, tension, emotions); body language; stress factors (anxiety, nervousness and stress, vicarious trauma; acoustic and other practical problems). * Logistics (how do we sit? facing the interlocutors? how does this affect logistics and interpersonal rapport?); * Completeness: how much of the utterance should be interpreted? * Interpreter skills and competencies – what is required of an interpreter? (language competence versus cultural and interpersonal competence); * Theoretical implications: to what extent is the metaphor of the 'interpreter's invisibility' correct?

(continued)

Table 5.1 Continued

7	<ul style="list-style-type: none"> * 'Breaking the ice' games and exercises; * Memory practice, sight translation, listening practice (BBC, CNN, YouTube, non-standard accents). * Note-taking.
8	Interpreting for the business sector <ul style="list-style-type: none"> * Models of cultural difference, ethical considerations, examples of culture differences and the impact of interpreting on business negotiations; * Discussion on the particular requirements of the business sector and differences between private and public settings.
9–11	Business terminology, role play and dialogues <ul style="list-style-type: none"> * Interpreting a simple dialogue from the business sector with teacher–student role play and the rest of the class as audience (peer feedback and trainer's comments); * Discussing examples of mixed registers – especially pertinent in the business sector (moving between conversational discourse and professional/technical discourse); * Role play, acting out dialogues.
12	Interpreting for the health services <ul style="list-style-type: none"> * Models of cultural difference: ethical considerations; * Institutions and practices in the home country - a brief description of the health system and principal actors in the two countries.
13	Terminology in healthcare interpreting: role play and dialogues <ul style="list-style-type: none"> * Basic terminology; * Interpreting a simple dialogue from the healthcare sector with teacher–student role play and the rest of the class as audience (peer feedback and trainer's comments).
14–16	Other exercises <ul style="list-style-type: none"> * Student assignment: choose a situation and work in groups to prepare setting, terminology and 'scenes' for following week; * Some sight translation and memory exercises.
17	Mental health interpreting <ul style="list-style-type: none"> * Case studies; * Video on mental health interpreting.
18	Interpreting in the legal sector <ul style="list-style-type: none"> * Institutional and cross-cultural aspects; brief description of the principal actors; * The courts, the police; * Basic legal terminology.
19–21	Practical exercises in the legal sector <ul style="list-style-type: none"> * Interpreting/memory practice with simple legal texts; * Interpreting a simple legal dialogue with teacher–student role play and the rest of the class as audience.

(continued)

Table 5.1 Continued

	Video on legal interpreting
22	Discussing ethical issues: confidentiality and neutrality
	Codes of ethics and the interpreter's role
23-25	<ul style="list-style-type: none"> * Looking more in depth at the field-specific aspects of various codes of ethics and discuss general theoretical questions: what is the ultimate goal of the communicative act – communicate come what may? What does a service provider expect? Alignment and taking sides, the institution's expectations; * Discuss students' experiences and thoughts in the light of interpreter ethics after having practised for a whole semester.
26-27	A wider framework: how culture shapes the way we speak. Issues of cross-cultural and intercultural communication models <ul style="list-style-type: none"> * Models of intercultural communication. 'How culture shapes the way we speak: the importance of culture in communication models – do we really understand each other? * Discussing group dynamics, interpersonal interactions, the interpreter as 'cultural expert', subjectivity and the interpreter's own culture (the subject always looks through the filter of his own culture); * Hybrid identities – especially related to L2 culture (for English: Asian or African diasporas; cultural and linguistic aspects).
27-28	Varieties of English (or other L2 lingua francas) <ul style="list-style-type: none"> * Comprehension and text-reproducing exercises: practising listening to non-UK/US forms of English (CNN, BBC World, YouTube): terminological/syntactical and non-verbal differences (e.g. Indian-English, Nigerian-English)
29-30	Summing up and on-the-job issues <ul style="list-style-type: none"> * Interpreter self-confidence and self-protection, relaxation techniques, how to keep a distance from topics/actors; * Job opportunities; * Exam practice.

ANEXO XI: AVALIAÇÃO (RUDVIN e TOMASSINI, 2014, p. 136, 137)

Table 5.3 General assessment criteria				
Rendition criteria	L1 mark (1-5)	L2 mark (1-5)	Comment	Examples from dialogues
Comprehension (especially of L2) Translation strategies; Terminological accuracy (errors and mistranslations, omissions, additions)			Tendency to omit what seem to be redundant elements, due to lack of comprehension, but also some key passages/tends to elaborate on the text to hide confusion/ misunderstanding.	
Language proficiency Articulation/pronunciation (aspects like voice projection could also be assessed here – mumbling can be very difficult for the interlocutors to process) Speed			Does not articulate well, the listener has to concentrate hard to follow.	
Fluency in L1 and L2			Speaks too quickly, hard to understand/ hesitates too much – listener loses track of dialogue. Native speaker, but speaks very hesitantly under stress. Un-idiomatic language.	
Text production skills Cohesion and logical sequencing			Doesn't use enough links between sentences – hard to follow the logic/argument.	
Register Contextually appropriate language (for example, politeness strategies)			Register too low for the type of text Doesn't use enough politeness strategies – source language speaker comes across as rude/aggressive.	
Cultural competence Comprehension of culture – specific elements in L2 Production of culture-specific elements in both L1 and L2			Misses some of the more nuanced communication features such as irony and humour. Translates culture-specific elements such as humour too literally – the text sounds very stilted.	
Technical interpreting skills Memory Interrupting strategies			Tends to forget and ask for repetitions after short chunks. Never asks for repetition, but omits too much/too aggressive in asking for repetition.	
Delivery, personal attributes (voice, body language, self-confidence)			Nervous and hesitant – affects performance and might jeopardize trust placed in interpreter by interlocutors.	

ANEXO XII: PESQUISA CURSO DE INVERNO

Língua Materna

15 responses

Língua Estrangeira I

15 responses

Nível de Língua Estrangeira I

15 responses

Língua Estrangeira II

11 responses

Possui alguma experiência com Interpretação? Explique.

15 responses

Somente em aula é uma vez no CIC

Sim. Curso tradução e interpretação da Alumni

Não profissionalmente

Sim há 15 anos no âmbito educacional, jurídico e saúde (público e privado)

Interpretação religiosa.

Possuo experiência em interpretação simultânea em congresso da área de Business/Marketing e informalmente (antes de ir estudar tradução e interpretação) com intermitente

Já trabalhei como intérprete consecutiva, acompanhando médicos em congressos e empresários em feiras de agronegócios. Também trabalhei como intérprete consecutiva para um projeto envolvendo Pfizer, Pixera Global (ONG americana) e Projeto Quixote. Além disso, estou fazendo o curso de formação em intérprete de conferência da Brasillis.

Possui alguma experiência com Interpretação? Explique.

15 responses

Não tenho experiência com interpretação. Tenho especialização em tradução e gostaria de continuar minha formação para trabalhar como interprete.

Não

Interpretação em evento da HBR-Brasil/2019 como estagiária do Curso de Formação de Tradutores e Intérpretes da Associação Alumni.

Não.

Sim, somente interpretação técnica quando trabalhava em uma agência de publicidade e era a responsável em interpretar reuniões com as equipes.

sim. ong adus

Sim, tenho experiência como intérprete consecutiva para feiras e visitas técnicas ou similares.

Atualmente trabalho como mediadora na Missão Paz fazendo interpretação de entrevistas.

Possui experiência em ongs/instituições que trabalham com imigrantes/refugiados? Qual função exerceu?

15 responses

Não.

Não

Não

Não.

Algumas ocasiões com o Adus. Fiz transporte voluntário para um refugiado venezuelano e acompanhamento voluntário em inglês e francês para imigrantes em uma ação de atendimento médico e odontológico.

Sim, ONG Compassiva. Apoio ao reforço escolar de crianças filhos de árabes e recreação infantil.

Nunca trabalhei em instituições desse tipo, mas tenho muita vontade de trabalhar nessa área.

Não. Mas tenho muito interesse, e foi isso que me motivou a fazer este curso.

Sim, como mediadora.

Nao. Somente como voluntária online com PNUD

sim. coordenadora.

Tive experiência em Ong voltada para crianças de rua somente.

Sim, na Missão Paz. Sou Mediadora

ANEXO XIII: PROGRAMA E EMENTA CURSO DE GRADUAÇÃO

Disciplina: **PRÁTICA DE INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA PORTUGUÊS/INGLÊS**

Carga horária: 40h

Objetivos

Desenvolver habilidades específicas para a atuação como intérprete comunitário.

Ementa

Prática das técnicas de Interpretação Simultânea e Consecutiva. Exercícios para desenvolver as habilidades do Intérprete. Expansão lexical. Estudos do discurso médico. Interpretação comunitária.

Conteúdo programático

Active Listening; Sight Translation; Shadowing; Dual task; Paraphrase; Simultaneous Interpretation - introduction; Note-taking; Consecutive Interpretation; Medical Vocabulary.

Bibliografia Básica

PÖCHHACKER, Franz. Introducing Interpreting studies. London: Routledge, 2004.

SANABRIA, Kim; BROWN, Kristine. Academic listening encounters: life in society. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VANDEVELDE, Pol. The task of the interpreter: text, meaning, and negotiation. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 2005.

Bibliografia Complementar

ANGELELLI, C. Medical Interpreting and Cross-Cultural Communication. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MCCULLAGH, Marie, WRIGHT, Ros. Good practice: communication skills in English for the medical practitioner: student's book. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

McINTOSH, Colin; FRANCIS, Ben; Poole, Richard (ed.). Oxford collocations dictionary: for students of English. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

POCHHACER, F.; SHLESINGER, M. The interpreting studies reader. New York: Routledge, 2008.

RICHARDS, Jack C. Expanding tactics for listening. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2004.

Metodologia de Aula

As aulas são práticas, ministradas no laboratório de idiomas, com utilização de material de áudio e vídeo, bem como da cabine profissional de interpretação. Abordagem prática e discussão de desempenho durante interpretações feitas pelos alunos, abrangendo os diferentes discursos indicados para a aquisição das habilidades e competências necessárias à formação do intérprete.

Metodologia de Avaliação

Avaliações de caráter prático e de participação em aula, voltadas à aplicação das técnicas de interpretação na prática interpretativa.

Disciplina: **QUESTÕES INTERCULTURAIS EM INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA**

Carga horária: 40h

Objetivos

Refletir sobre a situação linguística de imigrantes no Brasil, comparando à realidade internacional, considerando as questões socioculturais dos refugiados no que toca à inclusão e preconceito linguístico. Compreender os princípios teóricos da interpretação comunitária, voltados à interação e mediação intercultural. Ementa Interpretação comunitária – conceitos, contextos situacionais e abrangência. Interpretação como mediação intercultural.

Conteúdo programático

Expansão lexical na área médica; interpretação comunitária e interação – diálogos; Teoria dos esforços na interpretação comunitária.

Bibliografia Básica

GILE, Daniel. The Effort Models in Interpretation. In: Gile, Daniel. Basic concepts and models for interpreter and translator training. Amsterdam: J. Benjamins Pub. Co., 1995. p. 159-190.

POCHHACKER, Franz. Introducing Interpreting Studies. London: Routledge, 2004. VANDEVELDE, Pol. The task of the interpreter: text, meaning, and negotiation. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 2005.

Bibliografia Complementar

ALVES, Júlia Falivene. A invasão cultural norte-americana. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

ANGELELLI, C. Medical Interpreting and Cross-Cultural Communication. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MCCULLAGH, M. & WRIGHT, R. Good Practice. International English. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

POCHHACER, F.; SHLESINGER, M. The interpreting studies reader. New York: Routledge, 2008.

RICHARDS, Jack C. Developing tactics for listening. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2003.

Metodologia de Aula

As aulas são práticas, ministradas no laboratório de idiomas, com utilização de material de áudio e vídeo, bem como da cabine profissional de interpretação. Abordagem prática e discussão de desempenho durante interpretações feitas pelos alunos, abrangendo os diferentes discursos indicados para a aquisição das habilidades e competências necessárias à formação do intérprete.

Metodologia de Avaliação

Avaliações em forma de seminários, pesquisas, debates, avaliações teóricas de múltipla-escolha ou dissertativas.

DISCIPLINAS ONLINE

ASPECTOS INTERCULTURAIS DA INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

1. Aspectos da Interpretação Comunitária
2. O impacto da cultura na comunicação
3. Lidando com diferenças culturais
4. Questões culturais com imigrantes e refugiados nos contextos legal e médico
5. Ética e desafios para o intérprete

PRÁTICA DE INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

1. Prática de interpretação comunitária – conceitos básicos e princípios
2. O processo de interpretação
3. Interpretação Comunitária no contexto médico
4. Interpretação Comunitária no contexto legal
5. Aspectos práticos I
6. Aspectos práticos II